

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ALIDES BAPTISTA CHIMIN JUNIOR

EMPODERAMENTO FEMININO: TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NAS ELEIÇÕES
DE 2008 E 2012

PONTA GROSSA
2016

ALIDES BAPTISTA CHIMIN JUNIOR

EMPODERAMENTO FEMININO: TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NAS ELEIÇÕES
DE 2008 E 2012

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutor em Geografia na Universidade Estadual
de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, curso de Doutorado em Geografia.

Orientadora: Prof.(a) Dr(a) Joseli Maria Silva.

PONTA GROSSA
2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

C538 Chimin Junior, Alides Baptista
Empoderamento feminino: territórios da
cidadania nas eleições de 2008 e 2012/
Alides Baptista Chimin Junior. Ponta
Grossa, 2016.
206f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de
Concentração: Gestão do Território:
Sociedade e Natureza), Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Joseli Maria da
Silva.

1.Redes Geográficas. 2.Gênero.
3.Eleições. 4.Empoderamento feminino.
I.Silva, Joseli Maria da. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Doutorado em Geografia. III. T.

CDD: 304.2

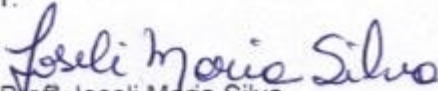
TERMO DE APROVAÇÃO

Alides Baptista Chimin Junior

“EMPONDERAMENTO FEMININO: TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NAS ELEIÇÕES DE 2008 E 2012”

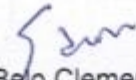
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

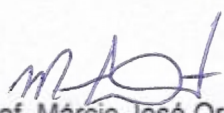
Orientador:


Profª Joseli Maria Silva
UEPG


Prof. Rodrigo Horochovski
UFPR


Profª Karla Rosário Brumes
UNICENTRO


Prof. Edson Belo Clemente de Souza
UEPG


Prof. Márcio José Ornat
UEPG

Ponta Grossa, 16 de Agosto de 2016

Dedico este trabalho a Franciane e a Yasmin, pelo amor direcionado a mim e pela paciência tida nos trabalhos de fins de semana, e pelo amor de minha família e amigos pelo tanto que me apoiaram neste caminho. Esta caminhada só foi possível pela força de vocês...

AGRADECIMENTOS

A minha “mestra maior” e grande amiga, Joseli Maria Silva, pelos momentos de trabalho, pela parceria de pesquisa, pelas provocações teóricas e metodológicas, pela orientação deste trabalho, por todos estes anos de confiança e apoio, contribuindo com seu conhecimento aprofundado sobre a ciência geográfica, marcando minha formação, maximizando minha paixão pela Geografia, por ter contribuído com a profunda mudança da pessoa que sou hoje. Saiba que este não será o último trabalho. Como diz um colega: enquanto o corpo aguenta, estaremos na luta.

Aos amigos Ivan Jairo Junckes e Edson Armando Silva pelos vários dias destinados a me ensinar adentrar em uma aventura científica desconhecida por mim até então. Aos meus amigos, em especial a Marcio Jose Ornat, companheiro, sócio e amigo fiel. Que também me aguentou nos momentos de dificuldade durante a pesquisa. Também lhe garanto que não será o último trabalho.

Aos meus familiares pelo incentivo e apoio. A minha irmã Alice Chimin de Pauli pelo apoio e pela grande contribuição com sugestões do texto. Ao Marcelo Barreto pela ajuda nas traduções. A todo o GETE pelo grande esforço em conjunto, nos momentos de risos e de tristeza. Em especial ao Rodrigo, Juliana, Edson, Fernando e a todos os integrantes deste grupo ao qual dedico um carinho especial.

Ao Rodrigo Horochovski pelas contribuições na banca de qualificação. Ao Neilor Fermino Camargo que me auxiliou nas dúvidas sobre montagem e consulta dos bancos de dados do TSE. A Karla Brumes pelo apoio e pelas dicas teóricas sobre análises de redes. Aos professores do programa de pós-graduação da UEPG pelas aulas e contribuições.

E à academia que hoje apresento este trabalho. Mas o título de Doutor é dado a mim por vocês...

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho perseguiu a resposta para a seguinte questão central: “Como ocorre o efeito das políticas de empoderamento das mulheres promovidas no programa federal dos Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012?”. O programa federal Territórios da Cidadania, decreto federal 11.503/2008, tem como principal meta promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania. Um de seus mais importantes pilares para atingir esta meta é produzir ações para a superação das desigualdades de gênero. Este programa federal está organizado de forma escalar, pois tem como base de atuação um conjunto de municípios que possuem similaridades de características econômicas e ambientais, bem como traços comuns de identidade cultural e de coesão social. Nesse sentido, a presente pesquisa centra a análise nas eleições municipais, notadamente nas redes de financiamento eleitoral e a representação proporcional de gênero das câmaras de vereadores procurando comparar os pleitos eleitorais de 2008 e 2012 para analisar a efetividade das políticas ali implementadas. Para isso foi utilizado a base de dados das eleições disponíveis no site do TSE estruturado em forma de banco de dados eleitoral. O banco de dados foi configurado em redes de doações de ambos os pleitos e as análises estatísticas resultantes permitiram evidenciar a mudança ocorrida nestes municípios em ambos os pleitos. A pesquisa empreendida aponta que a posição das mulheres nas redes de financiamento eleitoral é fundamental para o alcance do sucesso na conquista dos cargos no legislativo municipal. A posição de centralidade nos investimentos têm sido alcançada por mulheres que já possuem tradução familiar no campo político, bem como uma ampla sociabilidade nas instituições locais, tornando-se assim, alvos de financiadores. Entretanto, a grande massa de mulheres candidatas, possuem um perfil de baixa qualificação profissional, educacional e poucas chances de atrair parcerias financeiras, prejudicando suas chances de sucesso eleitoral.

Palavras-chave: Redes Geográficas, Gênero, Eleições, Empoderamento feminino.

ABSTRACT

This study pursued the answer to the following central question: "How the effect of women empowerment policies promoted by the federal program of Territórios da Cidadania occurs on female representation in the 2008 elections and 2012?". The federal program Territories of Citizenship, Federal Decree 11,503 / 2008, has as its main goal, to promote economic development and to universalize basic citizenship programs. One of its most important pillars to achieve this goal is to produce actions to overcome gender inequalities. This federal program is organized on scale form because it has as performance basis a set of municipalities that have similarities on economic and environmental characteristics, cultural identity commonalities and social cohesion. On this sense, the research will focus its analysis on the municipal elections, especially in election financing networks and proportional gender representation of councilors chambers seeking to compare the electoral pleas of 2008 and 2012 to analyze the effectiveness of policies implemented there. For this, we used elections data available on TSE website structured on electoral database. The database was set up on network donations of both claims and the resulted statistics analysis highlighted the evidence of a change, occurred in these municipalities on both elections. The research undertaken shows that the position of women in electoral financing networks is essential for the achievement of success on the conquest of places in the municipal legislature. The central position in investments have been achieved by women who already have family translation in the political field as well as a wide sociability in local institutions, thus becoming, targets lenders. However, the great mass of women candidates, have a low profile on professional and educational qualifications, and little chance of attracting financial partnerships, hurting their chances of electoral success.

Keywords: Geographic Networks, Gender, Elections, Women's Empowerment.

LISTA DE SIGLAS

ARS	Análise de Redes Sociais
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LWW	<i>League of Women</i>
NWP	<i>National Women's Party</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRF	Partido Republicano Feminista
TC	Territórios da Cidadania
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
1.1 A construção do objeto/questionamentos.....	13
1.2 Procedimentos metodológicos.....	23
CAPÍTULO 2 – POLÍTICA, GÊNERO E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.....	39
2.1 A Geografia do Voto e Geografia Política: limites e possibilidades de superação.....	39
2.2 A Geografia Política Feminista.....	52
2.2.1 Geografias Feministas.....	60
2.3 A Geografia Política Feminista aplicada aos Territórios da Cidadania.....	66
2.3.1 O programa federal Territórios da Cidadania.....	66
2.3.2 Estado, Cidadania, Empoderamento e Geografia Política Feminista.....	90
CAPÍTULO 3 – AS MULHERES CANDIDATAS AO CARGO DE VEREADOR DOS PLEITOS ELEITORAIS DE 2008 E 2012 NOS MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA FEDERAL TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.....	104
3.1 Perfil ocupacional das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador.....	109
3.2 Perfil de escolaridade das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador.....	117
3.3 Perfil do estado civil das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador.....	124
3.4 Perfil da idade das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador.....	128
3.5 Perfil eleitoral das mulheres candidatas ao cargo de vereador nos partidos políticos.....	133
3.6 Perfil do sucesso eleitoral das mulheres candidatas ao cargo de vereador nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.....	143
3.6.1 Síntese inter-categórico das Ocupações de Sucesso.....	143
3.6.2 Síntese inter-categórico do Grau de Escolaridade de Sucesso.....	144
3.6.3 Síntese inter-categórico do Estado Civil de Sucesso.....	145
3.6.4 Síntese inter-categórico do Sucesso por Partido Político.....	146
CAPÍTULO 4 – POSIÇÃO DAS MULHERES CANDIDATAS AO LEGISLATIVO NAS REDES DE FINANCIAMENTO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES DE 2008 E 2012 NOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DO PROGRAMA FEDERAL TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.....	148
4.1 O bago da laranja: Candidatas da exclusão.....	155
4.2 A casca da laranja: a evidência do isolamento de candidatas na rede de financiamento.....	162
4.3 A polpa da laranja: rede central e análise da marginalização feminina.....	170
4.3.1 Análise do quartil com maiores recursos de financiamento das campanhas de 2008.....	175
4.3.2 Análise do quartil com maiores recursos de financiamento das campanhas de 2012.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	188
ANEXO – 100 maiores doadores das eleições de 2008 e 2012 nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania.....	200

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O programa federal Territórios da Cidadania foi criado em 2008 e tem como principal meta promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Um de seus mais importantes pilares para atingir esta meta é produzir ações para a superação das desigualdades de gênero. Frente a isso, o presente trabalho tem como objetivo central compreender como ocorre o efeito das políticas de Empoderamento das Mulheres promovidas no programa federal dos Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012. Este trabalho compõe projeto maior intitulado 'O mapeamento do espaço das mulheres nas eleições de 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012 no Brasil', aprovada pela chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº32/2012 e coordenado pela Dr^a Joseli Maria Silva.

O programa federal Territórios da Cidadania está organizado de forma escalar, pois tem como base de atuação um conjunto de municípios que possuem similaridades de características econômicas e ambientais, bem como traços comuns de identidade cultural e de coesão social. Os territórios são unidades maiores do que os municípios, mas menores do que o Estado e foram criados para viabilizar o planejamento e as ações federais. O programa é composto por 120 territórios instituídos por um total de 1852 municípios que comportam conjuntamente, segundo o IBGE (2010), 42,4 milhões de habitantes representando 23% da população nacional. Os municípios selecionados são caracterizados pelas suas carências e desigualdades sociais. Nesse sentido, em função desta composição territorial, a presente pesquisa centrará a análise nas eleições municipais, notadamente na representação das câmaras de vereadores. Como o programa federal Territórios da Cidadania (T.C.) teve início em 2008, foi possível utilizar dos resultados das eleições de 2008 e 2012 como comparativo de mudança social nestes municípios, em específico a mudança do perfil das mulheres candidatas e eleitas para o âmbito do legislativo.

A superação das desigualdades de gênero, um dos eixos norteadores do desenvolvimento das áreas denominadas Territórios da Cidadania, depende do Empoderamento Feminino nas estruturas econômicas e políticas da sociedade. Dentre os maiores desafios para este fim está a representação de interesses das

mulheres na esfera formal do Estado e isso se dá principalmente por meio das disputas eleitorais, no caso brasileiro. Conforme dados do TSE (2012) das eleições da década de 1990 até as eleições de 2012 o percentual de candidatas eleitas subiu de 7% para 12%. A baixa representação feminina nas esferas políticas de Estado é um aspecto que tem sido objeto de intervenção política com a implantação de políticas de cotas de mulheres na composição da relação nominal elaborada pelos partidos políticos para as eleições legislativas desde 1998. Mesmo depois de quinze anos de implantação desta ação afirmativa para aumentar a participação feminina na esfera política do Estado, o progresso ainda é lento e o fenômeno tem chamado a atenção de muitos pesquisadores da área política.

Entretanto, a maioria das análises privilegia os resultados dos pleitos eleitorais, dando pouca atenção aos processos sociais e espaciais que fazem parte do desfecho das campanhas políticas. A pesquisa aqui proposta pretende ultrapassar a análise dos resultados eleitorais por níveis e a distribuição das vagas por sexo e avançar para a análise dos processos que envolvem as campanhas e as relações financeiras, econômicas e políticas dos agentes envolvidos, candidatos, partidos políticos e seus financiadores. Seguindo o pensamento da geógrafa Linda Peake (2005), a política é a forma como as pessoas exercitam o poder por meio de práticas materiais e discursivas dentro de específicos lugares atravessados por várias escalas de análise.

A questão central levantada no presente trabalho é subdividido em três subquestões sendo: 1ª Qual o perfil das mulheres candidatas nos pleitos eleitorais de 2008 e 2012 dos municípios que fazem parte do programa Territórios da Cidadania? 2ª De que forma as mulheres candidatas nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania no Brasil nos pleitos eleitorais 2008 e 2012 estão posicionadas nas redes de financiamento de campanha? 3ª Como o posicionamento das mulheres vereadoras nas redes de financiamento de campanha nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania no Brasil nos pleitos eleitorais 2008 e 2012 constituem seu sucesso eleitoral? Para responder as subquestões foram utilizados dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) das eleições de 2008 e 2012¹,

1 Banco de dados desenvolvido com apoio da equipe do projeto 'O mapeamento do espaço das mulheres nas eleições de 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012 no Brasil', aprovada pela chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº32/2012 e coordenado pela Drª Joseli Maria Silva.

agrupando-as em um único banco de dados estatístico assim como sua configuração em estrutura de rede de financiamento eleitoral com uso do *software Gephi*. Além dos dados das eleições, também foram levantados os projetos desenvolvidos nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania, criando um banco de dados que possibilita o cruzamento das redes de financiamento com o perfil das mulheres eleitas para o cargo de vereador.

Com base na questão central e nas questões específicas o trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que o detalhamento da metodologia da pesquisa está descrita no capítulo 1 'O processo de construção da problemática da pesquisa e os procedimentos metodológicos'. Este capítulo foi organizado para demonstrar o processo metodológico e construir a solidariedade das diferentes formas de pesquisa. O capítulo se divide em dois momentos: em um primeiro momento será discutido a construção do problema da pesquisa, evidenciando o objeto a ser pesquisado e as justificativas que dão abertura para o presente trabalho na ciência Geográfica. Em um segundo momento descreveremos o caminho metodológico, assim como as dificuldades encontradas na trajetória da pesquisa. O capítulo 2 'Política, Gênero e Territórios da Cidadania' explora a tradição epistemológica da Geografia Política brasileira em torno do voto e propõe que o resultado das urnas só pode ser compreendido com análises que superem o resultado das eleições, assim como trazer os elementos determinantes da captação de recursos capazes de conquistar o voto. Além disso, o capítulo explora o viés feminista da Geografia Política, colocando em destaque a contribuição inovadora desta corrente epistemológica que questiona a hierarquização social, política e econômica por meio da categorização dos seres humanos a partir das diferenças de gênero, classe e raça. O capítulo realiza uma abordagem teórica sobre a Geografia do Voto como subcampo da Geografia Política, Geografias Feministas e sua relação com as eleições e por último teorizaremos sobre o programa federal Territórios da Cidadania. O capítulo 3 'As mulheres candidatas nos pleitos eleitorais de 2008 e 2012 dos municípios que fazem parte do programa Territórios da Cidadania' evidencia qual o perfil das mulheres candidatas nos pleitos eleitorais de 2008 e 2012 dos municípios que fazem parte do programa Territórios da Cidadania. O capítulo 4 'Posição das mulheres candidatas ao legislativo nas redes de financiamento eleitoral

nas eleições de 2008 e 2012 nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania' responde de que forma as mulheres candidatas e vereadoras nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania no Brasil nos pleitos eleitorais 2008 e 2012 estão posicionadas nas redes de financiamento de campanha. Este último capítulo analisa o posicionamento das mulheres candidatas (eleitas e não eleitas) ao cargo de vereador das eleições, evidenciando as mudanças no perfil do sucesso eleitoral das mulheres.

A inter-relação entre Geografia, Gênero, Eleições (Perfil de Sucesso e Redes de Financiamento) é um grande desafio que o presente trabalho explica, porém ao alicerçar tais desafios, o trabalho se compromete em contribuir tanto com a discussão teórica e metodológica de uma Geografia Política Feminista, quanto em dar visibilidade a estruturas que reproduzem a desigualdade de gênero na representação política.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem como desafio compartilhar a trajetória de pesquisa. O capítulo se divide em dois momentos: em um primeiro momento discute a construção do problema da pesquisa, evidenciando o objeto a ser pesquisado e as justificativas que dão relevância para o presente trabalho na ciência Geográfica. Em um segundo momento descrever o caminho metodológico, assim como as dificuldades encontradas na trajetória da pesquisa. A questão central estabelecida como fio condutor para esta pesquisa, foi entender como ocorre o efeito das políticas de Empoderamento das Mulheres promovidas no programa federal dos Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012. Nesse sentido, a condução metodológica deste trabalho envolveu a tomada de decisões que podem trazer a especificidade da participação feminina nos pleitos eleitorais definidos nos municípios pertencentes ao programa federal Territórios da Cidadania, assim como compreender esta dinâmica associada à escala federal.

1.1 A construção do objeto/questionamentos

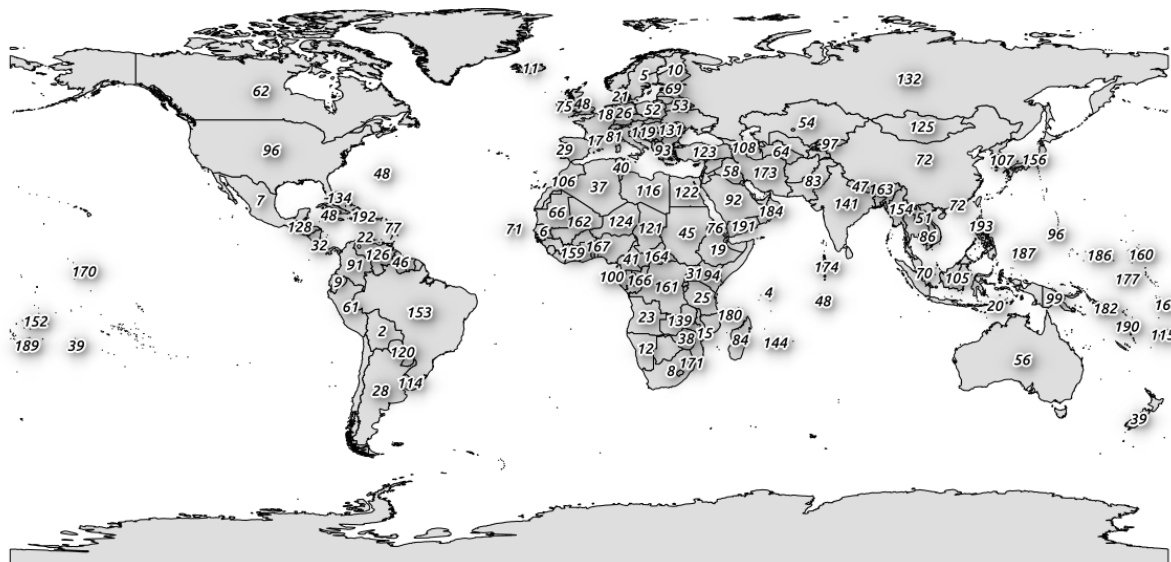
A questão central da pesquisa objetiva compreender como ocorre o efeito das políticas de Empoderamento das Mulheres promovidas no programa federal dos Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012. Para isso justificamos o recorte temático por duas frentes.

A primeira é a precariedade da participação das mulheres nas eleições. Desde a regulamentação da constituição de 1988 a participação das mulheres nos legislativos municipais apresenta um crescimento de aproximadamente 7% nas eleições de 1992 para 13% na eleição de 2012, conforme dados do TSE (2014). Este valor é significativo se verificarmos que equivale a 85% de crescimento. Ao mesmo tempo este percentual passa a ser baixo, se comparado com outros países. Conforme a *Inter-Parliamentary Union*² a média de participação feminina na política no mundo é de 22,6%, com destaque para países Nórdicos que possuem uma média de 41,1%. Conforme o ranqueamento da organização, exposto na figura 1³, o

2 Disponível no endereço eletrônico: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm> acessado em 18/08/2016.

Brasil ocupa o 153º lugar com uma média de 9,9% de mulheres deputadas federais e 16% senadoras.

Figura 1 – Ranqueamento mundial da participação das mulheres no legislativo.



Fonte: *Inter-Parliamentary Union*, 2016.
Organização própria.

Ruanda aparece em primeiro lugar com aproximadamente 64% de deputadas e 39% de Senadoras. Na América Latina o Brasil fica atrás da Bolívia que tem 53% de deputadas e 47% senadoras, Cuba com 49% de deputadas, México com 42% de deputadas e 34% de senadoras, etc⁴. Neste ranqueamento o Brasil está em último lugar dentre os países da América Latina caindo 38 posições desde o último ranqueamento⁵.

A lei que propõe mudanças de paridade de gênero, Lei nº 9.504/97, Artigo 10, §3º, a cota eleitoral de gênero, alterado pela reforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09) dispõe o seguinte: “Do número de vagas resultante das regras previstas

3 Base cartográfica digital mundial (Shapefile) do *Center for Disease Control and Prevention* acessado em 27/08/2016, disponível no endereço eletrônico <http://wwwn.cdc.gov/epiinfo/html/shapefiles.htm>

4 Equador com 42% de deputadas, Nicarágua com 41% de deputadas, Argentina com 36% de deputadas e 42% de senadoras, Costa Rica com 33% de deputadas, El Salvador com 32.1% de deputadas, Trinidad e Tobago com 31% de deputadas e 32% de senadoras, Peru com 26% de deputadas, Honduras com 26% de deputadas, República Dominicana com 22% de deputadas, Colômbia com 10% de deputadas e 23% de senadoras), Jamaica com 18% de deputadas e 24% de senadoras, Uruguai com 16% de deputadas e 29% senadoras, Chile com 16% de deputadas e 16% senadoras), Paraguai com 15% de deputadas e 20.0% senadoras, Venezuela com 14.4% de deputadas e Guatemala com 14% de deputadas.

5 Consulta realizada no dia 12/01/2016 no endereço eletrônico: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

(...), cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Ainda assim, quando observamos os resultados eleitorais não observamos um aumento significativo de representação feminina.

Na eleição de 2008, conforme dados do TSE (2014), foram 21,3% de candidaturas de mulheres e 78,7% de homens. Deste total, 12,22% das candidaturas eleitas são de mulheres e 87,78% são homens. Na eleição de 2012, foram 30,8% de candidaturas do sexo feminino e 69,2% do sexo masculino. Deste total, as mulheres eleitas representam 13,37% contra 86,63% dos homens. Embora se constate um crescimento de candidaturas do sexo feminino, atendendo ao previsto na legislação, o crescimento da representação feminina nas câmaras municipais é pouco significativo. Como a lei 12.034/09 prevê o preenchimento de 30% de candidaturas, as eleições de 2012 conseguem acatar a lei, visto que a lei exige apenas o percentual de candidaturas e não de pessoas eleitas. Frente a tal fenômeno, o presidente do TSE ministro Marco Aurélio Mello (2014)⁶ denunciou que os partidos políticos, a fim de cobrir a cota de gênero, utilizaram candidatura laranja. Estas mulheres estariam sendo recrutadas a única finalidade dos partidos cumprirem a formalidade da cota dos 30%. Bolognes (2012) concorda com a política das cotas, porém critica a regulamentação da norma por não possuir mecanismos de sanção aos partidos que não atingem as cotas. O autor afirma que as cotas são um direito adquirido, porém não garantido, visto que a maioria dos partidos não desempenham intenção de incentivar a candidatura das mulheres, sendo estas na maioria candidatas voluntárias e sem articulação política que possibilite o Empoderamento nas relações do partido.

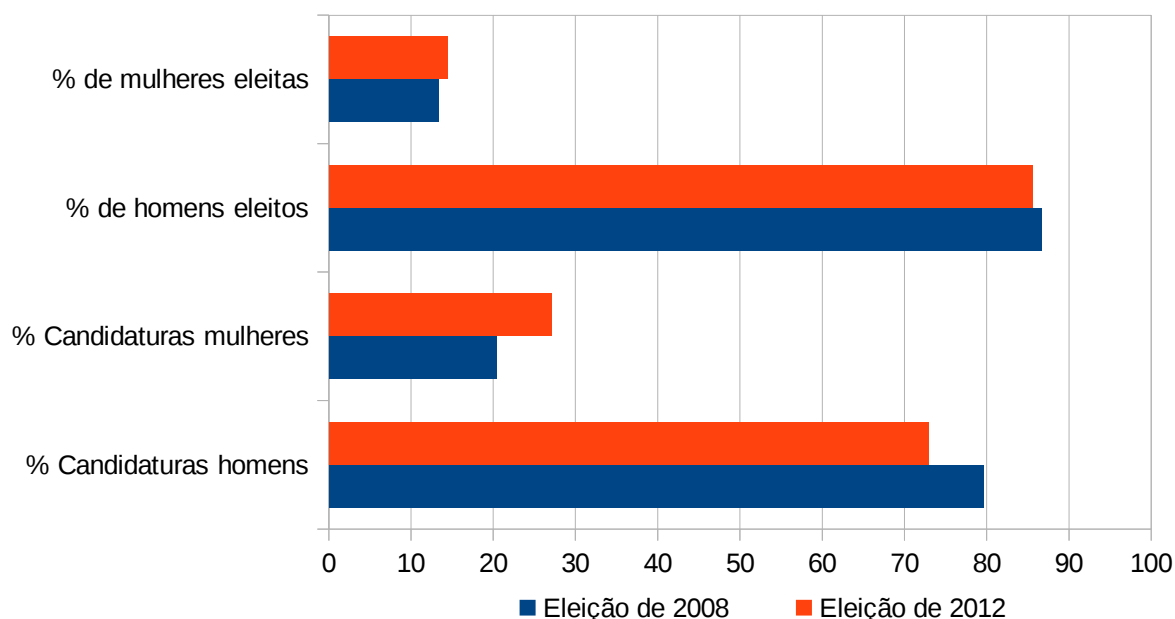
Ao centralizar a análise nos municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania, os dados das eleições se destacam do cenário nacional. Comparando ambos os pleitos eleitorais entre os municípios que compõe o programa federal e o restante do país, evidenciamos, nos dois casos, o crescimento de candidaturas. No Brasil tivemos um crescimento de 19,6% (68.964) de candidaturas para o cargo de vereador entre 2008 e 2012, sendo que a candidatura

6 Acessado no site: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/19/interna_politica,509672/presidente-do-tse-diz-que-partidos-usam-mulheres-laranja-para-comprir-cota.shtml em 13/10/2014.

das mulheres teve um crescimento de 73% (56.734) contra 4,5% (12.230) dos homens.

No mesmo período, os municípios que compõe o programa Territórios da Cidadania (T.C.) tiveram um significativo crescimento de 27% (20.497) de candidaturas (gráfico 1). A candidatura de mulheres teve um crescimento de 69,4% (10.714) contra 16,2% (9783) dos homens. Comparando o crescimento das mulheres, tanto o índice nacional, quanto dos municípios do programa são próximo dos 70%, porém quando verificamos o índice de candidaturas entre os homens, observamos um crescimento três vezes superior ao nacional. Em ambos os casos as candidaturas das mulheres se destaca, porém o índice de crescimento geral dos municípios é um terço superior ao nacional.

Gráfico 1 – Comparativo de candidaturas e sucesso eleitoral entre os pleitos de 2008 e 2012 nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania.

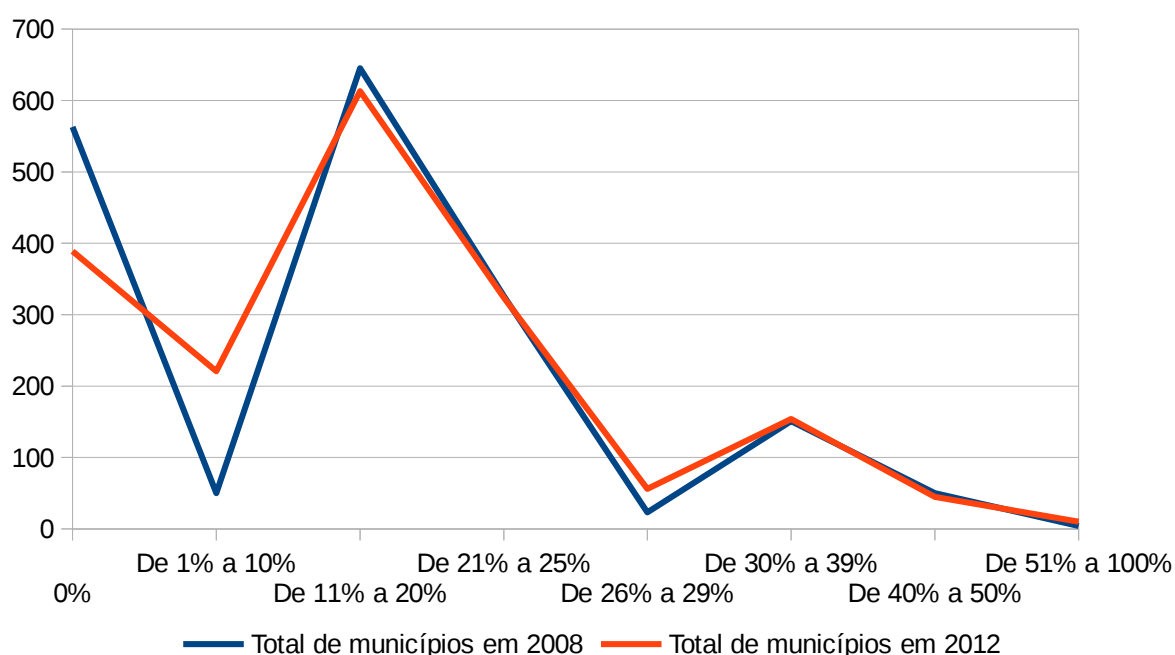


Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

Nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania (T.C.) em 2008 (gráfico 1), 20,4% das candidaturas foram de mulheres e 79,6% de homens. Deste total, 13,3% das candidaturas eleitas são de mulheres e 86,7% são homens. Em 2012, as candidaturas de mulheres subiram para 27,1% contra 72,9% de homens, porém o número de mulheres eleitas foi 14,4% contra 85,6% de

homens. Isso evidencia que nas eleições de 2008, tanto nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania quanto em nível nacional, os valores são muito próximos, porém nas eleições de 2012 houve um crescimento tanto de candidaturas quanto de mulheres eleitas nestes municípios, se comparado ao nível nacional.

Gráfico 2 – Total de municípios por porcentagem de mulheres eleitas para o cargo de vereador nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania.



Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

O gráfico 2 permite comparar o total de municípios e o percentual de mulheres eleitas entre os pleitos de 2008 e 2012. Considerado no geral, o aumento da representação feminina nas câmaras municipais entre as eleições de 2008 e 2012, parece pequeno com um acréscimo de 1,1%. Entretanto, ao se aprofundar a análise e levar em consideração a distribuição dessa representação por faixa de porcentagem por município, pode-se verificar um enraizamento consistente dessa participação. Tomando-se como parâmetro o valor de 30% estabelecido pela lei de cotas, verificamos que no pleito de 2008, 205 municípios detinham 30% de mulheres no legislativo passando em 2012 para 209 municípios, mudança pouco significativa, porém se observar os municípios com composição de 100% de homens, houve

grande avanço, pois em 2008, 562 municípios possuíam o legislativo composto apenas por homens, já em 2012 este número reduziu para 388 municípios. Uma redução de 31% de municípios onde a participação feminina se encontrava ausente. Analisando os municípios que em 2008 não tinham mulheres eleitas no legislativo, em 2012 houve um aumento de 174 municípios (aumento de 31%). Já a faixa dos municípios que tinham um percentual de 10% de mulheres eleitas teve um aumento de 171 municípios entre os pleitos (aumento de 442%).

Observado esse crescimento de municípios com maior participação das mulheres na política eleitoral entre 2008 e 2012 nos T.C., resolvemos investigar se tal fenômeno poderia estar associado a execução dos projetos desenvolvidos no programa e direcionados para as mulheres. Como o programa federal Territórios da Cidadania teve início oficial em 2008, mesmo ano em que ocorreram as eleições municipais, é possível cruzar o período de início e o desenvolvimento do programa com os resultados das duas eleições, a fim de identificar a alteração no perfil das mulheres candidatas para o cargo de vereador em ambos os pleitos.

O programa Territórios da Cidadania, criado em 2007 e regulamentado por lei em 2008, tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Um de seus mais importantes pilares para atingir esta meta é produzir ações para a superação das desigualdades de gênero. Para regulamentar o programa, foram selecionados os municípios com os piores índices de desigualdade social do país, que agrupados em unidade resultam em 120 territórios. Esta política propõem projetos a fim de solucionar demandas sociais específicas de suas regiões. Estes projetos, por fim, são aprovados e assim são feitos repasses de recursos para sua execução. Dentre os projetos, foram identificados na pesquisa 2085 projetos voltados para as mulheres e, dentre este grupo de projetos, alguns com enfoque a lideranças políticas para as mulheres.

A segunda justificativa que ampara o trabalho é a ausência de discussões sobre a temática na Geografia Brasileira. Geografia Política do voto, apesar de uma temática já abordada em diversos periódicos científicos, ainda se posiciona como negligenciada frente a participação das mulheres.

Apesar da disponibilidade das informações a respeito das eleições estarem todas acessíveis na *internet* e evidenciada problematização exposta anteriormente, é perceptível a ausência de pesquisas realizadas pela Geografia brasileira a respeito de tal temática. O levantamento realizado no banco de dados de revistas Quális A1, A2, B1 e B2 desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais⁷, usando as palavras ‘Territórios da Cidadania’, ‘Voto’, ‘Eleições’, ‘Mulheres’ e ‘Gênero’ constatou um pequeno número de trabalhos a respeito destas temáticas, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Consulta de palavras chaves nas revistas brasileiras do sistema Qualis da CAPES.

Palavras Chaves	Total de Artigos
Territórios da Cidadania	0
Voto	5
Eleições	9
Mulheres	12
Gênero	36

Fonte: Consulta realizada no banco de dados de revistas Quális do Grupo de Estudos Territoriais - GETE, 2012.
Organização própria.

Fazendo relação dos artigos selecionados pelas palavras chaves, apenas dois artigos tratam sobre a participação das mulheres nas eleições. O artigo de Roberta Carnelos Resende, María Alejandra Nicolás e Larissa Rosevics com o título ‘Análise da participação política Feminina nas Assembleias Legislativas da região Sul do Brasil (1998-2006)’ publicado em 2010 na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero aborda a questão das cotas na participação das mulheres nas Assembleias Legislativas dos estados da região Sul do Brasil. O trabalho realiza um balanço estatístico do percentual de mulheres eleitas, assim como o total de

⁷ O banco de dados foi montado por integrantes do grupo de Estudos Territoriais, resultando em monografias e dissertações como a da Tamires de Oliveira (2014). O levantamento foi realizado usando como critério de classificação de revista o sistema Qualis. Para alimentar o banco de dados foram acessados todos os artigos de todas as revistas A1, A2, B1 e B2 resultando em um banco de dados de aproximadamente 15 mil artigos organizados de forma que permite consultas e geração de estatísticas.

mulheres eleitas por partido político, média de idade, estado civil, escolaridade, profissão e os gastos de campanha das candidatas.

Outro trabalho foi de Carolin Schurr com o título 'Pensando emoções a partir de uma perspectiva interseccional: as Geografias emocionais das campanhas eleitorais equatorianas' também publicado na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero em 2012. O trabalho aborda a participação de mulheres, indígenas e afro-equatorianos na política do Equador por meio da institucionalização de uma lei de cotas. O trabalho de Schurr (2012) pensa as emoções a partir da teoria da interseccionalidade, procurando superar a polaridade público/privado, emoção/razão. O trabalho representa grande avanço tanto nas Geografias Feministas quanto no campo da Geografia do Voto, ao abordar as relações dos sujeitos para além da escala de Estado. No trabalho, o discurso do intelectual cede espaço para a voz dos sujeitos pesquisados que expõem em seus discursos as relações de conflito, ódio, amor, enfim emoções que se configuram também de grande importância para a escala do fenômeno abordado.

Os artigos abordados, apesar de serem poucos frente ao universo de aproximadamente 14 mil artigos investigados no banco de dados do GETE sobre revista Qualis, mesmo assim apresentam avanço na discussão da temática. A pesquisa das revistas Qualis desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais, abordou o recorte de artigos publicados até o ano de 2012. Artigos lançados posterior a esta data não foram contabilizados. Dentre eles, não podemos deixar de lado, mesmo não compondo o universo da análise do recorte temporal do banco de dados do GETE, o artigo publicado por Ivan Jairo Junkes, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino, Joseli Maria Silva, Edson Armando Silva e Leandro Batista Almeida, intitulado 'Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: A Dinâmica Estrutural da Exclusão e Marginalização Feminina no Poder Político', publicado em 2015 na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Destacamos este artigo por apresentar grande avanço no quesito da participação das mulheres nas eleições, levando em consideração as redes de financiamento eleitoral. O trabalho aborda uma escala de abrangência nacional, porém ao utilizar as ARS (Análises de Redes Sociais) consegue identificar características que fazem com que os resultados

extrapolem a expectativa da escala de análise, evidenciando especificidades nunca abordadas pela Geografia. O trabalho aborda não só o posicionamento das candidatas, mas as relações com doadores, pessoa física e pessoa jurídica, além dos próprios agentes partidários que muitas vezes se portam como responsáveis por decidir quem deve ter maior e menor chance de ser eleito, conforme as relações de interesse.

O trabalho da Schurr (2012) ao recair sobre a escala do sujeito contribui metodologicamente ao trabalhar com interseccionalidade. Já os trabalhos de Resende *et al* (2010) e Junkes *et al* (2015) permitem compreender as dinâmicas eleitorais do legislativo na esfera das eleições federais. Resende *et al* (*id.*) ao traçar perfil estatístico das mulheres candidatas ao legislativo federal e Junkes *et al* (*id.*) ao trabalhar as eleições por meio das Análises de Redes Sociais, quiçá trabalho pioneiro na Geografia brasileira.

Ao observar as produções descritas acima, podemos compreender que existe uma Geografia Feminista das Eleições no Brasil, porém compreendemos que até o momento não foram identificados trabalhos na Geografia que aborde as eleições legislativas municipais com o sujeito mulher. A dinâmica eleitoral em diferentes escalas se manifestam com lógicas distintas. Uma mulher candidata ao cargo de vereador possui relações sociais diferentes de mulheres candidatas a deputado federal. Por isso compreendemos que o trabalho envolvendo mulheres candidatas ao cargo de vereador nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania, trará contribuições teóricas e metodológicas, pois aborda uma escala local, com as candidatas ao cargo de vereador, e ao mesmo tempo intercalando com escala nacional, pois o programa federal Territórios da Cidadania está presente em quarenta por cento do território Brasileiro e integra municípios com várias carências sociais.

Frente a tais argumentações, acrescentamos que a construção do objeto de pesquisa se dá de forma não linear, pois compreendemos que todo objeto de pesquisa se transforma durante o seu desenvolvimento. A pesquisa científica não possui um único caminho e nem uma única metodologia. Pedro Demo (1989), em sua concepção de critério de objetivação científica, defende que ao contrário do critério de objetividade, uma pesquisa deve ter um objeto e metodologias

preestabelecidas inicialmente. Porém a objetivação, diferente da objetividade, traça caminhos iniciais sem se prender a uma regra ‘engessada’, podendo o pesquisador definir e redefinir o objeto e a metodologia no decorrer da pesquisa. A concepção de objetivação científica procura desvincular o projeto de pesquisa das amarras teológicas de alguns ramos da ciência e cria um caráter dialético, onde o objeto é flexível conforme o desenvolver do processo de pesquisa.

O processo de pesquisa deve ser aberto para que novas problematizações e instrumentações surjam, pois conforme Feyerabend (1989) afirma, o caminhar da ciência não se faz pelo alcance de objetivos através de metodologias pré-definidas, mas pela identificação de novas problemáticas ao transcorrer de cada pesquisa, que acaba por gerar novas dúvidas e assim novos caminhos, renovando incessantemente a configuração daquilo que denominamos de conhecimento científico.

A questão central estabelecida é o fio condutor para a elaboração intelectual da problemática de pesquisa que envolverá a mediação entre o fenômeno investigado e a teoria presente na Geografia Política com base na abordagem Feminista. É necessário considerar que os fatos jamais são a realidade em si, mas uma construção intelectual. Nesse sentido, não há uma teoria capaz de exprimir os fatos, pois eles são construídos no processo de pesquisa.

O problema inicial da pesquisa foi operacionalizado e modificado, conforme rearranjos demandados durante o processo da pesquisa. A pergunta inicial da pesquisa era “Como as Mulheres candidatas mantém relação com as redes de financiamento das campanhas eleitorais de 2008 e 2012 nos municípios que fazem parte do programa federal Territórios da Cidadania no Brasil?” passando para “Como ocorre o efeito das políticas de Empoderamento das Mulheres promovidas no programa federal dos Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012?”. Esta mudança foi necessária frente a operacionalização que evidenciou, ao dialogarmos com as fontes de dados, a necessidade da sua modificação.

Para tornar o trabalho mais operacional a questão central foi subdividida em subquestões a saber: 1ª Qual o perfil das mulheres candidatas nos pleitos eleitorais de 2008 e 2012 dos municípios que fazem parte do programa Territórios da

Cidadania? 2ª De que forma as mulheres candidatas nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania no Brasil nos pleitos eleitorais 2008 e 2012 estão posicionadas nas redes de financiamento de campanha? 3ª Como o posicionamento das mulheres vereadoras nas redes de financiamento de campanha nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania no Brasil nos pleitos eleitorais 2008 e 2012 constituem seu sucesso eleitoral?

Na sequência evidenciaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa usados para responder as questões específicas, assim como demonstrando as dificuldades e caminhos adotados durante a operacionalização do trabalho.

1.2 Procedimentos metodológicos

Para operacionalizar o presente trabalho foram realizados aprofundamentos teóricos em Análise de Redes Sociais (ARS) enquanto método metodologia (MARTELETO, 2007), campo das ciências políticas, assim como em Geografia Política das eleições e do voto, procurando bibliografias no âmbito internacional que correlacione as Geografias Feministas, Empoderamento Feminino, Democracia, dentre outras concepções e conceitos, visto que esta abordagem é aparentemente nova na Geografia Brasileira.

Salientamos que tanto a metodologia quanto a base de dados foram desenvolvidos na inter-relação com a operacionalização do projeto anteriormente⁸ citado e os resultados aqui apresentados, devem compor como parte integrante do projeto.

Para responder a questão central e as específicas deste trabalho, além do aprofundamento teórico, também foram levantadas informações estatísticas das eleições nos municípios foco da pesquisa, para definir o perfil das mulheres candidatas e eleitas e também como elas estão posicionadas nas redes de financiamento eleitoral. Estas informações estatísticas foram geradas a partir da estruturação de um banco de dados em *PostgreSQL*⁹ contendo informações sobre

8 Projeto de pesquisa maior desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais intitulado 'O mapeamento do espaço das mulheres nas eleições de 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012 no Brasil', aprovada pela chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº32/2012 coordenado pela professora Dra. Joseli Maria Silva.

9 *Software* livre de banco de dados relacionais. O *software* é instalado em servidores e tem a função básica de armazenar tabelas para acessar em rede assim como gerar consultas, funções, etc. O uso do *software* propicia a concentração de grandes volumes de dados assim como a

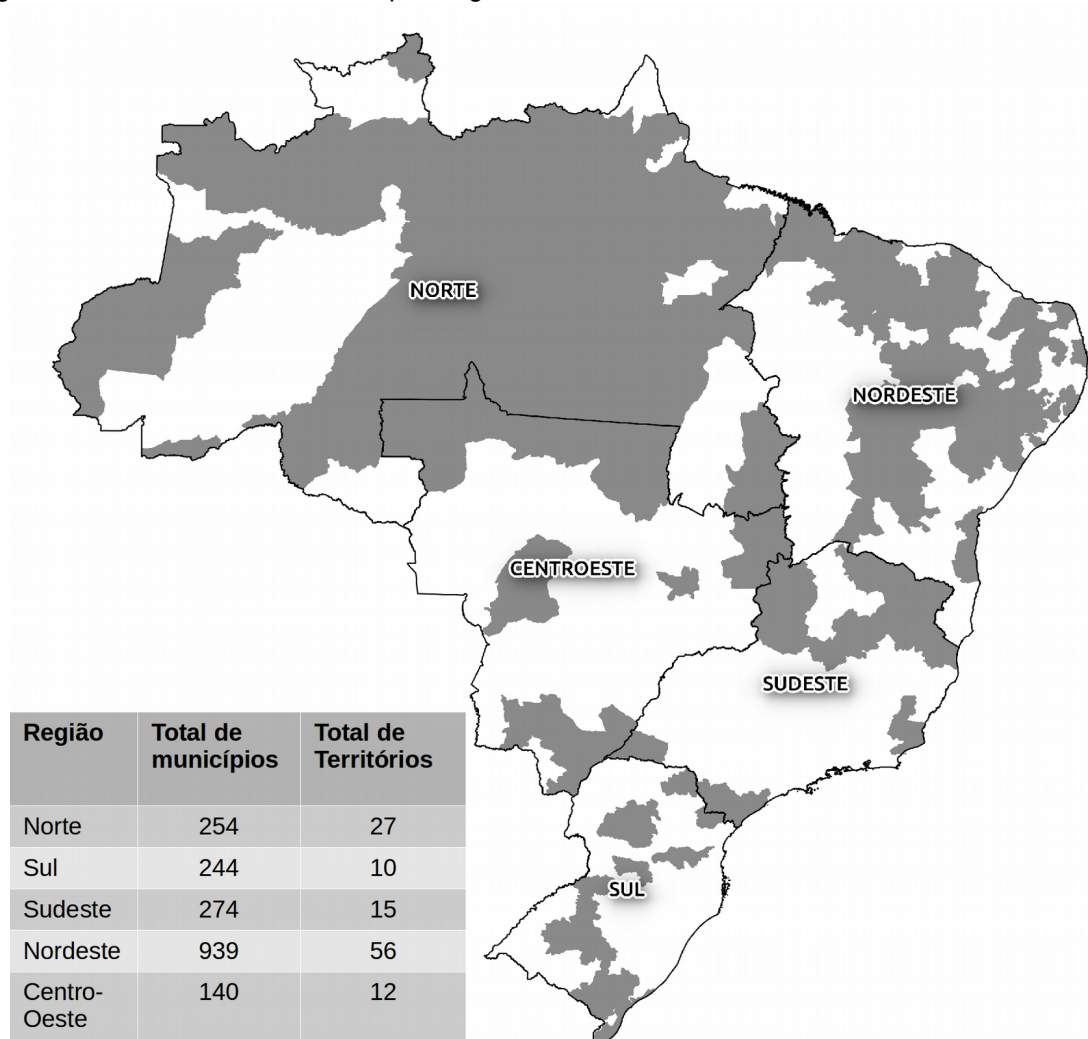
as candidaturas e doadores das eleições de 2008 e 2012. Também foram explorados e sistematizados os relatórios de cada Território da Cidadania, identificando quais projetos e valores investidos pelo governo federal em cada território foram executados entre os pleitos, possibilitando cruzar as informações dos projetos com as mudanças ocorridas em ambos os pleitos eleitorais.

Importante salientar que, além de informar as fontes dos dados e como foram trabalhados, também será detalhada nesta seção os procedimentos metodológicos, a fim de contribuir para que outros pesquisadores possam futuramente utilizá-los, melhorá-los ou até mesmo refutá-los.

Inspirado no diário de campo, prática comum entre os pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais e que traz grandes contribuições para a pesquisa, pretendemos construir aqui algo parecido, descrevendo tanto as técnicas operacionais, como as dificuldades e os caminhos encontrados para superar os problemas.

Para operacionalizar uma análise que traga as especificidades de cada unidade dos 120 territórios, foi feito o mapeamento destas unidades, conforme pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Territórios da Cidadania por Região no Brasil.



Fonte: Programa Territórios da Cidadania, 2014; IBGE, 2015.
Organização própria.

Com base nos dados do TSE, foi estruturada uma rede com dados de financiamento (doadores, candidatos e agentes partidários) das eleições de 2008 e outra das eleições de 2012. Com uso do *software Gephi*¹⁰, as redes de 2008 e 2012 geraram 120 sub-redes de cada eleição (240 redes se somadas ambas as eleições).

Esta subdivisão em 240 sub-redes (120 representando cada território de cada pleito) permitiu executar cálculos de estatística de rede (identificando grau de centralidade, grau de entrada, grau de saída, etc) que visualize o recorte específico de cada território. Com a subdivisão gerando os 240 grafos, foram realizadas por meio do *software* livre *Gephi*, as estatísticas de rede, além de subdividi-las em

10 *Software* livre de criação e análise de redes sociais. Disponível em: <http://gephi.github.io>

componentes gigantes¹¹ e componentes isolados resultando em 480 grafos. Cada território gerou quatro grafos (grafo com componente gigante e componente isolado de 2008 e igualmente para 2012).

Estes dados, exportados em forma de planilha, foram importados para um banco de dados no *PostgreSQL*¹² que posteriormente foram acessados para construção de consultas (a fim de realizar análises) com uso dos *softwares* livres *SOFA Statistic*¹³ e *Libre Office Base*¹⁴. A figura 3 ilustra os procedimentos metodológicos para a montagem do banco de dados das eleições.

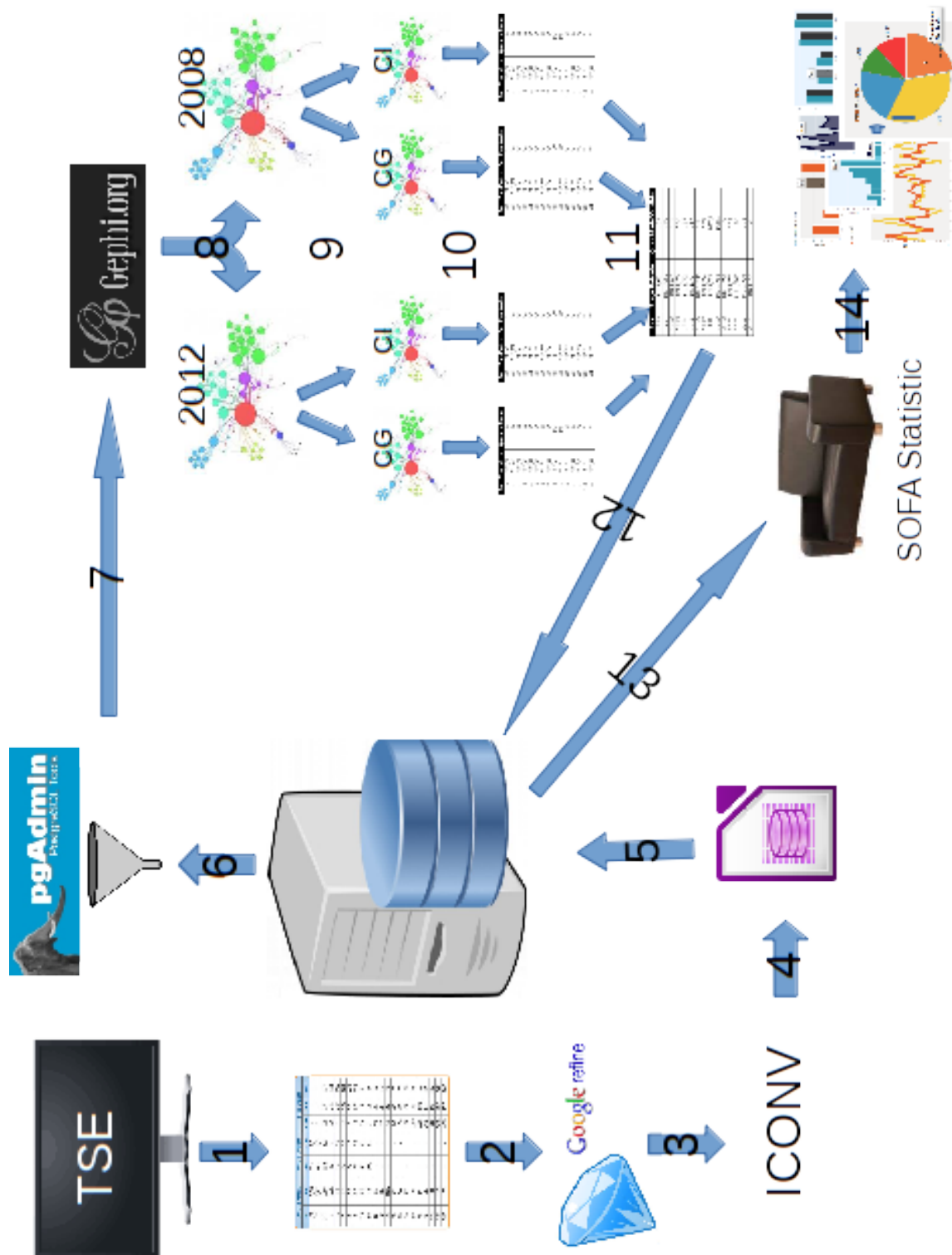
11 Os conceitos de rede aqui empregados, como Componente Gigante e Componente Isolado, serão explicados de forma mais aprofundada mais adiante.

12 Como as tabelas geradas resultaram em um volume significativo de dados, não é possível realizar análises em arquivos de tabelas de *desktop*, necessitando o uso do servidor de banco de dados dedicado, servidor este que pertence ao Grupo de Estudos Territoriais na UEPG, onde está instalado o *PostgreSQL*.

13 *Software* livre de análises estatísticas. Importante salientar que o *SOFA* consegue se conectar diretamente com o *PostgreSQL*. *Software* disponível em: <http://www.sofastatistics.com>

14 *Software* livre componente do pacote de escritórios (com editor de textos, planilha eletrônica, etc.) que permite inserir dados em bancos de dados (no caso o *PostgreSQL*) e também realizar consultas, conexões entre tabelas, etc. Disponível em: <https://pt-br.libreoffice.org>

Figura 3 – Organograma da operacionalização técnica.



Organização própria.

Seguindo a sequência do organograma apresentado na figura 3, serão descritos os procedimentos, as dificuldades, os problemas e as soluções encontradas no decorrer da pesquisa. Apesar de não ser um momento de discussão

da temática proposta no presente trabalho, este memorial descritivo e analítico pretende contribuir para que futuras pesquisas possam ser exequíveis e que os problemas encontrados não sejam mais um empecilho para outros pesquisadores. Procurando facilitar a descrição, dividimos o organograma em tópicos (relacionados a figura 3) a serem descritos abaixo:

1º Com a disponibilidade, pelo TSE¹⁵, de dados das eleições de 2008 e 2012 foi possível realizar o download dos arquivos em formato de tabela .csv. São nove tabelas, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Descrição das tabelas do banco de dados das Eleições.

(continua)

Tabela	Descrição
Candidato	Informações sobre a(o) candidata(o).
Despesa candidato	Informação dos recursos destinados a gastos de cada candidato durante a campanha eleitoral.
Despesa comitê	Informação dos recursos destinados a gastos de cada comitê durante a campanha eleitoral.
Despesa partido	Informação dos recursos destinados a gastos de cada partido durante a campanha eleitoral.
Receita candidato	Informações de quanto foi doado e quem são os doadores para os candidatos (os doadores podem ser pessoa física, pessoa jurídica, comitê, partido e até outros candidatos).
Receita comitê	Informações de quanto foi doado e quem são os doadores para os comitês (os doadores podem ser pessoa física, pessoa jurídica, partido, candidatos e até outros comitês).
Receita partido	Informações de quanto foi doado e quem são os doadores para os partidos (os doadores podem ser pessoa física, pessoa jurídica, comitês, candidatos e até outros partidos).

15 Tabelas disponíveis para download em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

(conclusão)

Tabela	Descrição
Votação candidato zona	Informações do montante de votos dos candidatos em cada zona eleitoral.
Votação Seção	Referente as informações do total de votos de cada candidato por seção.

Organização própria.

Cada uma das tabelas esta separada por Unidade da Federação - UF, ou seja, cada UF possui nove tabelas em separado, tendo sido necessária a unificação de todas as UF¹⁶.

2º Com o *download* realizado das tabelas das eleições de 2008 e 2012, foi feita a unificação das tabelas temáticas de todos os estados (Receita, Despesa, etc) resultando na remontagem das nove tabelas com informações de todo o Brasil. Quando feita a unificação de todos os arquivos, usando o programa CAT¹⁷ (*software* nativo do sistema operacional Linux), foi constatado um problema com informações preenchidas erroneamente no banco de dados originais do TSE como, por exemplo, palavras em caixa alta ou então espaços antes do nome dos candidatos, palavras sem acento ou com acento quando desnecessário, etc. Para superar essas dificuldades as tabelas foram importadas para o *software Google Refine*¹⁸ onde foram padronizadas informações numéricas (algumas colunas que deveriam possuir valores possuíam caracteres alfa o que inviabiliza qualquer tentativa de análise estatística). Também foram padronizadas algumas informações preenchidas de forma diferente em cada UF (como as tabelas eram divididas por UF, não houve uma padronização na forma de preenchimento) como, por exemplo, na tabela dos candidatos a coluna sexo, ora estava preenchida em caixa alta, ora em caixa baixa (FEMININA, feminina, feminino, FEMININO). O *software* também eliminou caracteres especiais e também ‘fantasmas’ em meio as colunas, como, por exemplo, na coluna candidatura estava preenchido Vereador@, Vereador!% ou simplesmente existiam espaços vazios depois da informação.

16 No total foram 234 tabelas de cada eleição totalizando 468 tabelas de ambos os pleitos eleitorais.

17 Por exemplo foi criado uma pasta chamada Receita Candidatos e dentro foram inseridas todas as tabelas das receitas dos candidatos de todos os estados. Na sequência utilizamos o comando `cat *.csv > Receita.csv`. Este comando unificou todos os arquivos com a extensão .csv e criou um arquivo chamado Receita.csv com todas as informações agrupadas.

18 *Software* livre para normalizar banco de dados. Disponível em: <http://openrefine.org>

Como os *softwares* a serem trabalhados utilizam linguagem lógica, caso não fossem feitas estas correções, o *software* criaria estatística diferenciada para cada elemento gerando resultados poluídos e confusos. Este procedimento, apesar de ser automatizado pelo *software Google Refine*, demandou significativo tempo de trabalho, pois para o *software* corrigir os problemas é necessário informar o elemento desviante para gerar o algoritmo de correção.

3º Com a junção e padronização das tabelas, foi identificado um novo problema com a codificação das informações disponíveis pelo TSE. Quando são gerados bancos de dados de grande porte, são definidas codificações de caracteres. Um exemplo simplório seria como comparar o tipo de *encoding* com a fonte do editor de texto – *Arial*, *Times New Roman*, etc. No caso do editor de texto seria como se fosse escrito um texto com uma fonte estranha e o arquivo fosse aberto em outro computador que não tem esta fonte. No Brasil são utilizados dois tipos de *encoding*: *UTF8* e *LATIN1*. Como em cada UF o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) é responsável por gerar os dados e repassar para o TSE, estes adotaram codificações não padronizadas onde alguns utilizaram *UTF8* e outros *LATIN1*. Para resolver este problema, em um primeiro momento foi utilizado o *software* livre *RECODE*¹⁹, porém não surtiu efeito reproduzindo o problema de caracteres especiais. Em seguida utilizamos o *software* *ICONV*²⁰ que conseguiu realizar a conversão solucionando o problema de codificação.

4º e 5º As tabelas geradas das eleições de 2008 e 2012 foram enviadas para o servidor *PostgreSQL* localizado na UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) com uso do *software LibreOffice Base*. Existem várias formas de enviar arquivos de tabela csv para servidores, porém a opção pelo *Base* se deu pela sua facilidade de operação e flexibilidade nas mudanças de rotina, quando necessário. Com uso do *LibreOffice Base* foram criadas as tabelas em um banco de dados chamado 'Eleições' e importadas as informações (com um simples Copiar e Colar) que foram transmitidas pela *internet* do computador local para o servidor *PostgreSQL*²¹.

19 *Software* livre nativo da plataforma Linux.

20 *Software* livre nativo da plataforma Linux. Comando utilizado para conversão de *encoding*: `iconv -c-f utf-8 -t dump_bd_eleicoes.sql > dump_bd_eleicoes2.sql`

No exemplo acima o arquivo `dump_gete.sql` foi convertido para o arquivo `dump_gete2.sql`

21 Devido o grande volume de dados, o procedimento demandou muito tempo de processamento do computador (todas as tabelas possuem 3,5 GB). No caso da tabela 'Candidatos' levou 48 horas

6º Com a criação do banco de dados em um servidor dedicado (com sua funcionalidade orientada exclusivamente para processamento de dados), as consultas para análise estatística se tornam mais rápidas. Em computadores pessoais (*desktop*) por exemplo, algumas das consultas levariam horas ou até mesmo não seriam possíveis chegando a “travar” a máquina, porém com o uso do servidor dedicado foi possível realizar análises conectando *softwares* instalados no *desktop* local que se comunicam com o banco de dados central, retornando quase que de imediato informações estatísticas devido sua potência de processamento e capacidade de armazenamento. Como o banco de dados das eleições de 2008 e 2012 trazem informações de todos os municípios do Brasil, foi necessário realizar algumas filtragens, visto que o recorte de pesquisa abrange os municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania. Com uso do banco de dados dos municípios do Brasil, fornecido no site do IBGE²², conectamos a codificação dos municípios do TSE (que é distinta do IBGE) por meio de similaridade de nomes. O surgimento de homônimos entre nomes de municípios necessitou a correção manual das codificações que ficaram cruzadas dos 5.570 municípios. Com a criação de uma tabela que correlaciona a codificação do IBGE com a codificação do TSE, foi possível importar a tabela dos municípios que compõem o programa Territórios da Cidadania e filtrar apenas os municípios a serem trabalhados na pesquisa e exportar as tabelas com informações dos Candidatos, Receitas dos Candidatos, Despesas dos Candidatos, Receitas dos Comitês e Diretórios e Despesas dos Comitês e Diretórios. A exportação dos dados foi feita com uso do *software PGAdmin*²³, que realiza a conexão com o *PostgreSQL*, onde foi aplicado filtro dos municípios pertinentes e na sequência foram criadas novas tabelas em formato CSV com os dados dos candidatos e das redes de financiamento do recorte da pesquisa.

7º Com a criação dos arquivos enfocando o recorte temático e espacial, foi necessário a adequação das informações trabalhadas para a operação do *software* livre *Gephi* para sistematizar as redes de financiamento eleitoral em grafos e

para completar o envio dos dados. Imprevistos como queda de energia ou da *internet* paralisavam o procedimento, necessitando dar continuidade manualmente. Quando o procedimento era interrompido era necessário identificar até qual informação foi enviada para o servidor e, nas tabelas locais identificar o ponto exato de onde deveria dar continuidade (copiando e colando a partir da linha de interrupção).

22 Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm

23 *Software* livre utilizado para construir e executar consultas em banco de dados PostgreSQL. Disponível em <http://www.pgadmin.org/>

também gerar estatísticas de rede utilizando técnicas de ARS²⁴ (Análises de Redes Sociais). Todavia, um problema foi identificado ao converter um banco de dados desenvolvido para fins contábeis em um banco de dados para análises estatísticas no *Gephi*. A lógica de desenvolvimento do banco de dados do TSE é voltada para controle contábil, porém quase que inviabiliza a análise de redes devido a sua estrutura. Um dos principais problemas é a não comunicação entre as tabelas de despesas, receitas e informações dos candidatos. Não havia uma matriz conectiva entre as tabelas fornecidas pelo TSE.

Dois desafios foram encontrados: o primeiro seria resolver o problema da comunicação entre as tabelas e o segundo foi a conversão do banco de dados contábil em um banco de dados de redes para uso no *Gephi*. Para resolver o problema de conexão entre as tabelas foi identificado um erro nas tabelas do TSE onde as colunas que deveriam conter o CNPJ das empresas e comitês doadores não estava preenchido. Em contato com o TSE pela *internet*, estes retornaram e-mail afirmando que os dados estavam todos preenchidos. Foi necessário realizar ligação telefônica para o funcionário lotado no Núcleo de Estatísticas do TSE e explicar detalhadamente onde estava o problema. Mesmo este reconhecendo a falha informou que não seria possível realizar a correção devido à agenda lotada com as novas eleições que estavam para acontecer em 2014.

Para contornar este primeiro problema foi necessário criar um banco de dados isolando apenas as empresas, comitês e partidos e com uso do *software LibreOffice Base* fazer relação com a tabela das receitas dos candidatos cruzando o número dos partidos dos doadores, código do município atribuído pelo TSE e o número do candidato receptor da doação. O mesmo foi replicado para os doadores dos comitês e dos partidos. Adotando este procedimento foi possível conectar todas as tabelas. Para confirmar a confiabilidade das conexões, foi acessado o site do TSE (que possui mecanismo de consulta nas eleições) e realizadas algumas amostragens comparativas entre doadores e receptores de doações.

O segundo problema era converter as tabelas orçamentárias em tabelas com conexões em redes no *Gephi*. Para montar uma rede no *software Gephi*, são

²⁴ Salientamos que o termo Redes Sociais pode ser empregado enquanto conceito e também enquanto metodologia (MARTELETO, 2007). No caso da presente pesquisa foi empregado enquanto metodologia.

necessárias duas tabelas: uma contendo os nós da rede, neste caso seriam os candidatos e os doadores; e uma segunda tabela com as ligações entre estes atores. Para criar a primeira tabela foram agrupados todos os candidatos e doadores em uma única tabela com uma coluna em comum referente ao CPF, quando candidato ou doador são pessoas físicas, ou CNPJ, quando doador era pessoa jurídica, comitê ou partido político. Além da coluna do CPF ou CNPJ, que foi utilizado como identificador para conexão na rede, foram inseridas outras informações sobre os candidatos e os doadores como sexo, idade, escolaridade, ocupação, estado civil, etc. A Tabela 2 traz um exemplo simplificado, com informações fictícias, da tabela dos nós.

Tabela 2 – Modelo fictício de organização estrutural dos nós.

ID	Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil	Candidato ou doador
Núm. de cpf	José	M	32	Ensino Médio	Agricultor	Casado	Candidato
Núm. de cpf	Maria	F	40	Superior Completo	Professora	Solteira	Candidato
Núm. de cnpj	Padaria						Doador
Núm. de cnpj	Banco						Doador
Núm. de cnpj	Comitê						Doador

Organização própria.

Na tabela 2 o CPF e CNPJ foram inseridos em uma coluna única denominada 'ID' em que o *software Gephi* utiliza como o elo conector da rede. Para criar a segunda tabela, onde são estabelecidas as ligações entre os atores da rede, foi necessário cruzar as informações dos doadores e exportar em uma tabela csv o CPF ou CNPJ do doador e o CPF ou CNPJ do receptor (os comitês e partidos integram a rede de receptores, pois também recebem doações durante as eleições). O resultado foi uma tabela para a eleição de 2008 e outra para 2012 com quatro colunas, sendo a primeira preenchida com o 'ID' do doador (no caso o CPF ou o CNPJ) e a segunda coluna com o 'ID' do receptor. Na terceira coluna informa o valor, em reais, da doação e a quarta coluna foi inteiramente preenchida com a informação '*direct*' para que o *software* identifique o direcionamento da doação. A tabela 3 exemplifica com informações fictícias a tabela das ligações.

Tabela 3 – Modelo fictício de exemplo de organização estrutural das relações.

Fonte	Destino	Peso	Tipo
3251516	6516515	632,20	direct
546656	565485	20,00	direct
4846565	523156	50,00	direct
5165465	1321565	100,00	direct

Organização própria.

Na tabela 3 a coluna ‘Fonte’ (*Source*) se refere ao CPF ou CNPJ do doador, a coluna ‘Destino’ (*Target*) faz referência ao CPF ou CNPJ do receptor, a coluna ‘Peso’ (*Weight*) é preenchida com o valor doado e a coluna ‘Tipo’ está informando para o *software* que este grafo é dirigido, ou seja, possui um direcionamento de doador para receptor, porém em determinados cálculos, foi optado por desconsiderar a direção dos nós, como por exemplo, quando calculado o diâmetro da rede.

8º Com a organização das tabelas dos nós e das ligações das eleições de 2008 e 2012, foi possível importar para o *software Gephi* e organizar duas grandes redes de financiamento eleitoral (2008: 340.759 nós e 301.417 arestas, sendo 76,35% dos nós composto por doadores, 22,25% candidaturas ao cargo de vereador e 1,4% candidaturas a prefeito; 2012: 496.046 nós e 378.269 arestas sendo 79,63% dos nós composto por doadores, 19,42% candidaturas ao cargo de vereador e 0,96% candidaturas a prefeito). Para trabalhar com as estatísticas de redes foi necessário desabilitar a visualização gráfica do *Gephi* devido ao grande porte de informações gráficas que resultavam no travamento do computador. Com a criação das redes de ambas as eleições foram executadas todas as operações estatísticas que o *software* oferece: ‘Grau médio’²⁵, ‘Grau ponderado médio’²⁶, ‘Diâmetro da Rede’²⁷, ‘Densidade do Grafo’²⁸, ‘HITS’²⁹, ‘Modularidade’³⁰, ‘PageRank’³¹,

25 Número de conexões que um nó da rede estabelece com outros nós.

26 A densidade de relações de um nó tem com outros nós.

27 Medida de distância entre os nós de uma rede.

28 Define o nível de conexão do grafo. Quanto maior o número de conexões entre os nós, mais denso se torna o grafo.

29 É dividido em dois valores: *Hubs* (valor das conexões que saem de um nós) e *Authority* (soma de todos os *Hubs* em que o nó está conectado).

30 Medida de relações de comunidades da rede.

31 Valor atribuído ao nó de acordo com o número de conexões e também levando em consideração o número de conexões que os nós que o conecta fazem com a rede.

‘Componentes Conectados’³², ‘Coeficiente de *Clustering* médio’³³, ‘Centralidade de autovetor’³⁴ e ‘Comprimento médio de caminho’³⁵. Estas operações resultam em novas tabelas com informações específicas de cada nó (candidato ou doador): ‘Grau’³⁶, ‘Grau de entrada’³⁷, ‘Grau de saída’³⁸, ‘*Weighted Degree*’³⁹, ‘*Weighted In-Degree*’⁴⁰, ‘*Weighted Out-Degree*’⁴¹, ‘*Eccentricity*’⁴², ‘*Closeness Centrality*’⁴³, ‘*Betweenness Centrality*’⁴⁴, ‘*Authority*’⁴⁵, ‘*Hub*’⁴⁶, ‘*Modularity Class*’⁴⁷, ‘*PageRank*’⁴⁸, ‘*Component ID*’⁴⁹, ‘*Strongly-Connected ID*’⁵⁰, ‘*Clustering Coefficient*’⁵¹, ‘*Eigenvector Centrality*’⁵².

9º Como as redes de cada eleição geram arquivos de tamanho significativo (Eleições de 2008 o arquivo geral ficou com 41,3 MB e a de 2012 ficou com 59,8 MB), estes arquivos, quando executados no *desktop* chegaram a consumir 90% de processamento e 14 GB de memória RAM. Com a subdivisão de ambas as redes filtrando em outras sub-redes por território, foram criadas 120 redes das eleições de 2008 e 120 redes de 2012, uma para cada território em cada eleição, totalizando 240 redes. Esta subdivisão, realizada por meio de uma função de filtragem que o *Gephi* oferece, tem como finalidade segmentar a rede para não generalizar todos os atores.

10º Com os 240 grafos criados, foi executada uma segmentação na topologia da rede diferenciando a sub-rede principal de cada território (Componente

32 Número de nós e comunidades conectados na rede.

33 Coeficiente que mede o agrupamento dos nós da rede.

34 Define o grau de importância de um nó de acordo com sua relação a outros nós conectados.

35 Comprimento médio entre dois nós da rede.

36 Número de conexões de um nó.

37 Número de conexões que um nó recebe.

38 Número de conexões que um nó realiza.

39 Valor total de atributo por meio de arestas conectadas ao nó.

40 Valor recebido de atributo por meio de arestas conectadas a outros nós.

41 Valor destinado de atributo por meio de arestas conectadas a outros nós.

42 Maior distância de outros nós do grafo.

43 Medida da centralidade de proximidade entre os nós.

44 Medida de intermediação atribui valor de fluxo transmitido pelo nó com outros nós.

45 Soma de todos os Hubs em que o nó está conectado.

46 Valor das conexões que saem de um nós.

47 Identifica comunidades no grafo.

48 Medida de importância de um nó considerando relações quantitativas e qualitativas de posicionamento do nó na rede.

49 Atribui valor identificando que o nó pertence a uma comunidade de nós que possuem conexões.

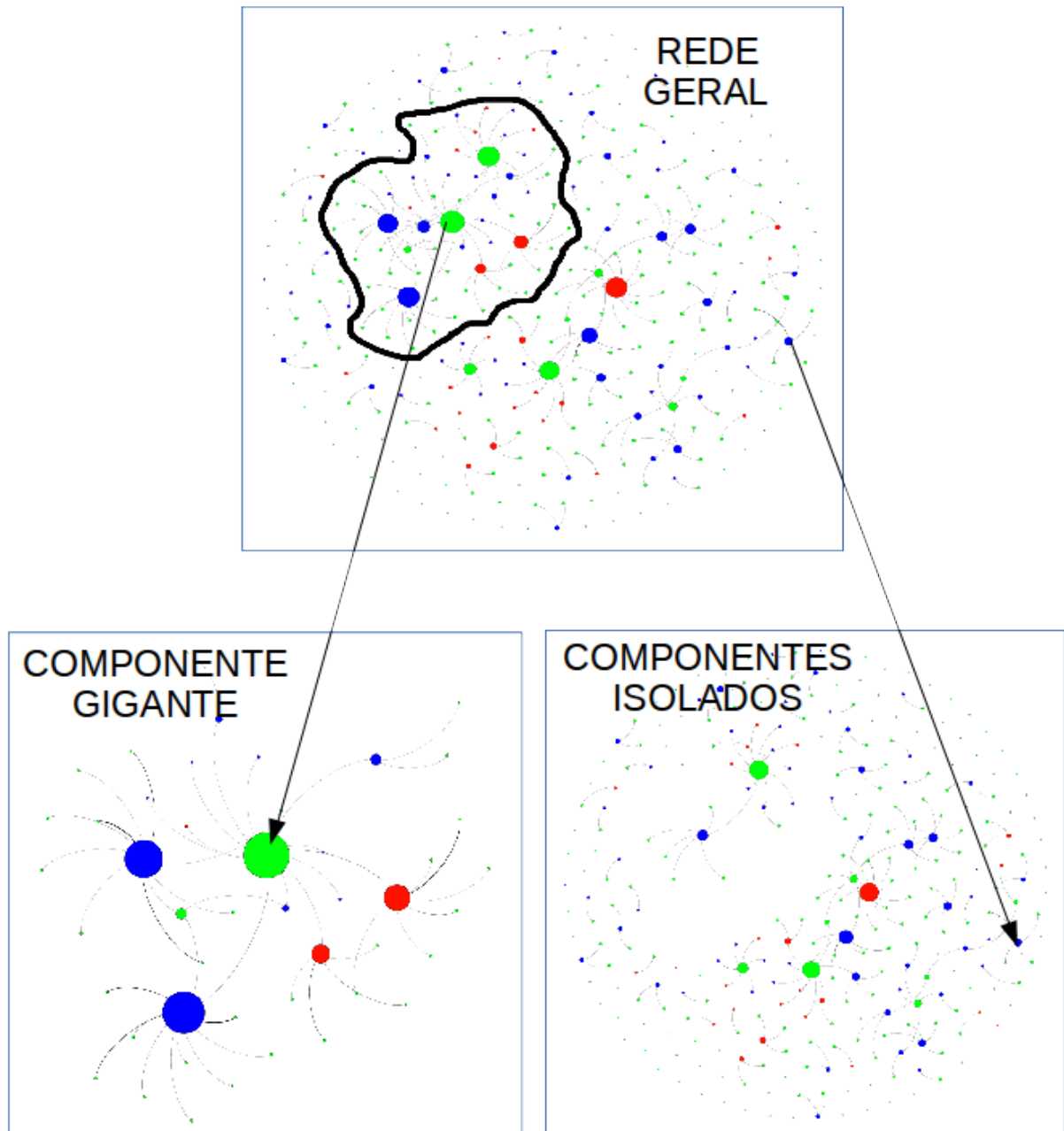
50 Atributo que define quais nós possuem fortes ligações dentro das comunidades do grafo.

51 Grau que o nó tende a um agrupamento.

52 Valor que atribui grau de importância de um nó de acordo com sua relação a outros nós conectados.

Gigante) e as sub-redes periféricas (Componentes Isolados). Na figura 4 foi exemplificada uma rede subdividida em Componente Gigante e Componentes Isolados.

Figura 4 – Divisão de rede geral em componente gigante e componentes isolados.



Fonte: Dados das eleições municipais de 2008 do território 112.
Organização própria.

Na figura 4 o *software Gephi* identificou dentro da rede do território um conjunto de nós conectados que configuram a maior sub-rede, denominando-a de

Componente Gigante. Os demais nós, mesmo possuindo interconexões, são atrelados como redes periféricas ou Componentes Isolados.

Neste processo foram gerados 480 grafos, sendo que cada território estava representado em dois grafos diferentes, um contendo o componente gigante e outro com os componentes isolados. Esta subdivisão foi uma opção metodológica a fim de reexecutar as estatísticas de rede e identificar o posicionamento de cada agente no seu agrupamento específico das sub-redes.

11º Criados os 480 grafos (2008: 120 grafos do Componente Gigante e 120 grafos do Componente Isolado. 2012: 120 grafos do Componente Gigante e 120 grafos do Componente Isolado), foram exportadas as estatísticas da rede em tabelas .csv resultando em 480 tabelas com informações estatísticas de cada território. Todas estas tabelas foram agrupadas e duas tabelas separadas pelo ano (2008 e 2012) preocupando-se em diferenciar, dentro das tabelas, quais informações eram providas das tabelas dos componentes Gigantes e dos componentes Isolados.

12º Os novos dados foram novamente exportados para o servidor *PostgreSQL* gerando um novo banco de dados que, apesar de conter todos os nós das redes, as análises estatísticas dizem respeito a atuação do ator na sua localidade e na sua posição na rede do território. O reagrupamento no servidor possibilitou realizar análise das estatísticas da rede sem necessitar consultar cada uma das redes.

13º Com o banco de dados centralizado, foi utilizado o *software SOFA Statistic* para conectar ao servidor e realizar análises das estatísticas das redes. Este *software*, ao se conectar ao servidor, permite gerar tanto análises estatísticas, quanto gerar gráficos facilitando bastante a operacionalização de consultas.

Os procedimentos acima citados, descreveram a construção e operacionalização do banco de dados analíticos das redes de financiamento eleitoral. Além destes procedimentos, também foi construído um banco de dados dos projetos desenvolvidos em cada Território⁵³. Para isso foram feitos downloads de todos os projetos desenvolvidos nos Territórios, aproximadamente 15 mil projetos. Com todos os projetos em mãos, foi criado um banco de dados local utilizando o

⁵³ Disponível no endereço eletrônico <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>, acessado em 14/11/2014.

software LibreOffice Base onde foram sistematizadas as informações de todos os projetos, identificando aqueles que têm ligação com as mulheres. Com a montagem deste banco de dados foram aplicados filtros temáticos que resultaram em novas tabelas que podem ser cruzadas com o perfil eleitoral de cada Território.

A estruturação de ambos os bancos de dados, das redes de financiamento e dos projetos dos Territórios, possibilita a realização de análises estatísticas cruzando informações tanto das eleições de 2008 e 2012, quanto com os projetos desenvolvidos em cada território. O sucesso eleitoral, em um primeiro momento caracterizado de uma forma geral e em um segundo momento em forma de rede de financiamento eleitoral, será cruzado com informações operacionais de cada Território, deflagrando o perfil do sucesso e a sua relação com os investimentos do Estado nos Territórios da Cidadania. O roteiro de trabalho empenhado na pesquisa para alcançar o objetivo proposto, permitiu demonstrar como foram estruturadas as políticas públicas de superação da desigualdade de gênero, com os dados dos projetos, os dados das mulheres de um modo geral e das redes de financiamento, fechando assim um ciclo que almeja a questão central do trabalho.

O capítulo teve como desafio explorar a complexidade deflagrada no processo da pesquisa desenvolvida na tese, assim como na relação das dificuldades encontradas junto ao grupo de pesquisa (GETE). Compreendemos como fundamental para a pesquisa expor a construção do problema da pesquisa e assim o objeto a ser pesquisado, a justificativa para que a pesquisa seja desenvolvida (justificativa social e teórica) e também a metodologia desenvolvida na trajetória do pesquisador. Comparamos esta seção não apenas com um diário de campo⁵⁴ presente em muitos trabalhos do GETE, mas também a liberdade de informação pregada pelos ideários seguidores da filosofia do *software* livre. Compreendemos que explorar não só a metodologia, como as dificuldades e soluções dos problemas, como sendo de fundamental importância para que futuros pesquisadores possam não apenas reproduzir tais pesquisas, mas criticá-las e até mesmo avançar com novos desafios por meio de um olhar crítico.

54 Com a finalidade de disponibilizar uma rotina possível de ser seguida por outros pesquisadores que pretendem realizar pesquisas semelhantes, ou então deflagrar um confronto dos resultados obtidos.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA, GÊNERO E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

A questão central da tese que gira em torno de entender como ocorre o efeito das políticas de Empoderamento das Mulheres promovidas no programa federal Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012, implica escolhas conceituais que permitem construir a inteligibilidade do fenômeno, bem como colaborar para a transformação do campo da Geografia brasileira. Neste contexto, este capítulo aborda a tradição epistemológica da Geografia Política brasileira em torno do voto e propõe que o resultado das urnas só podem ser compreendidos com análises que superem o resultado das eleições, mas acima de tudo, traga os elementos determinantes da captação de recursos capazes de conquistar o voto. Além disso, o capítulo explora o viés feminista da Geografia Política colocando em destaque a contribuição inovadora desta corrente epistemológica que questiona a hierarquização social, política e econômica com a categorização dos seres humanos a partir das diferenças de gênero, classe e raça. As políticas públicas instituídas pelo programa federal Territórios da Cidadania visa promover áreas com fortes características de exclusão, porém estes são espaços que permitem a reflexão em torno de como o financiamento eleitoral promove a conquista de relações entre atores, que podem ampliar ou não a participação das mulheres na política brasileira.

2.1 A Geografia do Voto e Geografia Política: limites e possibilidades de superação

A discussão da Geografia do Voto enquanto campo de pesquisa no Brasil, vem segmentado como subcampo da Geografia Política. Ao realizar um levantamento nas revistas classificadas no sistema Quális Capes do campo da Geografia, compreendendo o período de 1937 e 2015, trabalho este realizado por Tamires de Oliveira (2015) e disponibilizado no Banco de Dados do Grupo de Estudos Territoriais, foram identificados 14 artigos relacionados a voto e eleições na Geografia.

Lencioni (1984) em seu trabalho 'Conservadorismo e Urbanização: Trinta Anos de Eleições Municipais (1947-1976)' realizou uma análise atrelando a relação

entre participação popular e eleições. Para a autora a “manifestação política da sociedade tem nos votos eleitorais uma das institucionalizações da participação popular. Como instância das expressões políticas locais, são elementos fundamentais para a compreensão da realidade do lugar.” (*id.*, p 63). O trabalho da autora enfatiza uma escala restrita, enquanto procura dar encaminhamento na discussão entre a dimensão política do espaço e a prática do voto.

Trabalhos como de Dorfman (1997) intitulado ‘O Perfil do Eleitor da Baixada Fluminense’; César *et all* (2002) ‘Um Jeito Novo de Fazer Política: O Caso das Eleições Municipais de Londrina’; Silva (2005) ‘Espacialização Demográfica e Voto Distrital nas Eleições Executivas do Ano 2000 na Cidade de Uberlândia (MG)’; Alencar (2005) ‘Reflexões Sobre a Participação dos Assentados nas Eleições Municipais’; Toledo (2007) ‘O Lugar e as Eleições: A Expressão Territorial do Voto no Brasil’; Barros (2010) ‘Eleições no Paraná: 1998 2010’; Rodrigues (2012) ‘Identidade, Política e Eleição no Estado do Tocantins: 1988-2010’; Andrade *et all* (2012) ‘Geografia Política Eleitoral Cabo-Verdiana: Mudança e Continuidade (1991-2011)’; Cunha (2013) ‘A Relação Entre a Distribuição Dos Votos e as Ações dos Vereadores no Município do Rio Grande nas Eleições de 2004’; Augusto *et all* (2013) ‘Geografia Eleitoral e a Decisão do Voto: Estudo a Partir da Identificação Partidária’, abordam a questão eleitoral na Geografia. Porém destacamos três trabalhos que abordam a questão do financiamento eleitoral sob a perspectiva do conceito de gênero. Azevedo (2012) no artigo ‘O ‘preço’ do Voto e os ‘custos’ Sociais das Campanhas Eleitorais no Brasil’ problematiza os gastos eleitorais a partir das eleições de 1994. O autor, além de expor os exorbitantes valores eleitorais revela alguns agentes doadores como empresas, comércio, bancos, etc.

Schurr (2012) com seu artigo ‘Pensando Emoções a Partir de uma Perspectiva Interseccional: As Geografias Emocionais das Campanhas Eleitorais Equatorianas’ onde a autora aborda a questão emocional de grupos que iniciam suas atividades na vida política do Equador a partir da década de 1990 como as mulheres, indígenas, afro equatorianos, etc. Além do trabalho de Schurr (*id.*), destacamos o trabalho de Junkes, *et all* (2015) ‘Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: A Dinâmica Estrutural da Exclusão e Marginalização Feminina no Poder Político’, por

abordar pela primeira vez a questão das redes de financiamento eleitoral nas Geografias Feministas no Brasil. Os autores realizam uma abordagem estatística e utilizam as Análises de Redes Sociais (ARS) para identificar como foi o posicionamento das mulheres nas redes de financiamento da eleição de 2010. O trabalho contribui muito neste campo ao evidenciar que, mesmo com a presença de mulheres candidatas, existe uma periferação das suas posições sociais nas redes financeiras dos partidos, resultando em um maior enfoque na candidatura masculina.

No campo da Geografia Política, segundo Agnew, Mitchel e Toal (2003) é importante considerar na contemporaneidade a divisão do poder e sua lógica de organização entre centro e margem. Para estes autores, mesmo com as mudanças históricas da Geografia Política, o campo ainda preserva determinados padrões de operação das relações políticas como o exercício de poder, resistências, ordem e margem. A Geografia Política para eles trata de como se erguem e derrubam os limites entre as pessoas e suas comunidades ou como a ordem mundial baseada nos princípios de organização geográfica (como os impérios, os sistemas de estado e as relações materiais e ideológicas) são estabelecidos e derrubados e ainda como os processos materiais e os movimentos políticos reorganizam o mapa político do mundo.

Para Agnew, Mitchel e Toal (*id.*) as barreiras, fronteiras ou limites não são apenas internacionais, mas também operam entre regiões dentro de países ou ainda entre vizinhanças dentro de cidades. Os limites ou barreiras são conceituais e ideológicos, tanto quanto econômicos e físicos e portanto a política também não é simplesmente orientada pelo Estado, mas inclui a organização coletiva de grupos sociais para opor essa ou aquela atividade ou perseguir objetivos que transcendem as fronteiras políticas. Os movimentos políticos podem ser inclusivos e abertos, questionando as estruturas de poder e sempre tensionando os limites da expressão da liberdade humana. Alternativamente, eles também podem ser fechados e exclusivos para mudar, radicalmente perseguindo o retorno a um passado idealizado ou universo moral simplificado, coagindo as possibilidades de liberdade humana.

Há muitos tópicos tratados no âmbito da Geografia Política como o nacionalismo, o território, as eleições, o comércio, as instituições do Estado, a

cidadania, a resistência, os movimentos sociais, práticas políticas cotidianas e identidades. Tal ecletismo traz uma certa dificuldade em caracterizar o campo.

Apesar disso e embora haja uma longa trajetória da Geografia Política que se pode resgatar, o presente trabalho busca ampliar o estabelecimento de uma Geografia Política contemporânea⁵⁵. Nos anos 90 a Geografia Política foi fortemente influenciada pela força teórica dos argumentos de David Harvey (1989)⁵⁶ e Peter Jackson (1989), fazendo surgir uma vertente que traz como elementos as identidades e as diferenças culturais como a etnicidade, a religião e a linguagem, trazendo para as abordagens do campo as chamadas políticas da diferença.

O reconhecimento dos elementos culturais que estabelecem diferenças sociais acabam por construir a ideia das relações de poder que são instáveis e de difícil enquadramento em um campo de forças de identidades estáveis, conforme argumenta Blacksel (2006).

Staeheli e Kofman (2004) argumentam que no começo do século XXI os termos como ‘pertencimento’ e ‘inclusão’ são constantes nos argumentos da Geografia Política, notadamente porque eles falam sobre processos de democratização e da incorporação dos sujeitos políticos como cidadãos. Estas geógrafas políticas sustentam que a promessa de garantia de cidadania e direitos universais passaram a ser questionadas, pois mesmo frente ao estabelecimento de mecanismos formais de democracia, havia grande parte de ideias particulares e de marginalização de grupos sociais que eram excluídos dos processos de participação política. Várias experiências de grupos sociais marginais, durante muito tempo, estiveram ausentes dos estudos da Geografia Política e as mulheres em geral constituíram um destes grupos.

Kofman (2005) compreende que a abordagem feminista traz importantes desafios para o campo da Geografia Política. A perspectiva feminista se preocupa em estudar o poder nos lugares e espaços, por meio das relações de gênero. Contudo, o campo que se denomina Geografia Política Feminista vai muito além de

55 Pode-se dizer que as ideias em torno da relação entre a organização política dos espaços e as ligações entre lugares e política, antecedem o próprio termo ‘Geografia Política’. Parker (1998) por exemplo traz pensadores como Aristotles, Thucydides, Sun Tzu, Machiavelli, Hobbes, Montesquieu, Madison, Rousseau e Hegel. Há ainda os considerados pais fundadores da Geografia Política, segundo Kofman (2005), o geógrafo inglês Halford Mackinder (1861—1947) e o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844—1904) que também trazem a ideia de organização política do Estado (território).

56 No Brasil a obra foi lançada em 1992 com o título: A condição pós-moderna pela editora Loyola.

considerar apenas a inclusão das mulheres e do gênero como temas, mas contempla um repensar como as Geografias Políticas podem trazer diferentes perspectivas de compreensão entre a política, o poder e as diferentes formas de atividades políticas em que as pessoas estão engajadas. Esta perspectiva tem como ponto fundamental ultrapassar as abordagens sobre os Estados, Nações e Cidadania, mas também trazer para a análise da Geografia Política a vida cotidiana.

Falar em política na abordagem feminista, segundo Kofman e Peake (1990), implica entender como a política é uma atividade relevante, tanto para a esfera pública, como para a esfera privada das relações sociais, manifestando-se em cooperação, negociação e luta pela produção e distribuição de recursos e isso envolve a capacidade de agentes e instituições nas transformações sociais.

Para uma perspectiva da Geografia Política Feminista é necessário considerar a realidade para além dos focos formais das esferas públicas e dos espaços. As relações políticas devem ser entendidas de forma expansiva abordando processos e relações que tragam a compreensão da exclusão, opressão e marginalização. A Geografia Política Feminista está preocupada com a transformação social e se compromete em ir além da compreensão das instituições formais convencionais da política e abarcar as práticas sociais que muitas vezes podem estar além dos limites convencionais das políticas de Estado.

Estas inovações trazem o problema da escala como ponto fundamental da Geografia Política, notadamente a discussão da construção social da escala geográfica. Castro (1995) discute no Brasil o tema e argumenta que a realidade pode ser compreendida por qualquer escala, não havendo uma determinação para interpretação geográfica. A escala é construída no processo de pesquisa e, como argumentado por Sheppard e McMaster (2004), a escala é espacialmente e temporalmente fluída, pois os processos sociais estão presentes em várias escalas geográficas.

É justamente a ideia de escala que possibilitará à perspectiva feminista construir a visibilidade das mulheres nas relações de poder que envolvem as campanhas eleitorais. O ramo chamado 'Geografia Política Eleitoral', segundo Blacksel (2006), tem chamado atenção mais da ciência política do que da própria Geografia. Os padrões espaciais de resultados eleitorais podem construir uma

visibilidade do poder, possuindo determinados enraizamentos territoriais que, tomados do ponto de vista da escala, podem ser bastante enriquecedores para compreender as relações de gênero na organização das redes de financiamento de campanhas políticas municipais.

Staeheli, Kofman e Peake (2004), em sua análise sobre a Geografia Política Feminista, argumentam que o campo científico foi produzido com base em três abordagens sobre a política que são sobrepostas: a abordagem da política como distribuição, a política como antagonismo e a política como constitutiva. Estas geógrafas políticas defendem que as questões que envolvem gênero são fundamentais para compreender a política distributiva, que evidencia a distribuição do poder sobre os recursos e privilégios da sociedade por meio de adquirir a capacidade de controle das instituições e de usar a distribuição dos recursos para atingir determinados objetivos. A política como antagonismo considera as coalizões de grupos e interesses, evidenciando a complexidade das alianças que são movidas justamente para dominar a política distributiva de recursos. A maior parte das abordagens da política como antagonismo incluem os processos eleitorais e sua relação com a implementação de políticas do Estado e de acordos de várias escalas territoriais.

Apesar das ideias de política como distributiva e da política como antagonismo possuem uma fundamental perspectiva de gênero a ser explorada, é na ideia da política como constitutiva que a perspectiva feminista se desenvolve com mais força. A abordagem da política como constitutiva implica compreender a política como um processo contínuo, no qual as sociedades são constituídas através de tensões e lutas. Tensões e lutas que são complexas e polivalentes, envolvem ações, comportamentos e recursos, tanto em espaços formais do Estado como das escalas do bairro, da casa, do local de trabalho, da comunidade religiosa e da mídia. Essas lutas têm um forte elemento em torno do reconhecimento da personalidade e sobre suas significações na formação de sociedades democráticas.

A perspectiva da política como constitutiva teve grande reforço com a virada da Nova Geografia Cultural assim como na Geografia Feminista no mesmo período da década de 1970. A política passou a considerar a cultura e também os aspectos identitários que trouxeram novos locais e arenas que ultrapassavam o Estado e as

instituições formais, alterando a forma como a política podia ser compreendida e também espacializada. A perspectiva de gênero se legitimou nesse processo e também ganhou ênfase na Geografia Política que tem produzido um discurso crítico sobre as maneiras pelas quais as distribuições e antagonismos de atores políticos formam e transformam as sociedades.

O complexo relacionamento dos diversos atores no processo de constituição social pode ser explorado por diversas estratégias teórico-metodológicas, dentre elas o mapeamento e análise dos compromissos realizados através do financiamento de campanha eleitoral entre candidatas (os), diretórios, comitês partidários e seus financiadores privados, configuram um recurso privilegiado.

As pesquisas sobre financiamento político são escassas e, em geral, realizadas tendo como unidade de análise dos atributos de atores específicos. Segundo Adla Bourdoukan (2009) o campo tem sido marcado por um grande número de estudos “pouco analíticos” e normativistas.

A perspectiva constitutiva, tal qual assumida para esta pesquisa, contribui para a superação deste quadro somando aos vários esforços que têm sido realizados no Brasil. Destaque para os trabalhos desenvolvidos pela organização Transparência Brasil, do Instituto Ethos e da *Transparency Internacional*. No âmbito acadêmico dispomos de várias pesquisas sobre a dinâmica do processo e comportamento eleitoral, tais como de David Fleischer (2002) em seu artigo ‘As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)’ que faz uma análise quantitativa dos partidos políticos que mais venceram as eleições, enfocando nos principais partidos políticos (PT, PPS, PSDB, PFL, PMDB, PPB, PDT, PSB, PTB e PL). O trabalho traz grande contribuição por apresentar um quadro comparativo regional por partido político. Já Araújo (2004) em seu artigo ‘Financiamento de campanhas eleitorais’, ao abordar a questão do financiamento, problematiza o impacto que agentes ligados a economia são passíveis de intervenção nos interesses políticos. O autor faz um apanhado geral sobre o panorama de financiamento eleitoral em países como Alemanha, Estados Unidos, Canadá, França e Itália, concluindo que uma reforma política eleitoral se faz emergencial no Brasil.

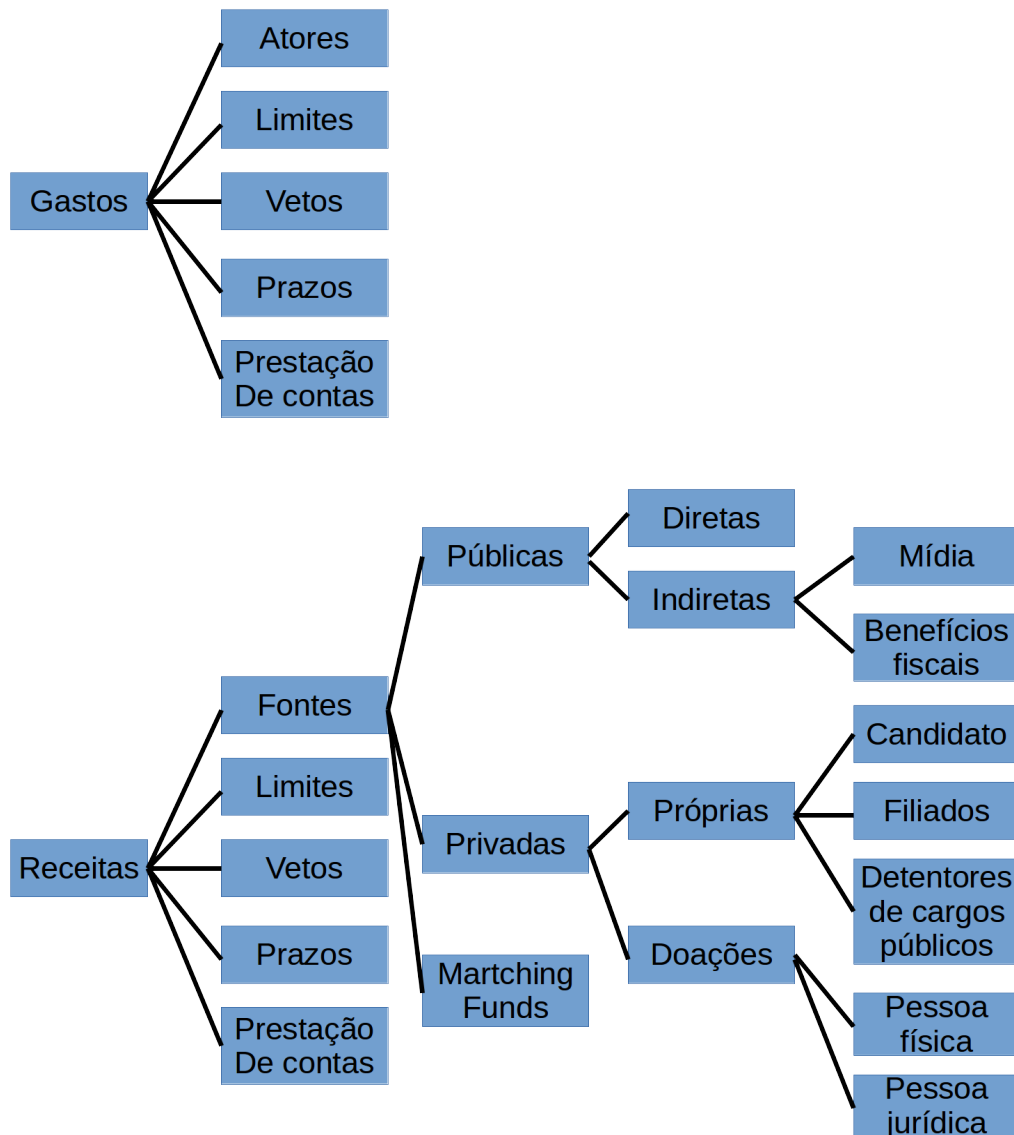
Deniel Zovatto (2005) no artigo ‘Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada’ realiza uma análise regional

do sistema de financiamento eleitoral de dezoito países da América Latina averiguando tendências e efeitos da política eleitoral no sistema democrático. Dentre os efeitos, o autor destaca a corrupção que embebede o sistema eleitoral e como consequência transpassa ao sistema político e interfere nas ações do Estado. Rubio (2005) também destaca em seu artigo 'Financiamento de Partidos e Campanhas' a existência de uma agenda Latino-americana para discutir os problemas de corrupção eleitoral envolvendo financiamento de campanhas. Como reflexo dos problemas de corrupção, o autor destaca um estudo que posiciona os partidos políticos como sendo um dos últimos colocados em matéria de confiança entre a população Latino-americana. Em primeiro lugar estaria a Igreja, Bancos, Forças Armadas, Televisão, etc. Outra pesquisa realizada no Fórum Econômico Mundial em 2004, Rubio observa o índice de desonestidade que atinge 87% da América Latina, valor acima da média mundial que fica em torno de 63%.

O artigo 'Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002 – 2006)' Marcelo Baquero (2007) realiza uma análise qualitativa comparando ambos os pleitos eleitorais através do conceito de Empoderamento Político. O conceito é trabalhado comparando a mudança discursiva de um candidato a fim de obter o sucesso eleitoral. O artigo demonstra, por meio de análise da opinião pública, que a mudança discursiva de um candidato eleito interfere na opinião pública.

No trabalho 'O Bolso e a Urna: financiamento político em perspectiva comparativa' Bourdoukan (2009) analisa a disseminação e os resultados gerados pelo financiamento público de partidos e campanhas eleitorais. Seu trabalho contribui com a descrição do sistema de financiamento eleitoral de diversos países comparando com o sistema Brasileiro. O autor cria um quadro exemplificando o sistema de financiamento dividido em gastos e receitas, conforme figura 5.

Figura 5 – Organograma do sistema financeiro eleitoral.



Fonte: Bourdoukan, 2009.

O sistema é de grande complexidade, pois existem relações de diversas variáveis que se entrecruzam no sistema e demandam pesquisas específicas para sua compreensão. Como o sistema é dividido entre Gastos e Receitas em um sistema lógico contábil, dificuldades surgem ao tentar correlacionar agentes que podem estar posicionados tanto como doador e prestador de serviços.

Além do trabalho de Bourdoukan (*id.*), citamos outros trabalhos como de Carvalho (2009) intitulado ‘Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil’ que explora a Geografia do Voto dos deputados federais eleitos em cidades com regiões metropolitanas no Brasil. Trabalho parecido com o de Cervi (2010) intitulado ‘Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado’ onde o autor enfoca na relação regional, das grandes capitais e o financiamento eleitoral.

Também citamos Peixoto (2009) com o trabalho ‘Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada’ em que o autor analisa o financiamento dos partidos políticos no Brasil comparando com outros 96 países. O trabalho se divide em duas frentes sendo a primeira analisando o nível de transparência dos recursos destinados aos partidos e a segunda é sobre o controle que o Estado exerce a respeito dos financiamentos dos partidos.

Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) no artigo ‘Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006’ os autores correlacionam os dados financeiros com base nos relatórios disponibilizados pelo TSE das eleições de 2002 e 2006 para o Congresso Nacional.

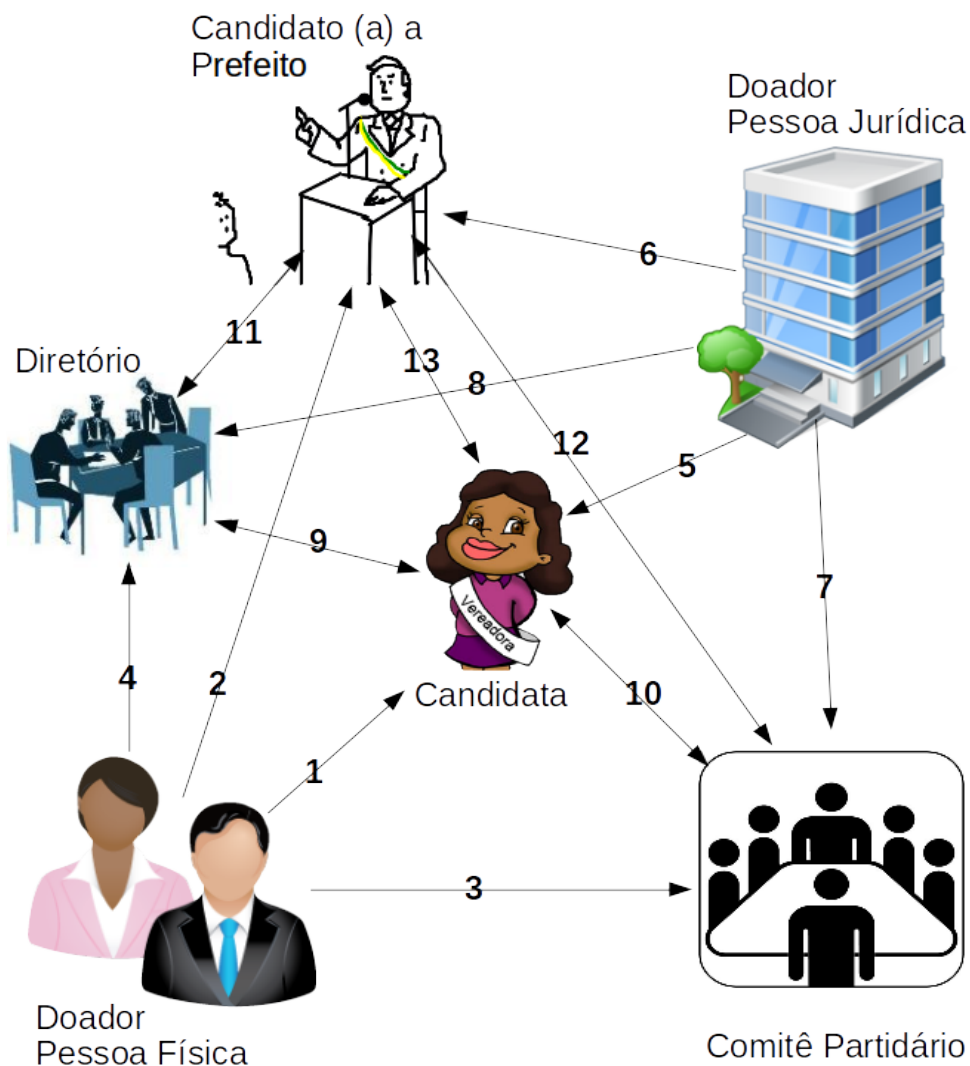
Além dos trabalhos já mencionados, destacamos os trabalhos de Boas, Hidalgo e Richardson (2013), Simone Bohn (2009), José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão (2012) que observam o fenômeno sobre a perspectiva de gênero. Os estudos realizados caracterizam perspectivas descritivas com ênfase em recursos quantitativos. Poucos trabalhos exploram a estrutura formada pelas redes de financiamento. Neste contexto repousa a contribuição da presente proposta, que também se vale de ferramentas oferecidas pela Análise de Redes Sociais (ARS) para compreender tais relacionamentos, em específico nos municípios que fazem parte do programa federal Territórios da Cidadania.

A dinâmica de financiamento eleitoral é uma rede social porque contém relacionamentos que conectam atores por meio de transações de determinado recurso, no caso, as doações efetuadas. Assim, doadores e receptores de recursos assumem a condição de *nós* de uma rede e cada conexão estabelecida pelas

doações, a de *arestas*⁵⁷. A vantagem da análise proposta é que ela permite observar não apenas dados quantitativos, mas uma topologia, a partir da qual é possível detectar posicionamentos centrais e periféricas e identificar comunidades (grupos de atores que apresentam uma relação interna mais intensa), entre outras características próprias dos relacionamentos. Em outras palavras, a análise das redes de financiamento eleitoral, para além da estatística convencional, permite a descrição estrutural de um conjunto de relações constitutivas, além de todos os cálculos de medidas estatísticas. Os papéis estabelecidos a partir do financiamento político podem ser descritos de forma simplificada no modelo hipotético representado na figura 6.

⁵⁷ Na construção da rede, à exceção dos financiadores privados (pessoas jurídicas e físicas que não sejam candidatas), cada um dos atores pode aparecer no papel de doador e/ou no papel de receptor de doações. Neste caso, o ator estará representado por dois diferentes nós.

Figura 6 – Modelo de papéis estabelecidos a partir do financiamento político.



Organização Própria.

No modelo apresentado na figura 6, baseado no trabalho realizado com as redes de financiamento, são identificados 6 atores. Cada ator pode realizar doações direcionadas para outros atores assim como para si. Como elemento central, foco da presente pesquisa, posicionamos as candidatas ao cargo de vereador. Com o intuito de explorar de forma mais simplificada optamos por enumerar cada tipo de doação a ser descrito abaixo por ator:

- **Doador Pessoa Física:** Realiza doações unidirecionais tanto para a Candidata ao cargo de Vereador (1) quanto para Candidatas(os) a Prefeita(o) (2). Também podem fazer doações para Comitês Partidários (3) e Diretórios (4).

– Doador Pessoa Jurídica: realiza doações diretamente para Candidatas ao cargo de Vereador (5), Candidatas(os) a Prefeita(o) (6), Comitês Partidários (7) e Diretórios (8). Todas doações unidirecionais.

– Candidata ao cargo de Vereador: Recebem e realizam doações de Diretórios (9), Comitês Partidários (10) e Candidatas(os) para Prefeita(o) (13). Recebem doações de Pessoas Jurídicas (5) e Pessoa Física (1). As Candidatas ao cargo de Vereador se portam tanto como receptoras quanto doadoras (doações unidirecionais e bidirecionais).

– Candidata(o) a Prefeita(o): Recebem e realizam doações de Diretórios (11), Comitês Partidários (12) e Candidatas(os) ao cargo de Vereador (13). Recebem doações de Pessoas Jurídicas (6) e Pessoa Física (2). As candidaturas a prefeito se portam tanto como receptores quanto doadores (doações unidirecionais e bidirecionais).

– Diretório: Recebe e realiza doações de Candidatas(os) a Prefeita(o) (11) e Vereador(a) (9). Recebem doações de Pessoa Jurídica (8) e Pessoa Física (4) (doações unidirecionais e bidirecionais).

– Comitê Partidário: Recebe e realiza doações de Candidatas(os) a Prefeita(o) (12) e Vereador(a) (10). Recebem doações de Pessoa Jurídica (7) e Pessoa Física (3) (doações unidirecionais e bidirecionais).

Ao verificar o modelo e as redes de doações, dois atores se destacam como mediadores que podem ocultar o direcionamento de recursos que são os Diretórios e os Comitês Partidários. Ambos recebem doações de todos os atores e realizam doações para os candidatos. Quando as doações são diretas entre pessoas físicas, jurídicas e os próprios candidatos, fica evidente que existem relações de interesse entre estes, porém quando são feitas doações para comitês e diretórios, estes acabam tomando a decisão de qual candidata(o) terá maior enfoque, visto que neste ponto surge uma lacuna nos bancos de dados do TSE. Apesar de existirem transferências diretas entre os comitês e diretórios para as candidatas(os), também existem ações desenvolvidas pelo comitê, porém que não é evidenciado nas prestações de contas (por exemplo panfletagem ou contratação de carros de som feitos pelo comitê podem até constar nas despesas, porém não é identificado para quem estes panfletos e carros de som estão fazendo propaganda eleitoral). Esta

lacuna pode ser preenchida com pesquisas pontuais em período eleitoral, porém como o presente trabalho é orientado para os municípios do programa federal Territórios da Cidadania, com escala nacional de eleições já ocorridas, compreende-se como inviável o esforço em compreendê-la.

Mesmo aparentando complexa as relações entre os atores, compreendemos que o recorte de gênero, ao diferenciar mulheres e homens na rede de financiamentos ganha novo patamar de complexidade. Para isso pretendemos aprofundar na próxima seção a discussão da Geografia Política Feminista.

2.2 A Geografia Política Feminista

A presente seção tem como objetivo construir um alinhamento teórico abordando o movimento feminista nas eleições. Trazendo tanto um resgate histórico da participação das mulheres no Brasil e sua relação com o movimento internacional e na sequência discutir as Geografias Feministas evidenciando as três mudanças e encaminhamentos para a discussão das eleições para além da questão da distribuição espacial do voto, mas deflagrando o perfil das candidatas e o sucesso incorporando a ideia de posicionalidade na rede de financiamento eleitoral.

A discussão da equidade de gênero e a luta para sua representação no Estado é longa. Novellino (2006) identifica seis momentos históricos para o movimento feminista brasileiro, sendo: Feminismo cívico, Feminismo populista, Feminismo revolucionário, Feminismo acadêmico, e Feminismo institucional. Para a autora o primeiro movimento, Feminismo cívico, enfocava no sufrágio eleitoral. Este período se iniciou ainda durante a República Velha e teve destaque da jornalista Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) com a fundação do Partido Republicano Feminista (PRF) em 1910, que apesar da denominação “Partido” era composto por sujeitos sem direitos políticos e que tinham como principal bandeira o direito das mulheres ao voto, emancipação das mulheres e acesso a cargos públicos sem discriminação de sexo. Apesar das muitas lutas, inclusive com manifestações que reuniu cerca de 90 mulheres em 1917, o PRF perde força no início da década de 1920.

Apesar do enfraquecimento do PRF, tanto Souza (2010) quanto Novelli (2006), concordam que o final da década de 1910 presenciou a intensificação das

ações feministas no Brasil. Nomes como Berta Lutz, recém-vinda da França e com forte influência feminista provinda deste país, e Maria Lacerda de Moura, professora e escritora, criaram no Rio de Janeiro a 'Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher', rebatizada tempo depois em 'Liga pelo Progresso Feminino'. A parceria de Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura durou pouco. Segundo Novelli (2006), Berta Lutz representava um grupo feminista que lutava pelos direitos das mulheres, porém sem questionar o modelo patriarcado. Já Maria Lacerda de Moura, comunista convicta, lutava pelas longas jornadas de trabalho das mulheres de classe baixa e contra o assédio dos seus chefes e patrões.

Em paralelo a esta disputa que ocorria no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, em 1919 o Senador do Pará, Justus Chermont, apresenta o projeto de lei que estendia o direito de voto às mulheres, porém não conseguiu sua aprovação. Pela conjuntura de luta por direitos das mulheres no Brasil, em 1922 a 'Federação das Ligas pelo Progresso' se converte em 'Federação Brasileira para o Progresso', tendo Berta Lutz a frente, assume os objetivos:

promover a educação feminina e elevar o nível de sua formação escolar; proteger mães e crianças; conquistar uma legislação trabalhista para a mulher; expandir sua consciência política e social; assegurar os direitos políticos garantidos à mulher pela Constituição e instruí-la no exercício inteligente desses direitos; fortalecer os elos de amizade com outros países americanos, assim como garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental (NOVELLI, 2006, p. 4)

Em 1927, segundo TSE (2015), as primeiras mulheres tiveram o direito de votar e serem votadas sem distinção de sexo no estado do Rio Grande do Norte. Este marco posiciona este Estado como pioneiro no Brasil no que tange o voto das mulheres. Segundo TSE (*id.*), também foi no Rio Grande do Norte que a primeira mulher foi eleita à função de prefeita. Alzira Soriano assume o poder do executivo em 1929 na cidade de Lages.

O movimento feminista brasileiro recebeu forte influência internacional. Marques (2013) aponta a *National American Womens Suffrage Association* (posteriormente renomeada para *National Women's Party*), liderada por Carrie Chapman Catt, como responsáveis por pressionar o governo dos EUA, conseguindo o direito de voto de todas as mulheres nos EUA. Neste mesmo ano Bertha Maria Julia Lutz, segundo Marques (*id.*), funda a 'Federação Brasileira pelo Progresso

Feminino' (FBPF) logo após ser eleita vice-presidente da 'Sociedade Pan-Americana na Liga das Mulheres Eleitas' realizado nos Estados Unidos. Marques (*id.*) destaca a importância de Lutz nas conquistas políticas das mulheres neste período pelo seu engajamento e posicionamento frente aos vários movimentos feministas internacionais. Com os vários problemas financeiros e a tensão que surge na América Latina, o governo Norte-Americano incita a realização de várias conferências pelo continente com a finalidade de criar um diálogo político surgindo conferências deliberadas por feministas dos EUA em vários países da América Latina.

Na conferência de Montevideu, ocorrido em 1933, Lutz assume posição em que defende “a condução política cautelosa das reformas dos direitos das mulheres nas Américas” (*id.* p. 928). Neste contexto, Lutz acaba confrontando com a proposta de Doris Steves (grupo feminista Republicano), representante feminista Norte Americana da *National Women's Party* (NWP) que defendia a criação da Comissão Interamericana de Mulheres com uma pauta que propunha que a igualdade de gênero superaria toda forma de desigualdade social. Porém, Lutz acaba se alinhando com a posição do grupo feminista Democrata *League of Women Voters* (LWV) que defendem a regularização do trabalho feminino e a proteção da maternidade, reconhecendo direitos diferentes entre as mulheres e os homens, porém com políticas de proteção as diferenças entre os sexos. Para, Marques (2013, p. 933)

a controvérsia sobre a igualdade versus proteção polarizou o campo político feminista nos EUA e transbordou para fora do país. Para se fortalecerem internamente, os grupos feministas buscaram alcançar visibilidade internacional e atuar junto às esferas diplomáticas, a fim de fazer valer seus pontos de vista.

Marques (*id.*) salienta que em 1931, sucedendo a conferência de Montevideu, grupos empresariais que apoiavam a NWP, liderados pela fundação Carnegie, encaminhou para o Itamaraty ofício solicitando informações sobre as condições jurídicas que as mulheres viviam no Brasil. Em resposta, o Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, informa que havia sido montado uma comissão de juristas com propósito de realizar uma revisão na legislação brasileira com o compromisso de propor o direito ao voto para as mulheres. Importante observar a influência de

atores internacionais, tanto da *National Women's Party* (NWP) quanto da *League of Women Votes* (LWV), na configuração da política para as mulheres e também na dinâmica da 'Federação Brasileira pelo Progresso Feminino' (FBPF), apesar desta última se posicionar no alinhamento ideológico da LWV.

Conforme Souza (2010), mesmo sem sucesso no congresso brasileiro, as alas menos conservadoras da sociedade, notadamente o movimento feminista ligado a FBPF, continuaram sua luta e por meio de muita pressão em 1932 as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto. Todavia a mulher necessitava da autorização do marido para o exercício desse direito⁵⁸. O artigo 2º do Código Eleitoral, segundo TSE (2015), relatava o seguinte: "É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código". Segundo Souza (2010, p. 71):

Esse direito permitiu que as mulheres fossem representadas na Câmara dos Deputados por Carlota Perreira de Queiroz, eleita Deputada Federal em 1933, e por Bertha Lutz, candidata pela legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, como representante da Liga Eleitoral Independente, entidade por ela criada também em defesa dos direitos da mulher. Em 1932 obteve a primeira suplência e, em 1936, ocupou uma cadeira na Câmara em virtude da morte do titular, Deputado Cândido Pessoa

Apesar da influência e proximidade entre as feministas da NWP, conforme Marques (2013), surge um mal-estar entre feministas americanas e europeias e as feministas latino-americanas. Isso fica evidente em uma leitura do contexto feito por uma feminista cubana que, segundo Marques (*id.*) compreende que as americanas e europeias olhavam a América Latina com enfoque colonizador, onde pretendiam impor um feminismo "culto" as mulheres "atrasadas".

Frente a este estranhamento, a comissão brasileira, representada por Bertha Lutz, propôs o seguinte projeto na conferência de Montevideu (MARQUES, p. 935, *id.*) a ser executado no Brasil:

1. Abolição de todas as restrições da capacidade jurídica, econômica e política da mulher, especialmente:
 - a) revogação dos textos legais que limitam a capacidade da mulher casada;

58 É importante lembrar que segundo o decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, as mulheres só poderiam votar com a autorização do marido. As mulheres viúvas e solteiras poderiam votar apenas se possuíssem renda própria.

b) princípio do igual trabalho, igual salário, sem distinção de sexo ou estado civil.

1. Igualdade completa de direitos entre ambos os sexos.
2. Nacionalidade independente da mulher casada.
3. Seguro maternal.
4. Na elaboração de leis concernentes ao lar, à maternidade, à infância e ao trabalho feminino, é obrigatória a consulta à mulher, por intermédio de associações femininas representativas.
5. Nos sindicatos em cujo quadro social existirem mulheres, é obrigatória, por lei, a inclusão de, ao menos, uma mulher na direção.
6. Na legislação de funcionários públicos será assegurada a igualdade de condições aos cidadãos, sem distinção de sexo ou estado civil e mantidas as disposições da lei de licença referente à maternidade.

Em 1936 Lutz assume o mandato de deputada federal⁵⁹ trazendo a agenda proposta em Montevideu e tensionando a criação do Departamento Nacional da Mulher e criação da Comissão do Código Feminino, segundo Novelli (2006), em 1937 com apoio da FBPF, proposta esta enfraquecida com o fechamento do Congresso em 10 de novembro de 1937 e com a instauração do Estado Novo (1937 – 1945). Novelli (*id.*) destaca o enfraquecimento do movimento feminista, assim como de todos os movimentos sociais. Mesmo com o fim da ditadura, a FBPF perde força, porém a ‘União Feminista Brasileira’ (fundada em 1935) e a ‘Aliança Nacional Libertadora’ se mantêm com propósitos de lutar por melhores condições de trabalho e de vida para as mulheres. Ambos os movimentos, apesar de manter o sufragismo em suas pautas, ganharam força na luta por outras condições onde as mulheres eram redimidas pela sociedade patriarcal deste período.

Somente com a Constituição de 1946, segundo Souza (2010), o voto se torna obrigatório, sem distinção entre homens e mulheres, podendo estas últimas tanto votar como serem candidatas. Segundo TSE (2015), apesar de o voto ser secreto, somente as mulheres que trabalhavam remuneradamente eram obrigadas a votar. Este fato só foi modificado com a edição do Código Eleitoral em 1965.

Outro avanço surge em 1985, onde os analfabetos ganham o direito de votar. Levando em consideração que, segundo o IBGE (2015), na década de 1980, 27,1% das mulheres adultas estavam analfabetas isto se configura como grande avanço para as mulheres.

Em 1979 a primeira mulher ocupa um cargo no Senado. Eunice Michiles assume o cargo com o falecimento do senador João Bosco de Lima, porém somente

59 Esta era suplente nas eleições de 1934.

em 1990 duas mulheres ocupam cargos no Senado por votação direta, a partir da vitória de Júnia Marise, (PRN - Minas Gerais) e Marluce Pinto (PTB - Roraima).

Mesmo com todos os avanços, relacionados ao direito de voto conquistado pelas mulheres, a sua participação enquanto candidatas continua a ser bastante reduzida. Enquanto candidatas eleitas, pouco se ultrapassou a média dos dez por cento, se comparado a participação masculina, tanto em nível Municipal, como Estadual e Federal⁶⁰. Secor (2005) em seu texto *Feminizing Electoral Geography* afirma que, a fim de solucionar o problema de desigualdade de gênero, alguns países como a França adotaram medidas mais radicais. Neste país foi criada uma lei que obriga que todos os partidos tenham número igual de homens e mulheres candidatos. A autora questiona esta medida afirmando que a presença paritária de mulheres não significa mudança no sistema político. Questiona se a representação de uma mulher pode ser melhor ou pior do que a representação de um homem.

Na Espanha, segundo Hernández (2015) foi incluso na Lei Orgânica 3/2007 em que exige a obrigatoriedade da paridade de no mínimo 40% de candidaturas para vereadores de um dos sexos e no máximo 60% de outro sexo. Mesmo com a legislação em vigor, o autor questiona a ilegalidade dos partidos que passaram de 25,53% de mulheres candidatas em 2003 para 30,75% em 2007 e em 2014 com 35,24% de mulheres, valor ainda abaixo do previsto pela lei que é de 40%. Os resultados também não evidenciam grandes ganhos com a mudança da lei, pois em 2003 as mulheres compunham 12,56% das cadeiras do legislativo, passando para 15,05% em 2007 e 17,1% em 2014⁶¹.

Assim como na França e na Espanha, com o objetivo de ampliar a participação das mulheres enquanto candidatas, no Brasil foi criada a lei 9.100/95 que estabelecia 20% do sexo feminino em cada partido político para as eleições de 1996. Em 1997 foi criada a Lei nº 9.504/97, Artigo 10, §3º, onde aumenta a cota eleitoral de gênero para 30%. Alterado pela reforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09) que dispõe o seguinte: “Do número de vagas resultante das regras previstas (...), cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

60 Contraditoriamente a participação das mulheres como candidatas, as eleitoras assumem maioria em 2008. Segundo TSE (2015), nas eleições de 2008, dos 130 milhões de eleitores, 51,7% são mulheres. Já nas eleições de 2012, dos 140 milhões de eleitores, 51,9% são mulheres.

61 Site que disponibiliza informações sobre eleições de outros países: <http://www.idea.int>

Apesar da mudança na legislação, Pinto (2001) afirma que no cenário político-eleitoral não houve mudança significativa. Como visto na reflexão de Alves (2012), problematizando o avanço da participação das mulheres nas últimas eleições, ele destaca a importância da substituição do verbo 'reservar' por 'substituir' na reforma eleitoral de 2009, no sentido de trazer uma ideia de forçar os partidos a dar maior oportunidade as mulheres. Apesar do avanço 'gramatical', tanto Alves (*id.*) quanto Pinto (*id.*) afirmam que muitos partidos, a fim de regulamentar a legislação, acabam por recrutar mulheres candidatas denominadas 'laranjas'. Estas mulheres não receberiam recursos nem visibilidade partidária, servindo apenas para compor a lista de cotas, resultando em sua derrota eleitoral. Em estudo específico sobre as cotas para as mulheres, Bolognesi (2012, p. 126) aponta que houve:

um incremento ao longo do tempo na participação feminina, mas não podemos afirmar de forma categórica que isso se deve ao advento das cotas de gênero no Brasil. Talvez isso possa ser interpretado como um movimento comum a vários países ou uma tendência de maior participação feminina devido às mudanças geracionais que vivenciam diferentes normas do fazer política.

Alves (2012) argumenta que apesar das conquistas em termos legais, as práticas culturais, as mulheres ainda não conseguem se posicionar em situação de equidade em relação aos homens nos cargos públicos, embora haja um crescimento, conforme pode ser observada a evolução da participação percentual de mulheres nas câmaras municipais na tabela 4.

Tabela 4 – Número e percentual de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais do Brasil entre 1992 e 2012.

Ano	Número de vereadoras eleitas	Percentual de mulheres eleitas em relação a homens eleitos
1992	3952	7,4%
1996	6536	11,1%
2000	7001	11,6%
2004	6555	12,7%
2008	6512	12,5%
2012	7648	13,3%

Fonte: ALVES, 2012.

Esta reflexão mostra os valores quantificados do TSE e o aumento no número de mulheres eleitas entre o ano de 1992, que correspondia a 7,4% de vereadoras eleitas no Brasil, e a última eleição de 2012, onde o valor se elevou para 13,3%. Apesar do baixo crescimento percentual, consideramos significativo o crescimento numérico, pois entre 1992 (3952 vereadoras) e 2012 (7648 vereadoras) houve um crescimento de 194% entre os pleitos. Apesar do aumento percentual e numérico, ainda a paridade está longe da percentagem exigida na legislação de 2009 (entre 30% e 70%).

Pinto (2001) em seu artigo 'Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil', revela alguns avanços na legislação brasileira em relação a inclusão das mulheres na política, porém questiona pesquisas que atrelam genericamente a relação entre participação política e militância política. Dados do TSE (2015) indicam que aproximadamente 51,95% dos eleitores são mulheres, porém se considerarmos que a cidadania eleitoral deve ir além do voto e subsumir a militância eleitoral, apenas 12% das candidaturas no Brasil são de mulheres, culminando em um processo ainda discriminatório.

Conforme os dados do IBGE, Pinto (*id.*) destaca que 49% das mulheres estão no mercado de trabalho o que causa um agravamento na condição da interdição funcional política ao sujeito do feminino. Para a autora, a grande participação das mulheres no mercado de trabalho não se reflete na militância sindical, visto que a maior parte dos sindicatos é liderado por homens. A exemplo disto podemos observar as lideranças da CUT que foi representada, desde sua criação, apenas por homens. Os sindicatos, neste contexto, funcionam como mecanismos de lançamento de sujeitos a política eleitoral, vide presidente Lula, e como as mulheres têm pouco acessado este espaço, acabam por enfraquecer seus instrumentos de participação política. Se por um lado os sindicatos se comportam como instituição política masculinista, Pinto (2001) destaca o surgimento das ONGs na década de 90 como organização que potencializa os discursos feministas na sociedade e servindo como mecanismo de visibilidade e militância política.

As desigualdades de gênero podem, e devem, ser objeto de estudo geográfico, tanto que para Iná de Castro (2005, p. 206) a Geografia Política deve indagar “de que modo o território expressa o exercício concreto da cidadania e, no

Brasil, se é possível falar em uma cidadania territorialmente desigual e como indicar as raízes desta desigualdade”.

Thomas e Wilcox (2005) desenvolvem nos EUA uma obra preocupada com a representação política das mulheres naquela sociedade. Para as autoras a representação feminina nos cargos públicos eletivos é fundamental porque as mulheres necessitam participar dos processos de tomada de decisões políticas em todos os níveis e isso se trata do fortalecimento da legitimidade de uma sociedade democrática. Um governo que é democraticamente organizado não pode ser verdadeiramente legítimo se os seus cidadãos de todas as raças, classes e gêneros não têm a oportunidade e interesse potencial em atuar politicamente. Argumentam ainda que uma sociedade bem-sucedida é aquela que potencializa o desenvolvimento de toda uma gama de talentos que podem estar disponíveis para a tomada de decisão pública. Assim, a incorporação das mulheres na arena de tomada de decisões contribui para o fortalecimento do domínio público.

Algumas razões simbólicas para a presença feminina na esfera pública são apontadas por Thomas e Wilcox (2005). Se as crianças crescem vendo homens e mulheres na política, há um aumento da gama de opções de papéis sociais a serem desempenhados na vida adulta e a modelagem de papéis é importante para as futuras gerações de cidadãos. Por fim, as autoras argumentam que o acesso das mulheres na esfera pública é vital porque elas trazem experiências sociais que diferem dos homens em função da divisão social do trabalho entre os gêneros. Isso leva, inevitavelmente a uma pluralidade de elaboração de propostas políticas e um aumento das agendas políticas.

2.2.1 Geografias Feministas

O conceito de gênero possui longa tradição nos estudos geográficos, desde os anos 70 pode ser compreendido de diversas maneiras, dentre elas a Geografia Feminista do Voto, conforme Secor (2005). De forma simplificada será apresentado aqui três eixos de abordagem do conceito na Geografia. Um deles faz uso da categoria mulher e traz um caráter universal do ser feminino, fundamentado no corpo e na diferença sexual entre homens e mulheres, como apontado por Oberhauser *et al* (2003).

Outro eixo é a abordagem do gênero em uma perspectiva construcionista. Tal perspectiva foi criada para negar a associação entre a categoria mulher aos aspectos biológicos dos corpos. O rompimento com a noção essencialista do gênero, baseado unicamente na anatomia corporal, foi construído por Beauvoir (1969). Para ela, as mulheres são sujeitos socialmente construídos e sua obra filosófica ficou marcada pelo célebre argumento:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1969, p. 9).

Esta crítica de Beauvoir (1969) influenciou os estudos de gênero que passaram a dar mais importância aos significados culturais atribuídos aos corpos e à constituição de papéis sexuais. Ora, toda experiência cultural é temporal e espacialmente definida, o que abriu um campo fértil de análise na Geografia. O movimento feminista influenciou a Ciência Geográfica e nos anos 70, pesquisadoras buscavam construir uma compreensão do gênero, através de suas diferenciações nos espaços, conforme McDowell (2000). Segundo esta geógrafa feminista,

El sexo o diferencia biológica sería la estructura básica en la que cada sociedad a lo largo de los distintos periodos históricos ha ido colgando distintas prendas, que son los mecanismos socialmente definidos de las características de género. La gran ventaja de esta distinción estriba en que ha permitido a las feministas criticar la “naturalidad” de las divisiones de género y teorizarlas como hechos susceptibles de cambio. Permitted también plantear las igualdades y las diferencias entre las mujeres, y, para la geógrafas, ayudó a demostrar que las características de género no sólo varían de un país a otro y de una época a otra, sino también en los espacios y las relaciones de la vida cotidiana. (MCDOWELL, 2000, p. 31).

A concepção de uma estrutura preexistente na qual os papéis culturais são exercidos pelos corpos de homem e mulher foi construída por Bourdieu (1999), em sua obra ‘A dominação masculina’. Sua obra analisa o exercício da masculinidade a partir de estruturas de poder à qual os sujeitos se encontram subordinados. A perspectiva estruturalista sofreu críticas, pois implicava a noção de uma estrutura determinante da ação dos sujeitos, que impedia processos de transformação social, como apontam Butler (2003), Badinter (2005) e McDowell (2000).

A proposta de Butler (2003) é desconstruir a compreensão hegemônica dos papéis de gênero. Para a autora, o gênero é performático, se faz no processo de construção/desconstrução da representação social instituída sobre ele. A autora desconstrói as características essenciais, fixas e estáveis do gênero, argumentando que a identidade de gênero é construída socialmente por atos repetitivos. Contudo, afirma ela, esta construção não se dá numa direção única, em que o sujeito é um mero reprodutor do discurso social estruturado. Ela agrega ao sentido de construção social um processo aberto, indeterminado de redefinições identitárias. Para ela, o gênero deve ser compreendido como instável, constituindo-se paulatinamente no tempo e em um espaço externo através da repetição estilizada de determinados atos. Para a autora:

Se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da 'pessoa' transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003, p. 20)

Silva (2008, p.4) argumenta que o gênero performático proposto por Judith Butler, implica compreender gênero como uma representação que para existir, efetiva-se concretamente através do ser humano em seu contexto socioespacial:

Gênero para Butler (1990) não é uma categoria fixa e pré-discursiva, mas se constrói por atos repetidos e estilizados pelo sujeito generificado. Portanto, o gênero é compreendido para além da mera representação de papéis a serem desempenhados por corpos de homens e mulheres sob a hegemonia da heteronormatividade, é uma complexidade permanentemente aberta. Assim, gênero é uma representação que é vivenciada pelas performances dos sujeitos sociais que a experienciam através da vivência espacial cotidiana e concreta.

O campo da exploração das relações entre as feminilidades e o espaço foi mais desenvolvido na Geografia sob vários paradigmas teórico-metodológicos, tal como aponta o estudo de Oberhauser (2003). Desde a Geografia Positivista, desenvolvendo estudos de concentração de atividades femininas e aglomerados populacionais, passando por estudos marxistas sobre o papel feminino no mercado

produtivo e também as perspectivas pós-estruturalistas envolvendo identidades culturais, sexuais e de raça. A trajetória das chamadas Geografias Feministas, notadamente nos países anglo-saxões, foi bastante ampliada e alcançou grande prestígio acadêmico.

Na perspectiva construcionista o gênero se define pelos papéis sociais que cada sociedade, em determinado espaço e tempo atribui para mulheres e homens. Paulatinamente, há uma construção social que transforma fêmeas e machos humanos em homens e mulheres. Assim, pode-se afirmar que cada espaço e tempo tem uma forma de se conceber o que é próprio do feminino ou masculino.

Neste contexto, o gênero masculino ou feminino entendido como papel desempenhado socialmente, implica desenvolver uma análise temporal e espacial das relações sociais que constroem sentidos aos corpos (MCDOWELL, 1999; ROSE, 1993). O uso do conceito de gênero nesta perspectiva traz o espaço como categoria fundamental de análise, pois o papel de um homem ou uma mulher é construído de forma relacional, dependendo de cada contexto. Na Geografia foram desenvolvidos trabalhos que relacionam gênero à produção capitalista, evidenciando carreiras e profissões consideradas próprias para homens e mulheres, bem como os diferenciais de rendimento e de participação política. Sobre a reprodução social, são evidenciadas as sobrecargas de trabalho das mulheres que acumulam muitas vezes o trabalho fora de casa e o cuidado com a família.

Na Geografia, a perspectiva de gênero, além de considerar a luta de classes, também aponta para uma luta em torno da equidade de gênero. São usuais as análises do papel feminino na luta pela reforma agrária, pela reforma urbana, nos movimentos sociais e nos sistemas políticos.

O desenvolvimento desta perspectiva construcionista de gênero que trouxe para o campo científico a ideia de que ser homem e ser mulher está profundamente relacionado com outros elementos, possibilitou também a ampliação da ideia de como relacionar o gênero com outras categorias que são marcadores fundamentais, como a cor da pele. Outros marcadores sociais influenciam nas experiências espaciais de pessoas que compartilham o mesmo gênero. Por exemplo, uma mulher branca, com altos rendimentos e bom nível de escolaridade desenvolve experiências espaciais muito diferentes de mulheres negras, com baixos rendimentos e pouca

escolaridade. Portanto, além do gênero ser uma construção social, ele não pode ser analisado de forma isolada, mas em relação com outras categorias de estruturação social, como classe, raça, religião, sexualidade, e assim por diante. Quando se pensa em compreender algum recorte social feminino, é fundamental ter em mente qual é o grupo de mulheres que se pretende analisar e que cada grupo de mulheres terá sua existência espacial própria.

Nesta linha, Silva (2014) concorda com Hooks (2004) e Spivak (1994) ao argumentar que o gênero é um conceito que deve ser analisado acompanhado de outras categorias como raça, classe. Para a autora um eixo importante para se trabalhar é por meio da perspectiva desconstrucionista. Nesta perspectiva o gênero é analisado enquanto representação fugindo do enfoque existencialista. O desconstrucionismo aborda o gênero superando o viés determinista compreendendo-o enquanto construção cultural. Ela concorda com Butler (1990, 1993 e 2004) que o gênero é uma construção social significado e reproduzido por diferentes grupos sociais. Esta construção social, além de ser reproduzida, também é ressignificada e modificada, pois as normas, apesar de aparentarem caráter impositor, são diferentes das ações. Os sujeitos significam e modificam as normas no cotidiano transformando-as conforme ocorrem as relações de poder.

Neste sentido, na visão desconstrucionista o gênero é compreendido como uma contínua repetição de atos estilizados de seres humanos que, ao atuarem, incorporam uma série de significados socialmente construídos e legitimados, criando uma pretensa preservação do gênero em estruturas binárias e estáveis. Contudo, as normas de gênero são representações que, ao serem interiorizadas pelas pessoas no processo de atuação, jamais são reproduzidas em sua plenitude; portanto, são continuamente transformadas, subvertidas e, assim, desconstruídas.

A simultaneidade de vivências identitárias das mulheres pode ser compreendida pelo conceito de interseccionalidade. Segundo Brown (2012), tal conceito tem sido útil para ampliar a compreensão da fluidez da conjugação de vários elementos identitários e os espaços. Além disso, Collinns (2000) argumenta que é preciso considerar a natureza interseccional das estruturas de dominação das quais, muitas mulheres participam.

As proposições em torno do conceito de interseccionalidade, segundo Crenshaw (1991), McCall (2005) e Nash (2008), auxiliam a análise que deve considerar os cruzamentos simultâneos de diversos eixos identitários e constante movimento. Valentine (2007) articula a vivência simultânea dos diversos eixos identitários ao espaço, argumentando que ele é um elemento fundamental a ser considerado na análise interseccional. Apesar de as pessoas se constituírem por diversos elementos de diferenciação, há um movimento entre eles, dependente das relações socioespaciais estabelecidas com outros grupos ou seres humanos. Assim, há um jogo identitário que se estabelece, acionando a visibilidade de alguns elementos e escondendo outros, dependendo das vantagens / desvantagens a serem obtidas pelos sujeitos que se enfrentam em determinada situação.

Por exemplo, as condições que permitem o sucesso das mulheres candidatas não está apenas fundado em seu sexo, mas em um complexo jogo interseccional por elas acionado que envolve renda, patrimônio, ideologia, religião e notadamente seu enraizamento territorial no que diz respeito aos cargos de vereador.

No que tange às Geografias Feministas do Voto, Burrell (2005) explora os processos de financiamento de campanhas políticas nos EUA, tomando como base um comparativo entre homens e mulheres. Este artigo contraria toda a tese de que as mulheres possuem maior dificuldade em angariar recursos para as campanhas políticas do que os homens e que portanto, essa seria uma das causas da pequena participação feminina nos cargos eleitos de Estado. A autora afirma que o dinheiro é fundamental para o sucesso nas campanhas eleitorais evidenciando que a quantidade de gastos por candidato é proporcional à conquista de cargos. Contudo, isso não se reflete na divisão por sexo. Ela argumenta que homens e mulheres conseguem conquistar somas proporcionais de dinheiro e que isso também reflete no sucesso da campanha. A ideia contraria a sabedoria tradicional de que as mulheres são menos aptas a angariar fundos monetários para suas campanhas e que seriam portanto menos viáveis como candidatas.

Apesar destas afirmações, Burrell (2005) conclui que há ainda uma sub-representação feminina na esfera do Estado, mas que isso deve ser compreendido a partir de elementos mais complexos, como os processos de campanha e os jogos de

poder. Segundo a autora, as mulheres têm mais dificuldades em tirar proveito de algumas oportunidades, notadamente quando se trata da origem dos fundos financeiros e o financiamento público de campanhas políticas.

Em seu trabalho, Secor (2005) evidencia que existem lógicas diferenciadas de acesso das mulheres às eleições, conforme a abrangência eleitoral. Segundo a autora, candidatas que são lançadas em uma escala nacional têm maior chance de sucesso eleitoral do que candidatas distritais. A autora aponta o trabalho de Rule (1987), *apud*. Secor (*id.*), que evidencia que distritos com maior número de cadeiras também conseguem eleger mais mulheres.

Portanto, a variável de gênero nessa pesquisa deve ultrapassar a ideia da participação política feminina a partir de uma visão universal e homogeneizante de mulher. Para superar a ideia de homogeneização, pretendemos na próxima seção discutir a Geografia Política Feminista com enfoque nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

2.3 A Geografia Política Feminista aplicada aos Territórios da Cidadania

A presente seção tem como objetivo compreender como as relações de gênero estão implicadas a estruturação da política pública do Programa Territórios da Cidadania. Nesse sentido, a forma como que ocorreu o agrupamento de municípios elaborado pelo governo federal para instituir políticas de desenvolvimento não é o foco da análise, embora os processos de regionalização sejam formas de operacionalizar os planos de governo. O que está na base da argumentação da tese é a consideração de um recorte territorial já definido pelo governo e de que forma esta espacialidade concebida possui especificidades nas relações sociais e econômica no Empoderamento Feminino.

2.3.1 O programa federal Territórios da Cidadania

O programa federal Territórios da Cidadania assume caráter Geográfico ao identificar o espaço pela sua diversidade de carências sociais. Enquanto política pública, este deve criar ações positivas para o combate das diversas carências sociais dentre os distintos territórios. Os contrastes regionais e os distintos

problemas sociais do Brasil, acabam por indagar o uso do nome do programa federal Territórios da Cidadania. O título do programa atribui dois conceitos amplamente discutido tanto na ciência Geográfica quanto nas ciências sociais que são os conceitos de ‘Território’ e ‘Cidadania’ que pretendemos aprofundar nesta subseção.

Saquet (2007) em seu livro ‘Abordagens e concepções de território’ cita as obras de Gottmann que compreende

a idéia de território já existia e era debatida no século XV, ligada a questões políticas inerentes à época: dominação de uma determinada área de terras como ocorrera nas cidades-estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, como Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza, que tinham soberania territorial. A partir do século XVI, intensifica-se a difusão de doutrinas políticas que reforçam a noção de soberania como um atributo dos Estados ou reinos. (SAQUET, p. 27, 2007)

Com a ocupação do que definem como ‘Novo Mundo’ a concepção de território passa a ser compreendido para além da morada da sociedade. Segundo Saquet (*id.*) no século XVIII as revoluções ocorridas nos Estados Unidos e na França fazem ser ressignificadas as concepções territoriais, pois estas deixam de ser atreladas a questões internas e passam a considerar relações políticas extranacionais.

Andrade (1995, p.19) afirma que o conceito de território surge nas ciências naturais e ciências sociais. Na primeira concepção sobre território, das ciências naturais, este o define como sendo uma “área de influência e predomínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies”. Nas ciências sociais Andrade (*id.*) aponta Ratzel que viria a se preocupar com o papel do Estado no controle do território. Segundo Costa (2013), Ratzel foi um dos pioneiros ao conceituar a ideia de território enquanto uma Nação. Nesta concepção o território compreende o espaço vital, espaço mínimo para a manutenção das necessidades de um povo (povo este que compreende o Estado Nação). Para Saquet (2007, p.31), Ratzel

naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação (...), o território ora aparece como sinônimo de ambiente e solo, ora como Estado-Nação e dominação; é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em

que há uma organização social para sua defesa, sendo que esse Estado e território têm limites e fronteiras maleáveis pré-estabelecidas.

A concepção de Território de Ratzel foi amplamente criticada tanto pelas suas limitações metodológicas quanto filosóficas. Costa (2013) afirma que Vallaux acusou Ratzel de se inspirar em um movimento expansionista e imperialista alemão. Para ele, Ratzel era impossibilitado de pensar o território em sua totalidade, pois possuía visão elitista da economia, cultura e política.

Andrade (1995) ao assimilar a concepção de Ratzel para explicar a configuração territorial do Brasil, compreende que a teoria do Estado deve compreender três elementos essenciais que são o 'povo', o 'governo' e o 'território'. O autor compreende que para intercalar os três elementos é essencial ligar a ideia de território com "a ideia de poder, quer se faça a ideia de poder público, estatal quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas" (*id.* p.19).

Nesta perspectiva, Andrade (*id.*) afirma que o Brasil, desde o período de colonização, possui um grande espaço físico, porém não se configurando como um território. Segundo o autor, o Brasil passa a se configurar como território no período Vargas com a criação da 'Fundação Brasil Central' que, como o movimento 'Marcha para o Oeste' tenta criar processo de interiorização do espaço brasileiro. Outro período importante foi quando a capital do Brasil foi transferida para Brasília por Juscelino Kubischek, que incitou processo migratório para o interior, principalmente Planalto Central, e também criou estradas que conectavam a capital com várias cidades do país. A ditadura militar deu continuidade a este processo, porém de forma ríspida, ignorou a presença de populações que já habitavam o interior do país, como os povos indígenas. Enquanto política territorial com enfoque muito próximo da perspectiva eurocêntrica Ratzeliana, a política de expansão territorial exerceu intervenções violentas e bárbaras, segundo Andrade (1995).

Apesar de não ser recente a intenção do Estado em criar políticas públicas com enfoque nos problemas da diversidade do território nacional, recentemente tivemos alguns avanços como a PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), instituída pelo decreto federal 6.047 de fevereiro de 2007, que tem como objetivo promover a redução das desigualdades regionais e ativar potencialidades

de desenvolvimento em diferentes regiões do país. A escala de intervenção desta política está nas regiões com menor renda. Apesar de superar a ideia das antigas políticas de controle e domínio territorial, ainda assim esta política assume compromisso desenvolvimentista com enfoque econômico.

Outra política pública com enfoque territorial é o PNOT (Política Nacional de Ordenamento Territorial) que, regulamentando o artigo 21 da Constituição Federal de 1988, propõe incitar o uso e a ocupação do território nacional de forma mais igualitária para a população. Esta política compreende a fragmentação do espaço físico brasileiro e pretende articular o Estado tanto internamente quanto com países vizinhos. Espera-se que a política reduza as desigualdades sociais promovendo o desenvolvimento do território de forma igualitária.

Ambas as políticas acima citadas possuem proposta desenvolvimentista com enfoque em relações econômicas. Segundo Costa (2013), Ratzel pensava duas formas de políticas públicas, a primeira como políticas gerais e a segunda as políticas territoriais que deveriam dar conta das diferenças internas do Estado. Em contraposição a Ratzel, Costa (*id.*) cita o trabalho do Frances Vallaux que defende que além do solo, criticando Ratzel, a política, a cultura, a economia, etc, são elementos que se encontram configurados de forma diferente sobre a superfície da terra, resultando na diversidade espacial. Esta variação possui uma dinâmica no espaço e no tempo, nunca se configurando de forma única e acabada. Outra contribuição do Vallaux para o campo das políticas territoriais, é que o Estado se porta como um agente que interfere no desenvolvimento ao criar hierarquias espaciais. Ao definir a estrutura interna, com subdivisões de unidades federativas, capitais, cidades metropolitanas, etc, o Estado concentra recursos em algumas unidades mais do que em outras, resultando muitas vezes no agravamento das desigualdades espaciais.

Tanto as políticas abordadas até o momento, quanto as discussões teóricas sobre a concepção desenvolvimentista, recaem sobre o conceito de desenvolvimento territorial. A concepção de desenvolvimento atrelada ao viés economicista, deflagra limitações a carências sociais não visíveis na perspectiva de fortalecimento financeiro. Vide o histórico de políticas progressistas que o Brasil adotou, discutido anteriormente. Para compreendermos o contexto do programa

federal Territórios da Cidadania será necessário tornar mais abrangente a concepção de desenvolvimento.⁶²

Oliveira (2002) sugere que a significação terminológica de 'desenvolvimento' é bastante correlacionada a industrialização, principalmente no período após segunda guerra mundial.

Quando designado o 'desenvolvimento' enquanto conceito científico, Souza (1996) atribui a este como sendo um juízo de valores. O autor qualifica como sendo uma mudança positiva e desejável.

Lander (2005), afirma que o surgimento das ciências sociais, por volta do século XVIII, é justificada pelo contexto de controle de outras sociedades, surgindo neste caso aquilo que o autor chama de invenção do 'outro'. O 'outro' é compreendido como o diferente, inferior, menos evoluído, etc, e o conceito de desenvolvimento é instruído de contextualizar e localizar outras sociedades com o enfoque reducionista.

Após a segunda guerra mundial, conforme Lander (2005), foi criada a definição do que seriam os países emergentes, tidos como países de 3º mundo e o que seria o 1º mundo através da idealização de uma perspectiva desenvolvimentista colonial. A invenção do 'outro' a partir da perspectiva desenvolvimentista idealiza um modelo hegemônico de Estado, onde todos os países deveriam trabalhar para se tornar como tal. Segundo Lander (*id.*) um dos primeiros passos para a categorização de países subdesenvolvidos, foi a definição de população de baixa renda.

Como nem todos os grupos sequer utilizam algum sistema financeiro, muitos países foram categorizados de emergentes. Porém um grande equívoco surge, conforme aponta Porto-Gonçalves (2006), onde a ideia de desenvolvimento industrial foi associado ao desenvolvimento social. Segundo este autor, ambas as bases, de desenvolvimento industrial e desenvolvimento social, são contraditórias, pois quando se intensifica o desenvolvimento industrial este acarreta um acúmulo de capital e com isso fomenta a desigualdade de distribuição de riquezas gerando a desigualdade social. Para que este processo aconteça, as especificidades espaciais

62 Destacamos que a discussão do conceito de 'desenvolvimento', exposto neste trabalho, é o resultado das discussões teóricas desenvolvidas na disciplina de 'Desenvolvimento, Território e Região' ministrada pelo professor Dr. Luiz Alexandre Cunha durante o ano letivo de 2013. Também foram incluídas as discussões ocorridas na confecção do *papper* da mesma disciplina intitulado 'Notas sobre a dimensão territorial do desenvolvimento e personalidade regional' desenvolvido pelo presente autor em conjunto com os colegas Rodrigo Rossi e Daniel Zadra Luz.

foram generalizadas e reduzidas, caracterizando a negação do 'outro', conforme Santos (2005). Os países 'desenvolvidos' eram supervalorizados em seus costumes e crenças, enquanto que países emergentes (colônias) eram tomados como grandes massas amórficas atrasadas.

Algum tempo depois, durante a década de 1990 o debate sobre desenvolvimento também orbitou em torno da ideia de 'desenvolvimento sustentável'. Oliveira (2002) confere a uma mudança paradigmática da atribuição do conceito de desenvolvimento posterior a ECO 92. Com isso o conceito se desvincula do monólogo economicista abrindo margem para outras categorias sociais (ecológica, cultural, econômica, qualidade de vida, etc.). Apesar da diversidade de atribuições associadas ao substantivo 'desenvolvimento', é importante frisar que nenhuma atribuição anula a outra, muito pelo contrário elas se completam.

Scatolin (1989) observa controvérsias sobre o uso deste conceito. É comum a atribuição de sinônimos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização. Contudo, todos os sinônimos carregam em si um prejulgar de único caminho a ser alcançado com o desenvolvimento. Para Oliveira (2002) o conceito de desenvolvimento deve ser compreendido como transformação econômica, política, humana e social. A concepção de desenvolvimento está atrelada a ideia de crescimento satisfatório de um conjunto de demandas sociais como "saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras." (id. p. 40).

O autor também discute o conceito de desenvolvimento atrelado ao surgimento da ONU no pós segunda guerra, período em que são criadas várias políticas e programas que visavam planificar o desenvolvimento dos países pelo mundo, atingindo efetivamente aqueles que apresentam maiores índices de desigualdade, bem como os que demandavam apoio e reestruturação diante de crise econômica ou danos provenientes da guerra. Dentre as políticas o autor destaca a criação do 'Fundo Monetário Internacional', do 'Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento', do 'Acordo Geral de Tarifas e Comércio', do 'Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação', do 'Programa para a Educação, Ciência e Cultura', da 'Organização Mundial de Saúde', da 'Organização Internacional do Trabalho', dentre outras.

Um dos problemas identificados por Oliveira (2002) está na correlação do desenvolvimento com variáveis quantitativas, que acaba atribuindo a condição de crescimento econômico como necessariamente sendo sempre superior ao crescimento populacional. O problema é, respectivamente, a distribuição dos recursos, que majoritariamente estão concentrados nas mãos de grandes proprietários dos meios de produção e, assim, a instituição de um tenso jogo de vantagens e desvantagens.

O desenvolvimento acaba sendo confundido com a ideia de crescimento econômico e isso implicou uma série de tentativas teóricas que corroborassem com a necessidade de problematizar o desenvolvimento como conceito ou categoria de análise. Porém, situar as concepções de desenvolvimento presentes no universo acadêmico se constitui como longo e difícil exercício de leitura, análise e reflexão de conjunturas. Alguns autores do campo das ciências sociais têm se dedicado a compreender as diferentes concepções intelectuais e conceituais ligadas ao debate sobre desenvolvimento. No Brasil, uma das matrizes conceituais fundamentais resulta da discussão sobre a formação histórica e econômica adotando a conjuntura nacional como central na defesa da ideia de desenvolvimento.

Maluf (2000) explora a conjuntura latino-americana para apresentar alguns sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento econômico e compartilha algumas das definições propostas por Hirshman (1971) e Sen (1993), sobre o desenvolvimento como apropriação das capacidades pelo atendimento de demandas que brotam de contextos individuais. Contudo, Maluf (*id.*) ao explorar empiricamente sobre o sistema agroalimentar latino-americano defende que o objetivo do desenvolvimento está atrelado a equidade social.

As concepções de Maluf (*id.*), apontam como principais referências e argumentos críticos do termo desenvolvimento, compartilhar da crítica contundente à modernidade, vinculados ao pensamento pós-colonial, ou feministas. Os principais eixos da proposta que elenca os sentidos para a noção de desenvolvimento econômico são a abertura à mudança, melhoria da qualidade de vida, isto é, busca de um 'estado qualitativo melhor': "Processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade que está buscando ou vivenciando este processo" (MALUF; 2000. p.17). O autor sugere compreender o desenvolvimento como

categoria à diversidade humana e à desigualdade e suas dimensões quantitativa e qualitativa, naturais, culturais, assim como o pertencimento e trajetória culturalmente diferenciada e localizada. O texto de Maluf (*id.*), enumera alguns sentidos importantes à discussão sobre desenvolvimento, bem como expõe algumas concepções de desenvolvimento que podem ser interpretadas como tradicionais, renovadas, críticas (inclusive as concepções renovadas), pós-desenvolvimentistas (pós-coloniais, feministas, anti-modernistas).

No contexto epistemológico da Geografia, a chamada Geografia regional influenciará na difusão da perspectiva de diferenciação espacial. Se as regiões e mecanismo da regionalização têm como ponto norteador a diferenciação, e consequentemente, as regiões sendo diferentes de acordo com suas trajetórias, o desenvolvimento também deve ser diferente em cada região. O desenvolvimento desigual pode ser imaginado como dispositivo caracterizador de cada região, conforme o grau ou ritmo de convivência no modo de produção capitalista do espaço.

Tais trabalhos evidenciam como significativo o fato de sociedades, países e regiões se desenvolverem em ritmos distintos. A ideia de desenvolvimento desigual, segundo Lander (2005), sugere que países que passaram pela revolução industrial no final do século XVIII e início do XIX compartilham significativa vantagem em relação aos países cuja industrialização é mais tardia e isso evidencia uma diferença de níveis de desenvolvimento.

O movimento da Geografia Crítica do final da década de 60 foi importante na difusão de muitos estudos sobre (sub)desenvolvimento, no entanto, implicitamente contribuiu à difusão da ideia de que se os países são subdesenvolvidos, e portanto explorados, podem avançar a um estágio superior e mais avançado de desenvolvimento com o fim da exploração e da rejeição ao capitalismo.

Outros autores interessados, tal como Lacoste (1977) difundiram a ideia de diferenciação como relação de oposição entre o conjunto de países pobres e o conjunto de países ricos, isto é, países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O desenvolvimento desigual seria observado a partir das características quantitativas e qualitativas que relacionadas sintetizariam a dimensão espacial da população.

Para o autor, a miséria seria um fator de inibição de estratégias de desenvolvimento econômico, se configurando como resultado da dependência histórica dos países subdesenvolvidos no papel de exportadores de produtos alimentícios. Para Lacoste (*id.*) um país subdesenvolvido “se caracteriza sobretudo pela distorção entre seu crescimento econômico e seu crescimento demográfico e não apenas pelo ritmo de aumento de sua população.” (p.46). Seria necessário considerar também a posição do país em relação ao sistema econômico baseado na produção, na força de trabalho e consumo. Para o autor, as contradições neste sistema evidenciam que “múltiplos freios do desenvolvimento da produção constituem o fenômeno essencial do subdesenvolvimento.” (p. 47).

Harvey (2006) traz algumas inquietações a respeito da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Para o autor, apesar da teoria já ter sido amplamente discutida, há a necessidade de uma interpretação teórica unificada, que enfoque uma teoria que integre as diferentes formas de desenvolvimentos desiguais. Para formular esta teoria, seleciona quatro linhas de pensamento sendo elas: geopolítica, historicista, ambientalista e construtivista. Destaca que a desigualdade é o foco centralizador em todas as quatro, porém o espaço geográfico vem sendo negligenciado. Harvey (*id.*) defende uma metodologia unificada para compreender o desenvolvimento geográfico desigual, porém alerta que a unificação metodológica não consiste em uma medida centralista, mas aberta a diversidade.

A perspectiva do materialismo histórico-geográfico, presente em Soja (1993), leva a uma perspectiva diferenciada do fenômeno considerando sua historicidade e geograficidade. Não seria especificamente uma perspectiva espacializada de um conjunto de informações, mas de processos histórico-geográficos, com trajetórias marcantes e diferentes de outras áreas. Trajetórias diferenciadas da formação socioespacial, nas quais as políticas de desenvolvimento são fundamentais.

Boisier (1999) propõe que o desenvolvimento pode ser analisado a partir de quatro aspectos: metodológicos, epistemológicos, praxeológicos e ideológicos. Os aspectos metodológicos implicam articular as dimensões materiais e imateriais da regional e/ou territórios, em que se elaboram modelos mentais e reais de desenvolvimento. Também evidenciar a importância de se constituírem redes de coordenação que estejam abertas à participação popular, à governança democrática

e auto-gestão. O consenso é entendido pelo autor como uma ilusão, pois as decisões geralmente são estabelecidas por uma maioria. A resolução, resulta nas disputas e nas divergências que se estabelecem no jogo político próprio ao campo das experiências com o desenvolvimento territorial e regional.

A análise dos aspectos metodológicos, para Boisier (1999) sugere que estabeleçamos a crítica à ideia de racionalidade econômica, pois os sujeitos representam a realidade e vivem suas vidas de forma distintas. Assim, os relatórios dos planos de desenvolvimento regional devem destacar as diferentes formas de atuação coletiva e os diferentes tipos de organização ligadas a trajetória de cada área. Quando se estabelecem analogias entre regiões, frequentemente são enumeradas de forma superficial, quando um diagnóstico ou pesquisa sobre o capital social poderia demonstrar com mais ênfase as particularidades regionais e territoriais e os desafios ao desenvolvimento.

Quanto aos problemas epistemológicos, apontados por Boisier (*id.*), há uma demanda em identificar cenários políticos e estratégicos locais diferentes, em troca de estabelecer políticas públicas que pensam nas regiões como áreas homogêneas. Além disso, derivam da pluralidade, envolvendo a definição conceitual de desenvolvimento e dificuldade de influenciar as condicionantes exógenas (definidas verticalmente). Por outro lado, os aspectos praxeológicos dizem respeito ao fato de que não sabemos organizar racionalmente nossas ações e que a racionalidade instrumental da economia deve considerar outras formas de racionalidade, tais como: a comunicativa, do diálogo, os vínculos de conduta, a teoria habermasiana do agir comunicativo e maneiras de quebrar resistências quanto aos projetos de articulação regional. Deste modo, os projetos devem se construir no bojo dos exercícios coletivos, dependendo da habilidade da conversação, do diálogo com o outro, superando as políticas verticais que, via de regra, são estabelecidas no âmbito da ideologia.

A dimensão territorial do desenvolvimento pode ser interpretada no conjunto de estudos marxistas da Geografia, como a configuração espacial da desigualdade capitalista em seus desdobramentos nas regionais e locais. As relações político-econômicas entre os países, assim como a realidade concreta das regiões e territórios estão articuladas na produção capitalista do espaço, o que torna difícil de

caracterizar a dimensão territorial do desenvolvimento, sem realizar uma reflexão dialética.

Estabelecendo uma visão abrangente do desenvolvimento, podemos argumentar de que a dimensão territorial do desenvolvimento está implícita ou explícita nas concepções de desenvolvimento tradicionalmente difundidas no universo intelectual e político, pois as teorias também estão relacionadas com cada contexto espacial e temporal, que por excelência, é também político.

Veiga (2002) questiona a correlação entre os conceitos, destacando que ao abordar o conceito de desenvolvimento e espaço é comum atrelá-los aos processos de urbanização. Nestes casos, o espaço rural aparece como oposto ao desenvolvimento. Ainda segundo Veiga (*id.*, p. 7)

a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento do campo só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. Não faz sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização, como propõem sem rodeios os que dizem ser impossível que uma área rural se desenvolva sem que se torne automaticamente não-rural.

Veiga (*id.*) desassocia a relação entre desenvolvimento e produção argumentando que em várias regiões dos EUA, em específicos espaços rurais, não existe processo de industrialização e também não possui produção agrícola e mesmo assim são consideradas comunidades “desenvolvidas” com elevados índices financeiros, educacionais e de saúde. Estas comunidades possuem, conforme o autor, orientação a atividades e revelam que o desenvolvimento regional e territorial não podem ser preestabelecidos sem um entendimento factível da face territorial do desenvolvimento, o que pressupõe a análise de processos localizados.

Diante de diferentes e controversas concepções de desenvolvimento, problematizamos e refletimos sobre o pensamento pós-colonial e toda a crítica à modernidade e colonialidade do saber, como pode ser visto em Silva, Chimin, Nabozny, Ornat, Rossi (2009). A trajetória de reflexão a partir do GETE, nos leva a compartilhar a adoção da ideia de que a concepção de desenvolvimento tem em seu embrião uma razão eurocentrada, desgastada pela hegemonia de uma racionalidade ocidental moderna, atrelada quase que geneticamente a perspectiva econômica de um sistema mundo-moderno-colonial, conforme Wallerstein (1998).

Edgardo Lander (2005) questiona a forma como as ciências sociais vêm abordando a chamada ordem mundial, como se seu cerne fosse puramente econômico. Para o autor, nada mais é do que um modelo civilizatório usado como discurso colonizador, originário no século XVI, com o surgimento das ciências sociais e seu uso no processo de colonização. A isso o autor nomeia de eurocentrismo, ou seja, são criados discursos hegemônicos em que as relações sociais são naturalizadas por normativas europeias. O caminho é único e sem alternativas, onde todos devem se enquadrar corrigindo suas ‘falhas’.

Para Lander (*id.*) as ciências sociais surgem para separar e categorizar. Estas separações culminam para a criação da perspectiva ocidental, como sendo o avançado e evoluído, e também identifica o ‘outro’ como sendo atrasado. A invenção do ‘outro’ surge a partir da comparação com o modelo hegemônico civilizado que são os europeus. A amarra científica está no método empirista que, segundo o autor, obscurece tudo o que é diferente e impõe o modelo colonial hegemônico. Este fator é responsável por gerar a discriminação e redução do sujeito ‘outro’.

Após a segunda guerra mundial, segundo Lander (*id.*), o discurso se intensifica com a criação do termo países subdesenvolvidos ou países de terceiro mundo. Esta categorização serve para mapear e criar políticas de ação em cada Estado emergente. A definição de país subdesenvolvido é atrelada a concepção de pobreza que foi atribuída pela ONU a países que continham famílias com uma renda inferior a 100 dólares ao ano. O problema é que a moeda não era um atributo utilizado por todos os Estados, portanto muitos Estados foram categorizados como subdesenvolvidos. Para estes Estados o desenvolvimento foi praticamente imposto e suas práticas sociais foram reduzidas a meros atrasados. A mesma crítica ao uso de atributos econômicos para a verificação do grau ou estágio desenvolvimento é compartilhada por Veiga (2002), Boisier (2003) e Cunha (1998). Contudo, estes últimos, são autores que defendem a definição de uma concepção autônoma e coerente de desenvolvimento.

A crítica de Lander (2005), portanto, questiona o processo de emergência e difusão do conceito de desenvolvimento. Sua análise tenciona a tendência ao uso do termo crescimento, ou como ele implicitamente compõe o conceito de desenvolvimento, assim como as ideias de ordem e progresso. As ideias sobre

desenvolvimento, sob o foco de análise da teoria pós-colonial, são neste sentido situadas no contexto da ONU e as negociações entre países-membros, através das quais se destacam os países centrais como agentes de decisão e orientação dirigida aos países periféricos e semiperiféricos do sistema-mundo-moderno-colonial (WALLERSTEIN, 1976; PORTO-GONÇALVES, 2006). Há portanto, evidência de uma difusão nuclear da política de desenvolvimento e inúmeras estratégias orientadas aos países periféricos e semiperiféricos, para a gestão de recursos e da vida social como um todo a partir das forças produtivas. A aplicação, adaptações ou resistências ao desenvolvimento remetem à dimensão territorial do desenvolvimento no contexto da intervenção política e de constituição de territórios e regiões.

A utilização da ideia de desenvolvimento, em certa medida, preservou a perspectiva da colonialidade do saber, que opõe o tradicional ao moderno. Segundo Porto-Gonçalves (2006) a ideia de desenvolvimento está vinculada a dominação da natureza. Para este autor:

A ideia de *desenvolvimento* sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social-democrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. *Desenvolvimento* é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. (...) A ideia de progresso é de tal forma parte da hegemonia cultural tecida a partir do Iluminismo que mesmo aqueles que se consideram os maiores críticos da vertente burguesa da modernidade, isto é, do capitalismo, se reivindicam progressistas, e é com base nesses fundamentos que criticam os ambientalistas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 62)

Apesar do interesse deste geógrafo sobre a questão ambiental, ele tece uma importante crítica à ideia de desenvolvimento como dispositivo de entendimento sobre a população num padrão universal instituído. Assim quando se fala em população, mais do que explorar o conjunto de suas características, é necessário esboçar as formas que ocultam os diferentes saberes e experiências da população a partir do estabelecimento de critérios de desenvolvimento. Segundo o autor, a ideia de desenvolvimento esquece do fato de que, se todos os países adotassem um padrão de consumo igual aos dos países mais ricos e industrializados do mundo, seriam necessários pelos menos cinco planetas Terra. Neste sentido, é necessário

encontrar alternativas ao desenvolvimento e não progredir em sua direção, o que seria a trilha à própria extinção gradual da população.

A discussão empreendida no campo das teorias pós-coloniais se diferencia daquela empreendida por teóricos do pós-desenvolvimento, que indica a possibilidade de construção de um novo paradigma de desenvolvimento pautado pelos princípios da autonomia, subjetividade coletiva e relação identitária com dada área. Neste bojo, o desenvolvimento pode ser vislumbrado em múltiplas alternativas, tal qual enfatiza o chileno Sérgio Boisier (1999) que sugere refletir sobre a teoria da complexidade, a perspectiva holística e sistêmica e o argumento de que, o cerne de toda questão vinculada ao desenvolvimento é política e diz respeito aos sistemas coletivos de organização social e intersubjetivos. Assim, a energia que dado grupo social empreende para desenvolver suas capacidades de realizar atividades econômicas e conquistar qualidade de vida pode influenciar num processo de sinergia, uma espécie de ciclo virtuoso do desenvolvimento sob uma base espacial, seja na escala de organização de territórios (nacional e escalas municipal, distrital, local) ou na escala regional (meso).

A denominação dos teóricos pós-coloniais como defensores do 'anti-desenvolvimento', deriva da crítica ao universo discursivo que acompanha o debate político sobre desenvolvimento e sua apreensão teórica no campo científico (epistemológico).

O processo de mudança no discurso e termos como: progresso, crescimento, desenvolvimento (sub ou "em desenvolvimento") - marcam a tentativa de estabelecer uma linearidade temporal e histórica, que sugere pensá-la nos termos da racionalidade moderna ocidental. O desenvolvimento enquanto estratégia discursiva, como política da modernidade, que tem como contraface a colonialidade, apresenta-se como solução ao atraso e como caminho único a ser seguido. Quanto a este aspecto o novo e moderno, aparentemente, resolve tudo diante do velho e do tradicional.

Podemos afirmar que no campo político e epistemológico o uso do conceito de desenvolvimento está sujeito e estruturado em embates. E, que as mudanças das estratégias discursivas, demonstram o uso de palavras que implicitamente convergem com a metanarrativa da modernidade. O desenvolvimento aparece como

o rumo certo para o que há de melhor, às conexões no mundo financeiro global, enfim como possibilidade de ser parte no todo do sistema mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 1976). Assim, o desenvolvimento pode ser entendido como ‘toponímia’, isto é, um lugar em que todos os países necessitam chegar e que é denominado como desenvolvimento. Progresso, ordenamento, crescimento ou desenvolvimento parecem conjugar sempre os mesmos objetivos e verbos. Sendo assim, a mudança de palavras constitui como problema semântico produzido pelo exercício de um saber/poder da modernidade/colonialidade.

Em instituições como a ONU, o papel decisivo é dado aos países centrais no diálogo e aceitação de perspectivas de desenvolvimento, mesmo no caso de trabalhos relevantes e possibilidades de fomentar outras alternativas, não hegemônicas, autônomas e pós-paradigmáticas. Tais alternativas, além de também evidenciar a dimensão territorial do desenvolvimento, definem o campo de debates, do planejamento e gestão de políticas regionais e territoriais como permeados por tensões.

Os questionamentos compartilhados com as teorias pós-coloniais, assim como a Geografia das alternativas não hegemônicas, fundadas sob outras racionalidades produtivas, colocam em pauta a dimensão territorial do processo de emergência, difusão e contestação do desenvolvimento, como conceito, política e estratégia econômica de dados grupos, sobre a superfície terrestre.

A discussão acerca da dimensão territorial do desenvolvimento a partir de diferentes concepções, seus aspectos políticos, teóricos e metodológicos na Geografia também resulta em problematizar a articulação teórica entre desenvolvimento e território.

Com potencial de complexificar uma teoria desenvolvimentista, o programa Territórios da Cidadania aponta para elementos de política pública e o reconhecimento de elementos como inclusão social de gênero, raça, etnia e meio ambiente como demandas a serem desenvolvidas. O programa federal Territórios da Cidadania teve início a partir da criação do decreto 11.503 de 25 de fevereiro de 2008 assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O decreto define os municípios participantes como sendo aqueles, conforme artigo 1º do respectivo decreto, que tiverem densidade populacional média abaixo de oitenta

habitantes por km² e com até cinquenta mil habitantes. A seleção dos territórios ficou a critério e responsabilidade do comitê gestor, que envolve representantes providos de 22 ministérios⁶³. Outros critérios que devem ser acoplados a definição dos territórios podem ser observados no artigo 1º, parágrafo 2º do respectivo decreto:

§ 2 Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial. (Decreto Federal 11.503 de 25 de fevereiro de 2008)

O quesito gênero compõe os objetivos do programa federal Territórios da Cidadania, conforme artigo 2º do decreto:

Art. 2 O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de **gênero**⁶⁴, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:

- I – integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II – ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
- III – ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- IV – inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;
- V – valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (Decreto Federal 11.503 de 25 de fevereiro de 2008)

O programa está articulado a partir de convênios nas esferas públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como consórcios públicos, entidades de direitos humanos público ou privado sem fins lucrativos, conforme artigo 5º do decreto federal 11.503. Ainda segundo o decreto, o programa se apoia em três eixos de atuação sendo: ação produtiva, cidadania e infraestrutura.

63 Ministérios mobilizados no programa: Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência da República, Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, Minas e Energia, Saúde/Funasa, Integração Nacional, Trabalho e Emprego, Meio Ambiente, Cidades, Desenvolvimento Agrário/Incra, Desenvolvimento Social, Educação, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Justiça/Funai, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cultura, Banco do Brasil (Fazenda), Banco da Amazônia (Fazenda), Caixa Econômica Federal (Fazenda), Banco do Nordeste do Brasil (Fazenda), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Desenvolvimento e Comércio Exterior).

64 Grifo próprio.

Com base nos critérios definidos pelo decreto e a instituição do comitê gestor, já em 2008 e 2009 foram selecionados 1852 municípios (32,9% do total de municípios do Brasil) agrupados em 120 Territórios da Cidadania. Conforme dados do IBGE (2010) estes municípios juntos possuem 42,4 milhões de habitantes (23% da população nacional) sendo 13,1 milhões residentes no meio rural (46% da população nacional que reside no meio rural). Conforme relatório apresentado pelo grupo gestor⁶⁵, existem 525,1 mil famílias residindo em assentamentos (67% do total nacional), 3,9 milhões de famílias atendidas pelo programa bolsa família (67% do total nacional), 810 comunidades quilombolas (66% do total nacional), 317 terras indígenas (52% do total nacional) e 210,5 mil famílias de pescadores (54% do total nacional).

Os municípios que compõe o programa possuem um IDHM inferior a 0,620, valor abaixo da média nacional que é de 0,660. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶⁶ criou uma tabela de classificação do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano por Município) sendo os municípios enquadrados entre os índices de 0,8 e 1 como sendo muito alto; 0,7 e 0,799 alto; 0,6 e 0,699 médio; 0,5 e 0,599 baixo e entre 0,0 e 0,499 muito baixo IDH. Com base na classificação do PNUD não foram identificados nenhum município com IDH muito alto nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania. A tabela 5 expressa o total dos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania pelas faixas de IDH:

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano por Município.

Faixa IDH	Total de Municípios	Classificação PNUD
0,8 – 1	0	Muito Alto
0,7 – 0,799	285	Alto
0,6 – 0,699	792	Médio
0,5 – 0,599	754	Baixo
0,45 – 0,499	19	Muito Baixo

Fonte: Programa das Nações Unidas, 2010.

65 Relatório disponível no endereço eletrônico <http://www.territoriosdacidadania.gov.br> acessado em 02/10/2013.

66 Consulta realizada no dia 01/08/2015 no endereço eletrônico: <http://www.pnud.org.br>

Organização Própria.

Apesar do baixo IDHM, verificando dados das eleições municipais e comparando com a média nacional, é perceptível que os municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania possuem uma média elevada de participação feminina nas eleições.

A distribuição espacial⁶⁷ evidencia a maior concentração do programa nas regiões Norte e Nordeste, regiões estas com grande desigualdade social. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste também são identificados bolsões de desigualdade onde se instalou também o programa federal Territórios da Cidadania, porém ainda assim é evidente o contraste das desigualdades regionais do Brasil.

Com a caracterização do recorte espacial, ao englobar municípios com carências sociais que integram elementos além dos econômicos, e também com a propositiva da legislação que cria o programa ao propor ação positiva para um desenvolvimento que aborde a complexidade, compreendemos que o programa tem elementos potenciais para um efetivo combate a problemas sociais que vão além de uma perspectiva desenvolvimentista economicista, mas uma política pública geográfica que aborde a diversidade. Ao deliberar a execução das políticas do programa para agentes locais, estes têm liberdade para criar projetos específicos para atuar no cerne dos problemas locais, superando a generalização de políticas públicas.

Se antes discutimos concepções de território ligados a Ratzel, Vallaux, Gotmman, e estas concepções puderam se adequar na compreensão da ação do Estado em um determinado momento, para o programa federal Territórios da Cidadania e em específico à presente pesquisa, é importante trazer para a discussão a concepção de território de Claud Raffestin (1993).

Para o autor o espaço e o território são conceitos que não se equivalem, sendo que o território se constitui a partir de relações de poder no espaço.

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento.

67 Ver figura 1.

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (id. p.144)

Os municípios que compõe o programa podem ser compreendidos como espaço de diversidade, por apresentar características específicas que vão desde suas carências sociais até suas diversidades culturais. Mas, também podemos compreender estes municípios pelas suas territorialidades, pois a partir do momento que o Estado exerce ação injetando recursos, este passa a ser um agente produtor de territorialidades. Como os recursos são repassados para lideranças comunitárias que criam projetos e os desenvolvem, as relações de poder configuram territorialidades políticas. Como o enfoque do presente trabalho envolve as políticas que podem servir de subversão feminina, estas podem se tornar agentes que criam e/ou reproduzem relações de poder no espaço geográfico.

Castro (2011) afirma que todo sistema de representação política possui uma base social e territorial. Como disputas políticas resultam em conflitos e acordos, estes se organizam em territórios.

Estas disputas constituem uma expressão concreta da territorialidade dos conflitos que exigem em todas as sociedades complexas e desiguais, ou seja, em toda disputa política há interesses que estão vinculados aos territórios em que os atores habitam, trabalham, produzem riqueza e lutam para se apropriar de parte dela. (id. p. 140)

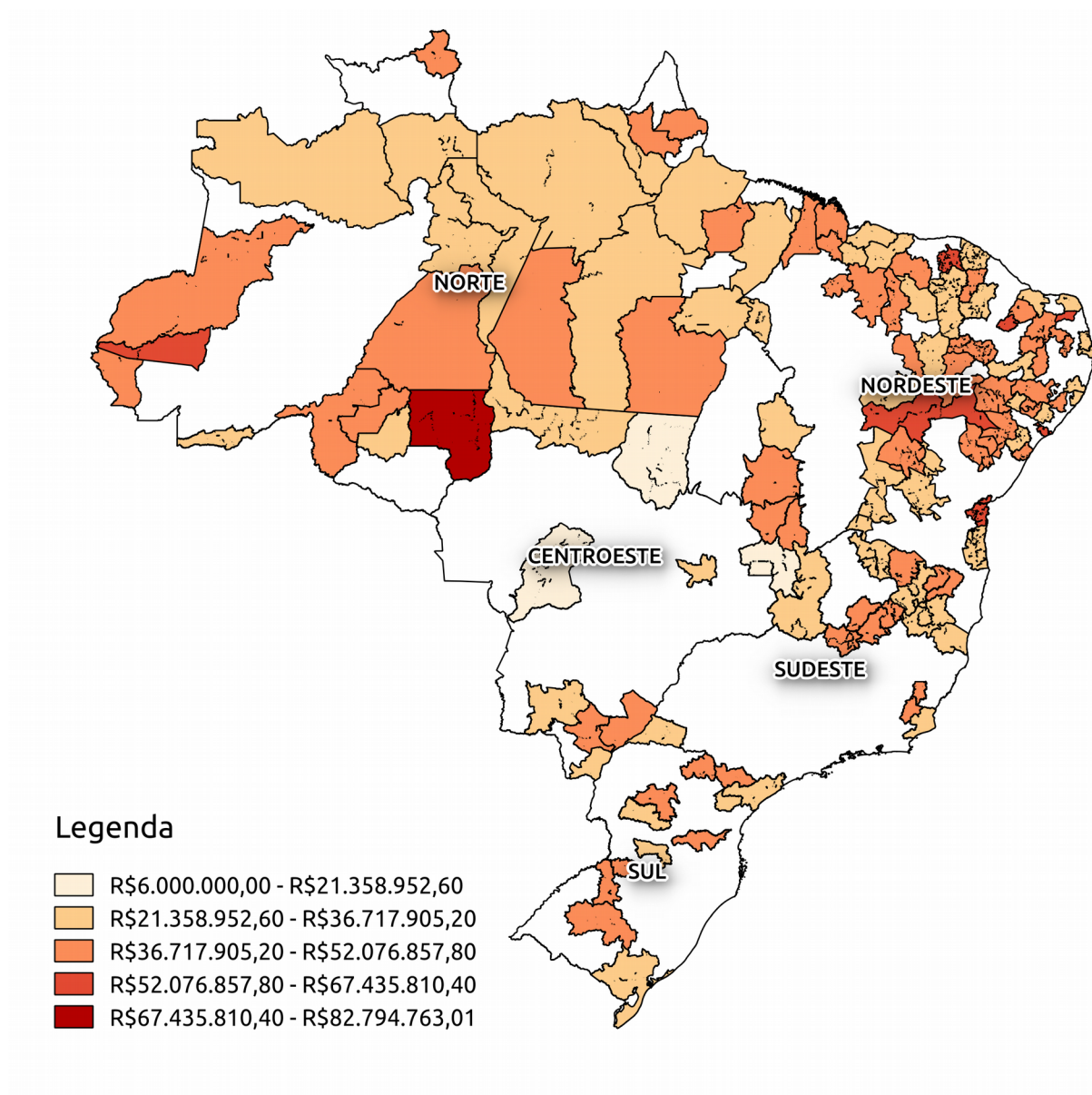
A disponibilidade de recursos e a agenda instituída pela lei que cria o programa federal Territórios da Cidadania se configura como campo de disputas. Como a lei prevê a superação das desigualdades de gênero (Art. 2) e a integração de políticas públicas, as mulheres recebem amparo do Estado para subverter relações antes estagnadas.

Com isso o programa federal Territórios da Cidadania tem grande potencial para reduzir a desigualdade social atuando de forma diferenciada e elencando contextos que superam, além das questões econômicas, também o Empoderamento Político das Mulheres. O Empoderamento pode ser perceptível quantitativamente quando averiguado a relação de projetos desenvolvidos e o número de mulheres eleitas entre os pleitos de 2008 e 2012.

Em um levantamento realizado no portal do programa federal Territórios da Cidadania, identificamos 15.207 projetos executados entre 2008 e 2012 totalizando

a aplicação de R\$5.383.979.607.406,60 neste período de tempo. Com a criação de um banco de dados destes programas, foi possível filtrar os programas orientados apenas para as mulheres, totalizando 2085 programas (com valor de R\$46.690.419.399,11 investido entre 2008 e 2012). A figura 7 mostra o valor médio aplicado nos territórios entre o ano de 2008 e 2012.

Figura 7 – Valor médio aplicado em projetos nos Territórios da Cidadania entre 2008 e 2012.



Fontes: Programa Federal Territórios da Cidadania, 2014.
Organização própria.

A tabela 6 mostra o total de projetos voltados pelas mulheres. O valor total se refere quantas vezes o mesmo projeto foi repetido em outros municípios dos territórios.

Tabela 6 – Projetos voltados para as mulheres

Projetos	Total
Programa de Atenção Integral à Família	299
Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	298
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	282
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	253
Programa Nacional de Crédito Fundiário	157
Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais	144
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	128
Formação de Agentes de Desenvolvimento	120
Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais	84
Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Complementar	72
Programa Cisternas	59
Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2a Água)	58
Formação de Agentes de Desenvolvimento – Formação Específica	57
Formação de Lideranças em Políticas Públicas no PNDTR	36
ProInfância	23
Prevenção e Combate a Violência Contra as Mulheres - Implantação/implementação de Centro de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência.	5
Formação de Agentes de Desenvolvimento – Formação Inicial	5
Prevenção e Combate a Violência contra as Mulheres - Instalação de Núcleos Especializados de Defensoria Pública	2
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	2
Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	1

Fontes: Programa Federal Territórios da Cidadania, 2014.
Organização própria.

Na listagem da tabela 6 foram identificados 20 programas, sendo que o “Programa de Atenção Integral à Família” foi o que mais obteve adesão, totalizando 299 execuções em praticamente todos os territórios.

Cruzando a relação de projetos voltados para as mulheres com a relação dos territórios, o território do Agreste Meridional apresentou 27 projetos. Já o território Dos Lagos teve 8 projetos voltado para as mulheres.

Quando são agrupados os territórios, o último quartil (30 territórios dos 120) com maior número de projetos voltados para as mulheres, estes totalizam 757 projetos. Dentre os projetos, destacamos “Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais” e “Formação de Lideranças em Políticas Públicas no PNDTR⁶⁸” como sendo relativamente positivos para a formação de lideranças políticas eleitorais.

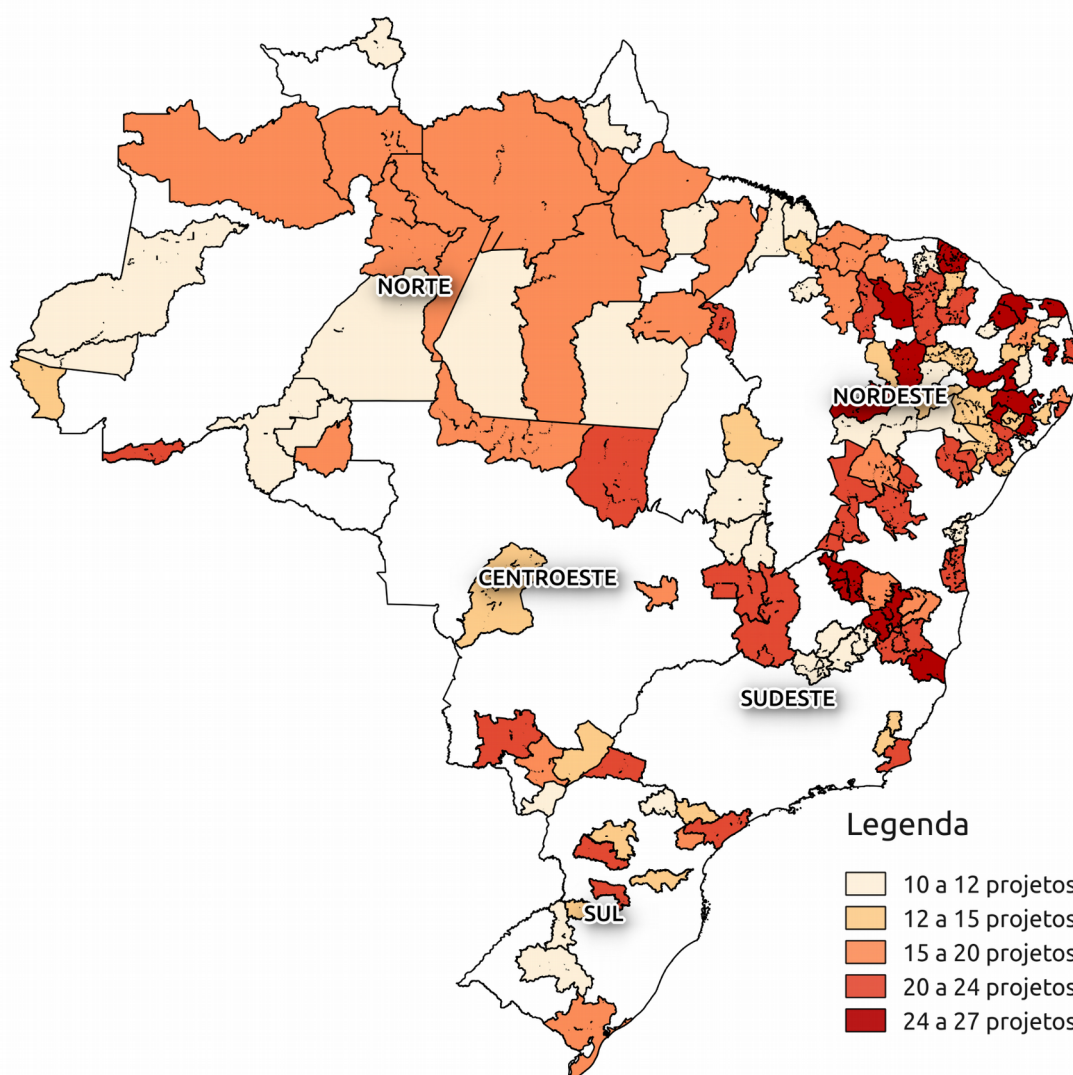
O projeto de “Capacitação e Formação de Políticas Públicas para Mulheres Rurais” tem como objetivo realizar ações de capacitação e formação em políticas públicas para mulheres rurais (Acesso à Terra, Documentação, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER/ATES, Crédito, Organização Produtiva, Comercialização e Desenvolvimento Territorial), visando a ampliação e qualificação do acesso delas às políticas públicas, em especial às políticas de apoio à cidadania e desenvolvimento econômico por meio de convênios realizados com a ‘Sempre Viva Organização Feminista’ (SOF) e o ‘Centro Feminista 8 de Março’ (CF8). Já o projeto de “Formação de Lideranças em Políticas Públicas no PNDTR” tem como objetivo realizar ações de capacitação e formação em políticas públicas (Acesso à Terra, Documentação, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER/ATES, Crédito, Organização Produtiva, Comercialização e Desenvolvimento Territorial, Cidadania, Combate à Violência contra a Mulher, Previdência Rural) para mulheres rurais, visando o combate à violência contra as mulheres.

Correlacionamos a operacionalização de políticas públicas com a percepção de cidadania plena, onde partimos do pressuposto que os projetos acima citados aderem à participação política e assim fortalecem a tese de que este grupo ganha força para procurar vias de acesso ao legislativo municipal. Com esta concepção cruzamos os territórios que aderem a tais políticas com o número de mulheres candidatas, eleitas e não eleitas, presente nos municípios componentes do

68 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

programa federal Territórios da Cidadania, resultando em cartogramas do total de mulheres eleitas em 2008, 2012 e o total de projetos desenvolvidos por Território. No cartograma da figura 8 observamos o total de projetos desenvolvidos.

Figura 8 – Projetos voltados para as mulheres no período de 2008 a 2012 nos Territórios da Cidadania.

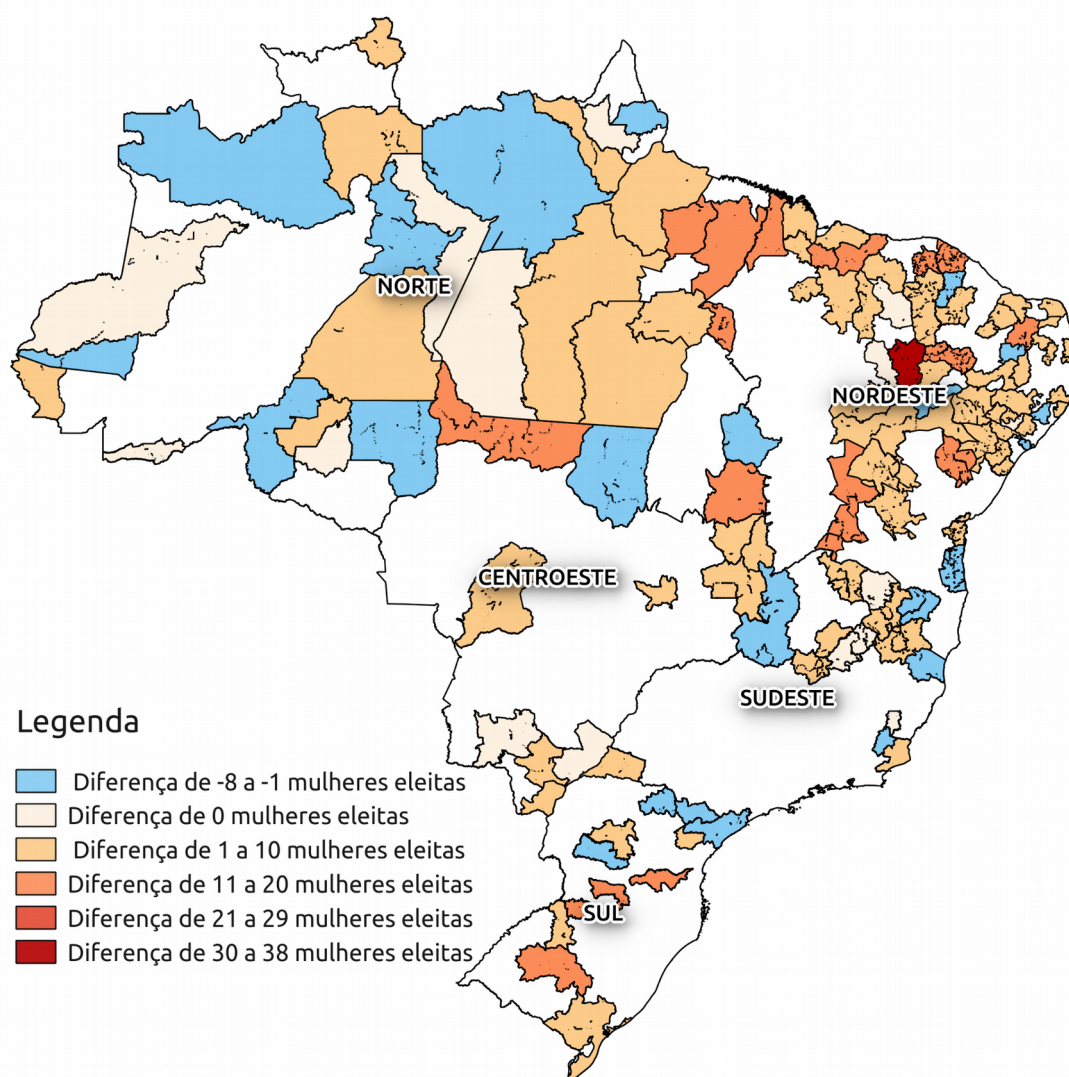


Fontes: Municípios IBGE, 2015. Programa Territórios da Cidadania, 2014.
Organização própria.

Os territórios com menos projetos voltados para mulheres, possuíam 10 projetos e os com maior número apresentaram total de 27 projetos. Com isso, é perceptível que todos os territórios desenvolveram projetos que beneficiariam as

mulheres. No cartograma da figura 9 foi calculado a diferença entre o número de mulheres eleitas nos pleitos de 2008 e 2012.

Figura 9 – Diferença de mulheres eleitas entre as eleições de 2008 a 2012 nos Territórios da Cidadania.



Fontes: Municípios IBGE, 2015. TSE, 2014.
Organização própria.

Do total, 23 (19%) Territórios tiveram redução de mulheres no legislativo, 14 (12%) Territórios mantiveram o número de mulheres eleitas e 83 (69%) Territórios tiveram aumento de mulheres eleitas, demonstrando que a aplicação de projetos afetou positivamente no Empoderamento Feminino no âmbito do legislativo.

Na sequência, discutiremos a concepção de Cidadania, partindo da atribuição do Estado, concluindo com a perspectiva de uma Geografia Política Feminista como base para compreender as relações que configuram a posicionalidade das mulheres nas eleições dos municípios, que compõem o programa federal Territórios da Cidadania.

2.3.2 Estado, Cidadania, Empoderamento e Geografia Política Feminista

Antecedendo a discussão sobre Cidadania e Empoderamento, compreendemos a necessidade de discutir a concepção de Estado enquanto mecanismo de manutenção de direitos sociais. Para isso partimos de uma breve discussão do conceito de Estado, passando para discussão do conceito de Cidadania, na sequência o conceito de Empoderamento e finalizaremos o capítulo discutindo a Geografia Política Feminista, como base para compreender a participação das mulheres nas eleições para o legislativo.

A concepção de Estado é amplamente debatido ao longo da história. Dentre as definições, surgem intelectuais que compreendem o estado moderno em uma vertente essencialista, onde se discute a representação do coletivo acima do individual. Bobbio (2000) cita o livro 'Príncipe' (1513) de Maquiavel como um dos primeiros a criar uma genealogia do Estado, trazendo desde as configurações das cidades Gregas, república Romana, até o Estado Moderno que marca o fim do período medieval. O autor destaca quatro intelectuais que contribuem com a discussão, sendo eles: Thomas Hobbes, em seu livro 'Leviatã' (1651), pensa o Estado em uma perspectiva racional de vida humana que garante a ordem social para além dos conflitos (Estado Absolutista). Nesta concepção o Estado representa a ordem de interesses em comum da sociedade. John Locke, um idealizador liberalista, escreve no livro 'Dois tratados sobre o Governo' (1690) que todos são iguais na sociedade desde que, os interesses particulares não prejudiquem o coletivo. O autor posiciona o Estado enquanto um juiz que protege a sociedade de uma possível degradação a sua essência natural e racional. Para Locke, o Estado é um permanente gestor de conflitos insolúveis. Jean-Jacques Rousseau em sua obra 'Contrato Social' (1762), compreende que o indivíduo abre mão de suas vontades naturais em favor do coletivo que vem a representar o Estado. Nesta ótica, os

indivíduos abrem mão de suas vontades naturais para adquirir liberdade civil e moral, promovida pela institucionalização do Estado tornando-o, segundo o autor, mais livre do que sua condição anterior. Immanuel Kant em sua obra 'Fundamentação da metafísica dos costumes' (1797) atrela a planificação moral como elemento central na configuração do Estado. A moral é instituída por instrumentos judiciais idealizados para transformar a essência natural do ser humano em um humano social.

Carnoy (1988) no livro 'Estado e Teoria Política' faz uma genealogia da concepção de Estado trazendo deste uma teoria Marxista de Estado, que correlaciona a estruturação do Estado enquanto uma entidade que permeia as lutas de classe, não estando nem a interesse unicamente da classe dominante, nem da classe dominada, até a teoria gramsciana que compreende o Estado enquanto uma entidade concorrida e conquistada pela elite, utilizando como meio o consentimento. A teoria gramsciana não compreende a existência de uma ruptura entre sociedade civil e a estrutura do Estado. Como Gramsci viveu em um período de decadência do marxismo e ascensão do fascismo entre os trabalhadores, este se viu confrontado em definir uma teoria marxista alternativa de Estado.

Gramsci, segundo Carnoy (1988, p.99) afirma que

o Estado e a sociedade civil são idênticos; assim, o consentimento e a coerção tornam-se co-extensivos ao Estado, e a hegemonia é inseparável dos próprios aparelhos do Estado. Não há mais uma distribuição da hegemonia entre sociedade civil e sociedade política. O Estado e a sociedade civil estão reunidos em uma unidade maior; o Estado é igual à própria formação social, incluindo os aparelhos governamentais e privados.

Nesta concepção o Estado não seria um aparelho repressivo da burguesia, conforme a teoria marxista, mas a relação entre a sociedade civil e a sociedade política. A teoria gramsciana não compreende a existência de uma ruptura entre sociedade civil e a estrutura do Estado e o poder de acesso se daria por meio do consentimento.

Em uma perspectiva de Estado Moderno, Giddens (2005, p.342) define o Estado como

mecanismo político de governo (instituições como um Parlamento ou Congresso, além de servidores públicos) controlando determinado território,

cuja autoridade conta com o amparo de um sistema legal e da capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas. Todas as sociedades modernas são estados-nações, ou seja, estados nos quais a grande massa da população é composta por cidadãos que se consideram parte de uma única nação.

O autor destaca três características de Estado que são: a presença da Soberania, da Cidadania e do Nacionalismo. A Soberania é a autoridade que o Estado tem sobre seu território. A Cidadania diz respeito aos direitos e deveres de todos os sujeitos da nação. O Nacionalismo é toda simbologia idealizada para criar uma identidade do Estado. Segundo Giddens (*id.*) apesar da sua descrição da concepção de Estado, este pode se configurar de forma diferenciada indo desde um Estado Liberal até um Estado Keynesiano.

Percebemos que a concepção de Governo e Estado são próximos. Compreendendo o Governo enquanto forma de gestão, e possível planejador, do Estado. Segundo Castro (2011), a configuração institucional de um Estado é gerenciada por atores sociais que sistematizam seus interesses em uma agenda política que visa se converter em leis, decretos, etc. As ações podem ser compreendidas em uma esfera política estatal, que subsume concepções de gestão do território, eleições, etc. Mas também não podemos deixar de lado a concepção de política atrelada às relações cotidianas. A política relacionada à convivência cotidiana pode ser impactante à política institucionalizada. Apesar desta separação, compreendemos que ambas são extremos de um mesmo *continuum*. Podem ser compreendidas também como duas escalas distintas, sendo a primeira a escala de Estado ministrada por políticas públicas oriundas de agentes com ideais e interesses. Na segunda escala temos as relações políticas cotidianas, engendrada na relação entre os diferentes grupos sociais. O que limita a concepção de Política e Estado dos autores citados acima, é a excessiva secção da 'realidade' observada nas estruturas de luta de classe. O acesso dos atores sociais aos mecanismos do Estado se faz para além das lutas de classe, necessita da legitimidade do discurso dos grupos que manifesta seus interesses, podendo estes serem discursos sindicalistas, liberais, feministas, etc. Nesta conjuntura, a Cidadania se faz presente enquanto demanda cobrada do Estado pelos diversos grupos.

Segundo Pinsky e Pinsky (2003), a Cidadania é a liberdade de um sujeito viver em um Estado democrático e gozar de direitos civis, políticos e sociais. Para

Gordon e Stack (2007) a cidadania moderna proporciona às pessoas um conjunto de maneiras em que estas podem tomar novamente para si o estabelecimento da cidadania, ao mesmo tempo em que deixem um local nestas discussões para o governo. Segundo Gorczewski e Martin (2011) a etimologia da cidadania provém dos gregos e significa pessoas que habitam a cidade. Apesar da origem da palavra, os autores destacam Aristóteles que questiona o conceito afirmando que:

cidadão não é cidadão porque vive na cidade, afinal os estrangeiros e os escravos também ali vivem; tampouco são cidadãos aqueles que compartilham de um mesmo sistema legal, de levar ou ser conduzido diante do tribunal, pois residentes estrangeiros não possuem completamente esses direitos, sendo obrigados a apresentar um patrono, um cidadão responsável por eles; os chamamos de cidadãos apenas na acepção em que se aplica o termo às crianças que são muito jovens para o registro de cidadão ou aos homens velhos que já estão isentos dos deveres cívicos. Cidadão, em sentido estrito, a respeito do qual não se possa apresentar nenhuma exceção é unicamente aquele que tem o poder de tomar parte na administração deliberativa ou judicial da cidade. Também em Roma, a expressão indicava não unicamente o habitante da cidade; ela significava mais: ela indicava a situação política da pessoa e seus direitos em relação ao Estado. Cidadão significava ser Romano, homem e livre, portanto com direitos do Estado e com deveres para com ele. (*id.*, p.21)

Apesar da definição de Aristóteles parecer satisfatória, a concepção é atrelada a uma perspectiva planificada de sociedade. Gorczewski e Martin (2011) argumentam que a luta por novos direitos compromete a definição simplista do conceito de Cidadania.

Marshall (1950) em seu trabalho '*Citizenship and Social Class*' realiza um trabalho historiográfico para contextualizar a teoria do Estado de bem-estar social, que segundo o autor foi o período em que a concepção de Cidadania Moderna ganha espaço no embate intelectual. A linearidade de conquistas tem início nos séculos XVIII e XIX com a conquista de direitos civis e direitos políticos. Os direitos sociais, como ente forte na defesa da Cidadania, foi conquistada somente no século XX com a implantação do modelo de Estado Keynesiano. Marshall (*id.*) considera que o século XX abarca o início da cidadania que supera apenas os direitos trabalhistas. Para o autor a preocupação de um trabalhador já não era apenas de sobreviver com um salário digno, mas de conquistar direitos que o condicionam a uma vida social mais complexa, usufruindo do direito ao lazer, saúde, educação, voto, etc. Com o avanço tecnológico, a jornada de trabalho se torna menos

desgastante e as demandas exigiam menor tempo de produção, resultando em maior liberdade do trabalhador em enriquecer sua vida social com novas deliberações sociais. O conflito de interesses surge neste momento não mais com o capitalista e o proletariado, mas entre as classes sociais que têm seus direitos conflitando. Segundo o Marshall (1950, p. 28 – 29, tradução própria) cidadania é um

status concedido à aqueles que são membros de uma comunidade. Todos que possuem o status são iguais no que diz respeito aos direitos e deveres, dos quais o status é dotado. Não há princípio universal que determina o que esses direitos e deveres devem ser, mas sociedades em que a cidadania é uma instituição de desenvolvimento cria uma imagem de uma cidadania ideal contra a qual a realização pode ser medida e para a qual a aspiração pode ser dirigida.⁶⁹

Porém, como a cidadania aplicada em uma sociedade de classes, onde estas se configuram pela manutenção da desigualdade o autor compreende que é “razoável esperar que o impacto da cidadania na classe social deve assumir a forma de um conflito entre princípios opostos.”⁷⁰ (MARSHALL, 1950, p.29, tradução própria). O autor defende que o Estado deve ser um interlocutor na mediação entre os conflitos, procurando garantir à sociedade o direito a Cidadania.

Dagnino (2005) argumenta que a concepção de cidadania teve um forte crescimento no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990 com o levante de movimentos populares, sindicatos e partidos de esquerda, que demandavam de direitos a serem adquiridos com a redemocratização constitucional. Com a crescente demanda conceitual, vários grupos vêm utilizando como referência comum como os negros, indígenas, homossexuais, mulheres, etc. Frente a diversidade de grupos, demandas específicas, assim como demandas gerais, tomam frente as lutas dos diversos grupos.

Esses movimentos, organizados em torno de demandas diferentes, encontrados na referência à cidadania não são apenas uma ferramenta útil em suas lutas específicas, mas também um elo de articulação forte entre eles. A alegação geral de igualdade de direitos, incorporado na concepção

69 status bestowed on those who are full members of a community. All who possess the status are equal with respect to the rights and duties with which the status is endowed. There is no universal principle that determines what those rights and duties shall be, but societies in which citizenship is a developing institution create an image of an ideal citizenship against which achievement can be measured and towards which aspiration can be directed.

70 reasonable to expect that the impact of citizenship on social class should take the form of a conflict between opposing principles

predominante de cidadania, foi então ampliado e especificado de acordo com as diferentes reivindicações em jogo. Como parte deste processo de redefinição da cidadania, uma forte ênfase foi colocada na sua dimensão cultural, incorporando preocupações contemporâneas com subjetividades, identidades e o direito à diferença. Assim, a construção de uma nova cidadania deveria ser visto para além da aquisição de direitos legais, uma vez que exigiria a constituição de sujeitos sociais ativos que definiria o que eles consideram ser os seus direitos e lutas pelo seu reconhecimento.⁷¹ (DAGNINO, 2005, p.149-150, tradução própria)

A cidadania demandava uma ressignificação a fim de satisfazer os diferentes agentes sociais. Com a instituição da sociedade moderna e o fortalecimento do papel dos Estados-Nação, Gorczewski e Martin (2011) afirmam a necessidade da revisão do conceito de cidadania.

A cidadania abriga-se sob o estandarte do nacionalismo que encobre o que a etnicidade descobre: uma língua, uma cultura, um vínculo histórico, um pertencimento a uma comunidade nacional específica. A imposição dessa vontade do Estado através de uma artificialização legalmente constituída universaliza e induz a marginalização das culturas menores, levando a um pensamento e estilo de vida uniforme, que é uma ameaça à diversidade cultural. (GORCZEWSKI e MARTIN, 2011, p. 63)

Nesta perspectiva, teóricos da pós-modernidade defendem que a cidadania deve deixar de ser abrangente, genérica e se tornar fragmentada, demandando adequações a significação conforme a diversidade. Gorczewski e Martin (*id.*) afirmam que a concepção de cidadania entrou em um momento de crise, deixando seu caráter monista onde centrava direitos e deveres jurídicos e passa a demandar um estatuto “difuso, indefinido e enodado, com contornos indefiníveis” (*id.* p.64).

A relação entre Cidadania e Política é outro elemento que os autores abordam como sendo de grande proximidade. Gorczewski e Martin (*id.*, p. 125) destacam a Declaração Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem, aprovada pela IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá em 1948 que:

71 These movements, organized around different demands, found in the reference to citizenship not only a useful tool in their specific struggles but also a powerful articulating link among them. The general claim for equal rights, embedded in the predominant conception of citizenship, was then extended and specified according to the different claims at stake. As part of this process of redefining citizenship, a strong emphasis was put on its cultural dimension, incorporating contemporary concerns with subjectivities, identities and the right to difference. Thus, the building of a new citizenship was to be seen as reaching far beyond the acquisition of legal rights, since it would require the constitution of active social subjects who would define what they consider to be their rights and struggle for their recognition.

Toda pessoa, legalmente capacitada, tem o direito de tomar parte no governo do seu país, quer diretamente, quer através de seus representantes, e de participar de eleições, que se processarão por voto secreto, de uma maneira legítima, periódica e livre.

Com a intensificação dos movimentos sociais da década de 1970, diferentes grupos questionam a concepção de cidadania, que em muitos países já era garantido por lei, porém não era garantido na prática. Dentre os distintos grupos, o movimento feminista, que já vinha há várias décadas lutando pelos seus direitos ganha força em prol da crise ideológica deste período, onde o conservadorismo enrustido nos mecanismos dos Estados já não davam mais conta das múltiplas reivindicações. No âmbito nacional, os autores destacam os avanços no alcance do direito de Cidadania das mulheres após a constituição de 1988.

A Constituição de 1988 deu nova feição às estruturas de poder no país. Delineou com clareza os direitos fundamentais, as garantias individuais e as liberdades civis, garantindo às mulheres, de forma expressa, o direito à igualdade e à titularidade da plena cidadania, deflagrando uma maior inserção feminina nos espaços sociais e na vida política da Nação. (GORCZEVSKI e MARTIN, p. 204, 2011)

Apesar dos avanços no que concebe à Cidadania nos patamares jurídicos, este nem sempre é regulamentado e seguido pela sociedade. Oliveira (1999) problematiza que a concepção de Cidadania deve ser compreendida por diferentes escalas geográficas.

A depender do país, da província ou região, da cidade, ou mesmo do bairro em que se mora, a cidadania assume, bem como entre as classes ou grupos sociais, graus diferenciados de existência. Assim, não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estejamos inseridos. Os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade, isto é, dos atributos do espaço (instalações, infra-estruturas, redes etc.) (...) numa relação na qual as determinações de diferentes escalas geográficas podem se superpor. (*id.* p.94)

O autor argumenta que a Cidadania é construída historicamente com interferência do poder do Estado, e aqueles que a gestam, estabelecem limites e normas. A construção discursiva da Cidadania enquanto acolhedora de direitos e deveres, também exerce função contrária ao controlar as normas que regem o

cotidiano. Como o Estado é embebido pela diversidade geográfica, a Cidadania jurisdicionalizada se torna um sistema de exclusão.

O cidadão é, então, o indivíduo normatizado, ou seja, vivendo sob normas, com formadas pelo desenvolvimento material e cultural da sociedade a que pertence, acordadas por um contrato social (estatuto de direitos e deveres) e ajuizadas e reguladas pelo Estado. Portanto, a cidadania depende da condição material e cultural que possui um indivíduo, concebida como herança histórica, da posição social que ele ocupa na sociedade em questão e do nível de participação nas decisões que definem os seus rumos nas diferentes escalas social e geográfica, da comunidade local ao poder do Estado nacional. (OLIVEIRA, p.117, 1999)

Oliveira (1999) elenca seis níveis de cidadania: O primeiro seria a dimensão natural, relacionada as ideias universais provindas do iluminismo. O segundo nível é a política, ressignificada da filosofia grega e que resulta nos direitos políticos da atualidade. O terceiro é a socioeconômica, abarca condições mínimas para a manutenção da vida pensando na coletividade. O quarto nível é o geográfico, que correlaciona território e cultura que “sedimenta e materializa as condições de realização da cidadania” (*Id.*, p.117). O quinto é a dimensão cívica, fortemente ligado ao quarto nível, estabelece normas para convivência conforme os padrões culturais de cada contexto histórico. O sexto e último nível se refere a perspectiva de pertencimento do sujeito à sociedade. Importante destacar o quarto e quinto nível da cidadania, que levam em consideração uma concepção geográfica, relativizando o universalismo da cidadania.

Dickinson (*et al*, 2008) compreende a cidadania pela multiplicidade de significação dos direitos civis, políticos e sociais. A configuração das relações sociais reiteram a significação destes direitos conforme as sociedades. Com isso a concepção de Cidadania não é universal, mas uma construção intelectual que varia de sociedade para sociedade, ora possibilitando a inclusão ora produzindo a exclusão. Segundo Dickinson (*et al*, 2008, p. 108, tradução própria) a cidadania

deve igualmente ser interrogada como o resultado da reunião de interdependências pessoais e políticas inumeráveis, multilocal infundido e dependente de conjuntos sobrepostos e interdependentes de ações individuais e processos institucionais. Desta forma, a cidadania emerge

como a potência radical do não-radical, o democraticamente mundano, o já aqui – o cotidiano.⁷²

Mesmo sendo múltipla, a Cidadania é dinâmica e cotidianamente é ressignificada pelos grupos, nunca entendida como fixa e única. Para a geógrafa Gil Valentine (2003) em seu texto '*Sexual Politics*' a Cidadania Plena, apesar de ser um direito já conquistado pelas mulheres, ainda prevalece como uma prática de exclusão. Para a autora, a Cidadania Plena compõe a prática de um grupo seletivo de homens brancos. Segundo a autora (2003, p.408)

outros grupos (como mulheres e minorias étnicas) tiveram de lutar para serem inclusos. De fato, alguns grupos sociais permanecem como cidadãos parciais apenas, porque eles são excluídos dos direitos civis, políticos ou sociais (Smith, 1989). Além disso, como Muir (1997) aponta, ainda que membros de grupos minoritários podem desfrutar de cidadania, estes podem ainda não 'sentir' como cidadãos se são vítimas de discriminação e assédio e se consideram menos capazes de exercer os seus direitos perante a lei.⁷³

Nesse sentido os grupos que, em tese, possuem seus direitos garantidos pelo Estado, ainda por sofrerem com processo de exclusão, são redimidos por meio do assédio e discriminação e consequentemente não conseguem gozar do direito à cidadania.

Zebracki (2013, p. 785) em seu texto '*Right to Space: Moving Towards Sexual Citizenship Beyond the Nation State*' defende que "*Irrespective of sexual preference, all humans viscerally desire—and deserve—the right to space*"⁷⁴. Apesar da sua defesa, o autor questiona a construção social da cidadania como sendo algo privilegiado a um sistema heteronormativo. Este sistema contrapõe a cidadania sexual, excluindo todos aqueles que não compõem a agenda cidadã heterossexual. O autor defende que a cidadania sexual abrange certa complexidade e que esta deve

72 must similarly be interrogated as the outcome of the meeting of myriad personal and political interdependencies, multilocally infused and contingent upon overlapping and interdependent sets of individual actions and institutional processes. In this way citizenship emerges as the radical potential of the non-radical, the democratically mundane, the already here — the everyday

73 other groups (such as women and ethnic minorities) have had to fight to have this extended to them. Indeed, some social groups remain effectively only partial citizens because they are excluded from particular civil, political or social rights (Smith, 1989). Furthermore, as Muir (1997) points out, even though members of minority groups may enjoy citizenship they may still not 'feel' as if they are citizens if they experience discrimination and harassment and regard themselves as less able to exercise their rights before the law.

74 Tradução própria: "Independentemente da preferência sexual, todos os humanos visceralmente desejam e merecem o direito ao espaço".

ser vista como multiescalar entrecruzando direitos e responsabilidades que orbitam desde leis e normas locais quanto nacionais e internacionais.

Apesar do programa federal Territórios da Cidadania trazer em sua estrutura legal o amparo universalista, este também abre possibilidades para trabalhar a Cidadania amparando a diversidade, pois além de reconhecer a diversidade de gênero, raça, etnia, também possibilita que os projetos desenvolvidos em cada território seja construído e desenvolvido pelos moradores destas localidades. Para além do amparo legal compreendemos outro extremo que é a prática cidadã, exercida e conquistada pelos sujeitos que vivem nos municípios que fazem parte do programa federal T.C..

Borges e Maschietto (2014) discutem de forma crítica os termos ‘empoderamento’ e ‘apropriação local’. Como ‘apropriação local’ entendem que foram vinculados relações com agentes locais, que empoderam a ordem das práticas de cidadania. Com a intervenção vertical do Estado e de discursos internacionais os conceitos de ‘apropriação local’ e ‘empoderamento’ ganham ênfase na discussão sobre o enfraquecimento da ‘cidadania’, segundo as autoras. Definem como ‘espaços convidados’ aqueles que, no âmbito do poder de exercer a Cidadania, são controlados por ‘atores intervenientes’. Como exemplo destes atores temos o FMI e o Banco Mundial que ditam regras a serem seguidas pelo Estado. Ao expandir a discussão, incluindo relações de poder, inclui a concepção de ‘espaços reivindicados’ como sendo aqueles em que determinados grupos assumem discurso político e desenvolvem agenda positiva para a integração a estes espaços. Para compreender a subversão de espaços controlados por atores externos, as autoras utilizam a concepção de Empoderamento. Segundo as autoras “o termo empoderamento está geralmente associado ao nível mais comunitário e a grupos que estão à margem do poder” (BORGES e MASCHIETTO, 2014, p.68). Um aspecto importante é que no trabalho ‘Cidadania e empoderamento local em contextos de consolidação da paz’ (*id.*) o conceito de ‘empoderamento’ é correlacionado ao de ‘desenvolvimento’, porém superando o simplismo economicista, conforme já discutido neste trabalho.

Horochovski (2007, p.112) conceitua em seu trabalho ‘empoderamento’ como sendo a

constituição de organizações e comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente.

O autor utiliza o conceito para analisar o 'grau de empoderamento' de pescadores artesanais do litoral do Paraná (cidade de Matinhos). Ao adotar a concepção de empoderamento enfocando o local, se aproxima conceitualmente do trabalho de Borges e Maschietto (2014) adotando o Empoderamento enquanto relações de poder em uma perspectiva autonomista individual e política.

Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, empoderamento equivale os sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. (HOROCHOVSKI, 2007, p.112)

O autor pensou em quatro níveis de 'empoderamento' para operacionalizar a pesquisa com os pescadores: "1) níveis ou sujeitos de empoderamento; 2) motivações do empoderamento; 3) poderes (ou recursos do empoderamento); e, 4) modalidades de empoderamento." (id. 2007, p. 122). Ao realizar a categorização do conceito, o autor avança para algo mais operacional para ser aplicado em nível local, coadunando com a ideia das práticas de empoderamento dos 'espaços reivindicados' de Borges e Maschietto (2014).

Os autores trabalhados até o momento para conceituar Empoderamento, trazem algo em comum que é a dimensão espacial local, se referindo a atores específicos, porém o que demandamos na presente tese é se apropriar da discussão conceitual em que abarque o Empoderamento Espacial levando em consideração sujeitos que vivem em diferentes espacialidades, porém com algumas características identitárias similares, que no caso são as mulheres candidatas ao cargo de vereador nos municípios do programa federal T.C.. Neste caso o Empoderamento Espacial deve ir além do espaço físico locacional e compreender a dimensão de apropriação de espaços sociais subvertendo a ordem patriarcal sexista.

Lisboa (2008) explica que o Empoderamento Feminino consiste em abordar três esferas sendo: a esfera social, política e psicológica. No caso das mulheres

pobres, a superação da pobreza demanda um caminho em que a mulher precisa tomar consciência para superar as três esferas do Empoderamento, a fim de caminhar rumo a conquista da cidadania. Nas palavras da autora a conquista do Empoderamento consiste na:

conquista da plena capacidade de um ator individual ou coletivo de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos. (LISBOA, 2008, p. 3)

A autora ainda destaca a importância da participação das mulheres como mecanismo de Empoderamento. Como já vimos anteriormente, citando Pinto (2001), o acesso à participação política pelas mulheres durante a década de 1990 se deu por meio de ONGs (enquanto que para os homens se deu por meio dos Sindicatos). Nesta perspectiva, compreendemos que o Empoderamento Feminino na esfera política segue um caminho de espaços em que as mulheres possuem maior poder de liderança, que são as ONGs ou no caso de municípios de pequeno porte (como se configuram a maior parte dos municípios que compõe o programa federal T.C.) pode também ser as Associações de Moradores, em que muitas vezes as mulheres se reúnem para discutir problemas da comunidade. Estas espacialidades permitem a legibilidade das mulheres para a sociedade como um todo, servindo como trampolim político para o Empoderamento de outras espacialidades como no caso as câmaras de vereadores.

Lisboa (2008), acrescenta que o Empoderamento Político das Mulheres representa apenas um passo para o acesso as tomadas de decisão política e que a política enquanto instrumento emancipador, tem que ser discutido em uma ampla e complexa análise considerando categorias como o gênero. Nesta perspectiva, a Geografia Política Feminista demanda de indagações sobre o Empoderamento Feminino enquanto mecanismo de acesso a determinados espaços, ainda negligenciados às mulheres.

Ressaltamos a discussão de Staeheli, Kofman e Peake (2004), em sua análise sobre a Geografia Política Feminista baseada nas abordagens sobre a política que são sobrepostas: a abordagem da política como distribuição, a política como antagonismo e a política como constitutiva. Mesmo com a ideia de política

como distributiva e da política como antagonismo possuir uma fundamental perspectiva de gênero a ser explorada, é na ideia da política como constitutiva que a perspectiva feminista se desenvolve com mais força. A compreensão da política como constitutiva implica compreender a política como um processo contínuo, no qual as sociedades são constituídas através de tensões e lutas. Tensões e lutas que são complexas e polivalentes, envolvem ações, comportamentos e recursos, tanto em espaços formais do Estado como das escalas do bairro, da casa, do local de trabalho, da comunidade religiosa e da mídia. Essas lutas têm um forte elemento em torno do reconhecimento da personalidade e sobre suas significações na formação de sociedades democráticas. A perspectiva de gênero se legitimou nesse processo e também ganhou ênfase na Geografia Política, que tem produzido um discurso crítico sobre as maneiras pelas quais as distribuições e antagonismos de atores políticos, formam e transformam as sociedades.

A relação das pessoas com as instituições, pode impactar na relação entre sujeitos e a representatividade de sujeitos centrais na esfera político partidária e até mesmo na candidatura de agentes, que podem vir a defender uma ideologia representativa da instituição. Neste caso, as ONGs podem se tornar instituições que também tem o poder de se posicionar frente a participação eleitoral, a fim de eleger sujeitos que os represente. Este fato é bastante perceptível quando isolados os grupos na esfera federal do Senado e Câmara dos Deputados, onde são identificadas, além das bancadas oficiais configuradas pelo acordo entre partidos⁷⁵, também as bancadas movidas por interesses transversais⁷⁶: Evangélica, Ruralista, Bala, Sindical, Direitos Humanos, Mineração, Empresarial, Parentes, Saúde, Bola, Empreiteiras/construtoras e também as defensoras do movimento LGBT que muitas vezes é composta por integrantes de outras bancadas. Nem sempre a presença destas bancadas é relacionada a um partido específico, mas a vários partidos que possuem em suas pautas as similaridades identitárias com o discurso dos grupos acolhidos.

O presente capítulo, ao abordar a questão epistemológica de uma Geografia Política correlata a Geografia Feminista, culminou na construção de uma teoria

75 As bancadas oficiais podem ser consultadas no endereço eletrônico: <http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bancada.asp>

76 Para maiores informações sobre a configuração destas bancadas acessar: <http://apublica.org/2016/06/truco-as-bancadas-do-senado/>

plausível para compreender o efeito de políticas públicas no processo de Empoderamento Feminino. No próximo capítulo abordaremos, de forma comparativa entre os pleitos de 2008 e 2012, o perfil das mulheres candidatas ao cargo de vereador. Para isso destacamos a importância em compreender o processo de instituição de políticas públicas para Empoderamento Feminino no âmbito legislativo como matéria a ser debatida de forma dialógica nos campos da Geografia Política e da Geografia Feminista.

CAPÍTULO 3 – AS MULHERES CANDIDATAS AO CARGO DE VEREADOR DOS PLEITOS ELEITORAIS DE 2008 E 2012 NOS MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA FEDERAL TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

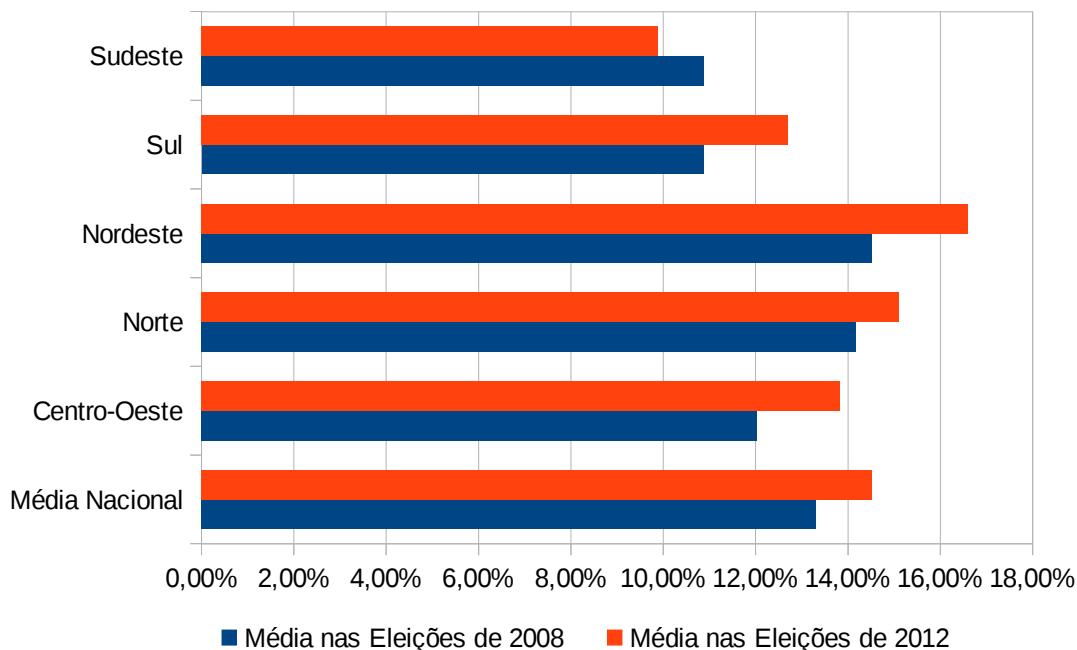
O presente capítulo tem como objetivo, evidenciar o perfil das mulheres candidatas nos pleitos eleitorais de 2008 e 2012 dos municípios que fazem parte do programa federal Territórios da Cidadania. A participação das mulheres nas eleições, muitas vezes está atrelado a um componente regimental para regular a legislação das cotas, nem sempre representando o foco dos partidos políticos. Com a implantação do programa federal Territórios da Cidadania, um montante de recursos foi investido nestes municípios, resultando em mudanças sociais, inclusive no que diz respeito sobre políticas de gênero. Com isso, o capítulo trabalha na comparação entre os pleitos evidenciando o efeito das políticas públicas na mudança do perfil das mulheres entre ambos os pleitos (que coincide com o período de execução dos projetos do programa federal T.C.). O capítulo fará uma demonstração de forma comparativa, das características das candidatas a eleição para o legislativo dos pleitos de 2008 e 2012, entre os municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania, procurando evidenciar os pontos de diferença e de similaridade. Por último, será identificada a correlação entre os atributos de sucesso eleitoral das mulheres candidatas e eleitas fazendo o comparativo entre os municípios que compõem o programa e os demais municípios do Brasil.

O volume de informações e a possibilidade de cruzamento, levando em consideração o universo comparativo temporal de ambos os pleitos entre os municípios do programa e o Brasil, abre um leque amplo de informações estatísticas. Para evitar o exacerbo estatístico, pretendemos criar um alinhamento partindo das mulheres eleitas, descrevendo sua escolaridade, idade, ocupação, partido político, estado civil. Estas categorias serão cruzadas no tocante que houverem elementos de distinção, a fim de polir o texto de descrições não pertinentes para a análise conclusiva do capítulo.

Verificando dados das eleições municipais e comparando com a média nacional, é perceptível que os municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania possuem uma média mais elevada de participação feminina nas eleições.

O gráfico 3 demonstra o crescimento da participação das mulheres eleitas nas câmaras de vereadores dos municípios do programa federal T.C., agrupados por regiões do Brasil.

Gráfico 3 – Média por região, de mulheres eleitas ao cargo de vereador nas eleições de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

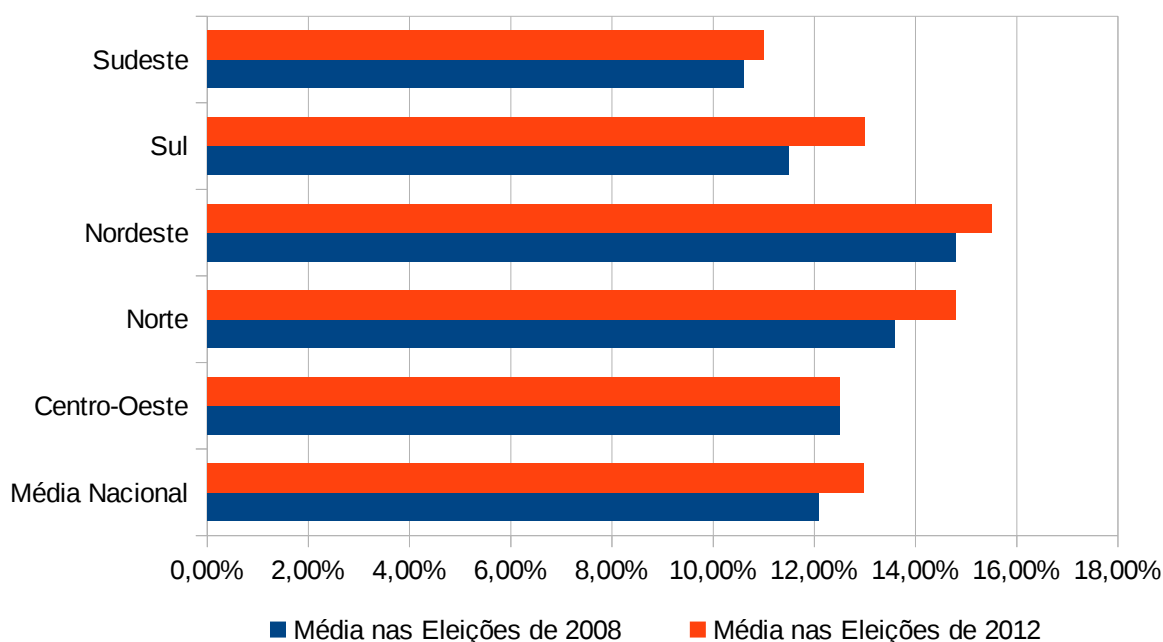


Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

A média geral de todas as regiões intra pleitos apresenta resultado positivo, porém a média de 2008 nos municípios do programa são mais de 1% superior ao restante do Brasil. O índice de crescimento registrado nos municípios do programa federal T.C. apresentam um balanço positivo de 1,2% contra 0,89% dos demais municípios do Brasil. Ao seccionarmos por região, destacamos a região Nordeste e Norte como as regiões tanto com maiores índices quanto com maior crescimento. A região sudeste foi a única que apresentou redução na média de mulheres eleitas.

Separando o índice por regiões no restante do país, o gráfico 4 apresenta contraste comparativo por regiões destacando a região Nordeste com os índices mais elevados também.

Gráfico 4 – Média de mulheres eleitas ao cargo de vereador nas eleições de 2008 e 2012 no Brasil.



Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

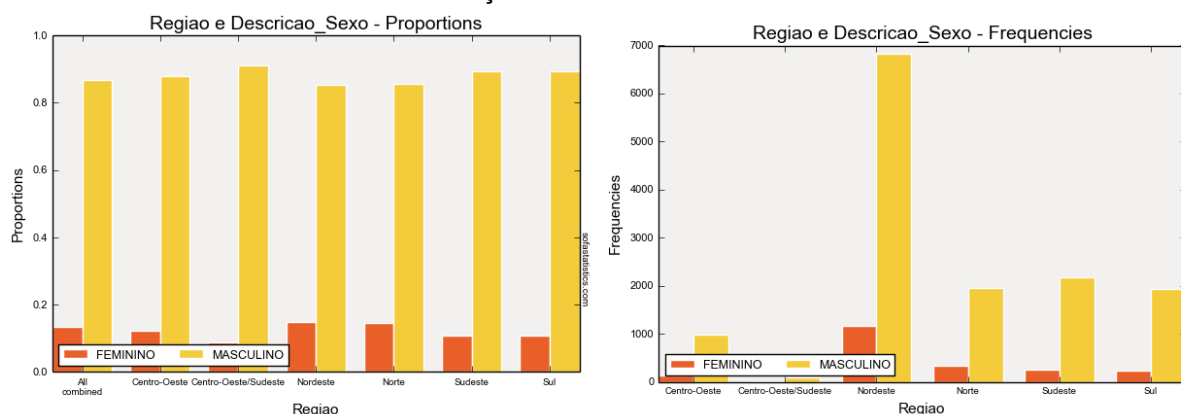
Apesar dos índices serem inferiores ao dos municípios que compõem o programa federal T.C., ainda assim apresenta resultados positivo entre os pleitos, inclusive na região Sudeste (região que teve redução nos municípios do programa federal T.C.). Não nos aprofundaremos na discussão inter-regional, pois a distribuição do número de municípios por região é desigual e comparações podem gerar equívocos genéricos, visto que as regiões Nordeste e Norte possuem o maior número de municípios cadastrados no programa, conforme pode ser observada na tabela 7.

Tabela 7 – Total de Territórios e Municípios por região no Brasil.

Região	Total de municípios	Total de territórios	Média de municípios por território
Centro-Oeste	140	12	12
Norte	154	27	6
Nordeste	939	56	17
Sul	244	10	25
Sudeste	274	15	18

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

Aplicando o teste Qui Quadrado⁷⁷, filtrando apenas candidaturas eleitas e levando em consideração como grupo de análise ‘Região’ e ‘Sexo’ das eleições de 2008, resulta no gráfico 5. Considerando o valor de significância de 5%, o valor Qui Quadrado obteve o valor p inferior a 0,001 (cálculo realizado pelo *software Sofa Statistic*) demonstrando que a distribuição regional apresenta significância estatística.

Gráfico 5 – Gráfico resultante do teste Qui-Quadrado das Regiões do Brasil seccionado por sexo de candidaturas eleitas nas eleições de 2008.⁷⁸

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

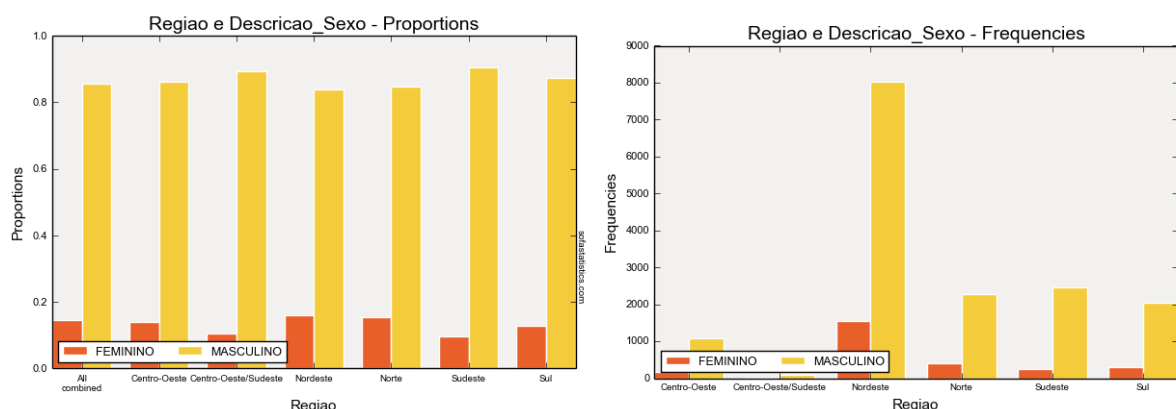
⁷⁷ Segundo Barbetta (2007, p. 228) o teste qui quadrado é “um método que permite testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas, como também, comparar (no sentido de teste de significância) duas ou mais amostras, quando os resultados da variável resposta estão dispostos em categorias”.

⁷⁸ p value: < 0.001; Pearson's Chi Square statistic: 43.637; Degrees of Freedom (df): 5; Minimum expected cell count: 12.103; % cells with expected count < 5: 0.0.

Considerando os gráficos 5, sendo o gráfico da frequência (direita), a região Nordeste desponta como a que mais elege homens e mulheres (levando em consideração o valor total), porém o gráfico das proporções (esquerda) o nivelamento comparativo (utilizando o valor p de cada região) aponta as regiões Norte e Nordeste com proximidades proporcionais de mulheres. Ambas as regiões se posicionam acima das demais combinações.

Aplicando o mesmo teste nas eleições de 2012 com valor de significância de 5% resultando no Qui Quadrado⁷⁹ com valor p inferior a 0,001 (cálculo realizado pelo *software Sofa Statistic*) demonstrando que a distribuição regional apresenta significância. Os gráficos gerados no gráfico 6, demonstram que mesmo com o crescimento dos valores na região Nordeste, as proporcionalidades refletem pouca diferença em relação a 2008.

Gráfico 6 – Gráfico resultante do teste Qui-Quadrado das Regiões do Brasil seccionado por sexo de candidaturas eleitas nas eleições de 2012.



Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

A discrepância regional nos leva a traçar a estratégia analítica do programa como uma unidade diferencial, porém devido à diferença de unidades do programa se concentrar nas regiões Norte e Nordeste, compreendemos que caberia um trabalho específico regional, fugindo do foco do presente trabalho que é trabalhar com as redes de financiamento por unidade. A fim de evidenciar o perfil das mulheres eleitas, destacaremos o perfil disposto no banco de dados das eleições, partindo da ocupação, idade, partido político, etc, sempre cruzando as informações e

⁷⁹ p value: < 0.001; Pearson's Chi Square statistic: 80.973; Degrees of Freedom (df): 5; Minimum expected cell count: 16.424; % cells with expected count < 5: 0.0.

comparando com o restante do Brasil, com a finalidade de identificar o diferencial espacial entre os municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania como uma unidade comparativa ao todo territorial Brasileiro.

3.1 Perfil ocupacional das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador

Partindo de um pressuposto de que a cidadania feminina muitas vezes é uma categoria antagônica problematizada nos municípios que compõem o programa federal T.C., a unidade característica comparativa entre o sujeito do feminino e a cidadania plena tornam-se problemática no acesso ao legislativo municipal. A saber disto, observando a ocupação das mulheres que se candidataram ao cargo de vereador e aquelas que obtém o sucesso eleitoral, percebemos uma mudança de perfil entre a ocupação que exerciam antes das eleições e a influência destas funções como uma característica identitária que acaba influenciando no sucesso eleitoral das mulheres.

Comparativamente, os pleitos de 2008 e 2012 possuem mudanças no número de candidaturas, porém mesmo com o elevado número de candidaturas de 2012 em relação a 2008, pouco percebemos na mudança ocupacional das candidaturas. Na tabela 8 foi selecionado apenas as ocupações mais registradas nos pleitos eleitorais. Com isso evidenciamos a divergência de quem se candidata e quem se elege.

Tabela 8 – Ocupação das mulheres nas eleições de 2008 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

Ocupação Mulheres Eleições 2008					
Ocupação Candidatas			Ocupação Eleitas		
Ocupação	Total	%	Ocupação	Total	%
PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	1598	15,38%	VEREADORA	359	23,42%
DONA DE CASA	1592	15,32%	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	235	15,33%
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	1487	14,31%	SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	219	14,29%
AGRICULTORA	1371	13,19%	PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	140	9,13%
OUTROS	1351	13,00%	AGRICULTORA	134	8,74%
PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	944	9,08%	DONA DE CASA	124	8,09%
COMERCIANTE	899	8,65%	COMERCIANTE	122	7,96%
VEREADORA	696	6,70%	OUTROS	118	7,70%
ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIA E ASSEMBLHADAS	455	4,38%	SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL	82	5,35%

Fonte: TSE, 2008.
Organização própria.

A tabela 8 demonstra que nas eleições de 2008, a maior parte das candidaturas são de professoras de ensino fundamental e donas de casa, porém as mulheres que têm maior sucesso são aquelas que já eram vereadoras e conseguiram a reeleição. De 696 vereadoras candidatas, 359 conseguem se eleger, aproximadamente 50%. Sucesso este seguido pelas professoras e servidoras públicas. Contrasta a profissão das donas de casa que são quase o mesmo número de candidaturas das professoras, porém o sucesso eleitoral é mais frágil, pois ocupam o 6º lugar no ranqueamento das eleitas.

Tabela 9 – Ocupação das mulheres nas eleições de 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

Ocupação Mulheres Eleições 2012					
Ocupação Candidatas			Ocupação Eleitas		
Ocupação	Total	%	Ocupação	Total	%
OUTROS	3373	19,26%	VEREADORA	436	23,11%
DONA DE CASA	3357	19,17%	SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	350	18,55%
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	3028	17,29%	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	259	13,73%
AGRICULTORA	2052	11,72%	OUTROS	179	9,49%
PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	1950	11,14%	PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	161	8,53%
COMERCIANTE	1194	6,82%	AGRICULTORA	153	8,11%
PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	998	5,70%	DONA DE CASA	146	7,74%
ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIA	793	4,53%	COMERCIANTE	124	6,57%
VEREADORA	767	4,38%	ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIA	79	4,19%

Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Na eleição de 2012 percebemos o aumento no número de candidaturas, porém as candidatas donas de casa permanecem com o mesmo posicionamento que nas eleições de 2008 sendo o maior número de candidaturas, mas com sucesso eleitoral reduzido. As mulheres que obtêm êxito eleitoral são aquelas que têm uma vida pública (vereadoras, servidoras e professoras), e que prestam um serviço à comunidade. Isso evidencia o Empoderamento Local, onde determinadas profissões com características de vida pública, lançam candidaturas com maior chance de se tornar vereadora.

Tabela 10 – Ocupação das mulheres nas eleições de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania: Percentual de sucesso por ocupação.

Pleito de 2008				Pleito de 2012			
Ocupação	Total	Col % ⁸⁰	Lin % ⁸¹	Ocupação	Total	Col %	Lin %
VEREADORA	359	16,80%	51,60%	VEREADORA	436	16,20%	56,80%
SERVENTUÁRIA DE JUSTIÇA	5	0,20%	41,70%	ODONTÓLOGA	16	0,60%	34,00%
FISIOTERAPEUTA	5	0,20%	35,70%	MÉDICA	9	0,30%	28,10%
PECUARISTA	6	0,30%	30,00%	ENGENHEIRA	5	0,20%	25,00%
FARMACÊUTICA	5	0,20%	26,30%	FISIOTERAPEUTA	8	0,30%	21,60%
ODONTÓLOGA	8	0,40%	24,20%	FARMACÊUTICA	6	0,20%	20,70%
PSICÓLOGA	7	0,30%	22,60%	ENFERMEIRA	75	2,80%	18,90%
SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL	13	0,60%	21,70%	ADVOGADA	30	1,10%	16,30%
CONTADORA	7	0,30%	21,20%	PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	161	6,00%	16,10%
MÉDICA	8	0,40%	21,10%	ADMINISTRADORA	26	1,00%	15,30%

Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Filtrando os pleitos de 2008 e 2012, classificando as ocupações pelo sucesso, a maioria é composta por candidaturas de um único representante da categoria⁸². Quando estes candidatos são eleitos, o resultado estatístico aponta 100% do sucesso eleitoral. Para contornar tal generalização, foram eliminadas as candidaturas únicas e reclassificadas por sucesso eleitoral, resultando na tabela 10. Observando a tabela, no pleito de 2008 as vereadoras eleitas, além de terem número significativo de candidaturas, também aparecem em primeiro lugar no número de reeleitas, reafirmando o elevado índice de sucesso destas candidatas. O

80 Col %: percentual do grupo em relação ao universo. Demonstra a percentagem total que aquele grupo representa se comparado aos demais grupos.

81 Lin %: percentual dentro do grupo. Pode ser compreendido como o percentual de sucesso.

82 Exemplo hipotético: um marceneiro se candidata e consegue se eleger. Neste caso a categoria marceneiro teria 100% de sucesso.

mesmo ocorre em 2012 onde as vereadoras reeleitas estão na primeira posição do ranqueamento.

Comparando com o quadro nacional, as eleições de 2008 tiveram maioria de candidaturas de donas de casa, porém estas obtiveram apenas 7,8% de sucesso eleitoral nos municípios do programa federal T.C. (tabela 8), contra 4,6% dos demais municípios do Brasil (tabela 11). Vereadoras reeleitas, Serventuária de Justiça e Fisioterapeutas tiveram maior sucesso eleitoral nos municípios do programa (tabela 10). Outro elemento diferencial de 2008 entre os municípios do programa e o restante do Brasil, é que as donas de casa representam a maioria das candidaturas no restante do país, porém nos municípios da pesquisa foram professoras as com maior número de candidatura.

Tabela 11 – Ocupação das mulheres nas eleições de 2008 no Brasil.

Ocupação Mulheres Eleições 2008 no Brasil					
Ocupação Candidatas			Ocupação Eleitas		
Ocupação	Total	%	Ocupação	Total	%
DONA DE CASA	9481	19,36%	VEREADORA	1050	23,15%
OUTROS	8323	17,00%	SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	670	14,77%
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	6889	14,07%	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	650	14,33%
PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	6722	13,73%	PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	466	10,27%
COMERCIANTE	5014	10,24%	DONA DE CASA	438	9,66%
PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	4307	8,80%	OUTROS	372	8,20%
AGRICULTORA	3982	8,13%	COMERCIANTE	347	7,65%
VEREADORA	2175	4,44%	AGRICULTORA	335	7,39%
ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIA	2074	4,24%	SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL	208	4,59%

Fonte: TSE, 2008.
Organização própria.

O quadro se mantém o mesmo de 2008 para a eleição de 2012, sendo as Donas de Casa a maioria das candidatas, contabilizando quase o dobro de candidaturas de servidoras públicas, porém com pouco sucesso eleitoral. Um elemento de destaque é que na última eleição dobrou o número de candidaturas.

Tabela 12 – Ocupação das mulheres nas eleições de 2012 no Brasil.

Ocupação Mulheres Eleições 2012 no Brasil					
Ocupação Candidatas			Ocupação Eleitas		
Ocupação	Total	%	Ocupação	Total	%
DONA DE CASA	20306	23,15%	VEREADORA	1180	22,77%
OUTROS	20249	23,08%	SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	1030	19,88%
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	13277	15,14%	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	638	12,31%
PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	7873	8,97%	OUTROS	529	10,21%
COMERCIANTE	6776	7,72%	DONA DE CASA	446	8,61%
AGRICULTORA	6639	7,57%	PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	412	7,95%
PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	4469	5,09%	AGRICULTORA	383	7,39%
ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIA	4103	4,68%	COMERCIANTE	349	6,73%
APOSENTADA (EXCETO SERVIDORA PÚBLICA)	4030	4,59%	SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL	215	4,15%

Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Observando as tabelas 12, são perceptíveis algumas ocupações que conseguem maior sucesso eleitoral, como aquelas que têm maior contato com redes de sociabilidades ligadas a prestação de serviço público como vereadoras, servidoras públicas e professoras. As comerciantes aparecem também nas tabelas das ocupações com elevado número de candidaturas, porém no ranqueamento elas perdem posição, pois apesar de exercerem uma profissão que mantenha relações-

públicas, estas não fazem prestação de serviço direto com a comunidade, mantendo redes próprias daqueles que frequentam seus estabelecimentos comerciais.

As agricultoras também entram no índice com maior número de candidaturas, mas perdem posições no ranqueamento do sucesso eleitoral tanto nos municípios do programa quanto na restante do Brasil. Isso é emblemático para os municípios do programa, visto que nestes municípios a maior parte da população reside no meio rural. Se compararmos com o ranqueamento dos homens, tanto nos municípios do programa quanto em nível nacional, a maioria das candidaturas é composta por agricultores assim como, a maioria dos eleitos já eram vereadores em primeiro lugar e os agricultores em segundo no ranqueamento, o que evidencia um contraste de gênero, visto que a massa das candidaturas dos homens consegue ter sucesso eleitoral e as mulheres seguem lógica diferente. Se as mulheres que têm maior sucesso são as com ocupações que mantêm relações-públicas, os homens também seguem esta lógica, porém as relações sociais de um agricultor são diferentes das relações sociais das agricultoras. Na maioria das vezes, as mulheres assumem o papel de agricultora e ao mesmo tempo de trabalhos domésticos, tutela dos filhos, etc, ao contrário dos homens que exercem a profissão de agricultor, porém mantêm maiores relações extra residenciais.

Segundo Melo (2002), no Brasil existem dois tipos de produtores rurais: os agricultores patronais e os da agricultura familiar. Certamente nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania, onde conforme já mencionado antes, prevalece um perfil de população rural e carente, a maior parte dos agricultores são familiar. Segundo a autora, 80% das propriedades rurais no Brasil são de agricultores familiar que categorizados em três subconjuntos sendo: agricultura familiar consolidada, de transição e periférica.

Os dois primeiros subgrupos têm relação com o agronegócio e o que nos interessa é o subgrupo das agriculturas familiares periféricas. Segundo Melo (*id.*) estes representam 50% das propriedades rurais, geralmente famílias vivendo em situações precárias (condição esta que veio a selecionar os respectivos municípios para o programa federal Territórios da Cidadania). Estas famílias recebem maior apoio de programas governamentais e assim criam dependências institucionais com o Estado. Como a maioria dos territórios são das regiões Norte e Nordeste, inclusive

muitos estão localizados no Semiárido (objeto de estudo da respectiva autora), a intervenção do Estado é constante e necessária, pois o que prevalece é a produção de pequenas áreas de alimento para comércio e subsistência, visto que o custo de venda dos produtos não é suficiente para a manutenção financeira da família.

Na agricultura familiar periférica, quando surgem problemas financeiros, os homens tendem a migrar à procura de emprego e as mulheres assumem a função de provedora do lar. No caso das candidatas agricultoras, provavelmente assumem no registro eleitoral sua profissão por estarem sendo as provedoras do lar, fator este que aproxima muito as mulheres agricultoras das donas de casa. De acordo com Melo (*id.*), as mulheres provedoras de famílias que sobrevivem de agricultura familiar periférica, precisam assumir a função de produzir alimento e ao mesmo tempo manter as demandas de manutenção do lar como, limpeza e cuidar dos filhos, privando estas de relações-públicas.

A relação das características dos municípios que compõe o programa e o baixo sucesso destas mulheres nas eleições, aproxima muito as teorias das agricultoras familiares periféricas e as candidatas periféricas, visto que os municípios apresentam: baixo IDHM, maioria da população rural, graves problemas socioeconômicos, etc. Na tabela 13 foram filtradas e classificadas as ocupações pelo sucesso, eliminando as candidaturas de um único representante da categoria.

Tabela 13 – Ocupação das mulheres nas eleições de 2008 e 2012 no Brasil: Percentual de sucesso por ocupação.

(continua)

Pleito de 2008				Pleito de 2012			
Ocupação	Total	Col %	Lin %	Ocupação	Total	Col %	Lin %
PREFEITA	111	1,60%	57,20%	VEREADORA	1273	13,90%	51,00%
VEREADORA	1061	15,10%	44,00%	PREFEITA	117	1,30%	47,80%
FARMACÊUTICA	27	0,40%	22,70%	TABELIÃO	7	0,10%	31,80%
SERVENTUÁRIA DE JUSTIÇA	19	0,30%	22,40%	MÉDICA	80	0,90%	22,20%
TABELIÃO	6	0,10%	22,20%	SOCIÓLOGA	8	0,10%	22,20%
DIRETORA DE EMPRESAS	5	0,10%	20,00%	FARMACÊUTICA	45	0,50%	19,70%

(conclusão)

Pleito de 2008				Pleito de 2012			
Ocupação	Total	Col %	Lin %	Ocupação	Total	Col %	Lin %
MÉDICA	63	0,90%	14,80%	AGRÔNOMA	11	0,10%	19,60%
PSICÓLOGA	38	0,50%	13,90%	VETERINÁRIA	14	0,20%	19,20%
ASSISTENTE SOCIAL	73	1,00%	13,80%	DIRETORA DE EMPRESAS	6	0,10%	18,20%
ODONTÓLOGA	32	0,50%	13,70%	ODONTÓLOGA	47	0,50%	16,20%

Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Em 2008 as mulheres que eram prefeitas e se elegeram como vereadoras aparecem com maior sucesso eleitoral (tabela 13). Em 2012 as vereadoras reeleitas se encontram na primeira posição, tanto na relação do número de candidaturas quanto no índice de sucesso e as que tinham como ocupação prefeita, ficam em segundo lugar no ranqueamento. As vereadoras eleitas, que anteriormente eram prefeitas não aparecem no ranqueamento dos municípios do programa federal Territórios da Cidadania (tabela 11).

Percebemos com isso, que o sucesso eleitoral prestigia mulheres que possuem ocupações com maiores relações de sociabilidade pública. Estas ocupações como: vereadoras, professoras, servidoras públicas, agricultoras e donas de casa não podem ser comparadas em uma mesma superfície normativa ao sucesso eleitoral das mesmas ocupações dos homens, pois como já dito anteriormente, um homem agricultor familiar está envolvido em relações sociais diferentes das relações que envolvem uma mulher agricultora familiar.

3.2 Perfil de escolaridade das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador

A escolaridade, como componente de integração social, compõe a agenda para cidadania. Esta variável é um importante elemento tanto da candidatura quanto no possível manejo interno dos partidos, pois uma pessoa bem instruída, teoricamente teria mais condições de argumentar politicamente e assim usufruir posicionamento político mais vantajoso. Nesta seção pretendemos realizar uma

análise comparativa, entre os pleitos eleitorais, do grau de escolaridade das mulheres candidatas e aquelas que conseguiram se eleger nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania.

A tabela 14 evidencia que a maior parte das candidaturas são de mulheres com ensino superior incompleto, seguido de ensino fundamental incompleto e superior completo, porém as que têm maior sucesso eleitoral são as mulheres com ensino fundamental completo e em segundo lugar as mulheres com ensino médio completo.

Tabela 14 – Escolaridade das mulheres nas eleições de 2008 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

Escolaridade das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2008			Escolaridade das mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2008			
Escolaridade	Total	%	Escolaridade	Total	%	Sucesso
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	251	1,63%	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	208	9,74%	82,87%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	959	6,22%	ENSINO MÉDIO COMPLETO	766	35,86%	79,87%
SUPERIOR COMPLETO	2164	14,02%	SUPERIOR COMPLETO	722	33,80%	33,36%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	839	5,44%	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	85	3,98%	10,13%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	3884	25,17%	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	161	7,54%	4,15%
SUPERIOR INCOMPLETO	5615	36,39%	SUPERIOR INCOMPLETO	178	8,33%	3,17%
LÊ E ESCRIVE	1709	11,08%	LÊ E ESCRIVE	16	0,75%	0,94%
ANALFABETO	9	0,06%	ANALFABETO	0	0,00%	0,00%

Fonte: TSE, 2008.

Organização própria.

Na eleição de 2012, conforme tabela 15, a maior parte das candidatas possuíam ensino médio completo, seguido de mulheres com ensino superior completo.

Tabela 15 – Escolaridade das mulheres nas eleições de 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

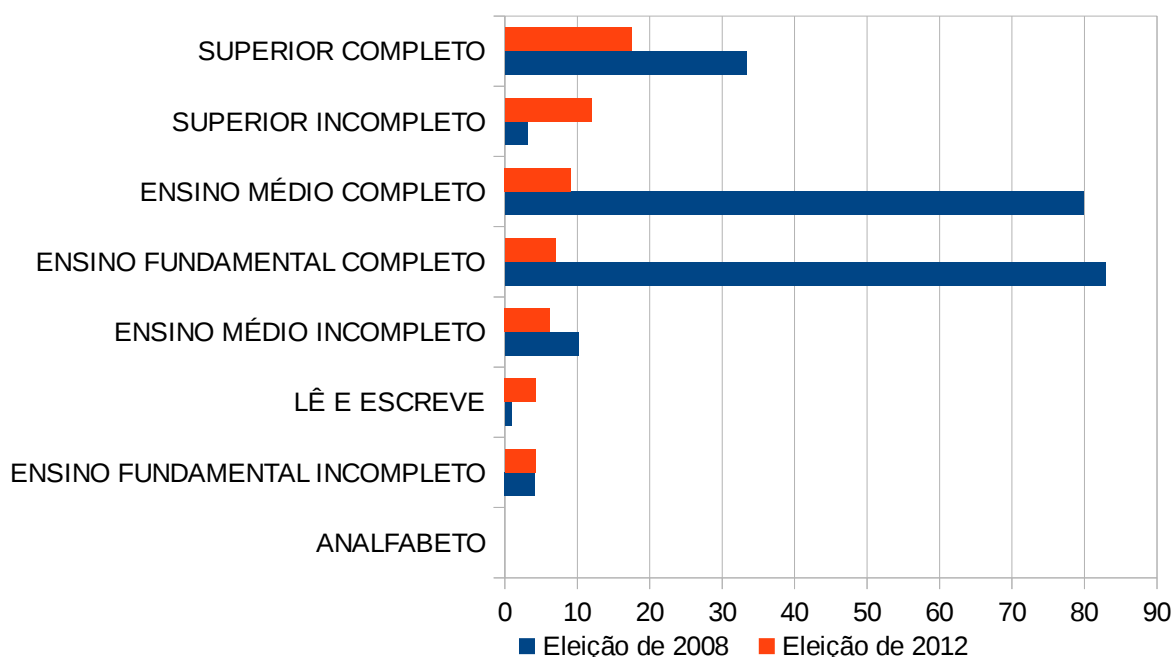
Escolaridade das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2012			Escolaridade das mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2012			
Escolaridade	Total	%	Escolaridade	Total	%	Sucesso
SUPERIOR COMPLETO	6619	25,32%	SUPERIOR COMPLETO	1156	42,97%	17,46%
SUPERIOR INCOMPLETO	1433	5,48%	SUPERIOR INCOMPLETO	172	6,39%	12,00%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	10068	38,51%	ENSINO MÉDIO COMPLETO	917	34,09%	9,11%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	2840	10,86%	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	199	7,40%	7,01%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	1269	4,85%	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	79	2,94%	6,23%
LÊ E ESCRIVE	699	2,67%	LÊ E ESCRIVE	30	1,12%	4,29%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	3212	12,29%	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	137	5,09%	4,27%
ANALFABETO	4	0,02%	ANALFABETO	0	0,00%	0,00%

Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Quando verificamos o sucesso, as mulheres com ensino médio completo ficam em terceiro lugar e as mulheres com ensino superior completo, passam a ter maior sucesso eleitoral. Comparando com a eleição de 2008, percebemos a crescente candidatura de mulheres com ensino médio e superior completo, porém proporcionalmente o percentual demonstra o crescimento das mulheres com ensino superior completo e incompleto e a redução da média do percentual de sucesso por escolaridade entre os pleitos. Se antes o sucesso de mulheres com ensino fundamental completo era de 82,87%, em 2012 passou a ser de 7,01%. Com o aumento do número total de candidaturas e a margem de sucesso de mulheres com ensino superior completo e incompleto assumindo o índice de sucesso, percebemos uma significativa mudança no perfil das mulheres eleitas entre os pleitos. O gráfico 7 demonstra o contraste dos sucessos entre os pleitos e também a liderança do sucesso das mulheres com ensino superior nas eleições de 2012.

Gráfico 7 – Sucesso por escolaridade das mulheres eleitas para o cargo de vereador nas eleições de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.



Fonte: TSE, 2014.
Organização própria

Se em 2008 as mulheres com ensino médio completo tinham maior chance, estas ainda se mantêm entre as primeiras posições, porém o diferencial vem com as candidatas com ensino superior completo. A relação de proporcionalidade, onde as mulheres com ensino médio tiveram maior sucesso em 2008 não se repetiu na eleição de 2012, pois das 10.068 candidatas, 917 conseguiram se eleger.

Quando cruzamos os dados dos municípios que possuem polos do UaB⁸³, 366 municípios do programa federal T.C. possuem unidades físicas instaladas. Deste montante: 163 polos estão instalados na região Nordeste, 75 na região Norte, 45 na região Sul, 51 na região Sudeste e 32 na região Centro-Oeste. O programa da UaB teve início em 2005 e no ano de 2010 existiam 948 polos no Brasil. A presença dos polos da UaB instalado em aproximadamente 20% dos municípios do programa federal T.C. em 2010 é elemento norteador na mudança da escolaridade, visto que ambos os programas têm seu início em um período temporal próximo.

Na escala nacional, tabela 16, o sucesso eleitoral das mulheres na eleição de 2008 obedece lógica diferente dos municípios do programa federal T.C., pois a

83 Acessado no dia 18/08/2016 no endereço eletrônico: <http://sisuab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/ConsultaPolos.action>

maioria das candidaturas são de mulheres com ensino médio completo, porém as mulheres com maior sucesso eleitoral são as que possuem ensino superior completo.

Tabela 16 – Escolaridade das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador nas eleições de 2008 no Brasil.

Escolaridade das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2008			Escolaridade das mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2008			
Escolaridade	Total	%	Escolaridade	Total	%	Sucesso
SUPERIOR COMPLETO	19544	25,24%	SUPERIOR COMPLETO	2421	37,22%	12,39%
SUPERIOR INCOMPLETO	5011	6,47%	SUPERIOR INCOMPLETO	491	7,55%	9,80%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	26969	34,83%	ENSINO MÉDIO COMPLETO	2190	33,67%	8,12%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	9579	12,37%	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	566	8,70%	5,91%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	4353	5,62%	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	237	3,64%	5,44%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	10669	13,78%	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	547	8,41%	5,13%
LÊ E ESCRIVE	1277	1,65%	LÊ E ESCRIVE	52	0,80%	4,07%
ANALFABETO	35	0,05%	ANALFABETO	0	0,00%	0,00%

Fonte: TSE, 2008.

Organização própria.

A relação de proporcionalidade de candidaturas e eleitas também não segue a mesma lógica, pois das 26.969 candidatas com ensino médio completo, 2190 conseguem se eleger.

A comparação da eleição de 2012, conforme tabela 17, entre os municípios que compõe o programa federal T.C. e os demais municípios do Brasil não aparenta lógica diferente, tendo como maior número de candidatas as mulheres com ensino médio completo e as com ensino superior completo maior sucesso eleitoral.

Tabela 17 – Escolaridade das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador nas eleições de 2012 no Brasil.

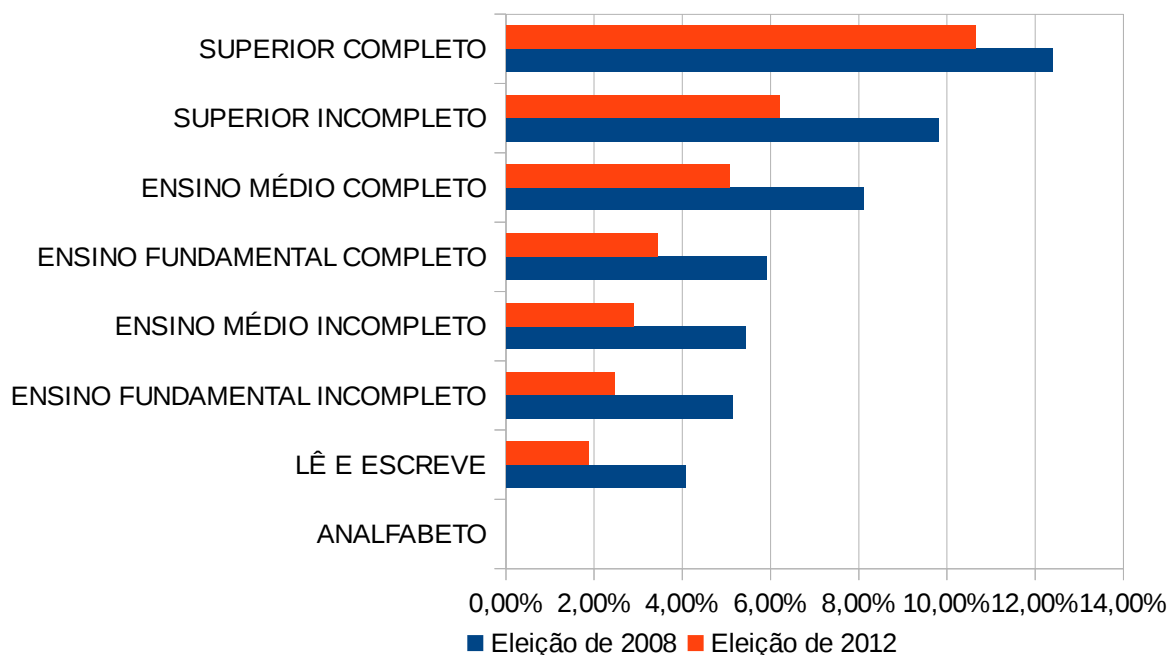
Escolaridade das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2012			Escolaridade das mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2012			
Escolaridade	Total	%	Escolaridade	Total	%	Sucesso
SUPERIOR COMPLETO	31485	23,47%	SUPERIOR COMPLETO	3353	43,90%	10,65%
SUPERIOR INCOMPLETO	7050	5,25%	SUPERIOR INCOMPLETO	438	5,73%	6,21%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	51089	38,08%	ENSINO MÉDIO COMPLETO	2590	33,91%	5,07%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	16071	11,98%	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	552	7,23%	3,43%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	6778	5,05%	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	196	2,57%	2,89%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	17803	13,27%	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	436	5,71%	2,45%
LÊ E ESCRIVE	3877	2,89%	LÊ E ESCRIVE	73	0,96%	1,88%
ANALFABETO	18	0,01%	ANALFABETO	0	0,00%	0,00%

Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Conforme o gráfico 8, apesar das posições ranqueadas se manterem as mesmas dos sucessos eleitorais por escolaridade, houve uma redução na média entre os pleitos. Se em 2008 as candidatas com ensino superior completo tinham 12,39% de sucesso, em 2012 passaram a ter 10,65%. As candidatas que sabem ler e escrever, por exemplo, passaram de 4% em 2008 para 1,8% em 2012.

Gráfico 8 – Sucesso por escolaridade das mulheres eleitas para o cargo de vereador nas eleições de 2008 e 2012 nos municípios do Brasil.



Fonte: TSE, 2014.
Organização própria

O diferencial que identificamos fica em torno das candidaturas das eleições de 2008 nos municípios do programa federal T.C., pois na eleição de 2012 estes municípios tendem a se padronizar com o perfil de formação escolar do restante do Brasil. Isso evidencia que houve uma mudança nas candidaturas das eleições de 2008 para 2012 nos municípios do programa federal T.C., pois as mulheres com ensino superior completo acabam por conquistar maior chance de sucesso eleitoral assemelhando-se ao padrão nacional.

Speck e Sacchet (2012) abordam a questão da escolaridade argumentando que as mulheres, em comparação aos homens, obtêm melhores índices de escolaridade se comparado ao sucesso eleitoral. Já Miguel e Queiroz (2006), ao analisar especificamente a questão da instrução de mulheres em municípios menos desenvolvidos, compreendem que mesmo com baixos índices de escolaridade, estes municípios acabam recebendo destaque por candidaturas de mulheres com melhores escolaridades. Segundo os autores (*id.*, p. 378) “a baixa escolaridade média nas regiões menos desenvolvidas abre uma oportunidade de inserção política para aquelas mulheres com nível de instrução mais alto”. A instrução entra como

categoria favorável não só no momento da candidatura, facilitando os trâmites burocráticos eleitoral, mas também como elemento diferencial entre as candidatas.

Assim percebemos que a maior escolaridade representa maior possibilidade de acesso ao legislativo, o que aparenta fator positivo, porém aquelas mulheres com menor escolaridade, muitas vezes por não ter acesso a melhores formações, pois tiveram que trabalhar resultando em uma exposição maior a problemas sociais, acabam tendo suas chances reduzidas para acessar o legislativo.

Comparando ambos os pleitos (2008 e 2012), houve mudança de posição das mulheres com maior sucesso eleitoral, mudando a lógica de Empoderamento no que diz respeito à formação das candidatas nos municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania.

3.3 Perfil do estado civil das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador

A situação conjugal evidencia maior procura e sucesso eleitoral em ambos os pleitos eleitorais, tanto nos municípios que compõem o programa federal T.C. como também nos demais municípios do Brasil.

Nas tabelas do estado civil das mulheres candidatas ao cargo de vereador dos municípios que compõem o programa federal T.C., tabelas 19 e 20, percebemos o elevado crescimento de candidaturas entre o pleito de 2008 para o de 2012, porém destacamos o crescimento de mulheres solteiras candidatas.

Tabela 18 – Estado civil das mulheres nas eleições de 2008 nos municípios do programa Territórios da Cidadania.

Estado civil das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2008			Estado civil das mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2008			
Estado Civil candidatas	Total	%	Estado Civil eleitas	Total	%	Sucesso
CASADO(A)	8424	54,6%	CASADO(A)	1399	65,5%	16,61%
SOLTEIRO(A)	5048	32,7%	SOLTEIRO(A)	515	24,1%	10,20%
DIVORCIADO(A)	943	6,1%	DIVORCIADO(A)	98	4,6%	10,39%
VIÚVO(A)	664	4,3%	VIÚVO(A)	84	3,9%	12,65%
SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	351	2,3%	SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	40	1,9%	11,40%

Fonte: TSE, 2008.
Organização própria.

O valor em 2012 se aproxima muito das casadas, sendo 12.686 candidatas casadas e 10.053 solteiras, porém o sucesso eleitoral das mulheres casadas, além de serem maioria das candidatas, são proporcionalmente superior a soma de todas as demais mulheres eleitas.

Tabela 19 – Estado civil das mulheres nas eleições de 2012 nos municípios do programa Territórios da Cidadania.

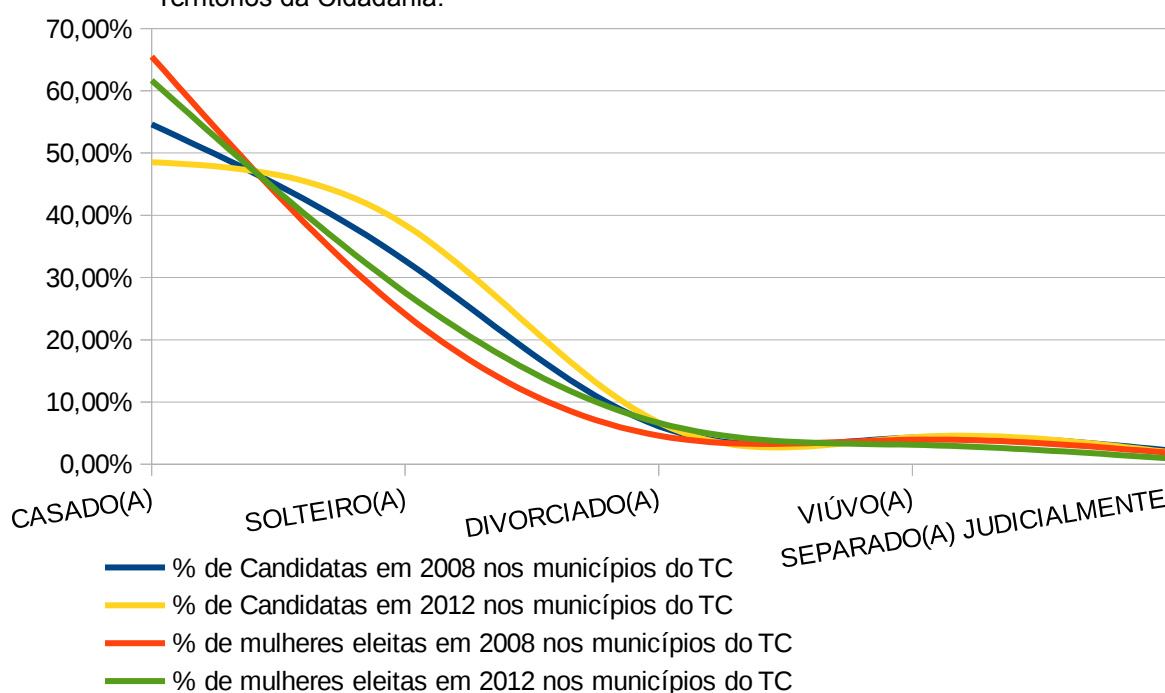
Estado civil das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2012			Estado civil das mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2012			
Estado Civil	Total	%	Estado Civil	Total	%	Sucesso
CASADO(A)	12686	48,52%	CASADO(A)	1659	61,67%	13,08%
SOLTEIRO(A)	10053	38,45%	SOLTEIRO(A)	742	27,58%	7,38%
DIVORCIADO(A)	1750	6,69%	DIVORCIADO(A)	179	6,65%	10,23%
VIÚVO(A)	1133	4,33%	VIÚVO(A)	84	3,12%	7,41%
SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	522	2,00%	SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	26	0,97%	4,98%

Fonte: TSE, 2012.
Organização própria.

O gráfico 9 agrupa as mulheres candidatas e eleitas em ambos os pleitos eleitorais a fim de evidenciar os diferentes índices entre as mulheres casadas,

solteiras, divorciadas, viúvas e separadas nos municípios que compõem o programa federal T.C..

Gráfico 9 – Estado civil das mulheres nas eleições de 2008 e 2012 nos municípios do programa Territórios da Cidadania.



Fonte: TSE, 2014.

Organização própria.

Apesar de o gráfico demonstrar grande percentual de mulheres casadas, ao verificar o sucesso, em 2008 as mulheres casadas têm 16% de sucesso, as mulheres viúvas possuem 13% e as solteiras e divorciadas tem ambas 10%. O valor do sucesso demonstra que, mesmo as mulheres casadas sendo a maioria das candidaturas eleitas (65%), estas não possuem um índice de sucesso mais elevado que as demais. Nas eleições de 2012, mesmo tendo maior número de candidaturas, se comparado ao pleito anterior, o índice de sucesso das mulheres casadas é de 13%, as divorciadas têm 10%, viúvas e solteiras tem 7%. O crescimento total das mulheres não significou o crescimento do sucesso por estado civil.

Condição parecida ocorre nos demais municípios do Brasil em relação a posição das candidaturas e das eleitas (tabela 20). No pleito de 2008 as candidatas casadas são ampla maioria, assim como são maioria das eleitas. O índice de sucesso de 2008 nos municípios do programa federal T.C. é maior que nos demais municípios do Brasil, porém as mulheres casadas ainda tem maior sucesso.

Tabela 20 – Estado civil das mulheres nas eleições de 2008 no Brasil.

Estado civil das mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2008			Estado civil das mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2008			
Estado Civil	Total	%	Estado Civil	Total	%	Sucesso
CASADO(A)	40376	52,14%	CASADO(A)	4310	66,27%	10,67%
SOLTEIRO(A)	24670	31,86%	SOLTEIRO(A)	1406	21,62%	5,70%
DIVORCIADO(A)	5798	7,49%	DIVORCIADO(A)	338	5,20%	5,83%
VIÚVO(A)	3822	4,94%	VIÚVO(A)	268	4,12%	7,01%
SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	2771	3,58%	SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	182	2,80%	6,57%

Fonte: TSE, 2008.

Organização própria.

No pleito de 2012 houve um crescimento das candidaturas, não tanto quanto na proporcionalidade dos municípios do programa federal T.C., mas também evidencia aumento das candidaturas de mulheres solteiras. Diferentemente dos municípios do programa federal T.C., nos demais municípios do país as mulheres solteiras tiveram proporcionalmente aumento de candidaturas se aproximando do valor das mulheres casadas, porém o índice de sucesso reduziu, assim como nos municípios do programa federal T.C..

Tabela 21 – Estado civil das mulheres nas eleições de 2012 no Brasil.

Estado civil mulheres candidatas ao cargo de vereador em 2012			Estado civil mulheres eleitas ao cargo de vereador em 2012			
Estado Civil	Total	%	Estado Civil	Total	%	Sucesso
CASADO(A)	65024	48,46%	CASADO(A)	4858	63,60%	7,47%
SOLTEIRO(A)	49198	36,67%	SOLTEIRO(A)	1846	24,17%	3,75%
DIVORCIADO(A)	10158	7,57%	DIVORCIADO(A)	519	6,79%	5,11%
VIÚVO(A)	6402	4,77%	VIÚVO(A)	278	3,64%	4,34%
SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	3389	2,53%	SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	137	1,79%	4,04%

Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

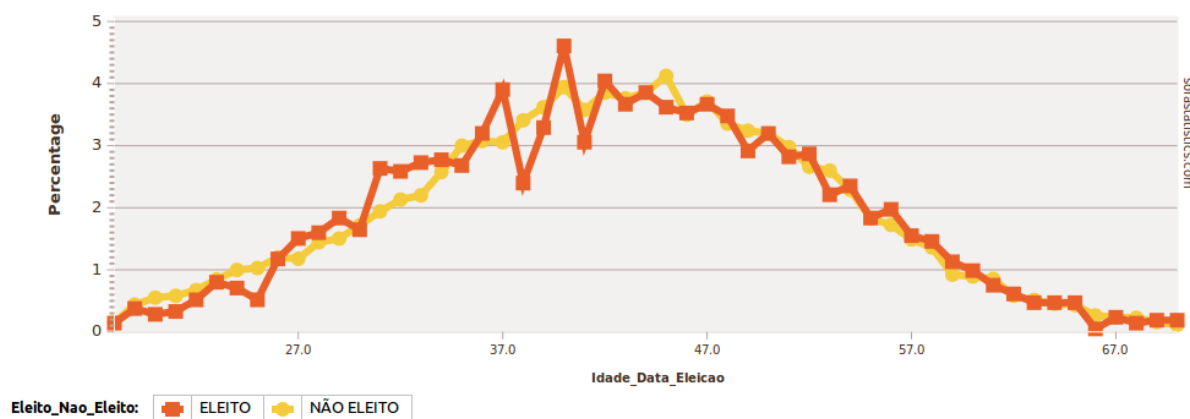
Como observado tanto nos municípios do programa quanto no Brasil, as mulheres casadas são a maioria das candidaturas, assim como tem maior sucesso eleitoral. Este sucesso, segundo Porto (2002), muitas vezes ocorre pela cobrança social da 'mulher correta'. A mulher precisa provar sua competência profissional para ser aceita socialmente, porém se ela sair das regras de modelo ideal: mãe de família, profissional inquestionável, comportamento feminino socializável dentro das expectativas, o sujeito feminino passa a carregar o estigma da mulher sem um estatuto. Apesar dos dados estatísticos apontarem para esta direção, compreendemos que para ser confirmada tal hipótese seria importante que uma futura pesquisa abordasse tal temática, pois para a presente pesquisa a escala de análise enfatiza a possibilidade de inferência e não a afirmação.

3.4 Perfil da idade das mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador

A idade das mulheres é analisado como componente de mudança do perfil das mulheres entre os pleitos, visto que houve mudança quantitativa de candidaturas nos municípios do programa federal T.C..

Na eleição de 2008, nos municípios do programa federal T.C., a grande massa de candidatas e mulheres eleitas se concentra entre a margem de 25 e 60 anos de idade. O maior número de mulheres eleitas (4,4%) possuem idade de 40 anos. As candidatas com 18 anos de idade são as com menor número de eleitas, contabilizando apenas 0,1% (gráfico 10). O maior sucesso eleitoral dentre as mulheres, está na faixa de 31 anos de idade, com 21% de sucesso eleitoral (gráfico 10).

Gráfico 10 – Distribuição percentual de eleitas e não eleitas por idade, das mulheres candidatas ao cargo de vereador na eleição de 2008, nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

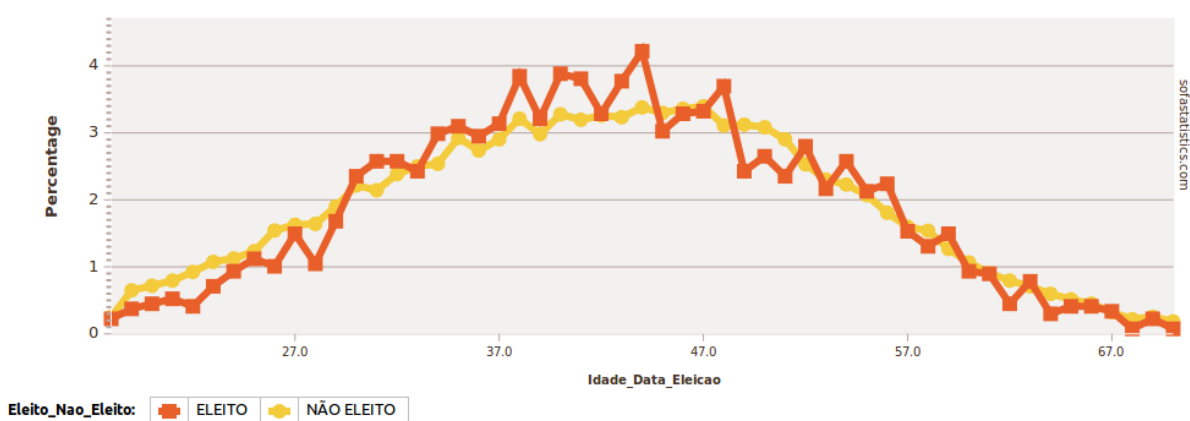


Fonte: TSE, 2008.

Organização própria.

A eleição de 2012 a margem de idade das mulheres mais eleitas sobe para 42 anos (4,1%). Observando o gráfico 11, verificamos regularidade positiva da faixa de idade das candidatas eleitas em relação as não eleitas, principalmente entre as idades de 30 e 47 anos. O maior sucesso eleitoral dentre as mulheres, está na faixa de 37 anos de idade, com 14% de sucesso eleitoral (gráfico 10).

Gráfico 11 – Distribuição percentual de eleitas e não eleitas por idade, das mulheres candidatas ao cargo de vereador na eleição de 2012, nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.



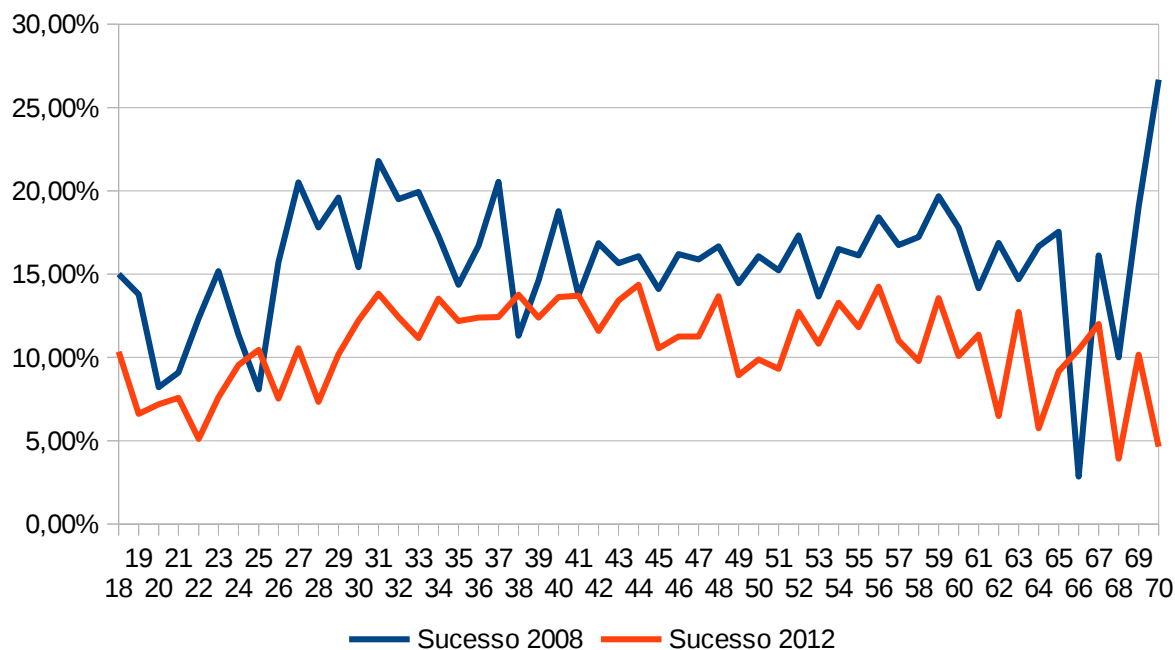
Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

No gráfico 12 foram cruzados o sucesso eleitoral por idade de mulheres em ambos os pleitos. É perceptível a redução da média de sucesso por idade entre os

pleitos de 2008 e 2012. Isso se deve ao fato de que no último pleito houve maior número de candidatas, o que resultou na redução do sucesso por faixa etária.

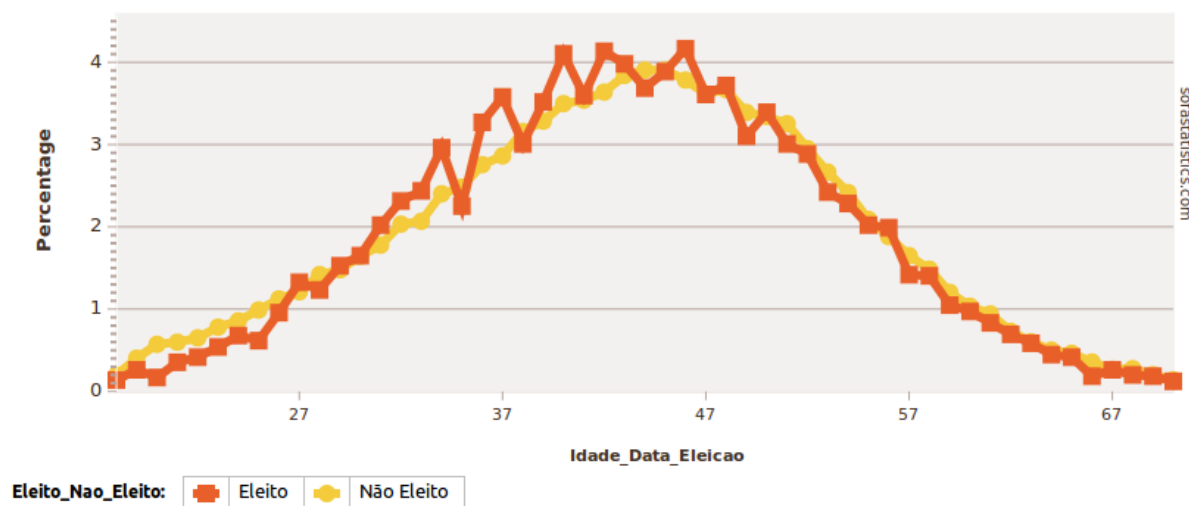
Gráfico 12 – Sucesso eleitoral das mulheres nas eleições ao cargo de vereador, nos pleitos de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.



Fonte: TSE, 2012.
Organização própria.

No pleito de 2008, nos demais municípios do Brasil, o perfil de acensão gráfica da média de idade permanece na margem entre 25 e 60 anos de idade (gráfico 13). O diferencial deste pleito é que nos demais municípios do Brasil a margem positiva de mulheres eleitas nas faixas etárias é constante entre os 30 e os 42 anos, diferente dos municípios do programa federal T.C. que neste mesmo pleito apresenta inconstância e margem majoritariamente negativa nos índices percentuais. O maior sucesso eleitoral dentre as mulheres, está na faixa de 37 anos de idade, com 11,7% de sucesso eleitoral (gráfico 15).

Gráfico 13 – Distribuição percentual de eleitas e não eleitas por idade, das mulheres candidatas ao cargo de vereador na eleição de 2008, nos municípios do Brasil.

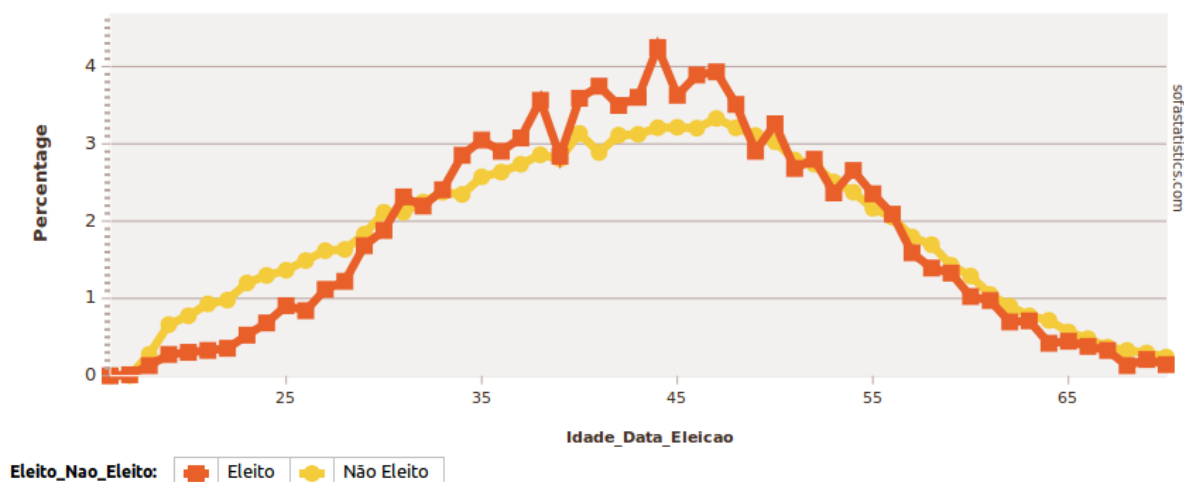


Fonte: TSE, 2008.

Organização própria.

No gráfico 14 percebemos que em 2012, as mulheres eleitas mantêm a maior parte da faixa etária entre 27 e 60 anos de idade, com constância positiva de mulheres eleitas a partir da faixa dos 30 aos 47 anos de idade. O maior sucesso eleitoral dentre as mulheres, está na faixa de 44 anos de idade, com 9,24% de sucesso eleitoral (gráfico 15).

Gráfico 14 – Distribuição percentual de eleitas e não eleitas por idade, das mulheres candidatas ao cargo de vereador na eleição de 2012, nos municípios do Brasil.

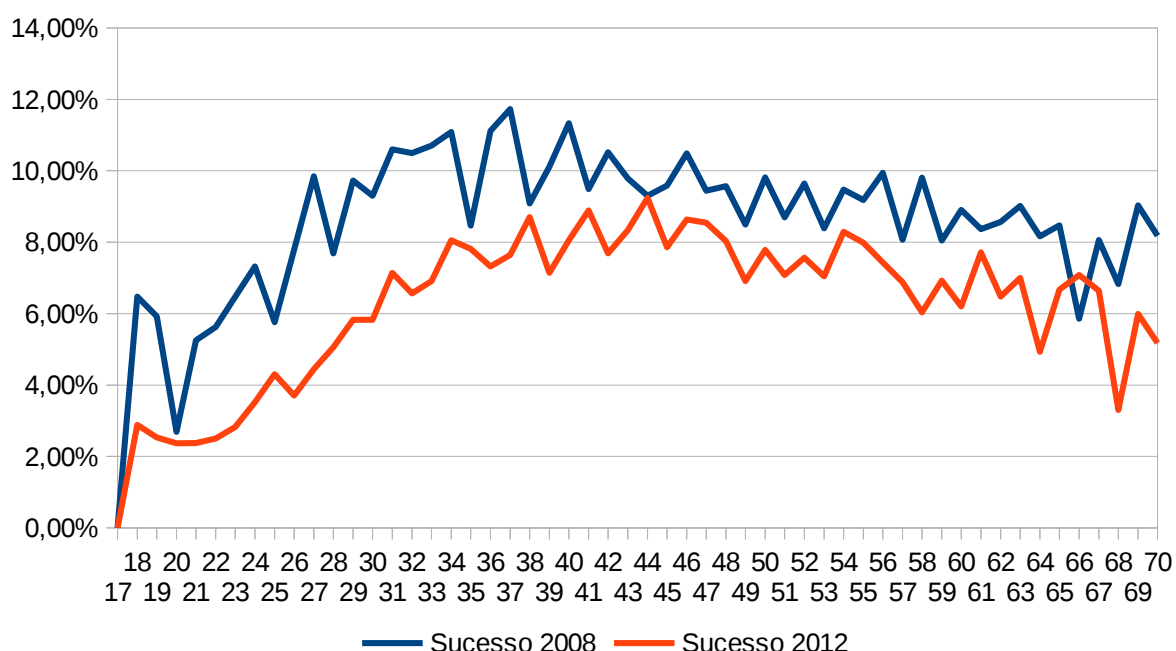


Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Comparando os gráficos 13 e 14, constatamos que houve mudança negativa entre os dois pleitos no Brasil. Na eleição de 2008 a constante do ápice de candidaturas por faixa etária é reduzido em comparação as mulheres não eleitas. Nas eleições de 2012 o gráfico evidencia uma redução no percentual das mulheres eleitas na faixa etária majoritária, superando o percentual das mulheres não eleitas. No gráfico 15, foram cruzadas as eleições de 2008 e 2012 de todos os municípios do Brasil considerando o sucesso eleitoral por faixa etária.

Gráfico 15 – Sucesso eleitoral por idade, das mulheres nas eleições ao cargo de vereador nos pleitos de 2008 e 2012, nos municípios do Brasil.



Fonte: TSE, 2012.
Organização própria.

O gráfico evidencia o crescimento do sucesso das mulheres a partir dos 18 anos de idade em ambos os pleitos, porém o sucesso eleitoral se mantém maior nas eleições de 2008 e houve uma redução nas eleições de 2012. O fator é o mesmo que ocorreu nas eleições do programa federal T.C., pois houve um crescimento significativo de candidatas nas eleições de 2012, reduzindo o sucesso eleitoral por faixa etária. O que diferencia os municípios do programa federal T.C. dos demais municípios é que na eleição de 2008 a faixa etária das candidatas com 31 anos de idade aparece com 21% de sucesso eleitoral. Porém, em 2012 os municípios do

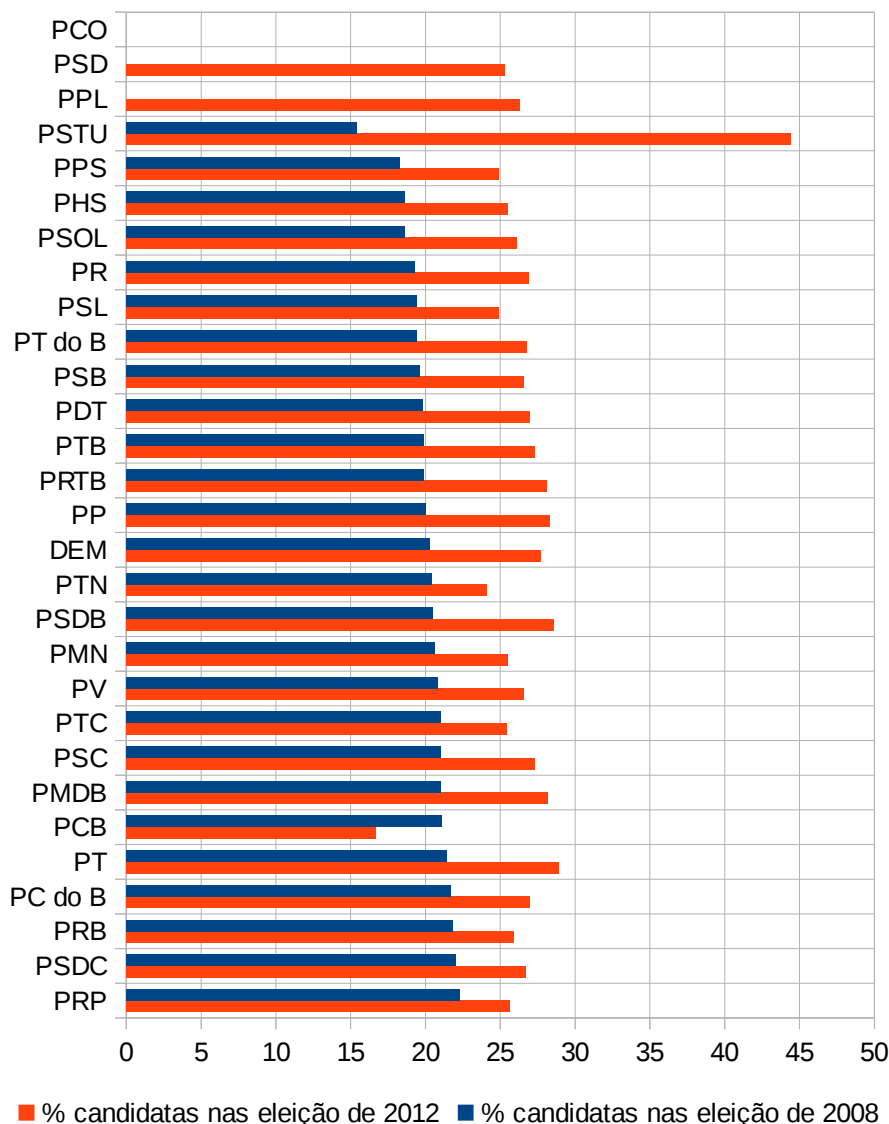
programa federal T.C. passam a ter média do sucesso eleitoral por faixa etária, próximo com os valores dos demais municípios do Brasil.

3.5 Perfil eleitoral das mulheres candidatas ao cargo de vereador nos partidos políticos

A participação das mulheres nos partidos políticos envolve relações legais. O espaço político é uma conquista histórica das mulheres, como já visto anteriormente a rigidez conservadora vinha bloqueando a inserção das mulheres no âmbito político-partidário. Pós-Constituição de 1988 houve um aumento gradual, porém não satisfatório, de candidatas. Com a instituição da paridade de gênero pela lei 9.504/97, Artigo 10, §3º, alterado pela reforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09), os partidos políticos são obrigados a disponibilizar 30% das candidaturas para um dos sexos. A lei não prevê candidaturas eleitas, mas apenas candidaturas registradas no TSE.

Apesar de a lei estar em vigor desde 1997, observando o gráfico 16 que apresenta a porcentagem de candidaturas por sexo, percebemos que em 2008 vários partidos não seguiram a lei que define cotas de gênero.

Gráfico 16 – Percentual de mulheres candidatas ao cargo de vereador por Partidos Políticos nas eleições de 2008 e 2012, nos municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania.



Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

Conforme o gráfico, no pleito de 2008 nenhum partido chegou a ter 30% de candidaturas, enquanto que no pleito de 2012 os partidos se aproximaram mais da cota estabelecida por lei, porém tirando o PSTU, os demais partidos ainda estão abaixo da cota. O PPL e PSD não tiveram candidaturas de mulheres em 2008 e o PCO não teve candidaturas em 2008 nem em 2012. Destacamos que o PCO (Partido da Causa Operária)⁸⁴ é um partido de esquerda, fundado em 1995 por dissidentes do PT. O partido tem como principal grupo de apoio a CUT (Central

84 Acessado em 18/08/2016 no endereço eletrônico: <http://www.pco.org.br/>

Única dos Trabalhadores). Este fato reforça o que argumentamos anteriormente com Pinto (2001) em que as instâncias sindicais são instituições de lançamento político de homens. A exemplo disso a própria CUT que historicamente somente teve homens na liderança.

A redução do percentual de candidaturas femininas por partido é contraditório quando comparado ao percentual de candidaturas dos partidos por sexo. No gráfico 16, os partidos que mais têm candidaturas femininas não são os mesmos do ranqueamento dos partidos que oferecem maior percentual de mulheres eleitas, tabela 22. Por exemplo, em 2008 o PRP destinou 22,3% das candidaturas para as mulheres, porém apenas 12,3% conseguiram ser eleitas. Mesma contradição ocorre em 2012 onde o PSTU destina 44,4% das vagas para mulheres, porém não consegue eleger nenhuma mulher. No caso do PSTU foram poucas candidaturas (apenas 8 mulheres candidatas), porém PT, PSDB que também possuem grande percentual de candidaturas, não constam como destaque na lista das mulheres eleitas. Caso diferente ocorre com PP e PMDB que ocupam a quinta e sexta posição dos que mais têm mulheres candidatas e também ocupam as primeiras posições das eleitas.

Tabela 22 – Mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador, por Partidos Políticos, nas eleições de 2008 e 2012, nos municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania.

(continua)

Pleito de 2008 nos Territórios da Cidadania					Pleito de 2012 nos Territórios da Cidadania				
Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos	Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos
PP	1111	209	18.80%	9.78%	PSD	1424	244	17.10%	9.07%
PMDB	1957	336	17.20%	15.73%	PP	1795	221	12.30%	8.22%
PTB	1000	162	16.20%	7.58%	PMDB	2804	338	12.10%	12.57%
PSB	974	153	15.70%	7.16%	PSB	1661	201	12.10%	7.47%
PSDB	1366	211	15.40%	9.88%	PTB	1460	174	11.90%	6.47%
PMN	263	40	15.20%	1.87%	PMN	399	47	11.80%	1.75%
PR	874	132	15.10%	6.18%	PSDB	2026	224	11.10%	8.33%
DEM	1163	173	14.90%	8.10%	PR	1249	137	11.00%	5.09%
PDT	1007	141	14.00%	6.60%	PRP	410	45	11.00%	1.67%

(conclusão)

Pleito de 2008 nos Territórios da Cidadania					Pleito de 2012 nos Territórios da Cidadania				
Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos	Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos
PHS	175	24	13.70%	1.12%	PDT	1520	162	10.70%	6.02%
PT	1656	207	12.50%	9.69%	DEM	1370	144	10.50%	5.35%
PRP	212	26	12.30%	1.22%	PPL	84	8	9.50%	0.30%
PSC	482	53	11.00%	2.48%	PT	2791	260	9.30%	9.67%
PPS	576	63	10.90%	2.95%	PT do B	386	32	8.30%	1.19%
PC do B	402	40	10.00%	1.87%	PPS	848	68	8.00%	2.53%
PT do B	186	18	9.70%	0.84%	PC do B	841	67	8.00%	2.49%
PSL	233	21	9.00%	0.98%	PRTB	330	26	7.90%	0.97%
PRTB	155	13	8.40%	0.61%	PSC	921	72	7.80%	2.68%
PRB	409	33	8.10%	1.54%	PSL	471	34	7.20%	1.26%
PTN	163	13	8.00%	0.61%	PHS	420	27	6.40%	1.00%
PTC	191	15	7.90%	0.70%	PTN	317	19	6.00%	0.71%
PV	560	41	7.30%	1.92%	PTC	375	22	5.90%	0.82%
PSDC	220	11	5.00%	0.51%	PRB	789	46	5.80%	1.71%
PCB	31	1	3.20%	0.05%	PV	921	53	5.80%	1.97%
PSOL	62	0	0.00%	0.00%	PSDC	381	17	4.50%	0.63%
PSTU	2	0	0.00%	0.00%	PSOL	136	2	1.50%	0.07%
					PCB	7	0	0.00%	0.00%
					PSTU	8	0	0.00%	0.00%

Fonte: TSE, 2012.
Organização própria.

O PSD aparece na 24ª colocação de candidatura de mulheres, porém na lista das mulheres eleitas está em primeiro lugar com 17,1%. Esse valor infere maior chance eleitoral para as mulheres que se candidatam neste partido na eleição de 2012. Pesquisando o site do PSD⁸⁵ (Partido Social Democrático) a página inicial do partido apresenta opção de filiação destacando a importância da filiação das mulheres (Ícone PSD Mulher). Dentre as quatro notícias do quadro principal do site, duas notícias retratam mulheres. Uma notícia de destaque fala de lideranças

85 Site <http://psd.org.br/> acessado em 12/06/2015.

regionais e outra notícia sobre a conquista das mulheres nos cargos de diretoria sindical.

Segundo Pinto (2001) existem duas instituições que vêm ajudando a alavancar as carreiras políticas dos homens e das mulheres, que são os Sindicatos e as ONGs. O autor coloca os sindicatos como instituição majoritária masculina e as ONGs, a partir da década de 1990 ganharam força e abriram espaço para as mulheres.

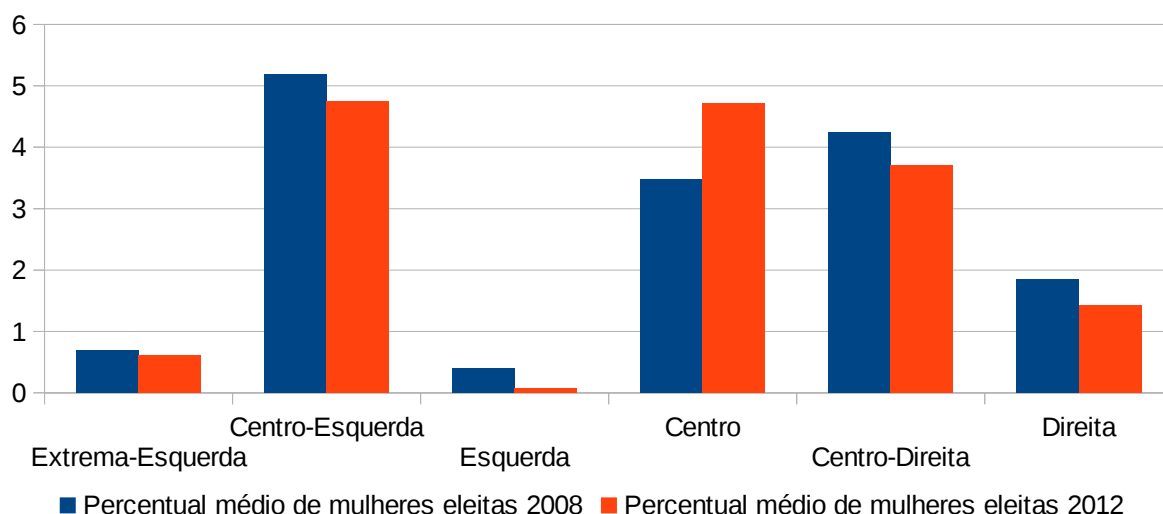
Na tabela 22 observamos os partidos com maior percentual de mulheres eleitas nos pleitos de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal. Comparando ambos os pleitos, em 2012, tirando o PSD⁸⁶, houve uma redução de mulheres que obtiveram sucesso eleitoral. Na eleição de 2008 os dez partidos com maior percentual de mulheres eleitas tinham uma margem acima dos 13%, enquanto que em 2012 somente o PSD, partido fundado em 2011, por isso não consta na lista de 2008, alcançou os 17,1% de mulheres eleitas. Os demais partidos mantiveram o ranqueamento, porém com a redução do sucesso eleitoral inferior aos 13%.

Foi realizado uma categorização entre os partidos por espectro de esquerda e direita, baseado na categorização de Tarouco e Madeira (2013), resultando no gráfico 17⁸⁷. Nesta categorização foi levado em consideração o percentual médio de mulheres eleitas.

86 PSD foi fundado em 2011 por políticos provindos do DEM, PP e PSDB. Fonte: Site <http://psd.org.br> acessado em 12/06/2015.

87 Foram considerados os seguintes espectros dos partidos: de Centro são PMDB, PRP, PSD, PSL, PT do B, PTB, PTN; Partidos Centro Direita: DEM, PHS, PP, PR, PRB, PTC.; Partidos Centro Esquerda: PDT, PMN, PPL, PPS, PSB, PSDB, PT, PV. Partidos de Direita: PRTB, PSC, PSDC. Partido de Esquerda: PSOL. Partidos de Extrema Esquerda: PC do B, PCB, PCO, PSTU.

Gráfico 17 – Percentual médio por espectro político de mulheres eleitas para o cargo de vereador nas eleições de 2008 e 2012.

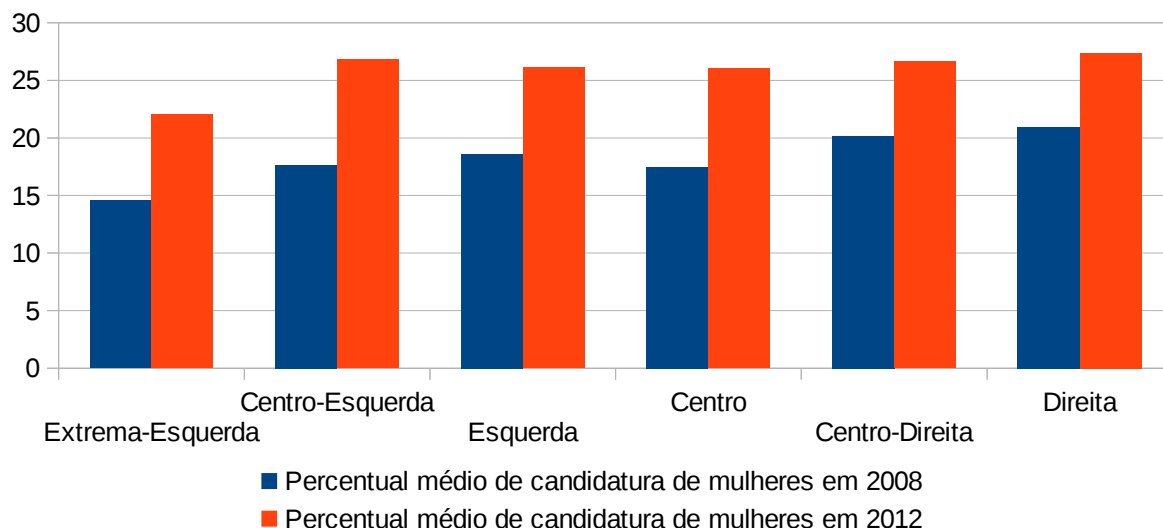


Fonte: TSE, 2012.
Organização própria.

Observando o gráfico, percebemos que a maior média de mulheres eleitas está entre os partidos de Centro-Esquerda e Centro-Direita e as piores médias percentuais está entre os partidos de Extrema-Esquerda e Esquerda. Salientamos que a média percentual foi calculada levando em consideração os totais de cada pleito, neste caso mesmo que em 2012 houvesse maior número de mulheres eleitas do que em 2008, inclusive maior número de candidaturas, as porcentagens médias demonstram declínio no sucesso eleitoral quando segmentado pelo espectro político, salve o caso dos partidos tidos como de Centro.

Analisando o percentual médio de candidaturas agrupados por espectro político, gráfico 18, percebemos que houve um crescimento de candidaturas de mulheres entre os pleitos. Todos os espectros ultrapassaram a margem de 20%, porém na média não chegaram ao previsto por lei que seria de 30% de mulheres.

Gráfico 18 – Percentual médio por espectro político de mulheres candidatas nas eleições de 2008 e 2012.



Fonte: TSE, 2012.
Organização própria.

Os partidos do espectro de Direita, apresentam as maiores percentagens tanto em 2008 quanto em 2012 e os partidos do espectro de Extrema-Esquerda apresentaram as menores médias de candidaturas em ambos os pleitos.

Comparando as eleições dos municípios do programa federal Territórios da Cidadania com o cenário nacional, percebemos algumas diferenças. Na tabela 23 evidenciamos os baixos índices nacionais de mulheres eleitas se comparado ao dos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

Tabela 23 – Mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereador, por Partidos Políticos, nas eleições de 2008 e 2012 no Brasil.

(continua)

Pleito de 2008 nos municípios do Brasil					Pleito de 2012 nos municípios do Brasil				
Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos	Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos
PMDB	8543	1111	13,00%	11,03%	PSD	6555	646	9,90%	4,89%
PP	5409	648	12,00%	6,99%	PMDB	13341	1127	8,40%	9,94%
PSDB	6932	747	10,80%	8,95%	PP	8708	679	7,80%	6,49%
DEM	5640	604	10,70%	7,28%	PSDB	10607	723	6,80%	7,91%
PTB	5055	503	10,00%	6,53%	PTB	7392	488	6,60%	5,51%
PR	4278	419	9,80%	5,52%	DEM	6832	434	6,40%	5,09%

(conclusão)

Pleito de 2008 nos municípios do Brasil					Pleito de 2012 nos municípios do Brasil				
Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos	Partido	Candidatas	Eleitas	% eleitas no partido	% eleitas entre os partidos
PSB	4424	366	8,30%	5,71%	PR	6447	399	6,20%	4,81%
PDT	4959	400	8,10%	6,40%	PDT	7871	456	5,80%	5,87%
PT	7351	568	7,70%	9,49%	PT	12825	736	5,70%	9,56%
PPS	3497	224	6,40%	4,52%	PSB	7489	430	5,70%	5,58%
PMN	1423	85	6,00%	1,84%	PMN	2210	101	4,60%	1,65%
PSC	2561	136	5,30%	3,31%	PPS	5079	229	4,50%	3,79%
PRP	1193	62	5,20%	1,54%	PSC	4824	186	3,90%	3,60%
PRB	2175	105	4,80%	2,81%	PRB	4054	142	3,50%	3,02%
PHS	1238	57	4,60%	1,60%	PRP	2361	82	3,50%	1,76%
PT do B	1119	50	4,50%	1,45%	PC do B	3911	133	3,40%	2,91%
PC do B	1774	78	4,40%	2,29%	PSL	2868	94	3,30%	2,14%
PSL	1454	63	4,30%	1,88%	PPL	587	19	3,20%	0,44%
PV	3239	136	4,20%	4,18%	PT do B	2310	75	3,20%	1,72%
PTN	1101	39	3,50%	1,42%	PRTB	1883	58	3,10%	1,40%
PSDC	1167	35	3,00%	1,51%	PV	5566	174	3,10%	4,15%
PRTB	952	29	3,00%	1,23%	PTC	2240	63	2,80%	1,67%
PTC	1197	32	2,70%	1,55%	PHS	2440	65	2,70%	1,82%
PCB	155	2	1,30%	0,20%	PSDC	2160	50	2,30%	1,61%
PSOL	547	5	0,90%	0,71%	PTN	2085	39	1,90%	1,55%
PCO	5	0	0,00%	0,01%	PSTU	97	1	1,00%	0,07%
PSTU	49	0	0,00%	0,06%	PSOL	1321	9	0,70%	0,98%
					PCO	4	0	0,00%	0,00%
					PCB	104	0	0,00%	0,08%

Fonte: TSE, 2012.
Organização própria.

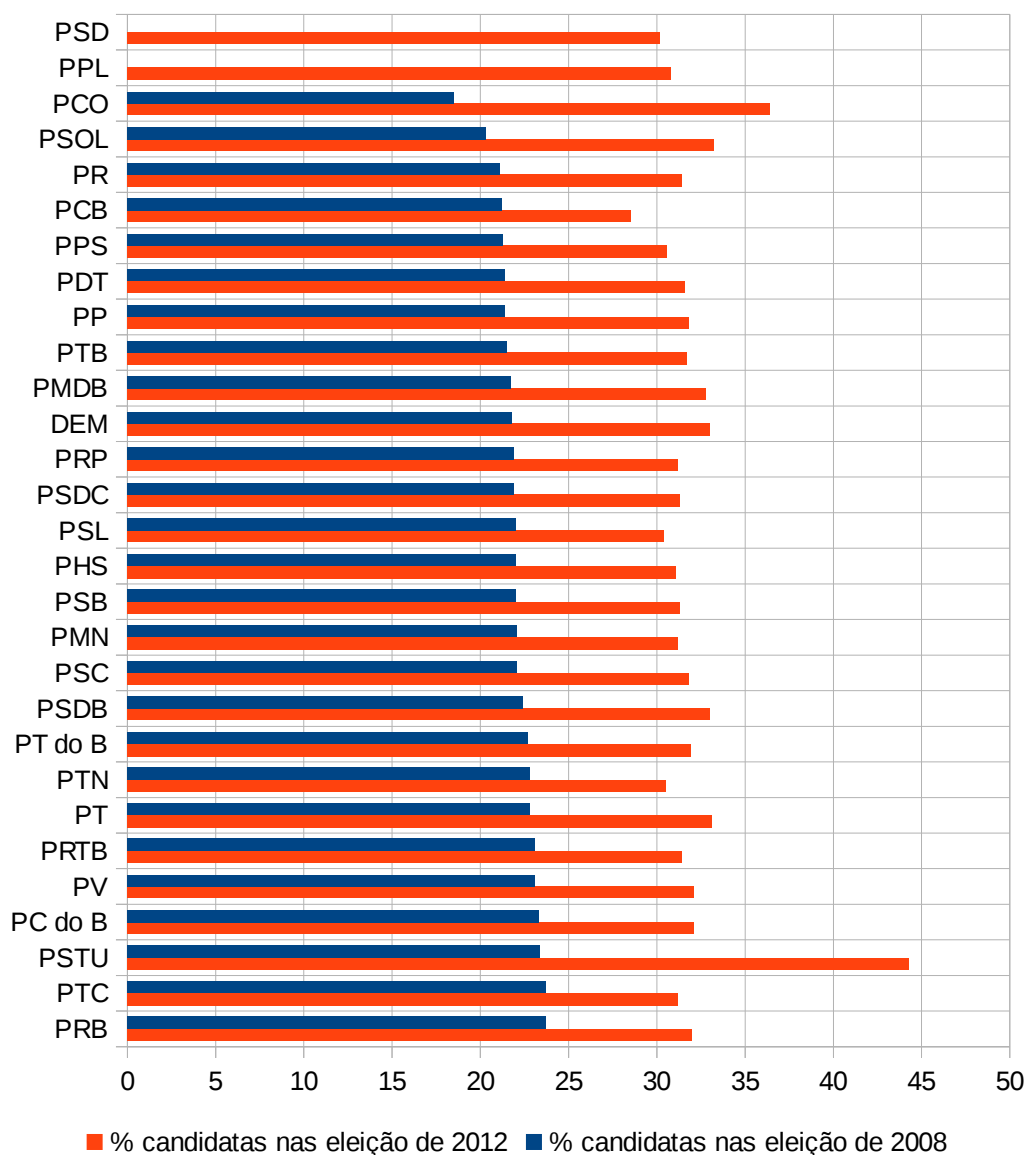
No pleito de 2008, o PMDB foi o que mais teve sucesso eleitoral para as mulheres com 13%. Se comparado com os municípios do programa federal T.C. em 2008 o PP teve 18,8% das candidatas eleitas e o PMDB em segundo lugar com 17,2%, o que mostra que nos municípios do programa federal T.C. as mulheres tiveram mais sucesso nas eleições de 2008 se comparado com o restante do Brasil.

No pleito de 2012 houve uma drástica redução de mulheres eleitas por partido no Brasil. O PSD (criado em 2011) ficou em primeiro lugar no ranqueamento com 9,9% e o PMDB ficou em segundo lugar com 8,4% (redução de 4,5% em relação ao pleito anterior).

Comparando os pleitos de 2012 dos municípios do programa federal T.C. e os demais municípios do Brasil, ambos tiveram redução, porém nos municípios do programa federal T.C. as mulheres apresentaram maior sucesso eleitoral, pois PSD obteve em 2012, 17,1% das mulheres candidatas eleitas, enquanto que no restante do Brasil o mesmo partido, que se mantém na primeira posição do ranqueamento, apresentou 9,9% (7,2% a menos que nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania).

Conforme o gráfico 19, em relação a proporcionalidade de candidaturas entre sexo nos partidos políticos, o quadro nacional demonstrou que praticamente todos os partidos tiveram mais de 30% de candidaturas de mulheres em 2012, tirando o PCB que ficou com 28,5%. No pleito de 2008 a situação é parecida com os municípios do programa federal Territórios da Cidadania, com a maioria dos índices entre 22%.

Gráfico 19 – Percentual de mulheres candidatas ao cargo de vereador, por Partidos Políticos, nas eleições de 2008 e 2012 no Brasil.



Fonte: TSE, 2012.

Organização própria.

A discrepância de candidaturas e sucesso eleitoral, fica evidente quando cruzamos o quadro das proporcionalidades de candidaturas do Brasil com o sucesso eleitoral das mulheres nos municípios do programa federal T.C.. Se em 2012 praticamente todos os partidos atingiram a cota dos 30%, nos municípios do programa federal T.C. a média de candidatura ficou abaixo dos 30%. Porém verificando o sucesso eleitoral, a média das mulheres eleitas nos municípios do programa federal T.C. é maior que a média nacional, ou seja, apesar do percentual de candidaturas no Brasil ser maior que dos municípios do programa federal

Territórios da Cidadania, é neste último que as mulheres têm mais chance de serem eleitas.

3.6 Perfil do sucesso eleitoral das mulheres candidatas ao cargo de vereador nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania

Durante este capítulo foram explorados a relação entre as características das mulheres candidatas e o respectivo sucesso eleitoral. Porém, as análises foram feitas isoladamente de acordo com cada categoria (escolaridade, estado civil, etc). Nesta seção pretendemos identificar os perfis de sucesso de cada característica analisada anteriormente e cruzá-las, a fim de traçar perfil hipotético da mulher eleita nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania. Como foram hierarquizadas as características de sucesso, pretendemos selecionar aquelas de maior sucesso para cruzar com outras características de forma sintética.

3.6.1 Síntese inter-categórico das Ocupações de Sucesso

Tanto no pleito de 2008 quanto no de 2012 a maioria das mulheres que tiveram sucesso eleitoral, registradas no banco de dados do TSE, tinham como ocupação o cargo de vereador, ou seja, foram reeleitas.

Em 2008 43,7% das vereadoras reeleitas possuíam ensino médio completo seguidas das vereadoras com ensino superior com 18,9%. No pleito de 2012, 36,5% das vereadoras reeleitas possuíam ensino médio completo e 33,7% com superior completo. Percebemos que entre os pleitos houve um crescimento do número de mulheres com ensino superior completo e uma redução das com ensino médio.

O estado civil das vereadoras eleitas no pleito de 2008, corresponde a 69,6% são casadas e 17,5% solteiras. No pleito de 2012, 66,5% são mulheres casadas e 20,2% solteiras. Majoritariamente as mulheres casadas obtêm sucesso eleitoral em ambos os pleitos.

A média de idade das mulheres eleitas em 2008 e 2012 foi de 46 anos de idade.

O partido político com maior número de mulheres vereadoras eleitas em 2008 foi o PMDB com 15%, seguido do PSDB com 11,7% e DEM com 10,9%. Em

2012 o PSD elege 14,9% das mulheres vereadoras seguido do PMDB com 14,7% e do PT com 8,9%. Elemento diferencial identificado entre os pleitos, foi a entrada do PSD assumindo a primeira posição no ranqueamento.

Fazendo um recorte das vereadoras eleitas em 2008 classificariamos o perfil de sucesso hipotético com as seguintes características: ocupação anterior a eleição era de vereadora, com ensino médio completo, casada, 46 anos de idade, eleita pelo PMDB.

O perfil de sucesso hipotético do pleito de 2012 tem como características: ocupação anterior a eleição era de vereadora, ensino médio completo, casada, 46 anos de idade, eleita pelo PSD.

Comparando o perfil de sucesso das vereadoras eleitas em 2008 e 2012 percebemos que algumas das características se mantêm, porém o quesito escolaridade apresenta crescimento tanto de mulheres eleitas com ensino médio completo, quanto das mulheres com ensino superior completo. Em relação a mudança de partido, o PSD surge com maioria das vereadoras eleitas, seguido do PMDB.

3.6.2 Síntese inter-categórico do Grau de Escolaridade de Sucesso

Verificamos que o grau de instrução das mulheres eleitas nos pleitos de 2008 e 2012 são diferentes. Em 2008 a maioria das mulheres eleitas possuía ensino médio completo e em 2012 a maioria possuía ensino superior completo.

No pleito de 2008, as mulheres eleitas com escolaridade de ensino médio completo, 20,5% já eram vereadoras. No pleito de 2012, onde a maioria das eleitas tinham escolaridade de ensino superior completo, 17% tinham como ocupação a profissão de professora de ensino fundamental. Como houve mudança na escolaridade das mulheres, percebemos a mudança da ocupação, sendo as professoras de ensino fundamental a maioria, seguido das servidoras públicas e professoras de ensino médio. As vereadoras em 2012 ficaram em quarto lugar no ranqueamento.

O estado civil das mulheres eleitas em 2008 e que possuíam ensino médio completo era casada, com 64,1%. Em 2012, mesmo o grau de instrução sendo

outro, no caso as mulheres com ensino superior, a maior parte das candidatas de sucesso tinha estado civil casada, com 61,4%.

A média de idade das mulheres em 2008 é de 42 anos, mesma média seguida em 2012, apesar de a escolaridade ser diferente.

O partido político de maior sucesso em 2008 foi o PMDB com 14,6%, mantendo-se em 2012 com 11,5% das mulheres eleitas, seguido do PT com 11,3%.

Fazendo um recorte das mulheres eleitas em 2008 com ensino médio completo, classificaríamos o perfil hipotético de sucesso com as seguintes características: ensino médio completo, vereadora reeleita, casada, 42 anos de idade, candidata pelo PMDB.

O perfil hipotético de sucesso do pleito de 2012, conforme a escolaridade das mulheres com ensino superior se caracteriza: ensino superior, professora de ensino fundamental, casada, 42 anos de idade, candidata pelo PMDB ou PT.

Os perfis de sucesso de ambos os pleitos parte de características dispares que é o grau de instrução, porém algumas características se mantêm iguais como estado civil e idade. Ao mesmo tempo temos mudanças, como a ocupação que era majoritariamente vereadoras reeleitas em 2008, passando para professoras em 2012. O partido político também pode ser considerado como próximo de um diferencial, pois no pleito de 2008 o PMDB liderava o ranqueamento e em 2012 o PT se aproxima do mesmo percentual do PMDB.

3.6.3 Síntese inter-categórico do Estado Civil de Sucesso

O estado civil das mulheres eleitas foi majoritário, tanto em 2008, quanto em 2012, protagonizando as mulheres casadas como as principais eleitas com percentual sempre acima de 60%.

No pleito de 2008, a maioria das candidatas casadas eram vereadoras reeleitas, assim como no pleito de 2012.

O grau de instrução das mulheres casadas eleitas em 2008, tem ensino superior completo e ensino médio completo com 35% ambas. No pleito de 2012 as mulheres com ensino superior são maioria com 42,8% das eleitas.

Em 2008 a média de idade das mulheres casadas eleitas é de 44 anos. No pleito de 2012 a média de idade sobe para 45 anos.

O partido político com maior percentual de mulheres casadas eleitas em 2008 foi o PMDB, com 16,1%. No pleito de 2012 o PMDB se mantém com a maioria das mulheres eleitas com 12,7%.

Fazendo um recorte das mulheres eleitas em 2008 casadas, classificamos o perfil hipotético de sucesso com as seguintes características: vereadoras reeleitas, ensino superior completo ou ensino médio completo, 44 anos de idade, candidata pelo PMDB.

O perfil hipotético de sucesso do pleito de 2012, conforme o estado civil das mulheres casadas assim se caracteriza: vereadoras reeleitas, ensino superior completo, 45 anos de idade, candidata eleita pelo PMDB.

Comparando ambos os pleitos, com base no sucesso das mulheres casadas, as características são muito próximas com pequeno diferencial na média de idade, onde em 2012 a média subiu um ano. Outro elemento diferencial é o grau de instrução onde em 2008 as mulheres com ensino médio aparecem empatadas com as mulheres com ensino superior, em 2012 as mulheres com ensino superior assumem a liderança majoritária do ranqueamento.

3.6.4 Síntese inter-categórico do Sucesso por Partido Político

No pleito de 2008 o partido com maior porcentagem de mulheres eleitas foi o PP e em 2012 o PSD. Com base nestes dois pleitos pretendemos averiguar o perfil das mulheres eleitas nestes partidos.

A ocupação das mulheres eleitas pelo PP em 2008, registrado no banco de dados do TSE é de vereadoras reeleitas, com 13,9%. No pleito de 2012, 26,6% das mulheres eleitas pelo PSD, já eram vereadoras. Como já dito antes, o PSD foi fundado em 2011 com a fusão de outros partidos e a incorporação de mulheres que já eram vereadoras de outros partidos, fortalece a reeleição no novo partido, pois migra sujeito com sucesso eleitoral de outras legendas.

Dentre as mulheres eleitas pelo PP em 2008, 33,5% possuem ensino médio completo, seguido de 32,5% com ensino superior completo. Já em 2012 39,3% das mulheres eleitas pelo PSD tinham ensino superior completo, seguido de 34,8% de mulheres com ensino médio completo.

O estado civil da maioria das mulheres eleitas pelo PP em 2008 eram casadas, com 67,5% do total. Em 2012, 65,2% das mulheres eleitas pelo PSD eram casadas.

A média de idade das mulheres eleitas pelo PP em 2008 era de 43 anos de idade enquanto que em 2012 a média de idade das mulheres eleitas pelo PSD era de 44 anos.

A criação do PSD em 2011, resultado da fusão de políticos(as) do DEM, PSDB e PP trouxe destes partidos sujeitos com potencialidade para se reeleger. Prova disto é o fato de que em 2012 a maior parte das candidatas eleitas pelo PSD já eram vereadoras por outros partidos. O cruzamento de informações evidencia a mudança entre os pleitos, o grau de instrução que em 2008 eram ensino médio completo e ensino superior completo, em 2012 passa a ser a maioria com ensino superior completo. Nos quesitos média de idade e estado civil, percebemos pouca mudança, em ambos os pleitos a média de idade ficou em torno dos 40 anos e a maior parte das mulheres eleitas eram casadas.

No presente capítulo procuramos evidenciar o perfil de sucesso das mulheres eleitas nos pleitos de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania. Para isso sistematizamos as categorias que obtiveram maior sucesso nas eleições e na sequência selecionamos as principais características e as cruzamos com outras características, a fim de evidenciar o perfil de sucesso eleitoral das mulheres. Ao cruzarmos as informações entre os pleitos, observamos que mesmo havendo crescimento de candidaturas e também de mulheres eleitas, o perfil das mulheres que obtiveram sucesso eleitoral em 2012 é diferente do das mulheres de 2008. As características identitárias diferenciadas entre os pleitos se deu pelo que denominamos de Empoderamento Local. Esta concepção de Empoderamento se deve pelas características de mulheres que possuem relações de sociabilidade, as quais influenciam na sua candidatura para as eleições municipais. Para compreender melhor as mudanças de perfil para o Empoderamento Local, avançaremos na análise de outros elementos referentes às redes de financiamento eleitoral como componentes integrantes de relações de poder decisório, a serem tratados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – POSIÇÃO DAS MULHERES CANDIDATAS AO LEGISLATIVO NAS REDES DE FINANCIAMENTO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES DE 2008 E 2012 NOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DO PROGRAMA FEDERAL TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O presente capítulo tem como objetivo compreender de que forma as mulheres candidatas nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania no Brasil nos pleitos eleitorais 2008 e 2012 estão posicionadas nas redes de financiamento de campanha assim como compreender o posicionamento das mulheres vereadoras nas redes de financiamento de campanha constituem seu sucesso eleitoral. Partimos do pressuposto que é necessário compreender a mudança (avanço ou retrocesso) da posição das mulheres nas redes de financiamento, para assim evidenciar os possíveis níveis de empoderamento (BORGES e MASCHIETTO, 2014; HOROCHOVSKI, 2007; LISBOA, 2008) das mulheres no processo eleitoral. Para isso abordaremos no capítulo a composição das candidaturas inaptas, na sequência o perfil das candidaturas que compõem as redes periféricas e as candidatas que compõem as redes centrais.

Ressaltando que o universo do recorte de 2008 e 2012 se faz pela perspectiva comparativa das duas eleições, pois entre a primeira eleição, que ocorreu antes da institucionalização do programa federal Territórios da Cidadania e a segunda eleição, já haviam passados quatro anos de execução do programa.

Para operacionalizar as análises, utilizamos o banco de dados desenvolvido com base nos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Na sequência foram sistematizados de forma adequada à estrutura lógica do *software Gephi* e posteriormente ao *SOFA Statistic*, a fim de operacionalizar uma metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS)⁸⁸. A sistematização dos dados foi feita em dois bancos de dados estruturados em forma de redes, sendo um das eleições de 2008 e outro das eleições de 2012, nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania. A tabela 24 mostra os valores absolutos das redes de 2008 e 2012. Nela podemos observar o crescimento dos valores entre os pleitos.

88 A metodologia operacional foi descrita no capítulo anterior.

Tabela 24 – Valores gerais das redes nos pleitos de 2008 e 2012 nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania.

	Eleições de 2008	Eleições de 2012	% de crescimento entre 2008 e 2012
Relações na rede	235275	307686	30,78%
Total de candidatos	75828	96316	27,02%
Homens	60389	70172	16,20%
Mulheres	15430	26144	69,44%
Homens eleitos	13924	15982	14,78%
Homens não eleitos	46465	54190	16,63%
Mulheres eleitas	2136	2690	25,94%
Mulheres não eleitas	13294	23454	76,43%
Doadores	260223	394992	51,79%

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

A tabela 25 apresenta o número de doadores das eleições de 2008 e 2012 nos municípios que compõe o programa federal T.C. por número de doações.

Tabela 25 – Total de doadores nas redes periféricas e centrais nos pleitos de 2008 e 2012 nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania.

Número de doações em 2008				
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Comitês	Diretórios
Redes periféricas	163284	7332	5128	2817
Redes centrais	72647	7323	1388	304
Total	235931	14655	6516	3121

Número de doações em 2012				
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Comitês	Diretórios
Redes periféricas	164840	50064	27765	12544
Redes centrais	103029	35156	1196	398
Total	267869	85220	28961	12942
% de crescimento entre 2008 e 2012	13,54%	481,51%	344,46%	314,67%

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.

Organização própria.

Apesar de se tratar de redes de financiamento eleitoral apenas de candidatos ao cargo de vereador, existem múltiplas relações com diversos agentes. Além dos candidatos, que também são doadores, temos também candidatos a prefeito doando para candidatos ao cargo de vereador, comitês e diretórios partidários que ao mesmo tempo doam para os candidatos e recebem doações de candidatos e também de outros doadores, e por último foram identificados doadores que se subdividem entre pessoas jurídicas e pessoas físicas, que podem doar tanto para os candidatos quanto para os comitês e diretórios⁸⁹.

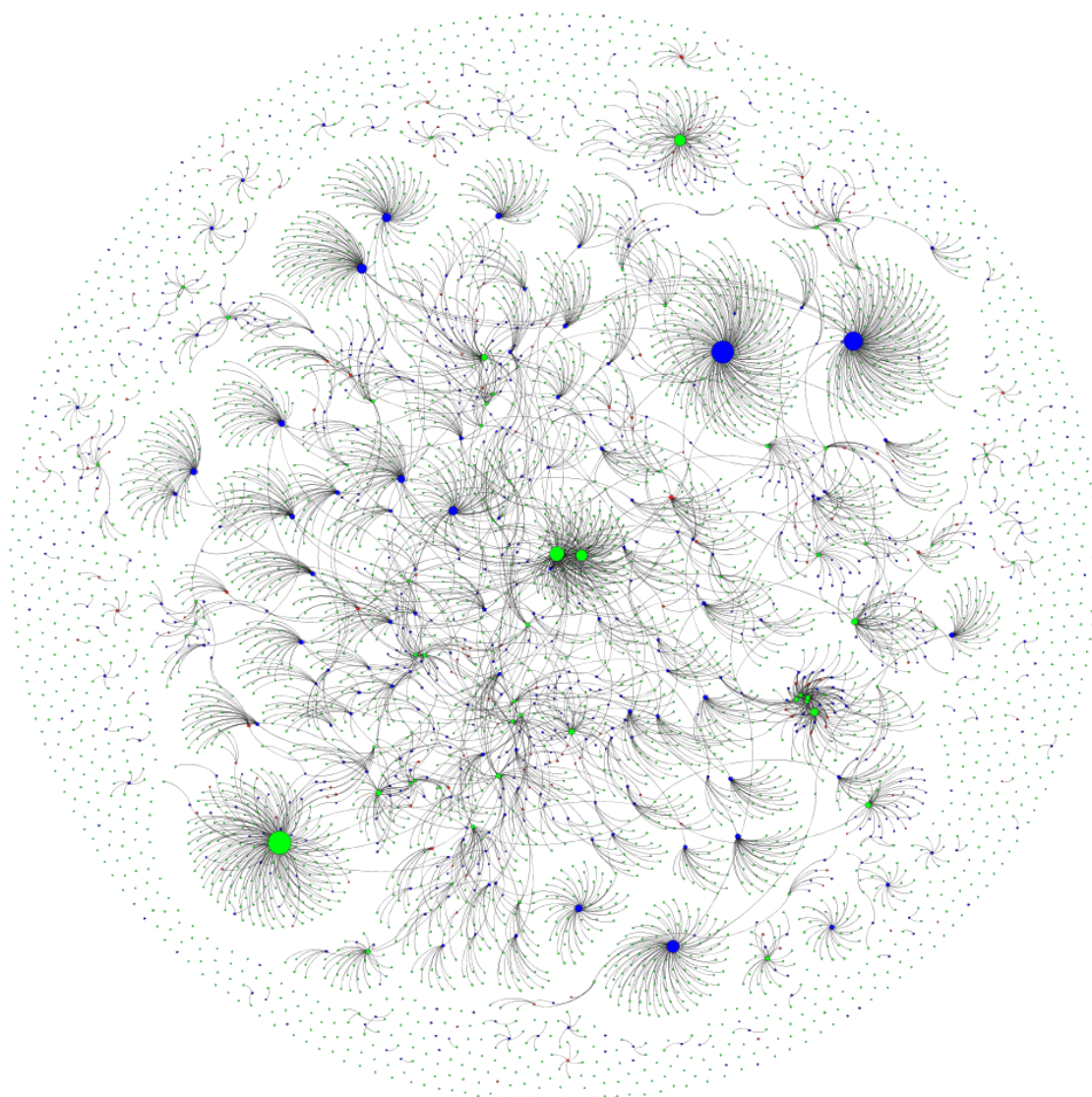
Procurando seguir o alinhamento metodológico do trabalho de Junckes, *et al* (2014), para uma visão mais didática, optamos por fazer algumas divisões seguindo a metodologia empregada no trabalho dos autores. Primeiramente pretendemos discutir as candidaturas inaptas, enfocando na participação das mulheres neste grupo excluído das eleições. Em um segundo momento exploraremos as candidatas posicionadas nos componentes isolados da rede.

Em um terceiro momento exploraremos o componente gigante, definido por Chung (2006) como sendo um único componente conectado que mantém relação, direta ou indireta, com a maior parte dos nós da rede. Os atores (candidatos, doadores, comitês, etc.) que fazem parte do componente gigante serão tema de análise da terceira parte deste capítulo enfocando nas suas centralidades, graus de entrada e graus de saída, sempre analisando a questão da divisão comparativa do sexo, nas eleições de 2008 e 2012.

Para fins apenas ilustrativos reproduzimos três grafos compondo a rede completa na figura 10, componentes isolados na figura 11 e componente gigante na figura 12 (os nós em verde representam os doadores, os nós azuis são candidatos do sexo masculino e os nós em vermelho são as mulheres candidatas).

89 Melhor exposto nas figuras 5 e 6.

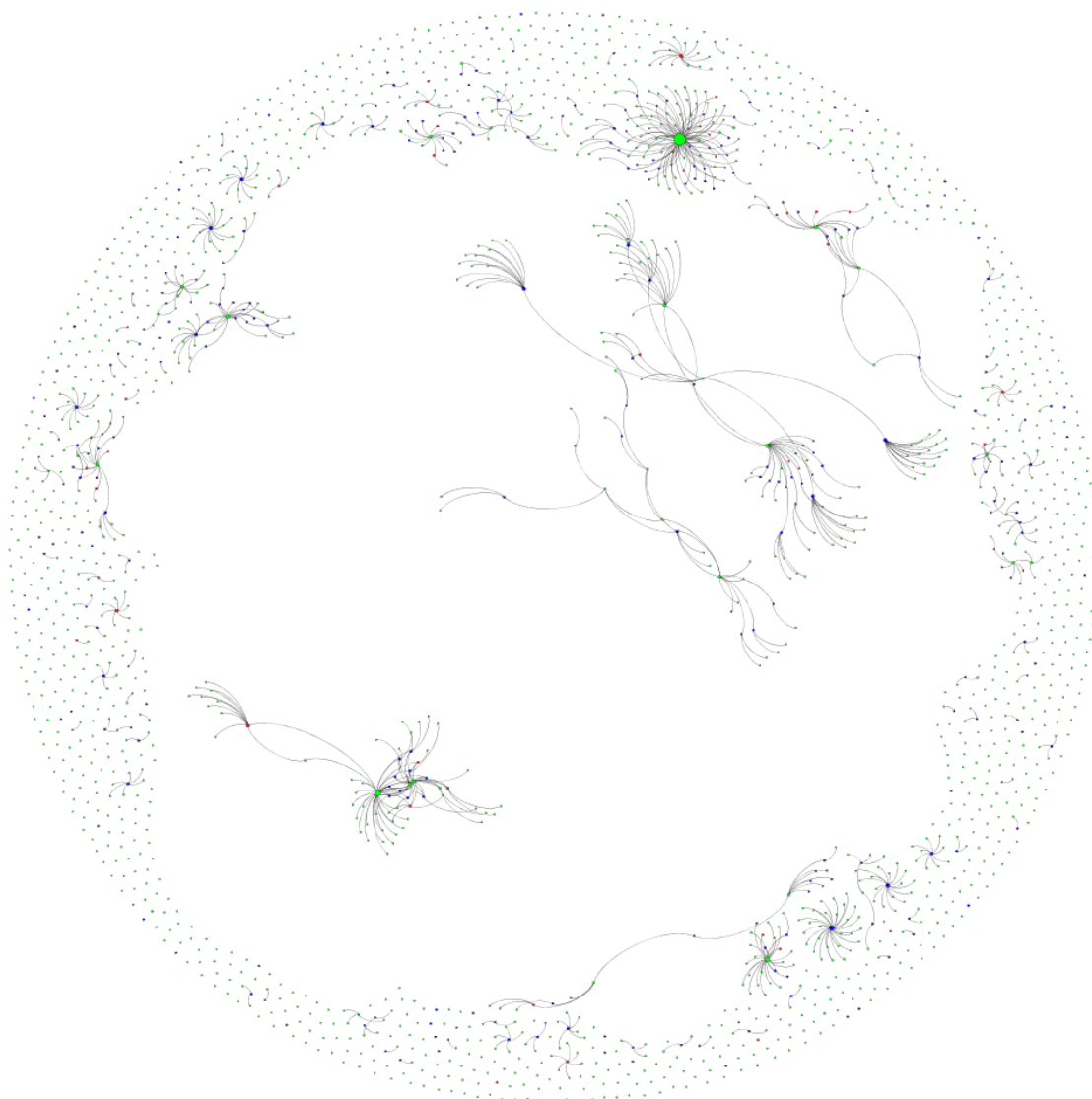
Figura 10 – Grafo da rede geral do território número 16 das eleições de 2008.



Fontes: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.⁹⁰
Organização própria.

90 Para acessar as redes de financiamento eleitoral assim como o atlas eleitoral dos pleitos de 2002 até 2012 de todos os municípios do Brasil, acesse: <http://getepolitica.org/>

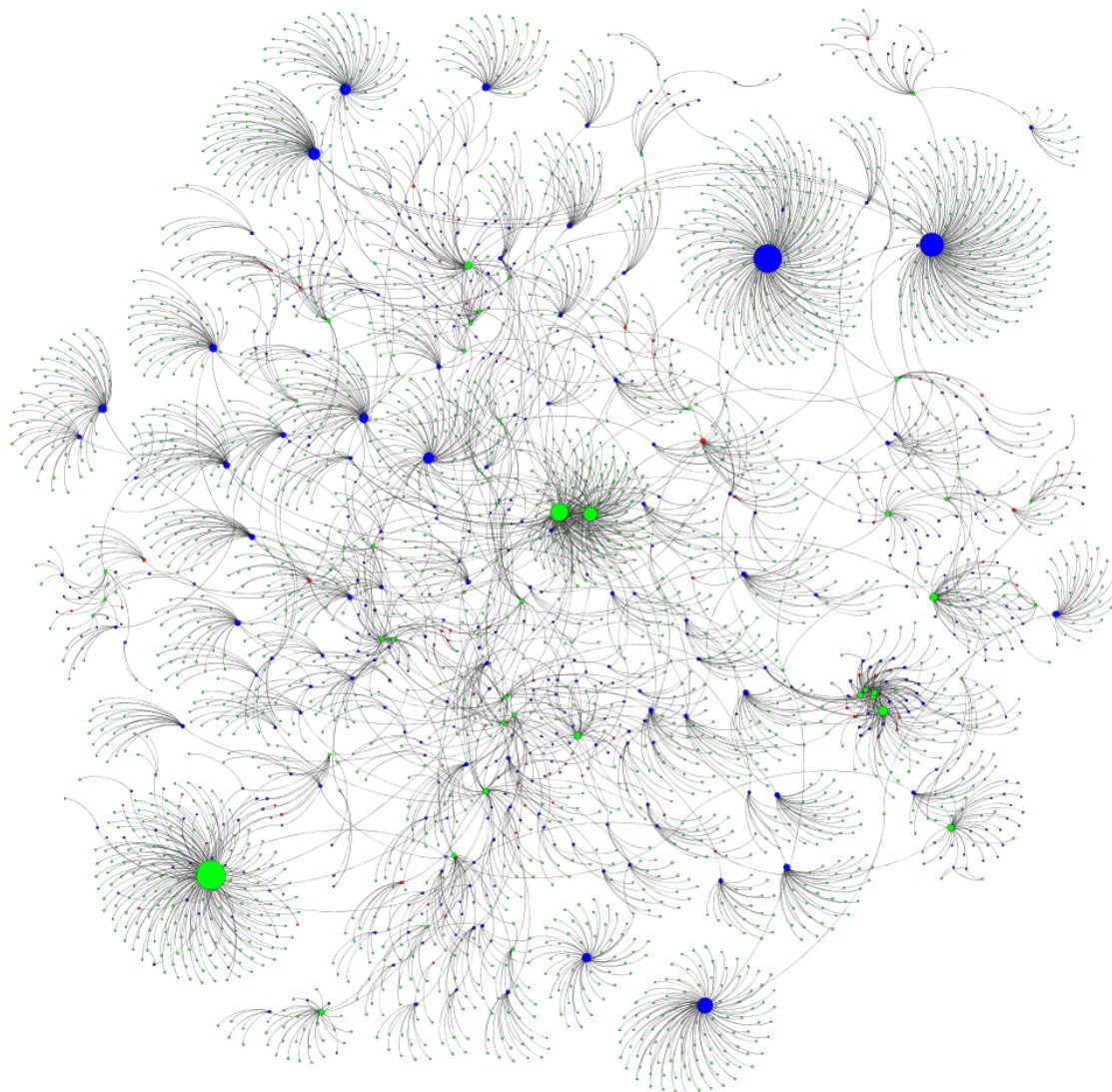
Figura 11 – Grafo da rede dos componentes isolados do território número 16 das eleições de 2008.



Fontes: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.⁹¹
Organização própria.

91 Para acessar as redes de financiamento eleitoral assim como o atlas eleitoral dos pleitos de 2002 até 2012 de todos os municípios do Brasil, acesse: <http://getepolitica.org/>

Figura 12 – Grafo da rede do componente gigante do território número 16 das eleições de 2008.



Fontes: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.⁹²
Organização própria.

As tabelas 27 e 28 apresentam um apanhado geral do número de inaptos, candidatos localizados nas redes centrais e periféricas das eleições de 2008 e 2012 nos municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania. Em comparação entre as tabelas, percebemos que houve aumento percentual de candidatos eleitos entre as redes centrais (Componente Gigante) e redução das redes periféricas (Componente Isolado).

⁹² Para acessar as redes de financiamento eleitoral assim como o atlas eleitoral dos pleitos de 2002 até 2012 de todos os municípios do Brasil, acesse: <http://getepolitica.org/>

Tabela 26 – Percentuais dos candidatos inaptos, localizados nas redes centrais e redes periféricas da eleição de 2008 nos municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania.

	N Cand (h + m)	% entre cand	N eleitos (h + m)	% entre eleitos	N cand homens	% cand entre H	N cand mulheres	% cand entre M
Inaptos	9541	11,18%	0	0,00%	7471	11,01%	2070	11,83%
Redes Centrais	23446	27,47%	3554	22,13%	18487	27,25%	4959	28,34%
Redes Periféricas	52359	61,35%	12506	77,87%	41888	61,74%	10471	59,83%
Total	85346	100,00%	16060	100,00%	67846	100,00%	17500	100,00%

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

Tabela 27 – Percentuais dos candidatos inaptos, localizados nas redes centrais e redes periféricas da eleição de 2012 nos municípios que compõem o programa federal Territórios da Cidadania.

	N Cand (h + m)	% entre cand	N eleitos (h + m)	% entre eleitos	N cand homens	% cand entre H	N cand mulheres	% cand entre M
Inaptos	12342	11,36%	0	0,00%	7441	9,59%	4901	15,79%
Redes Centrais	40848	37,59%	6839	36,63%	29549	38,07%	11299	36,40%
Redes Periféricas	55468	51,05%	11833	63,37%	40623	52,34%	14845	47,82%
Total	108658	100,00%	18672	100,00%	77613	100,00%	31045	100,00%

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

Em 2008, 22,13% dos candidatos eleitos faziam parte das redes centrais e em 2012, 36,63% dos candidatos (aumento de 14,5%). Entre os pleitos houve mudanças das redes, fortalecendo aqueles candidatos que compõem as redes centrais.

Nas seções que seguem pretendemos abordar o posicionamento que as mulheres assumem nas redes de financiamento partindo das inaptidões, redes periféricas e redes centrais.

4.1 O bagaço da laranja: Candidatas da exclusão

O título da presente seção faz referência ao termo ‘mulheres laranja’. Termo este abordado por Pinto (2001) e Alves (2012) para designar as mulheres recrutadas pelos partidos políticos, apenas para cumprir a cota eleitoral prevista na lei 12.034/09. Denominamos como bagaço da laranja as mulheres inaptas, ou seja, as que tiveram suas candidaturas não aprovadas pelo TSE devido a problemas de registro ou inadimplência eleitoral.

O presente subcapítulo tem como objetivo analisar o posicionamento das mulheres candidatas (eleitas e não eleitas) ao cargo de vereador das eleições de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania, procurando analisar o perfil do sucesso eleitoral das mulheres, as candidatas inaptas são o reflexo da exclusão, pois não possuem posicionamento dentro das redes de financiamento. Se as mulheres ainda são periféricas nos processos eleitorais, as candidatas julgadas como inaptas são a ponta extrema da exclusão. Com isso a presente seção tem como objetivo compreender como se configuram as candidaturas de inaptidão.

Nas eleições de 2008 o TSE considerou 27.952 candidatos inaptos⁹³ no Brasil, sendo 6231 mulheres e 21.721 homens. Realizando recorte nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania (tabela 28) com as candidaturas para o cargo de vereador, em 2008 foi totalizado 9.541 inaptos, sendo 2.070 candidatas e 7.471 candidatos. Já nas eleições de 2012 foram 12.342 candidatos inaptos, sendo que 4.901 são mulheres e 7.441 homens. Evidenciado o recorte de gênero, é perceptível que no pleito de 2012 o número de mulheres inaptas aumentou enquanto que os homens, mesmo tendo crescente número de candidaturas se comparado a 2008, manteve praticamente o mesmo percentual de inaptidões entre os pleitos.

93 INAPTO = Candidato sem habilitação para ser votado na urna eletrônica. Caso o eleitor digite o número de um candidato inapto, o voto será nulo.

Cancelado - Candidato que teve seu registro da candidatura cancelado pelo partido.

Cassado - Candidato que teve o seu registro cassado.

Falecido - Candidato com registro cancelado assim que conhecido o fato pelo juízo eleitoral (Res. TSE 23.373 art. 70).

Indeferido - Candidato que não reuniu as condições necessárias ao registro.

Não conhecimento do pedido - Candidato cujo pedido de registro não foi apreciado pelo juiz eleitoral.

Renúncia - Candidato cujo pedido de registro não foi apreciado pelo juiz eleitoral.

Fonte: TSE (2015), site: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>

Apesar de existir um maior número de homens inaptos, as mulheres em um modo geral assumem maior percentagem proporcional se comparado o número total de candidaturas.

Tabela 28 – Percentual de inaptos nas eleições de 2008 e 2012 nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

	% de inaptos 2008	% de inaptos 2012
Mulheres	21,70%	39,71%
Homens	78,30%	60,29%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

Com base nos dados acima aplicamos o teste estatística para verificar o *Odds Ratio*⁹⁴ e *Risk Ratio*⁹⁵ dos candidatos (por sexo) que têm maior chance de serem inaptos, resultando nos dados da tabela 29. Em 2008 as mulheres tinham um *Odds* de 1,084 e os homens 0,922. Já o fator *Risk* para as mulheres foi 1,074 em 2008 e para os homens foi de 0,930. O risco de se tornar inaptas era maior para as mulheres neste pleito.

Tabela 29 – *Odds ratio* e *Risk ratio* das mulheres e homens inaptos nas eleições de 2008 e 2012.
(continua)

Mulheres Inaptas nas Eleições de 2008		Homens Inaptos nas Eleições de 2008	
Risk ratio:	1.0742	Risk ratio:	0.93094
95% confidence:	[1.026 .. 1.124]	95% confidence:	[0.8893 .. 0.9745]
z:	3.0651	z:	-3.0651
p (ratio=1):	0.002176	p (ratio=1):	0.002176
Odds ratio:	1.0841	Odds ratio:	0.9224
95% confidence:	[1.029 .. 1.142]	95% confidence:	[0.8758 .. 0.9714]
z:	3.0569	z:	-3.0569
p (ratio=1):	0.0022362	p (ratio=1):	0.0022362

94 *Odds Ratio*, segundo Cerda (2013), é a razão de chance de um fenômeno acontecer.

95 *Risk Ratio*, segundo Cerda (2013), é uma medida em Coortes do risco de um fenômeno ocorrer.

(conclusão)

Mulheres Inaptas nas Eleições de 2012		Homens Inaptos nas Eleições de 2012	
Risk ratio:	1.6466	Risk ratio:	0.6073
95% confidence:	[1.592 .. 1.703]	95% confidence:	[0.5873 .. 0.628]
z:	2.12	z:	-2.12
p (ratio=1):	0.00173	p (ratio=1):	0.00173
Odds ratio:	1.7678	Odds ratio:	0.56566
95% confidence:	[1.701 .. 1.838]	95% confidence:	[0.5442 .. 0.588]
z:	2,817	z:	-2,817
p (ratio=1):	0.00143	p (ratio=1):	0.00143

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2016.
Organização própria.

Já nas eleições de 2012 as mulheres tiveram um *Odds* de 1,767 e os homens 0,565. Em ambas as eleições os homens tiveram menor chance de serem considerados inaptos, porém nas eleições de 2012 a chance de ser inapto das mulheres aumentou e a dos homens reduziu. Já o fator *Risk* para as mulheres foi 1,646 em 2012 e para os homens foi de 0,607. O risco de se tornar inaptas aumentou para as mulheres e reduziu para os homens.

O resultado acima demonstra que tanto a chance (*odds*) quanto o risco (*risk*) de uma mulher ser considerada inapta é maior que a dos homens e estes valores se distanciaram entre ambos os pleitos. Este trabalho vem evidenciando que as mulheres assumem papel periférico nas relações políticas, conforme defendem Barreira e Gonçalves (2012), o quesito inapto acaba por reforçar esta hipótese.

Ao analisarmos o perfil de ocupação dentre os inaptos, tanto em 2008 quanto em 2012, conforme tabelas 31 e 32, os homens não possuem elemento diferencial, sendo os principais inaptos os agricultores, assim como estes são a maioria de aptos. O mesmo ocorre para as mulheres candidatas aptas e inaptas destacando donas de casa e agricultoras, porém sem alterações significativas na ordem entre aptas e inaptas.

Tabela 30 – Ocupação de homens e mulheres inaptos nas eleições de 2008.

Ocupação Homens Inaptos 2008	Total	Ocupação Mulheres Inaptas 2008	Total
AGRICULTOR	1607	DONA DE CASA	269
OUTROS	732	OUTROS	220
COMERCIANTE	674	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	189
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	381	AGRICULTORA	189
VEREADOR	264	SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	152
TRABALHADOR RURAL	261	COMERCIANTE	130
EMPRESÁRIO	208	PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	108
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	175	ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIA E ASSEMELHADAS	67
APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PÚBLICO)	154	SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL	60
MOTORISTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS	153	TRABALHADORA RURAL	50

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

Tabela 31 – Ocupação de homens e mulheres inaptos nas eleições de 2012.

(continua)

Ocupação Homens Inaptos 2012	Total	Ocupação Mulheres Inaptas 2012	Total
AGRICULTOR	1208	DONA DE CASA	805
OUTROS	1145	OUTROS	800
COMERCIANTE	570	AGRICULTORA	444
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	460	SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL	418
EMPRESÁRIO	350	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	298
VEREADOR	306	COMERCIANTE	227
TRABALHADOR RURAL	182	ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIA E ASSEMELHADAS	224
APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PÚBLICO)	175	PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO	154

(conclusão)

Ocupação Homens Inaptos 2012	Total	Ocupação Mulheres Inaptas 2012	Total
PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO	139	APOSENTADA (EXCETO SERVIDORA PÚBLICA)	121
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	129	EMPRESÁRIA	81

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

O elemento diferencial ocorre quando é comparado a ocupação entre homens e mulheres inaptas. Assim como os demais candidatos aptos se destacam agricultores, empresários e profissionais liberais – como advogados, médicos, administradores, engenheiros, etc – ocupam posição de destaque. Já entre as candidatas inaptas temos funcionárias públicas, professoras e donas de casa, além de secretárias, vendedoras, técnica de enfermagem, todas ocupações que não são identificadas entre os homens, o que evidencia profissões com fragilidades para o Empoderamento Feminino nas eleições.

Se no pleito de 2008 a profissão de maior inaptidão dos homens (Agricultores) representava seis vezes a profissão de maior inaptidão feminina (Donas de casa), no pleito de 2012, mesmo se mantendo as mesmas profissões de 2008, houve uma redução do número de maior inaptidão entre os homens e um aumento das mulheres inaptas, resultando em um valor de 1,5 vezes mais inaptidões entre os homens. Levando em consideração que no pleito de 2012 tivemos um crescimento de 9.767 candidaturas para os homens e 13.545 mulheres (quase o dobro de candidaturas em relação a eleição anterior), os valores demonstram que as mulheres foram mais prejudicadas proporcionalmente, do que os homens.

O mesmo ocorre quando comparados os graus de instrução entre as candidaturas inaptas e aptas de 2008 e 2012, não surgindo diferença a não ser pelo aumento de candidatos em 2012.

Tabela 32 – Formação de homens e mulheres inaptos nas eleições de 2008.

Formação Homens Inaptos 2008	Total	Formação Mulheres Inaptas 2008	Total
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2223	ENSINO MÉDIO COMPLETO	670
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1955	SUPERIOR COMPLETO	466
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1138	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	343
SUPERIOR COMPLETO	823	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	266
LÊ E ESCRIVE	537	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	124
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	437	SUPERIOR INCOMPLETO	119
SUPERIOR INCOMPLETO	302	LÊ E ESCRIVE	75
ANALFABETO	26	ANALFABETA	2

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.
Organização própria.

Se não foi perceptível mudança na posição das formações entre homens e mulheres, destacamos o número de candidatas inaptas com formação de ensino superior. Apesar destas não estarem na primeira posição, assumem tanto em 2008 (tabela 32) quanto em 2012 (tabela 33) a segunda posição de inaptidão. Este fator desconstrói a ideia de que a baixa formação seria elemento central para ser inapto.

Tabela 33 – Formação de homens e mulheres inaptos nas eleições de 2012.

Formação Homens Inaptos 2012	Total	Formação Mulheres Inaptas 2012	Total
ENSINO MÉDIO COMPLETO	2377	ENSINO MÉDIO COMPLETO	1778
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	1711	SUPERIOR COMPLETO	955
SUPERIOR COMPLETO	1056	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	751
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1055	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	598
LÊ E ESCRIVE	475	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	292
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	462	LÊ E ESCRIVE	269
SUPERIOR INCOMPLETO	297	SUPERIOR INCOMPLETO	254
ANALFABETO	8	ANALFABETA	4

Fonte: Banco de dados TSE disponível no GETE, 2014.

Organização própria.

Apesar de existirem muitas candidaturas, tanto de mulheres quanto de homens, se somarmos as demais formações, estas se sobressaem aqueles com ensino superior. Acreditamos que isso se deva pela elevada burocracia para o registro e prestação de contas de candidaturas, o que acaba se tornando problemático para candidatos (as) com menos formação ou pouco apoio burocrático.

Nestas condições as mulheres acabam sendo mais prejudicadas, pois quando cruzamos a formação e a ocupação, as mulheres donas de casa se destacam no quesito inapto. Algumas mulheres podem possuir dependência financeira de seus conjuges, além de enfrentarem dificuldade em participar das reuniões junto aos comitês partidários e no TRE, visto que muitas são responsáveis por cuidar da casa e dos filhos, isso tudo acaba se tornando um empecilho que potencializa a possibilidade de se tornarem inaptas, assim como de se tornarem periféricas nas redes de relações partidárias, culminando na perda da eleição. Para Junkes, *et all* (2015, p. 33)

É crescente a burocratização do processo de registro e prestação de contas das candidaturas, o que dificulta a persistência de candidatos(as) com menos apoio técnico-burocrático. As mulheres são possivelmente mais afetadas por isso. A título de exemplo, mencionamos a exigência de abertura de conta individual e exclusiva para os(as) candidatos(as). No caso das mulheres sem renda, e/ou sujeitas a um relacionamento machista, isso poderia implicar a sua exclusão formal do processo eleitoral, porque o cônjuge pode dificultar que ela abra essa conta. Há ainda a questão do tempo. Afora a campanha, candidatos(as) são obrigados(as) a participar de compromissos formais, como reuniões de orientação na justiça eleitoral e nos partidos. Em face das exigências da competição eleitoral, os partidos tendem a ampliar encargos nesse sentido, o que implica afastamento parcial das responsabilidades familiares muito frequentemente ao encargo das mulheres de quase todas as ocupações, mas que atinge especialmente donas de casa e mulheres em ocupações de menor status socioeconômico.

O efeito negativo para as mulheres que tentam se candidatar e acabam se tornando inaptas é a inadimplência eleitoral, pois estas não poderão mais se candidatar em futuras eleições, caso sua situação não seja regularizada. Se existem mulheres sendo utilizadas como laranja apenas para fechar a cota de gênero, estas se tornarão inelegíveis em futuras eleições e agravam sua situação, se tornando não a laranja, mas refutadas como o bagaço da laranja. A inelegibilidade destas mulheres acaba se configurando enquanto contradição que resulta em uma

cidadania refutada, excluída. A contradição se instaura quando o Estado cria a legislação de cotas, a fim de incitar o Empoderamento Feminino, porém o mesmo mecanismo acaba incitando a marginalização de determinadas mulheres que não podem mais se candidatar devido a sua condição de ilegalidade perante a justiça.

4.2 A casca da laranja: a evidência do isolamento de candidatas na rede de financiamento

As redes periféricas são parte importante para compreender o posicionamento político das mulheres. A presente seção tem como objetivo compreender o perfil das mulheres nas redes periféricas das eleições. Para isso realizaremos trabalho comparativo entre os pleitos, evidenciando tanto o sucesso eleitoral quanto a periferização das mulheres.

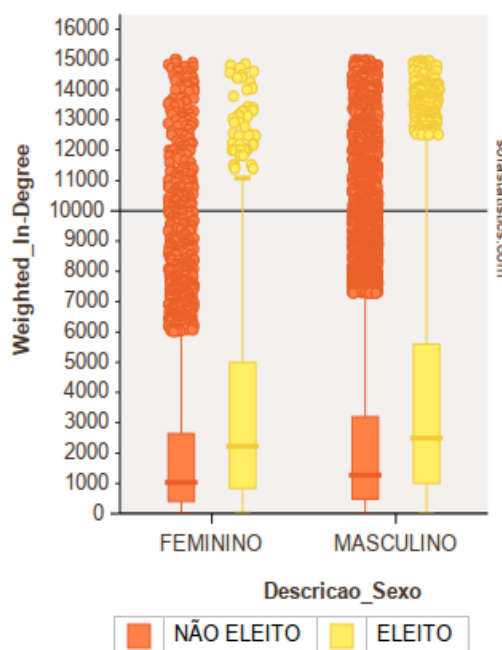
Compreendemos o isolamento de candidatos, como sendo aqueles aptos, todavia, desconectados da rede principal (componente gigante). Em 2008, como visto nas tabelas 25 e 26, 59,83% das candidatas fazem parte de redes periféricas, enquanto que os homens eram 61,74%, havendo pouca diferença proporcional. Já em 2012 houve uma redução das mulheres candidatas nas redes periféricas para 47,82% assim como dos homens para 52,34%.

A comparação feita intersexos indica que em 2008, 21,15% das redes periféricas era composta por mulheres e 78,85% de homens. Já em 2012 houve um aumento na proporção de mulheres para 26,76% compondo as redes isoladas, contra 73,2% dos homens.

A análise mostra uma contradição na lógica de posicionamento da rede quando evidencia as candidaturas eleitas e não eleitas das redes periféricas. Em 2008, 79,2% das candidatas eleitas estavam posicionadas nas redes periféricas. A mesma lógica acontece com os homens que somam 77,7% dos eleitos nas redes periféricas. Se analisarmos a relação interna do componente, 16,2% das mulheres que compõem redes periféricas foram eleitas em 2008, contra 25,8% dos homens. Em 2012, 62,9% das candidatas eleitas estavam posicionadas nas redes periféricas contra 63,5% dos homens. Analisando o agrupamento isolado das redes periféricas das eleições de 2012, 11,4% das mulheres que compõem as redes periféricas são eleitas e 25% dos homens.

Cruzando as informações das candidaturas periféricas nas redes de financiamento e o grau de entrada (número de doações de campanha), apenas 1,12% das candidaturas de 2008 possuem grau⁹⁶ 0 (não receberam doações), sendo 134 mulheres e 454 homens. Em 2012 foram 1,03% de candidaturas com grau 0 sendo 204 mulheres e 368 homens, significando que estes candidatos não receberam nenhuma doação de campanha. Para analisarmos os candidatos que receberam doações, analisaremos o gráfico de *Boxplot*⁹⁷ abaixo que representa o total de doações entre os eleitos e não eleitos por sexo.

Gráfico 20 – Gráfico de *Boxplot* da receita de candidaturas que compõem redes periféricas com grau de entrada 1, 2 e 3 das eleições de 2008.



Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

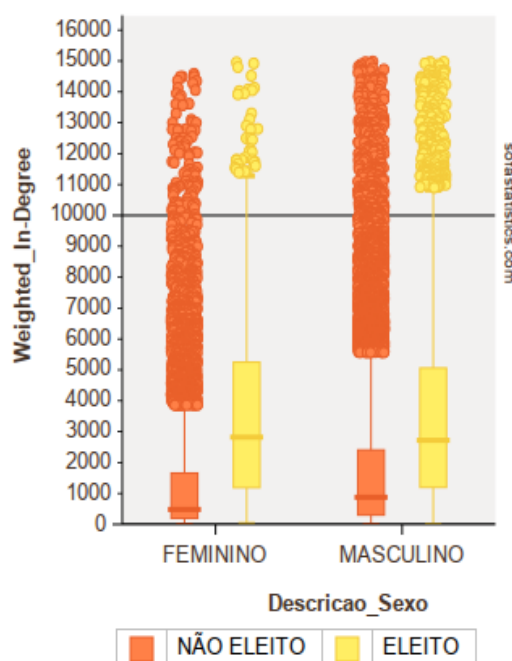
Fazendo o recorte para as candidaturas com grau 1, 2 e 3, que receberam 1, 2 ou 3 doações, (juntos representam 86,2% do total de doações) que compõem as redes periféricas e verificando a receita, geramos o gráfico 20 que evidencia o

⁹⁶ Em estatística de rede, o grau representa a conexão que um nó tem em uma rede. Podendo se distinguir por grau de entrada (doação recebida) e grau de saída (doação realizada).

⁹⁷ Gráfico de *Boxplot* é construído levando em consideração o valor mínimo, primeiro quartil, segundo quartil (mediana), terceiro quartil e valor máximo. Os limites da caixa representam o primeiro e o terceiro quartil, dentro da caixa existe uma linha que representa a mediana (segundo quartil). Os pontos acima do valor máximo representam os valores atípicos.

quartil⁹⁸ 2 (1000 reais) e 3 (2400 reais) das candidatas não eleitas. Dos candidatos não eleitos o gráfico também evidencia a concentração dos quartis 2 (1218 reais) e 3 (2910 reais). Os quartis, tanto dos homens quanto das mulheres não eleitas, se aproximam muito nos valores de doações. Os grupos que fogem ao padrão de doações dos não eleitos varia entre 5000 reais e 15000 reais, intensificando-se no sexo masculino. Já as candidaturas eleitas, os quartis 2 (2000 reais) e 3 (aproximadamente 4035 reais) concentram um valor de entrada superior em relação aos não eleitos. As mulheres eleitas possuem um número bem reduzido, se comparado aos homens, de doadores acima de 12.000 reais que se enquadram aos doadores que fogem a norma.

Gráfico 21 – Gráfico de *Boxplot* da receita de candidaturas que compõem redes periféricas com grau de entrada 1, 2 e 3 das eleições de 2012.



Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

O mesmo recorte feito nas eleições de 2012 identificam um quadro diferenciado nas candidaturas das redes periféricas. No gráfico 21 as mulheres não eleitas têm valores dos quartis 2 (510 reais) e 3 (1660 reais) concentrado em valores

⁹⁸ O quartil é a divisão do valor total em quatro partes sendo o primeiro quartil os 25% do total (ou da amostra), o segundo quartil, onde se encontra a mediana, representa a fatia que vai só 25% (primeiro quartil) aos 75% representando 50% de todos os valores e o terceiro quartil é a divisão que se estende dos 75% até os 100% da amostra totalizando uma fatia de 25%.

inferiores das eleições de 2008 e também aos homens não eleitos nas eleições de 2012. Os homens não eleitos também têm valores de receita que fogem a norma partindo dos 5500 reais, enquanto que as mulheres recebem valores a partir de 3800 reais. Já as mulheres e os homens eleitos, têm valor de arrecadação parecidos no recorte dos quartis, diferenciando-se apenas na intensidade de doações que desviam a norma, onde os homens possuem maior concentração. Os valores doados que desviam a norma evidenciam mudanças em comparação as eleições de 2008, passando o piso dos homens para 11.000 reais, assim como amplificando a intensidade acima desta faixa, enquanto que nas mulheres apresentam menor concentração de doadores nesta faixa.

Observando os gráficos de *boxplot* (gráficos 20 e 21), tanto nas eleições de 2008 quanto nas eleições de 2012, as candidaturas eleitas tiveram maior concentração de recursos no terceiro quartil, o que evidencia que poucos candidatos tiveram maior concentração de recursos, enquanto que as candidaturas não eleitas tiveram os recursos reduzidos. Ou seja, as poucas mulheres que conseguiram se eleger tiveram mais concentração de recursos do que as não eleitas. Isso evidencia que determinadas mulheres conseguem assumir posição de centralidades, recebendo mais recursos e com isso conseguindo se eleger.

Dados os resultados acima, passamos a explorar as razões do isolamento e da proporção relativamente maior de mulheres, a partir das variáveis escolaridade e ocupação. As candidaturas com ensino superior completo e incompleto em 2008 totalizam 19%. Em 2012 houve um pequeno aumento, passando para 21%. Apesar de representar 1/5 das candidaturas, este valor é baixo se comparado às candidaturas com ensino médio completo, que totalizam 32% em 2008 e 37% em 2012. As candidaturas com ensino fundamental incompleto, totalizam 24% em 2008 e 19% em 2012. A escolaridade evidenciada de forma geral, identifica uma maior abrangência de sujeitos com escolaridade básica.

Tabela 34 – Escolaridade de homens candidatos às eleições para o cargo de vereador que compõe redes periféricas.

Escolaridade dos homens	% em 2008	% em 2012
ENSINO MÉDIO COMPLETO	31	35,8
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	26,6	21,6
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	15,8	15,2
SUPERIOR COMPLETO	12,1	13,9
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	6,2	5,5
SUPERIOR INCOMPLETO	4,3	3,8
LÊ E ESCRIVE	4	4,2
ANALFABETO	0,1	0

Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

Na tabela 34, isolando apenas a escolaridade dos homens candidatos que compõem redes periféricas, percebemos que não existe uma mudança no ranqueamento entre as eleições de 2008 e 2012, porém os valores percentuais sofrem mudança na quantidade de candidatos com ensino fundamental incompleto, que era 27% e reduz para 22%, enquanto que os candidatos com ensino médio completo apresentam um leve crescimento, de 31% em 2008 passam para 36% em 2012.

Tabela 35 – Escolaridade de mulheres candidatas às eleições para o cargo de vereador que compõe redes periféricas.

Escolaridade das mulheres	% em 2008	% em 2012
ENSINO MÉDIO COMPLETO	36,8	38,8
SUPERIOR COMPLETO	24,8	24,2
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	13,8	12,9
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	11,3	11,1
SUPERIOR INCOMPLETO	6,1	5,2
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	5,5	4,9
LÊ E ESCRIVE	1,8	2,8
ANALFABETO	0	0

Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

Assim como no ranqueamento dos homens, as posições das mulheres candidatas que compõem redes periféricas não sofreu mudança, conforme tabela 35, prevalecendo o ensino médio completo como sendo a maioria das candidatas, porém um diferencial dos homens é que as mulheres têm em 2º lugar um percentual maior com formação de ensino superior completo. Se somarmos as candidatas com ensino superior completo e incompleto temos 31% das candidatas em 2008 e 29% em 2012 o que representa 1/3 das candidaturas.

O quesito ocupação é outra variável que diferencia as candidaturas dos homens e das mulheres que compõem as redes periféricas. Entre os homens, tanto em 2008 quanto em 2012 a maioria de agricultores (6604 não eleitos e 2201 eleitos em 2008 e 5051 não eleitos e 1631 eleitos em 2012). Na sequência aparecem comerciantes, vereadores (reeleitos) e servidores públicos com maioria de candidaturas e também maioria eleitos.

As mulheres em 2008 foram 979 professoras de ensino fundamental não eleitas e 192 eleitas, 973 agricultoras não eleitas e 114 eleitas, 906 donas de casa não eleitas e 94 eleitas e 796 servidoras públicas municipais não eleitas e 169 eleitas. Nestes valores observamos que as professoras de ensino fundamental lideram no total de candidaturas, porém proporcionalmente as donas de casa possuem um montante de candidatura, com valor proporcional mais baixo de eleitas em relação as demais candidaturas. Inversamente as servidoras públicas municipais, que ocupam a quarta posição de maior número de candidaturas, tem o maior valor proporcional de eleitas. Tanto as professoras, quanto as servidoras, possuem uma profissão de contato ao atendimento social enquanto que agricultoras e donas de casa, hipoteticamente estão amarradas às redes de sociabilidade mais restritas.

Nas eleições de 2012 o quadro é outro, onde a maioria das candidatas são donas de casa, totalizando 1831 não eleitas e 100 eleitas. As servidoras públicas municipais ficam em segundo com 1549 não eleitas e 229 eleitas, agricultoras totalizam 1334 não eleitas e 116 eleitas e professoras do ensino fundamental 976 não eleitas e 168 eleitas. Neste quadro percebemos um agravante nas candidaturas

das donas de casa que praticamente dobrou entre 2008 e 2012, porém o número das eleitas permaneceu o mesmo (100 mulheres eleitas). Já as servidoras públicas, que também tiveram o dobro de candidaturas em relação a 2008, manteve a proporcionalidade de eleitas, pois passou de 169 para 229. As agricultoras seguem a mesma lógica das donas de casa, pois tiveram um aumento significativo de candidaturas, porém o número de eleitas sofreu pouca variação.

No contexto acima explanado percebemos uma relação lógica inversa entre os sexos. Os homens agricultores são maioria das candidaturas e, ao mesmo tempo, são a maioria eleita tanto nas eleições de 2008 como nas de 2012, porém as mulheres agricultoras e donas de casa são a maioria das candidatas, mesmo assim não são a maioria das eleitas. Se criarmos um universo hipotético afirmando que as mulheres donas de casa e agricultoras não conseguem se eleger por não terem uma rede extensa de sociabilidade, esta lógica não se aplicaria aos homens, pois a maioria eleito é de agricultores.

Percebemos o elemento da figura pública como fundamental na eleição, quando enfocamos nas candidaturas de homens e mulheres que já eram vereadores e tentam se reeleger. Em 2008 foram 1492 vereadores não eleitos e 2138 eleitos e em 2012 foram 1400 não eleitos e 2142 eleitos. As mulheres não diferenciam, pois em 2008 foram 255 vereadoras não eleitas e 278 eleitas e em 2012 foram 206 não eleitas e 280 eleitas. O número de candidaturas eleitas, tanto para homens quanto para mulheres é sempre superior a 50% e estes possuem a maior chance de se reeleger.

Na tabela 36 foi relacionado o grau de formação e o total de mulheres Donas de Casa e Agricultoras eleitas e não eleitas que compunham as redes periféricas. A opção pelas agricultoras e donas de casa se deu pelo maior número de candidaturas.

Tabela 36 – Relacionando grau de formação de mulheres Agricultoras e Donas de Casa eleitas e não eleitas nas eleições para o cargo de vereador nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

	Eleições de 2008			
	Donas de Casa		Agricultoras	
	NÃO ELEITO	ELEITO	NÃO ELEITO	ELEITO
SUPERIOR INCOMPLETO	21	7	13	3
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	290	18	334	31
LÊ E ESCRIVE	33	2	71	5
SUPERIOR COMPLETO	15	5	7	3
ENSINO MÉDIO COMPLETO	295	31	282	39
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	77	10	74	11
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	175	21	190	22
ANALFABETA	0	0	2	0

	Eleições de 2012			
	Donas de Casa		Agricultoras	
	NÃO ELEITO	ELEITO	NÃO ELEITO	ELEITO
SUPERIOR INCOMPLETO	32	6	20	4
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	469	11	425	19
SUPERIOR COMPLETO	49	12	28	2
LÊ E ESCRIVE	99	2	114	9
ENSINO MÉDIO COMPLETO	695	48	434	50
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	140	7	83	10
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	347	14	228	22
ANALFABETA	0	0	2	0

Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

Um elemento visível na tabela, porém foi percebido durante a consulta ao banco de dados, os valores das tabelas de 2008 e 2012 referentes as donas de casa são a maioria pertencente às redes periféricas, ou seja, mesmo sem aplicar o filtro para selecionar as donas de casa que compõem os componentes isolados os valores são os mesmos, o que evidencia que as donas de casa e as agricultoras estão quase em sua totalidade, posicionadas nas redes periféricas. Em 2008, 66% das mulheres donas de casa compunham as redes periféricas e em 2012 o percentual reduziu para 57%. Já as agricultoras em 2008 totalizaram 79% e em 2012 o valor reduziu para 70%. Isso demonstra que houve uma redução de Donas de Casa e Agricultoras posicionadas nas redes periféricas. Na mesma tabela, observamos que existe um valor maior de mulheres analfabetas, e não eleitas, que eram agricultoras. Já as candidatas que possuem ensino superior completo e incompleto são as que têm maior chance de se eleger entre o grupo das agricultoras.

As mulheres candidatas que compõem as redes periféricas têm menor chance de se eleger tanto pela razão de afastamento da centralidade da rede, quanto pelas suas características ocupacionais como se destacaram as donas de casa e as agricultoras. As mulheres que conseguem ter maior sucesso nas periferias das redes, se deve ao Empoderamento Local, onde são atribuídas as relações de sociabilidade com maior abrangência e sua familiaridade com a sociedade como professoras, servidoras públicas dos municípios e vereadoras reeleitas.

4.3 A polpa da laranja: rede central e análise da marginalização feminina

A presente seção pretende fechar um bloco de posicionamentos políticos das mulheres, nas redes de financiamento eleitoral. Já foram analisadas as candidaturas inaptas, as candidaturas que compõem as redes periféricas e na presente seção serão analisadas as candidatas que compõem as redes centrais. Com isso, a presente seção objetiva compreender o perfil das candidaturas de mulheres que fazem parte das redes centrais. Compreender a posicionalidade das mulheres nas redes centrais vem a contribuir na compreensão das centralidades, que podem vir a resultar no Empoderamento Eleitoral Feminino.

Nosso enfoque neste momento se dá no componente gigante (rede central) que é a rede com maior número de relações. Em 2008 foram 52.359 candidaturas que faziam parte do componente gigante dos territórios da cidadania (78,9% homens e 21,1% de mulheres). Estes candidatos mantiveram 109.113 relações na rede (arestas).

No pleito de 2008, evidencia-se que 22,7% das candidaturas não eleitas são compostas por mulheres enquanto, que nas candidaturas das eleitas são 12,5%. Das mulheres que fazem parte do componente gigante 9% são eleitas, enquanto que 16,8% dos homens são eleitos, conforme tabela 37.

Tabela 37 – Relação de homens e mulheres candidatos ao cargo de vereador eleitos e não eleitos nas redes dos componentes gigantes das eleições de 2008.

	Não eleitos			Eleitos		
	Total	% entre sexo	% de sucesso	Total	% entre sexo	% de sucesso
FEMININO	4515	22.7%	91.0%	444	12.5%	9.0%
MASCULINO	15377	77.3%	83.2%	3110	87.5%	16.8%

Fonte: TSE, 2014.

Organização própria.

No panorama comparativo das proporcionalidades das candidaturas dos eleitos, as mulheres estão dentro do padrão geral nacional, porém quando o comparativo é feito levando em consideração a quantidade de mulheres eleitas em relação a todas as candidaturas, fica claro o quanto elas são periferizadas mesmo estando nos componentes gigantes.

Em 2012 foram 40.848 candidaturas (72% homens e 28% mulheres) que mantiveram 153.539 relações na rede (arestas). Conforme demonstrado na tabela 38, percebemos que 30,3% das candidaturas não eleitas são compostas por mulheres enquanto que nas candidaturas das eleitas são 14,6%.

Tabela 38 – Relação de homens e mulheres candidatos ao cargo de vereador eleitos e não eleitos nas redes dos componentes gigantes das eleições de 2012.

	Não eleitos			Eleitos		
	Total	% entre sexo	% de sucesso	Total	% entre sexo	% de sucesso
FEMININO	10300	30.3%	91.2%	999	14.6%	8.8%
MASCULINO	23709	69.7%	80.2%	5840	85.4%	19.8%

Fonte: TSE, 2014.

Organização própria.

Entre 2008 e 2012 houve um aumento tanto na relação das não eleitas quanto na das eleitas, ficando inclusive acima da média nacional que é em torno de 12%. Das mulheres que fazem parte do componente gigante 8,8% são eleitas, enquanto que 19,8% dos homens são eleitos. No panorama comparativo das proporcionalidades das candidaturas dos eleitos e também entre as eleições, percebemos que as mulheres continuam sendo minoria, porém houve um avanço, se comparado os percentuais entre os sexos em ambos os pleitos. Apesar da elevação da percentagem de mulheres eleitas, a chance (*odds*) dos homens não serem eleitos subiu de 2,056 em 2008 para 2,539 em 2012, enquanto que a chance (*odds*) das mulheres não serem eleitas reduziu de 0,532 em 2008 para 0,393 em 2012, conforme tabela 39.

Tabela 39 – *Odds ratio* e *Risk ratio* de candidaturas, masculina e feminina, não eleitas nos pleitos de 2008 e 2012.

(continua)

Mulheres nas Eleições de 2008		Homens nas Eleições de 2008	
Risk ratio:	0.53222	Risk ratio:	1.8789
95% confidence:	[0.4843 .. 0.5849]	95% confidence:	[1.71 .. 2.065]
z:	-1,099	z:	1,099
p (ratio=1):	0.0011	p (ratio=1):	0.0019
Odds ratio:	0.48622	Odds ratio:	2.0567
95% confidence:	[0.4378 .. 0.54]	95% confidence:	[1.852 .. 2.284]
z:	-13,483	z:	13,483
p (ratio=1):	1.9746E-41	p (ratio=1):	1.9746E-41

(conclusão)

Mulheres nas Eleições de 2012		Homens nas Eleições de 2012	
Risk ratio:	0.44736	Risk ratio:	2.2353
95% confidence:	[0.4198 .. 0.4767]	95% confidence:	[2.098 .. 2.382]
z:	-2,826	z:	2,826
p (ratio=1):	0.0013	p (ratio=1):	0.0010
Odds ratio:	0.39376	Odds ratio:	2.5396
95% confidence:	[0.3668 .. 0.4227]	95% confidence:	[2.366 .. 2.726]
z:	-2,736	z:	2,736
p (ratio=1):	0.003	p (ratio=1):	0.001

Fonte: TSE, 2014.

Organização própria.

Aplicando o teste de Qui Quadrado em ambas as eleições comparando homens e mulheres candidatas e eleitas, o valor de p foi inferior a 0,001 em ambos os pleitos, comprovando que a análise entre ambas as categorias é válido, portanto existe diferença entre os dois grupos (homens e mulheres) no quesito sucesso eleitoral.

De um modo geral, o grau da rede médio das mulheres também reduziu de 4,22 em 2008 para 3,2 em 2012, assim como a dos homens passou de 4,77 em 2008 para 3,97 em 2012. O diferencial fica mais evidente quando seccionamos as candidaturas dos eleitos e dos não eleitos onde o grau de rede médio das mulheres não eleitas em 2008 era 3,89 e em 2012 foi 2,86, porém as mulheres eleitas possuem grau médio mais elevado, sendo 7,49 em 2008 e 6,66 em 2012. O grau médio das mulheres eleitas, apesar de reduzido em 2012 em relação a 2008, se mantém parecido com o dos homens eleitos que tiveram 7,14 em 2008 e 6,27 em 2012. No caso do grau médio nos componentes gigantes das redes eleitorais, tanto os homens eleitos quanto as mulheres eleitas em 2008 e 2012 tiveram um posicionamento próximo.

A receita média dos candidatos nos componentes gigantes da rede, apresenta o diferencial tanto entre os sexos quanto entre os anos de eleição. Na tabela 40 é possível perceber que houve uma redução da média de receita tanto entre as eleições, quanto entre eleitos e não eleitos.

Tabela 40 – Receita média de homens e mulheres candidatos ao cargo de vereador eleitos e não eleitos nos componentes gigantes das redes eleitorais de 2008 e 2012.

	2008 ⁹⁹		2012	
	Não Eleito	Eleito	Não Eleito	Eleito
FEMININO	R\$ 7.634,24	R\$ 37.539,70	R\$ 3.340,54	R\$ 11.877,92
MASCULINO	R\$ 12.252,27	R\$ 31.156,43	R\$ 6.187,32	R\$ 12.693,54

Fonte: TSE, 2014.
Organização própria.

Em 2008 a média das mulheres (37 mil reais) que compunham o componente gigante era superior ao dos homens (31 mil reais), porém nas eleições de 2012 os homens receberam uma média um pouco superior do que das mulheres. A diferença entre eleitos e não eleitos, demonstra uma disparidade evidenciando que aqueles com maior poder têm mais chances de se eleger. Outro elemento que chama a atenção é a redução das médias entre as eleições. Esta diferença entre as eleições é resultado do crescimento da rede dos componentes gigantes, que praticamente dobraram entre as eleições.

Invertendo a ordem de análise e verificando os doadores, percebemos que em 2008 os 100 maiores doadores são os mesmos com maior grau de saída, ou seja, além de doarem grande quantidade de recursos, também doam para várias candidaturas. Esta lógica não se aplica em 2012, pois dos 100 maiores doadores, apenas 18 compõem a lista dos doadores com mais graus de saída. Isso significa que na última eleição houve uma concentração de recursos em poucas candidaturas.

Em 2008, 79 doadores fazem doações para candidatos que fazem parte de redes centrais e apenas 21 para as redes periféricas. Dentre os doadores, 49 são agentes partidários, 40 pessoas jurídicas e 11 pessoas físicas. Os que doam para as redes dos componentes gigantes, 40 são agentes partidários, 29 pessoas jurídicas e 10 pessoas físicas. Dos que doam para as redes periféricas, 11 são pessoas jurídicas, 9 agentes partidários e 1 pessoa física. Os grandes doadores das eleições são agentes partidários e pessoas jurídicas e seu montante de doação se concentra em candidaturas que compõe as redes dos componentes gigantes.

⁹⁹ Os valores foram corrigidos conforme o IPCA medido pelo IBGE entre outubro de 2008 e outubro de 2012.

Em 2012 dos 100 doadores com maior grau de saída, 86 fazem doações para redes dos componentes gigantes e 14 para redes periféricas. Do total, 56 são agentes partidários, 37 pessoas jurídicas e 7 pessoas físicas. Daqueles que realizaram doações para as redes dos componentes gigantes, 49 são agentes partidários, 32 pessoas jurídicas e 5 pessoas físicas. Já aqueles que realizaram doações para redes periféricas, 5 são pessoas jurídicas, 7 agentes partidários e 2 pessoas físicas. O perfil dos 100 maiores doadores em grau de saída de 2008 e 2012 são parecidos, porém na última eleição temos o diferencial do montante de recurso não provir dos agentes com maior grau de saída. Dos 100 maiores atores com grau de saída, apenas 18 são os mesmos que destinam maior orçamento, portanto a rede dos agentes com maior grau de saída é diferente da rede dos maiores doadores em valores na eleição de 2012 (Ver Anexo).

Dentre os 100 maiores doadores de 2012, 81 fazem doações para redes dos componentes gigantes e 19 para redes periféricas. 35 são agentes partidários, 62 pessoas jurídicas e 3 pessoas físicas. Aqueles que realizaram doações para os componentes gigantes, 28 são agentes partidários, 51 pessoas jurídicas e 2 pessoas físicas. Já para as redes periféricas, 11 doadores são pessoas jurídicas, 7 agentes partidários e 1 pessoa física. A diferença entre os 100 doadores com maior número de grau de saída e os 100 maiores doadores é que aqueles que destinaram maior recurso são em grande maioria pessoas jurídicas, enquanto que os com maior grau de saída são agentes partidários. Portanto em 2012 houve uma concentração de recursos por alguns agentes, que em grande maioria são pessoas jurídicas, e uma pulverização de pequenas quantidades de recursos por agentes partidários.

4.3.1 Análise do quartil com maiores recursos de financiamento das campanhas de 2008

Para realizarmos uma análise mais detalhada, diferenciando os sexos entre 2008 e 2012, realizamos um recorte do quartil com maior recurso. Em 2008, 1691 candidatas receberam recursos destes doadores. Destes doadores temos 4948 que são pessoas físicas, 1609 pessoas jurídicas, e 1124 agentes partidários. Deste grupo, 423 mulheres foram eleitas (25% de sucesso) e 1268 não foram eleitas.

Na rede das mulheres eleitas foram identificados 3970 pessoas físicas (deste montante, apenas 581 fazem doações diretas às candidatas), 1303 pessoas jurídicas (deste montante, apenas 118 fazem doações diretas às candidatas), 967 agentes partidários (deste montante, apenas 33 fazem doações diretas às candidatas). O valor repassado pelos 33 agentes partidários para candidatas, totaliza R\$ 141.347,56 ou uma média de R\$ 4343,87 por candidata eleita.

Na rede das mulheres não eleitas foram identificados 4367 pessoas físicas (deste montante, apenas 979 fazem doações diretas às candidatas), 1491 pessoas jurídicas (deste montante, apenas 307 fazem doações diretas às candidatas), 1105 agentes partidários (deste montante, apenas 297 fazem doações diretas às candidatas). O valor repassado pelos 297 agentes partidários para candidatas totaliza R\$ 518.392,62 ou uma média de R\$ 1745,42 por candidata não eleita.

Na mesma eleição 6538 candidatos receberam recursos destes doadores. Dentre os doadores temos 10.242 que são pessoas físicas, 3152 pessoas jurídicas, e 1494 agentes partidários. Deste grupo, 2189 homens foram eleitos (33% de sucesso) e 4349 não foram eleitos.

Na rede dos homens eleitos foram identificados 6452 pessoas físicas (deste montante, apenas 3063 fazem doações diretas aos candidatos), 1787 pessoas jurídicas (deste montante, apenas 602 fazem doações diretas aos candidatos), 1036 agentes partidários (deste montante, apenas 170 fazem doações diretas aos candidatos). O valor repassado pelos 170 agentes partidários para candidatos totaliza R\$ 855.000,40 ou uma média de R\$ 5029,41 por candidato eleito.

Na rede dos homens não eleitos foram identificados 7178 pessoas físicas (deste montante, apenas 3792 fazem doações diretas aos candidatos), 2550 pessoas jurídicas (deste montante, apenas 1365 fazem doações diretas aos candidatos), 1406 agentes partidários (deste montante, apenas 862 fazem doações diretas aos candidatos). O valor repassado pelos 862 agentes partidários para candidatos totaliza R\$ 1.974.277,20 ou uma média de R\$ 2281,80 por candidato não eleito.

O recurso de doação entre os agentes partidários das eleições de 2008 que compõe o quartil com maior recurso totaliza R\$ 3.999.611,40 em um total de 131 conexões, 2766 pessoas físicas e 1101 pessoas jurídicas fazem conexão com os

agentes partidários que podem encaminhar recursos para os candidatos ou candidatas.

Com isso compreendemos que a média de repasse de recurso para candidatas eleitas é acima do dobro das candidatas não eleitas e o sucesso eleitoral das candidatas deste quartil é de 25%, valores com proporcionalidade parecida com os homens, mesmo estes recebendo montante financeiro superior ao das mulheres, porém apenas 1/4 das mulheres foram eleitas, enquanto que dos homens 1/3 foi eleito, evidenciando maior sucesso eleitoral dos homens (33%) durante este pleito. O quartil com maior recurso eleva a chance tanto de mulheres quanto de homens, demonstrando que a rede de financiamento impacta no resultado eleitoral para ambos os sexos.

4.3.2 Análise do quartil com maiores recursos de financiamento das campanhas de 2012

Na eleição de 2012, 4982 candidatas receberam recursos destes doadores. Destes doadores temos 6789 são pessoas físicas, 4523 pessoas jurídicas, e 802 agentes partidários. Deste grupo, 1390 mulheres foram eleitas (28% de sucesso) e 3592 não foram eleitas.

Na rede das mulheres eleitas foram identificados 4658 pessoas físicas (deste montante, apenas 1070 fazem doações diretas às candidatas), 2358 pessoas jurídicas (deste montante, apenas 1041 fazem doações diretas às candidatas), 646 agentes partidários (deste montante, apenas 23 fazem doações diretas às candidatas). O valor repassado pelos 23 agentes partidários para candidatas totaliza R\$ 52.720,00 ou uma média de R\$ 2.292,17 por candidata eleita.

Na rede das mulheres não eleitas foram identificados 2142 pessoas físicas (todas fazendo doações diretas às candidatas), 2165 pessoas jurídicas (todas fazendo doações diretas às candidatas), 265 agentes partidários (deste montante, apenas 154 fazem doações diretas às candidatas). O valor repassado pelos 154 agentes partidários para candidatas totaliza R\$ 278.355,00 ou uma média de R\$ 1.807,50 por candidata não eleita.

Já entre os homens 20.189 candidatos receberam recursos destes doadores. Sendo 14.880 são pessoas físicas, 17.688 pessoas jurídicas, e 1066

agentes partidários. Deste grupo, 7987 homens foram eleitos (40% de sucesso) e 12.202 não foram eleitos.

Na rede dos homens eleitos foram identificados 8737 pessoas físicas (deste montante, apenas 5156 fazem doações diretas aos candidatos), 8350 pessoas jurídicas (deste montante, apenas 7033 fazem doações diretas aos candidatos), 728 agentes partidários (deste montante, apenas 105 fazem doações diretas aos candidatos). O valor repassado pelos 105 agentes partidários para candidatos totaliza R\$ 328.057,00 ou uma média de R\$ 3.124,35 por candidato eleito.

Na rede dos homens não eleitos foram identificados 9736 pessoas físicas (deste montante, apenas 6159 fazem doações diretas aos candidatos), 10.655 pessoas jurídicas (deste montante, apenas 9338 fazem doações diretas aos candidatos), 961 agentes partidários (deste montante, apenas 338 fazem doações diretas aos candidatos). O valor repassado pelos 338 agentes partidários para candidatos totaliza R\$ 775.166,00 ou uma média de R\$ 1.972,43 por candidato não eleito.

O recurso de doação entre os agentes partidários totaliza R\$ 1.425.423,00 em um total de 55 conexões, 2826 pessoas físicas e 800 pessoas jurídicas fazem conexão com os agentes partidários que podem encaminhar recursos para os candidatos ou candidatas.

Comparando as eleições, o pleito de 2012 teve uma redução no valor de repasses entre agentes partidários e também redução nas relações das redes, porém se comparado o total de candidaturas e o valor médio de repasse, no pleito de 2012 houve mais candidaturas de homens, se comparado ao das mulheres, e menor valor médio proporcional de recursos. Neste caso as mulheres, mesmo mantendo praticamente o mesmo número de candidatura, tiveram maior valor médio de repasse. O sucesso eleitoral subiu para ambos os sexos sendo as mulheres agora com 28% de sucesso (em 2008 era 25%) e os homens passaram a ter 40% de sucesso (em 2008 era 33%). O aumento do grupo que compõe o quartil e a redução da média de doações não impactou no sucesso eleitoral, pois tanto homens quanto mulheres tiveram crescimento significativo. Ao seccionarmos o quartil com maiores recursos e cruzarmos com o sucesso, evidenciamos que o sucesso eleitoral aumenta conforme se intensifica a rede de financiamento.

Neste capítulo analisamos tanto a exclusão quanto o sucesso das mulheres nas redes de financiamento eleitoral. Identificamos que existe um conjunto de mulheres que compõe cota de exclusão quando são recrutados como laranja, o que evidencia um novo problema social, que expropria a cidadania jurídica destes sujeitos frente a uma manobra eleitoreira. Já nas redes periféricas e centrais, identificamos características de mudança entre os pleitos de 2008 e 2012 na configuração das redes. Mesmo com a redução do percentual de mulheres nas redes periféricas, ainda assim o sucesso eleitoral é reduzido. As mulheres que conseguem se eleger nas redes periféricas, se deve as suas relações de sociabilidade de escala ampliada como professoras, servidoras públicas e vereadoras reeleitas, o que evidenciamos como sendo o Empoderamento Local. Já as mulheres que fazem parte das redes centrais, agrega-se ao Empoderamento Local as vantagens tanto de posicionamento de centralidade na rede eleitoral, quanto do apoio de atores jurídicos e de agentes partidários tornando o sucesso eleitoral ampliado. Evidenciamos o crescimento tanto de candidaturas e de mulheres eleitas, porém o que mais se caracterizou, analisando as redes, foi a mudança do perfil das mulheres em ambos os pleitos eleitorais, demonstrando uma nova configuração na estrutura do poder nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese perseguiu a resposta à seguinte questão central ‘Como ocorre o efeito das políticas de Empoderamento das Mulheres promovidas no programa federal dos Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012?’

Tal questão foi estabelecida pelo fato de que as mulheres brasileiras possuem baixa participação nos cargos políticos em todas as escalas de Estado, conforme Novellino (2006), Souza (2010), Marques (2013), Pinto (2001), Alves (2012). No campo da Geografia Política, há uma invisibilidade das questões femininas, como foi evidenciado nessa tese quando foi considerado o levantamento de artigos na área da geografia com temáticas relacionadas ao gênero e participação política. Considerando que o espaço geográfico é eminentemente político, as hierarquias de gênero, tradicionalmente escamoteadas na discussão geográfica, devem ser também consideradas. Esta é a especificidade desta tese doutoral que contribui com a compreensão do espaço geográfico pelo viés da Política e do Empoderamento Feminino. Além desta importante contribuição, a tese desconstrói a ideia de que o espaço geográfico se faz do ‘resultado eleitoral’, explorando os interstícios das relações de poder econômico que se funda com o poder político no Brasil. O enfoque é de um espaço geográfico que se faz de relações mediadas pelo poder do capital que sustenta as campanhas eleitorais. Ao contrário dos trabalhos de geografia política que dão ênfase ao resultado dos pleitos, tal qual criticam Burrell (2005) e Secor (2005), esta tese esteve preocupada em construir a dinâmica que rege a escolha de candidatos viáveis ao investimento financeiro, relacionando esta viabilidade às hierarquias de gênero.

Autores como Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), Peixoto (2009), Bourdoukan (2009), Rubio (2005) e Deniel Zovatto (2005) tem argumentado insistentemente que o sucesso eleitoral dos candidatos está diretamente ligado à rede de relações e captação financeira que um candidato é capaz de captar e não simplesmente pela sua habilidade política pessoal ou suas propostas de campanha. Nesse sentido, concordando com esta premissa, esta tese explorou a forma como as mulheres estão inseridas nessas redes de financiamento que as colocam em

situação de vantagem ou desvantagem nos pleitos eleitorais em uma área específica que foi instituída em um plano de governo que são os Territórios da Cidadania.

Cada recorte espacial para a análise do financiamento eleitoral possui especificidades a serem exploradas, seja em relação aos agentes financiadores ou aos candidatos. As áreas dos Territórios da Cidadania tem a especificidade de fomentar políticas de desenvolvimento voltadas para o Empoderamento Feminino e foi este motivo que fez com que este recorte fosse o foco de análise desta pesquisa. As políticas de Empoderamento que foram desenvolvidas provocam efeitos nas redes de financiamento e criam diferentes atores sociais locais que modificam as relações de eleições anteriores. Assim, o comparativo entre 2008 e 2012 foi possível estabelecer tais efeitos na composição de atores e redes financiadoras.

Com base nos dados coletados e sistematizados do TSE dos pleitos eleitorais de 2008 e 2012 foi possível elaborar as seguintes considerações.

O perfil das mulheres candidatas nos pleitos eleitorais de 2008 e 2012 nos municípios que fazem parte do programa Territórios da Cidadania manteve regularidade das ocupações, sendo as vereadoras (23% das eleitas em ambos os pleitos) as que tem maior sucesso eleitoral. A mudança no ranqueamento das ocupações ocorre entre as Servidoras Pública Municipal, que em 2008 estavam em terceiro lugar com 14,29% do total das eleitas e em 2012 passaram a ocupar a segunda posição com 19% das candidatas eleitas. As candidatas que tinha como ocupação Professoras de Ensino Fundamental passaram de 15,33% das eleitas em 2008 (segundo colocadas no ranqueamento) para 13,73% em 2012. A disparidade entre as ocupações se destaca quando consideramos o sucesso eleitoral, as vereadoras reeleitas têm 52% de sucesso em 2008 e 56,8% de sucesso em 2012. Já as Professoras de Ensino Fundamental e as Servidoras Pública Municipal em 2008 ambas tem 14,7% de sucesso (49º e 50º posição no ranqueamento de sucesso).

Percebemos o contraste quando cruzamos as informações acima com o total de candidaturas por ocupações. As Professoras de Ensino Fundamental e as Donas de Casa contemplam o maior número de candidaturas, ambas com 10% cada no pleito de 2008. Já no pleito de 2012 as Donas de Casa representam 12,8% das candidaturas e as Servidoras Pública Municipal tem 11,6%. As Servidoras Pública

Municipal, no pleito de 2008 aparecem em terceira posição com 9,6% das candidaturas e as Vereadoras, que possuem maior percentual de eleitas e maior sucesso, ocupam oitavo lugar no número de candidaturas, representando 4,5% em 2008. Em 2012 as Vereadoras estão em décimo lugar com 2,9% das candidaturas. Se as Donas de Casa ocupam a primeira posição de candidatura, isso não se reflete no índice de sucesso, pois estão em 70º lugar com 7,8% de sucesso em 2008 e 76º lugar com 4,3% de sucesso em 2012. Se comparadas as ocupações entre os pleitos, o número de candidatura de Vereadoras diminuiu em 2012, porém tanto o sucesso quanto o total de eleitas, as Vereadoras permanecem como maioria. Já as Donas de Casa tiveram aumento de candidaturas e redução do sucesso eleitoral.

Outra categoria que apresentou mudança entre os pleitos foi a escolaridade das candidatas. No pleito de 2008 as candidatas com Ensino Superior Incompleto representam a maioria das candidaturas, com 37%. Já as com maior sucesso eleitoral são as que tem Ensino Fundamental Completo com 83% de sucesso (Superior Incompleto tem 3,17% de sucesso). No pleito de 2012 a maioria das candidaturas, 38,51%, foi de candidatas com Ensino Médio Completo e as candidatas com Ensino Superior Completo são as que tem maior sucesso eleitoral com 17,46%. As que tem Superior Incompleto ficam em segundo lugar com 12% de sucesso. No quesito escolaridade observamos mudança entre os pleitos tanto no perfil da escolaridade quando na redução dos índices de sucesso. Essa redução se deu devido o aumento do número de candidaturas que, estatisticamente, provoca a redução do percentual de sucesso. As candidatas com Ensino Fundamental Completo, que em 2008 tinham 83% de sucesso, no último pleito tem apenas 7% de sucesso o que representa mudança significativa.

O perfil do Estado Civil e Faixa Etária não apresentaram mudanças significativas, permanecendo as mulheres casadas na faixa etária dos 30 anos de idade como sendo maioria das candidaturas e com maior sucesso.

Com relação aos partidos políticos, os partidos de Centro foram os que apresentaram aumento passando de 3,47% para 4,71% das candidatas eleitas. Em relação a política das cotas, em 2008 todos os partidos estavam abaixo da cota de 30% de candidatura feminina. Em 2012, tirando o PCB que tinha 28% de mulheres candidatas, os demais partidos tinham mais de 30% de candidaturas feminina.

Em síntese, o perfil de sucesso entre os pleitos de 2008 e 2012 mudou. O cruzamento de informações evidencia a mudança entre os pleitos, o grau de instrução que em 2008 eram Ensino Médio Completo e Ensino Superior Completo, em 2012 passa a ser a maioria com Ensino Superior Completo. Nos quesitos Média de Idade e Estado Civil, percebemos pouca mudança, em ambos os pleitos a média de idade ficou na faixa dos 30 anos e a maior parte das mulheres eleitas eram casadas. O espectro político aponta que as mulheres em partidos de centro tem maior sucesso, destacando o PSD com 17%.

Analisando o posicionamento das candidaturas de mulheres nos municípios componentes dos Territórios da Cidadania no Brasil nos pleitos eleitorais 2008 e 2012, estas foram divididas em inaptas, periféricas e centrais nas redes de financiamento. As candidaturas inaptas sofreram aumento percentual, passando de 12% em 2008 para 15,79% em 2012. Houve um crescimento significativo de mulheres, que foram 21,7% em 2008 e em 2012 são 39,71%, e redução dos homens inaptos, que em 2008 foram 78,3% e em 2012 são 60,29%. Em ambos os pleitos o perfil de inaptidão feminino é de mulheres Donas de Casa com Ensino Médio Completo.

O crescimento do percentual de inaptidão evidencia fator preocupante. O efeito negativo para as mulheres que tentam se candidatar e acabam se tornando inaptas é a inadimplência eleitoral, pois estas não poderão mais se candidatar em futuras eleições, caso sua situação não seja regularizada. Se existem mulheres sendo utilizadas como laranja, apenas para fechar a cota de gênero, estas se tornarão inelegíveis em futuras eleições e agravam sua situação, se tornando não a laranja, mas refutadas como o bagaço da laranja. A inelegibilidade destas mulheres acaba se configurando contradição que resulta em uma cidadania refutada, excluída.

As candidaturas que compõe as redes periféricas reduziram de 59,83% em 2008 para 47,82% em 2012. Verificando o perfil das candidatas que compões as redes periféricas, a escolaridade se manteve igual em ambos os pleitos, sendo as candidatas com Ensino Médio Completo, 36% em 2008 e 38% em 2012, a maioria. No quesito ocupação, em 2008 a maioria das candidaturas era de Professoras de Ensino Fundamental, 11,2%, e no pleito de 2012 a maioria das candidaturas foi de Donas de Casa, 13%. Apesar da mudança em que as Donas de Casa passam a ser

maioria no último pleito, estas detêm um índice de apenas 5,2% de sucesso, enquanto que as Professoras de Ensino Fundamental, que era maioria no pleito anterior, detêm 14,7% de sucesso. A mudança do perfil ocupacional não representou mudança de Empoderamento da maioria das mulheres que compõe as redes periféricas. De um modo geral, as mulheres tiveram uma redução do sucesso de 16,2% em 2008 para 11,4% em 2012.

As candidatas das redes centrais cresceram de 28,34% em 2008 para 36,4% em 2012. No perfil ocupacional, em 2008 as Donas de Casa e as Servidoras Pública Municipal são maioria das candidaturas, com 11,9% e 10,5% respectivamente, porém o sucesso é maior das Servidoras Pública Municipal que tem 9,6% de sucesso contra 5,1% das Donas de Casa. No pleito de 2012 a posição se mantém a mesma de Donas de Casa e Servidoras Pública Municipal, com 14,7% e 12,6% respectivamente, porém o sucesso das Donas de Casa reduziu em relação ao pleito anterior passando para 3,2% contra 9,7% de sucesso das Servidoras Pública Municipal. Entre os pleitos houve um crescimento do sucesso das candidatas que já eram vereadoras, passando de 49% em 2008 para 55,5% em 2012.

Observando a mudança no perfil de ambos os pleitos, identificamos que o sucesso eleitoral das mulheres também sofreu mudança no processo de Empoderamento Feminino.

O sucesso eleitoral enquanto componente de Empoderamento Feminino foi identificado na comparação entre os pleitos, porém mesmo com a redução da porcentagem de mulheres nas redes periféricas, que em 2008 eram 61% e em 2012 foi de 48%, a posição das mulheres nas redes periféricas pende para menor sucesso eleitoral se comparado as que compõe as redes centrais. As mulheres que conseguem se eleger nas redes periféricas foram identificadas com perfil que indica maior relação de sociabilidade como Professoras, Servidoras Pública dos municípios e Vereadoras reeleitas. O Empoderamento se torna local nas redes periféricas não pelo montante de recurso de campanha ou pela intensidade da rede de financiamento, mas pelas categorias identitárias que fortalecem a posicionalidade destas mulheres na sociedade.

Se nas redes periféricas as mulheres têm menor chance de se eleger, nas redes centrais, se comparado as redes periféricas, as mulheres têm maior sucesso eleitoral. Entre os pleitos o número de mulheres eleitas nas redes centrais dobrou, porém quando analisado o percentual de sucesso, este se manteve praticamente os mesmos 9%. O crescimento médio foi positivo entre os pleitos, passando de 12,5% em 2008 para 14,6% em 2012, média acima da nacional que ficou em torno de 12% em 2012. As melhores chances das mulheres que compõem as redes centrais, além das relações de sociabilidade que também amplia o sucesso, tem o elemento financeiro que amplia a possibilidade do sucesso. Ao combinar o perfil de sucesso com doações de agentes centrais nas eleições, como pessoas jurídicas e agentes partidários, o sucesso eleitoral ganha força. Dentre as mulheres com mais recursos (usando como base o quartil com mais recursos), houve um crescimento de 25% em 2008 para 28% em 2012. O contraste do sucesso fica mais nítido quando comparamos o montante entre as mulheres eleitas e as mulheres não eleitas entre os pleitos. Em 2008 o quartil das mulheres com maior recurso e que foram eleitas tiveram praticamente o dobro de recursos das não eleitas, já em 2012 o valor médio reduziu, porém o sucesso eleitoral das mulheres eleitas subiu em relação ao pleito anterior, ou seja, se em 2008 as mulheres eleitas recebiam em média R\$4343,87, em 2012 o valor foi de R\$2292,17. Ao analisarmos o programa na escala nacional, o sucesso se torna uma variável instável para compreender o sucesso geral das mulheres, porém quando isolado por categorias identitárias, segmentação de redes (isoladas e centrais) e montante de recursos (maior quartil de recursos) evidenciamos a mudança do perfil de sucesso entre os pleitos.

O desafio metodológico de estruturar as informações disponíveis em um banco de dados, passando pela análise de redes sociais e análises estatísticas incomuns no campo da Geografia, também oferecem uma abordagem inédita que poderá complementar a produção já consagrada neste campo. Mas, principalmente o que esperamos mais contribuir é na visibilidade do posicionamento do sujeito feminino nas estruturas de poder, e na demanda de ações sociais para que o Empoderamento Feminino no âmbito do legislativo se torne uma práxis constante na ciência e na sociedade. Os municípios componentes do programa federal Territórios da Cidadania, caracterizados pelas suas carências e, como consequência, uma

maior exposição do sujeito feminino ao assumir certos compromissos sociais, apresentam um crescimento da participação de mulheres no legislativo, porém, na mesma dinâmica que os demais municípios do país, apresentam candidaturas de mulheres usadas apenas para cumprir normas legais (laranja), sem que isso signifique um aumento da participação feminina no campo político. Evidenciamos isso quando analisamos as mulheres tanto pelas suas características, quanto pelo seu posicionamento nas redes. O sucesso se faz de forma diferenciado pela caracterização e pela posicionalidade do sujeito feminino, ora evidenciando sucesso, ora marginalização. Consideramos, com base nos resultados da presente pesquisa, que as mulheres têm se empoderado cada vez mais no âmbito legislativo, porém, quando comparamos o perfil das mulheres dos pleitos de 2008 com o perfil das eleições de 2012, na escala de análise desta pesquisa, percebemos a mudança do perfil de Empoderamento das Mulheres.

Portanto, a contribuição desta tese em compreender o efeito das políticas de Empoderamento das Mulheres promovidas no programa federal dos Territórios da Cidadania na representação feminina nas eleições de 2008 e 2012 está calcada em três pilares. O primeiro, é o de que a política não é um processo de relações neutro, mas marcadamente generificado, imputando a Geografia Política brasileira o aprofundamento deste desafio. O segundo, é o de que as eleições não devem ser analisadas apenas pelo seu resultado, mas pelos processos que constituem aquilo que se revela nas urnas, trazendo a questão do poder econômico para compreender a democracia no território nacional. O terceiro, é que a Geografia Política brasileira, com base nos atores financiadores e no gênero, necessita ampliar sua base teórica para além dos dados materiais resultantes de pleitos eleitorais inundados de interesses econômicos.

Concordamos com Feyerabend (1989) que nenhum processo de pesquisa científica é conclusivo. Pelo contrário, o ato de pesquisar e descobrir interpretações diferentes aos fenômenos é interminável. Esse processo de pesquisa, portanto, abre novos caminhos para futuros trabalhos sobre a participação das mulheres por meio do Empoderamento Local. Como a pesquisa abordou o programa federal Territórios da Cidadania em uma escala nacional, os resultados respondem os questionamentos conforme as fontes de dados utilizados, neste caso o banco de

dados das eleições do TSE. Mudando a variável escalar, abre-se um leque de possibilidades para novas pesquisas, permitindo trazer novos questionamentos sobre como as relações de sociabilidade intercalam redes de Empoderamento Feminino nas estruturas de poder. Além das redes eleitorais, os projetos desenvolvidos nos municípios do programa federal Territórios da Cidadania também apresentam potencial para futuras pesquisas, visto que a tese ilustrou a presença/ausência de projetos voltados para as mulheres. Enfim, a tese levanta várias proposições para uma agenda de pesquisa que envolva a participação das mulheres no âmbito do legislativo, levando em consideração a existência de diversos sujeitos da feminilidade e que o Empoderamento pode variar conforme a caracterização e a posição social destes sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio Weber. **Um mapa do financiamento político nas eleições municipais brasileiras de 2004**. Disponível em <<http://www.asclaras.org.br>> , acessado em 10 de junho de 2011.

AGNEW, John, MITCHELL, Katharyne, TOAL, Gerard. **A Companion to Political Geography**. Malden, EUA: Blackwell Publishing Ltda, 2003.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Reflexões Sobre a Participação dos Assentados nas Eleições Municipais. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 8, n. 6, 2005.

ÁLVARES, M. L. M.. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *In: Dados*, v. 51, n. 4, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000400004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> .

ALVES, José Eustáquio Diniz, e CAVENAGHI, Suzana Marta. Mulheres sem espaço no poder: análise do déficit democrático de gênero nas eleições municipais de 2004 e 2008. 61ª **Reunião Anual da SBPC**, 2009, Resumos de Comunicações Livres - ISSN: 2176-1221.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. **Mulheres nas eleições 2010** . São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoti; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *In: Revista Paidéia*. Ribeirão Preto. 1992.

ANDRADE, Alex Jaison Barbos; VEIGA, C. CARVALHO, J. N. Geografia Política Eleitoral Cabo-Verdiana: Mudança e Continuidade (1991-2011) **Revista de Geografia (UFPE)**. Pernambuco, v. 29, n. 3, 2012.

ANDRADE, Manuel Corrêa de. **A questão do território no Brasil**. Recife: HUCITEC, 1995.

ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de. Financiamento de campanhas eleitorais. *In: Revista de Informação Legislativa*, a. 41 n. 161 jan./mar. 2004. Brasília: Senado Federal, 2004. p. 59-66.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura . *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, no 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 23-59.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *In: Revista de Sociologia e Política*, n. 24,

2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> .

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 567-584, maio-agosto/2010.

AUGUSTO, Daniel Cirilo; SENE, Michael Wellington. Geografia Eleitoral e a Decisão do Voto: Estudo a Partir da Identificação Partidária. **Revista Geonorte**, v.7, n. 1, 2013.

AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernão Dias de. **Lentas mudanças: o voto e a política tradicional**. In: Lua Nova, São Paulo, n. 49, 2000.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. O ‘preço’ do Voto e os ‘custos’ Sociais das Campanhas Eleitorais no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v.11, n.26, 2012.

BADINTER, E. **Rumos equivocados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, no 2, Novembro, 2007, p.231-259.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Editora UFSC. 2007.

BARREIRA, Irllys, GONÇALVES, Danyelle Nilin. “Presença’ e ‘ausência’ de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários”. In: ALVES, J.E.D.; PINTO, C.R.J.; JORDÃO F. (orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

BARROS, Omar Neto Fernandes. Eleições no Paraná: 1998 2010. **Confinis**, n. 10, 2010.

BEAVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976/1949.

BELL, Hooks. Mujeres Negras. Dar forma a la teoría feminista. In: **Otras inapropiables**. Feminismos desde las fronteras. bell hooks, Brah, Avtar, Sandoval, Chela, Anzaldúa, Gloria, Morales, Aurora Levins, Bravnani, Kum-Kum, Coulson, Margaret, Alexander, M. Jacqui, Mohanty, Chandra Talpade. Madrid: Traficantes de sueños, 2004. p. 33-50.

BLACKSEL, Mark. **Political Geography**. New York: Routledge, 2006.

BOAS, Taylor C.; HIDALGO, F. Daniel; RICHARDSON, Neil P. **The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil**. Disponível em: http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf. Acesso em: 18 out. 2013.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 91-116, jan./jun. 2009.

BOISIER, S. *Post.Scriptum* sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 19, jun. 1999.

BOISIER, S. Y si el desarrollo fuese uma emergência sistêmica? **Redes**. Santa Cruz do Sul: UNISC, v.8, n.1, p. 9-42, jan./abr. 2003.

BOLOGNESI, Bruno; CERVI, Emerson U. **Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições 2006**: Dinheiro e tempo de HGPE como financiadores de campanha a deputado federal do Paraná. Trabalho apresentado no GT 13 – “Financiamento político no Brasil” – do 35º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2011.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral – Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**. Curitiba, v. 1, n. 2, ago. p. 107-29, 2012.

BORGES, Marisa; MASCHIETTO, Roberta Holanda. Cidadania e empoderamento local em contextos de consolidação da paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, nº 105, p. 65-84, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDOUKAN, Adla Youssef. **O Bolso e a Urna: financiamento político em perspectiva comparada**. Tese, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

BROWN, Michel. “Gender and sexuality I: Intersectional anxieties”. **Progress in Human Geography**, v. 36, n. 4, p. 541-550, 2012.

BURRELL, Barbara. Campaign Financing: Women’s Experience in the Modern Era. In: THOMAS, Sue, WILCOX, Clyde. **Women and elective office: past, present and future**. Oxford: Oxford Press, 2005. p. 26-40.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and subversion of identity. London: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

CARVALHO, Nelson Rojas de (2009). Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil . In: **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, jul/dez 2009.

CASTRO, Iná de. **Geografia e política : território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro RJ: Bertrand Brasil, 2005.

CERDA Jaime, VERA Claudio, RADA Gabriel. Odds ratio: aspectos teóricos y prácticos. In **Rev Med Chile**, n 141, 2013. Disponível em < <http://www.scielo.cl/pdf/rmc/v141n10/art14.pdf> >.

CERVI, Emerson Urizzi. "Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado". **Revista Brasileira de Ciência Política**, No. 4., 2010.

CERVI, Emerson Urizzi. Instituições democráticas e financiamento de campanhas no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 e o financiamento público exclusivo de campanhas. **Anais 33º Encontro Anual da ANPOCS 26 a 30 de outubro de 2009**, Caxambu, MG.

CÉSAR, R. C. E.; JURKEVICZ, M, R. A. de; PIROLO, M. A. M.; CHIARA, I. G. di; MORENO, N. A.; DALMAS, J. C.; PATRIZZI, C. A.; CODATO, H. Um Jeito Novo de Fazer Política: O Caso das Eleições Municipais de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, 2002.

CHUNG, FAN R. K. , "6. The Rise of the Giant Component", in **Complex Graphs and Networks, Regional Conference Series in Mathematics** 107, American Mathematical Society, p. 113–142, 2006.

CLAVAL, Paul. **A Nova Geografia**. Coimbra: Almedina, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York, Routledge, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Elaboração de projeto de pesquisa – um guia prático para geógrafos. **Revista de pós-graduação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: **Revista Cidades**. Rio de Janeiro. 2012.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004.

COSTA, W. M. da **Geografia Política e Geopolítica**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé, Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CUNHA, L. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG, inverno 1998, 91-113.

CUNHA, Ricardo Borges da. A Relação Entre a Distribuição Dos Votos e as Ações dos Vereadores no Município do Rio Grande nas Eleições de 2004. **Revista Geonorte**. v. 7, n. 1, 2013.

DAGNINO, Evelina. "We all have rights, but...": contesting concepts of citizenship in Brazil. In: KABEER, Naila. Inclusive Citizenship: Meanings and Expressions. London; New York, Zed, p.149 – 163, 2005.

DEGENNE, Alain; FORSÉ, Michel. **Introducing social networks**. Sage: Londres., 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DICKINSON, Jen; ANDRUCKI, Max; RAWLINS, Emma; HALE, Daniel; COOK, Victoria. Introduction: Geographies of Everyday Citizenship. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 7, n. 2, p. 100 – 112, 2008.

DORFMAN, Adriana. A Geopolítica e "O Perfil do Eleitor da Baixada Fluminense". **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n22: 35, 1997.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: Editora UFSC. 2009.

ETHOS, Instituto. A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

ETHOS, Instituto. A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

ETHOS, Instituto. A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

ETHOS, Instituto. A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral. São Paulo: Instituto Ethos, 2008.

ETHOS, Instituto. A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral. São Paulo: Instituto Ethos, 2010.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. 3ªed . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FINAMORE, Claudia Maria , e CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações gênero, entre gênero, mídia e discurso . In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006 . p. 347 -362.

FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000).In: **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000100005&lng=pt&nrm=iso&tling=pt> .

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GORCZEWSKI, Clovis; MARTIN, Nuria, Belloso **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática** . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**, 3ª edição. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: an inquiry into the origins of social change**. Blackwell, Oxford: 1989.

HERNÁNDEZ, Alejandro, Espi. La Paridad en el Poder Local Español. **Más Poder Local Magazine**. Murcia, España: ALICE. n. 25, 2015.

HIRSCHMAN, A. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: CARDOSO, F.; FONT, M.; SORJ, B. (orgs.) **Economia e movimentos na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 31-79.

HOROCHOVSKI, Rodrigo, Rossi. **Desatando Nós: Associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos, Paraná** Tese, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

IBGE, **Brasil em Síntese**, acessado do endereço eletrônico <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao>> em 09/03/2015.

JACKSON, Peter. **Maps and Meaning**. Unwin Hyman, London: 1989.

JUNKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; ALMEIDA, Leandro Batista. Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: A Dinâmica Estrutural da Exclusão e Marginalização Feminina no Poder Político. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 6, n. 1, 2015.

KOFMAN, Eleonore, PEAKE, Linda Peake. Into the 1990s: A gendered agenda for political geography. **Political Geography Quarterly**. v. 9, 1990, p. 313–36.

KOFMAN, Eleonore. Feminist Political Geographies. In: NELSON, Lise e SEAGER, Joni. **A companion to feminist Geography**. Malden: Blackwell Publishing, 2005. p. 519-533.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1977.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p.21-53.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LAZEGA, Emmanuel, HIGGINS, Silvio Salej. **Redes Sociais e Estruturas Relacionais**. Belo Horizonte: Editora Traço, 2014.

LEMIEUX, Vincent; OUIMET, Mathieu. **Análise estrutural das redes sociais**. Instituto Piaget: Lisboa, 2004.

LEMO, Leany B.; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2., 2010.

LENCIONI, Sandra. Conservadorismo e Urbanização: Trinta Anos de Eleições Municipais (1947-1976). **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, v. 3, 1984.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo o Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, UFSC, 2008.

MALUF, R. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro:UFRRJ/CPDA, n. 15, out. 2000, pp. 39-52.

MANCUSO, Wagner P; SPECK, Bruno W . **Financiamento empresarial e desempenho eleitoral no Brasil**: um estudo das eleições para deputado federal em 2010. Texto apresentado no VIII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, Curitiba/PR 2012.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. (2006). Eleições e representação. In: **Lua Nova**, n. 67, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200005&lng=pt&nrm=iso&tling=pt> .

MARSHALL, T. H. **Citizenship and Social Class and other Essays**. Cambridge: University Press, 1950.

MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. In: **Revista Informação & Informação**, v. 12, 2007. p46 -62.

MARQUES, Teresa, Cristina, Novaes de. Entre o igualismo e a reforma dos direitos das Mulheres. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2013 . p. 927 -944.

MASSEY, Dorren. **Pelo Espaço – Uma Nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCCALL, Leslie. 2005. "The Complexity of Intersectionality." **Signs: Journal of Women, Culture and Society**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.

MCDOWELL, L. **Género, identidad y lugar**. Madrid: Cátedra, 2000.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place**. Understanding feminist geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MELO, Lígia Albuquerque de. Injustiça de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto – Minas Gerais, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe , e QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil . In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006 . p. 363 -385.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

NASH, Jennifer. 2008. "Re-thinking Intersectionality". **Feminist Review**, n. 89, p. 1-15, 2008.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambú- MG, 2006.

OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; BRES, Karen De; MAINS, Susan; POPE, Cindy. Geographic perspectives on women. In: GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort. J. (Orgs.) **Geography in America at the dawn of the 21st century**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 737-758.

OLIVEIRA, Gilson, Batista, de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, Márcio, Piñon, Oliveira, de. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. **Geografia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 93 – 120, 1999.

PARKER, Geoffrey. **Geopolitics: Past, Present and Future**. London: Pinter, 1998.

PEAKE Linda **Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography** New York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

PEIXOTO, Vitor de Moraes . Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 91-116, jan./jun. 2009.

PINSKY, Jaime PINSKY, Carla B. (org) **História da Cidadania**. São Paulo, Ed. Contexto, 592 p., 2003.

PINTO, Céli, Regina, Jardim. Paradoxos da participação política da mulher do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, nº 49, p. 98 – 112, março / maio, 2001.

POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Brasília, Ed. UnB, 1972.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO, Maria de Fátima Silva. **De batom e salto alto: experiências de mulheres empresárias. Patos de Minas 1980 1990**. São Paulo: Annablume, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993,

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. 543 p.

REIS, Bruno P. W.; FERREIRA, Lara M.; FIALHO, Fabrício M. **Reforma política e financiamento de campanhas**: anotações para uma taxonomia do financiamento eleitoral. Trabalho apresentado no GT 13 – “Financiamento político no Brasil” – do 35º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG., 2011.

RESENDE, Roberta, Carnelos; NICOLÁS, María, Alejandra; ROSEVICS Larissa Análise da participação política Feminina nas Assembléias Legislativas da região Sul do Brasil (1998-2006) **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 1, n. 2, 2010.

RODRIGUES, Jean Carlos. Identidade, Política e Eleição no Estado do Tocantins: 1988-2010. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia. v. 32, n. 2, 2012.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. Situating knowledges, positionality, reflexivities and other tactics. In: **Progress in Human Geography**, 21,3, 1997, p. 305-320.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 73, nov. 2005. p. 5-15.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamiento político en el Cono Sur: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. IN: GRINER, S. **De las normas a las buenas prácticas : el desafío del financiamiento político en América Latina**. 1º ed. San Jose Costa Rica: OEA IDEA, 2004. p. 271-294.

SANTOS. B. S. de (org) **Semear outra soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005. p.36 – 59.

SAQUET, Marcos, Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCATOLIN, Fábio, Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SCHURR, Carolin. Pensando Emoções a Partir de uma Perspectiva Interseccional: As Geografias Emocionais Dascampanhas Eleitorais Equatorianas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 2012.

SECOR, Anna J. Feminizing Electoral Geography In: STAEHELI Lynn A., KOFMAN Eleonore, PEAKE Linda **Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography** New York: Taylor & Francis e-Library, 2005. p. 261 – 272.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Marco Zero/CEDEC, n. 28/29, 1993, p. 313 – 333.

SHEPPARD E., MCMASTER R., **Scale and Geographic Inquiry**. Blackwell, Oxford, 2004.

SILVA, Alex Marciel da. Espacialização Demográfica e Voto Distrital nas Eleições Executivas do Ano 2000 na Cidade de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, 8 (14), 2005.

SILVA, J. M. Gênero e Espaço: esse é um tema da Geografia? In: Daniel A. de Azevedo; Marcelo Alonso Moraes. **Ensino de Geografia: novos temas para a geografia escolar**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, p. 97-125, 2014.

SILVA, J. M. ; CHIMIN J. A. B. ; PERACETA, E. ; ROSSI, R. . Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê geográfico** (UFG), v. 3, p. 38-62, 2009.

SILVA, J. M. ; CHIMIN Junior Alides Baptista ; NABOZNY, A. ; ORNAT, Marcio ; ROSSI, R. . **Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos**. Geo UERJ, v. 2, p. 1-16, 2009.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/438.htm>>

SILVA, J. M. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: um desafio para a Geografia Cultural brasileira. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2005.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Editora TodaPalavra, 2009.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; RIBEIRO, Paulo Sérgio dos Santos; RIBEIRO, Dilma; MARQUES, Rodolfo da Silva (2010). **Mulher e Política: a distribuição dos recursos segundo o espectro ideológico das candidatas**. 7º Encontro da ABCP, Recife (PE), Agosto de 2010.

SOUZA, M. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época da fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'teoria aberta' do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**. Rio de Janeiro: UFPR, ano I, v.1, jul./dez. 1996, p. 5 – 22.

SOUZA, M. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**. Rio de Janeiro: UFPR, ano II, n.3, jul./dez, 1997, p. 13 – 35.

SPECK, B. W.; SACCHET, T. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.) **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

SPINK, Mary, Jane. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Bonding in difference. In: ARTEAGA, A. **An other tongue: nation and ethnicity in the linguistic borderlands**. Durham: Duke University Press, p. 219-244, 1994.

STAEHELI, Lynn A., KOFMAN, Eleonore, PEAKE, Linda. **Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography**. New York: Routledge, 2004.

THOMAS, Sue, WILCOX, Clyde. **Women and elective office: past, present and future**. Oxford: Oxford Press, 2005.

TOLEDO, Rubens Junior de. O Lugar e as Eleições: A Expressão Territorial do Voto no Brasil. **GeoTextos**. v. 3, n. 1 e 2, 2007.

TAROUÇO, Gabriela Silva da; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e debates sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 45, p.149-165, 2013.

TSE. **Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil**. Acessado do endereço eletrônico: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>> em 11/03/2015.

VALENTINE, Gill. . “Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography”. **The Professional Geographer**. v. 59, n. 1, p. 10 – 21, 2007.

VALENTINE, Gill. Sexual Politics in: AGNEW John, MITCHELL Katharyne, TOAL Gerard **A Companion to political geographi** Blackwall 2003, p. 408 – 420.

VEIGA, J. A face territorial do desenvolvimento. **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, v.3, n.5, p. 5 - 19, set. 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. El espacio tiempo como base del conocimiento *in*: Fals Borda, ORLANDO (org.) **Participación popular: retos del futuro**. Bogota: ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Lógico-Philosophicus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1961.

ZANCAN, Claudio; SANDOS, Paulo Cruz Freire dos; CAMPOS, Vanessa Oliveira. As contribuições teóricas da Análise de Redes Sociais (ARS) aos estudos organizacionais. In: **Revista Alcance**. Vale do Itajaí, v. 19, n. 1, p. 62 - 82, jan./mar. 2012.

ZEBRACKI, Martin. Right to Space: Moving Towards Sexual Citizenship Beyond the Nation State. **Antipode**, v. 45, n. 4, p 785 - 788, 2013.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. In: **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 2, Outubro, 2005, p. 287-336.

ANEXO – 100 maiores doadores das eleições de 2008 e 2012 nos municípios que compõe o programa federal Territórios da Cidadania¹⁰⁰

¹⁰⁰ Fonte: Base de dados do TSE, 2014.

Doadores 2008	Valor	Doadores 2012	Valor
Diretório Estadual	R\$ 332.276,00	Comitê Financeiro Municipal para Vereador	R\$ 177.947,90
AC VILAÇA EMPOREENDIMENTOS LTDA	R\$ 303.358,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 165.357,16
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 275.263,62	Direção Municipal	R\$ 135.671,40
COMITE FINANCEIRO	R\$ 175.050,00	2012 ROSÂNGELA ROSINHA GAROTINHO BARROS ASSED MATHEUS DE OLIVE	R\$ 129.625,40
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 156.283,00	ANA MARIA PRETO	R\$ 115.518,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 151.916,00	ELEICAO 2012 ERNESTO GUIMARAES ROLLER	R\$ 113.085,10
Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 144.428,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 101.869,80
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 140.363,20	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 100.234,50
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 135.760,00	LEONARDO BARBOSA COUTINHO	R\$ 94.888,90
Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 134.761,12	ELEIÇÃO 2012 LUIZ OSCAR VITALE JACOB - PREFEITO	R\$ 88.663,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 131.172,00	Direção Municipal	R\$ 87.587,20
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 130.466,00	COMITE FINANCEIRO UNICO MANAUS	R\$ 86.577,59
Diretório Municipal	R\$ 129.998,00	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 84.855,50
Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 121.137,40	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 82.938,43
MAGNO BOLLMANN	R\$ 120.804,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 82.592,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 116.786,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 77.460,90
ANTONIO DA CRU FILGUEIRA JUNIOR	R\$ 113.966,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 71.608,50
ANTONIO MARCELO MIRANDA	R\$ 108.808,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 65.083,00
JAOA CARLOS AQUINO LEMES	R\$ 101.640,00	ELEIÇÃO 2012 EXPEDITO PEREIRA DE SOUZA PREFEITO	R\$ 64.294,00

Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 95.436,20	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 64.192,20
CARLA MARIA MACHADO DO SANTOS	R\$ 92.460,00	ELEIÇÕES 2012 JOSE GOMES BRANQUINHO PREFEITO	R\$ 61.211,50
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 91.801,80	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 56.458,81
JO SE LUCIANO BARBOSA DA SILVA	R\$ 88.286,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 55.424,00
ELEIÇÃO 2008 JOSE LEONIDAS DE MENEZES CRISTINO PREFEITO	R\$ 86.290,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 52.583,50
HUMBERTO IVAR ARAÚJO COUTINHO	R\$ 85.274,00	AMADEU BOROTO	R\$ 52.274,10
Diretório Municipal	R\$ 81.886,00	FRANCISCO CELIO DE MORAIS	R\$ 51.600,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 81.743,60	CHISTINO AUREO DA SILVA	R\$ 50.127,80
ELEIÇÃO 2008 LUCIANO FERREIRA DE SOUSA	R\$ 81.064,00	ELEIÇÃO 2012 SEBASTIÃO MIRANDA FILHO PREFEITO	R\$ 41.901,00
COMITE FIN. MUN. ÚNICO.	R\$ 78.419,00	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 41.466,90
CLÁUDIO VALÁRIO DA SILVA	R\$ 77.854,00	Direção Municipal	R\$ 41.290,80
A,MAZONINO ARMANDO MENDES	R\$ 76.300,40	DIRETORIO DOS PARTIDOS DOS TRABALHADORES	R\$ 39.920,00
GILSON BARGIERI	R\$ 68.704,00	Comitê Financeiro Municipal para Vereador	R\$ 39.199,00
Diretório Estadual	R\$ 66.840,00	Direção Municipal	R\$ 38.598,00
Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 63.647,84	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 36.566,90
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	R\$ 63.361,60	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 36.413,20
Diretório Municipal	R\$ 62.833,60	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 36.201,30
OSVALDO SOUSA	R\$ 62.788,00	FRANCISCA GOMES ARAUJO MOTTA	R\$ 35.230,80
COMITE FGINANCEIRO MUNICIPAL UNICO	R\$ 61.767,60	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 34.392,80
Diretório Municipal	R\$ 61.674,40	Direção Municipal	R\$ 33.885,00

EDIBERTO APARECIDO ZAUPA	R\$ 60.572,00	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 33.573,40
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 60.276,08	Comitê Financeiro Municipal para Vereador	R\$ 33.550,00
Diretório Estadual	R\$ 58.548,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 32.316,50
JOSIVAL DE SOUZA JUNIOR	R\$ 57.320,00	Direção Estadual/Distrital	R\$ 31.366,80
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 56.454,60	ELEIÇÃO 2012 MILTON CARLOS DE MELLO	R\$ 31.280,40
OESTE NOTÍCIAS	R\$ 54.288,40	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 30.949,20
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 52.672,00	EDUARDO ALVES CONTI	R\$ 30.758,10
Comitê Financeiro Municipal para Vereador	R\$ 52.620,20	VAGNER JOSE SALES	R\$ 30.742,00
IRAN ATAÍDE LIMA	R\$ 51.840,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 29.023,00
COMITE FINANCEIRO MUNICIPAL DO PMDB	R\$ 50.766,40	CARLOS BRITO DE LIMA	R\$ 28.605,00
Diretório Estadual	R\$ 49.932,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 27.615,80
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 49.161,60	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 26.486,00
ELEIÇÕES 2008 - HUMBERTO IVAR ARAUJO COUTINHO - PREFEITO	R\$ 48.264,40	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 25.938,96
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 47.758,60	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 25.805,40
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 47.653,00	PEDRO JORGE CHERENE	R\$ 24.655,00
Diretório Estadual	R\$ 41.140,00	SERGIO EDUARDO EMYGDIO DE FARIA	R\$ 24.287,00
MARTA MARIA DE ARAUJO	R\$ 40.947,80	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 23.422,30
Comitê Financeiro Municipal para Vereador	R\$ 37.329,00	ELEIÇÃO 2012 CICERO DE LUCENA FILHO PREFEITO	R\$ 23.301,50
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 33.341,40	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 22.889,09
LUIZ CARLOS DOS SANTOS	R\$ 30.840,00	Comitê Financeiro Municipal para	R\$ 22.402,00

		Prefeito	
Diretório Estadual	R\$ 29.396,00	Direção Municipal	R\$ 21.126,30
ODILIO BALBINOTI	R\$ 28.948,00	ELEICOES 2012 GETULIO AFONSO PORTO NEIVA	R\$ 21.060,40
Diretório Estadual	R\$ 28.670,20	DECIO JOSE VENTURA	R\$ 20.841,50
GIZELLE GALDINO BRANDAO	R\$ 27.700,00	Direção Estadual/Distrital	R\$ 20.200,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 27.626,20	ELEICAO 2012 SOLANGE SIQUEIRA LUBE PREFEITO	R\$ 20.024,50
ABELARDO LUIZ LUPIO MELLO	R\$ 27.236,00	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 19.264,90
Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 27.103,60	Comitê Financeiro Municipal para Vereador	R\$ 18.416,00
OAULO CELIO ALMEIDA HUGO	R\$ 27.072,00	ELEICOES 2012 PAULO DE LA RUA TARANCON PREFEITO	R\$ 17.964,80
ADNAN DEMACHKI	R\$ 26.876,60	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 17.695,00
CLAUDIO C. DIAZ	R\$ 26.312,00	LUCIANO CARTAXO PIRES DE SÁ	R\$ 17.606,80
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 26.005,80	Direção Municipal	R\$ 17.429,00
Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 24.697,20	ELAÇÃO 2012 LAURIVAL MAGNO CUNHA	R\$ 17.152,10
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 24.200,00	ELEICAO 2012 JOSE OLINTO NETO PREFEITO	R\$ 16.859,00
ADILSON TROCA	R\$ 23.350,00	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 16.818,40
ANTONIO JOSE MUNIZ CAVALCANTE	R\$ 22.918,00	CLAUDIA REGINA FREIRE DE AZAVEDO	R\$ 15.785,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 22.869,60	DIRETORIO ESTADUAL DO PTB - RS	R\$ 14.706,00
JORGE DUFFLES A,DONATI	R\$ 22.408,00	SONIA MARIA GUIMARAES DE MATOS	R\$ 14.700,00
ELEIÇÃO 2008 VENEZIANO VITAL DO REGO S NETO	R\$ 21.220,40	RAFAEL CARLOS DE ALMEIDA GIALAIM	R\$ 14.700,00
ELEIÇÃO 2008 ODILEIDA MARIA DE SOUSA SAMPAIO PREFEITA	R\$ 20.165,20	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 14.009,90
ANTONIO CARLOS MACAHDO	R\$ 20.144,00	ELEIÇÕES 2012 JOAO SALAME NETO	R\$ 13.930,70

CANDIDATO SILVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO	R\$ 19.916,00	ELEICOES 2012 PAULO CELIO DE ALMEIDA HUGO 2012	R\$ 13.641,80
LEONARDO CLEMENTINO NUNES	R\$ 19.572,00	ELEIÇÕES 2012 PAULO POMBO TOCANTINS	R\$ 13.514,70
ARNON OLIVEIRA SILVA	R\$ 19.160,00	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 13.353,10
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 19.022,80	ELEICAO 2012 CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO PREFEITO	R\$ 13.181,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 18.876,20	Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 13.120,00
ELEICAO 2008 RAIMUNDO NONATO LOPES PREFEITO	R\$ 18.740,00	ELEICAO 2012 - JOSE CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO PREFEITO	R\$ 12.668,30
INSITUTO RIO PRETO DE MEDICINA NUCLEAR LTDA	R\$ 18.545,40	ELEICAO 2012 MANOEL DA SILVA PREFEITO	R\$ 12.366,50
AM,ADEU BOROTO	R\$ 17.830,00	Direção Estadual/Distrital	R\$ 10.915,00
ELEICAO 2008 - ROMULO JOSE DE GOUVEIA - PREFEITO	R\$ 17.444,00	CARLOS VINCIOS DE MELOVIEIRA	R\$ 10.892,20
JOSE VENANCIO CORREA FILHO	R\$ 17.024,00	JOSE CARLOS SILVA PINTO	R\$ 10.579,90
Comitê Financeiro Municipal para Prefeito	R\$ 16.524,20	ELEICOES 2012 JOSE TARGINO MARANHÃO	R\$ 10.356,00
Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 16.514,60	Comitê Financeiro Municipal para Vereador	R\$ 10.070,50
ANA LUCIA DERMANI DE AGUIAR	R\$ 15.916,00	MILENA XISTO BARGIERI MIGLIARESI	R\$ 9.198,30
ELEICAO 2008 JANIO CARLOS ALVES FREIRE	R\$ 15.881,40	ALECIO SANTOS DE SOUZA	R\$ 7.500,00
JONATAS FELISBERTO DA SILVA	R\$ 15.840,00	Direção Municipal	R\$ 7.285,00
GRAFICA GRAFICART	R\$ 15.246,00	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 6.150,00
LIDIA MERCEDES OLIVEIRA SOARES	R\$ 13.100,00	NELMA BETANI NASCIMENTO SICUTO	R\$ 5.800,00
BENEDITO CLARO DA SILVA	R\$ 11.746,00	EMPRESA GRAFICA E EDITORA VALE DO PARANAPANEMA LTDA	R\$ 5.170,00
ZILDO WACH	R\$ 11.206,00	IRANIL DA SILVA PALMEIRA	R\$ 4.641,00

RENATO PEREIRA DAOS SANTOS	R\$ 10.140,00	Comitê Financeiro Municipal Único	R\$ 4.259,00
FEIZ ABBUD	R\$ 7.254,00	PAULO EDUARDO ORLANDO	R\$ 1.605,00